

REVISTA NJINGA & SEPÉ

ISSN: 2764-1244



Revista Internacional De Culturas,
Línguas Africanas e Brasileiras



vol.6, Nº3 (2026)

REVISTA NJINGA & SEPÉ

ISSN: 2764-1244



Revista Internacional De Culturas,
Línguas Africanas e Brasileiras



vol.6, Nº3 (2026)

© 2021 Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada com fins comerciais. Platform & Workflow by OJS/PKP. Acomodado na página: www.revistas.unilab.edu.br

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

N659

Njinga & Sepé : Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. -
Ano 1, n. 1 (2021)- . - São Francisco do Conde, BA: Instituto de
Humanidades e Letras dos Malês, Unilab, 2021- .
v.

Editor: Alexandre António Timbane.

Co-editores: Denise Silva, Ezra Alberto Chambal Nhampoca, Kelly Priscila Lóddo
Cezar, Manuel da Silva Domingos e Maria Goreti Varela
Freire Silva.

ISSN 2764-1244.

1. Linguagem e cultura - Periódicos. I. Timbane, Alexandre António (Ed.).

BA/UF/BSCM

CDD 405

Ficha catalográfica elaborada por Bruno Batista dos Anjos, CRB-5/1693



Apoio: Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e
cidadania global



UNILAB

**Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira**

Reitor

Roque do Nascimento Albuquerque

Vice-Reitora

Eliane Gonçalves da Costa

Pró-Reitora de Extensão, Arte e Cultura

Ricardo Ossagô de Carvalho

Pró-Reitoria de Graduação

Thiago Moura de Araújo

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Alexandre Cohn da Silveira

Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais

Sabi Yari Mmoise Bandiri

Pró-Reitoria de Políticas afirmativas e Estudantis

Cláudia Ramos Carioca

Diretora do Instituto de Humanidades e Letras -Bahia

Carla Verônica Albuquerque Almeida

Vice-Diretor do Instituto de Humanidades e Letras -Bahia

Eduardo Ferreira dos Santos

Diretora do Campus dos Malês

Ana Cláudia Gomes de Souza

Editor-Chefe da Revista Njinga & Sepé

Alexandre António Timbane (UNILAB)

Editora convidada (Vol.6, nº3, 2026)

Paula Isabel Marques Martins Baptista Querido
Escola Secundária José Falcão -Coimbra, Portugal
&
Universidade de Vigo, Madrid, Espanha

Link: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/>

Equipe Editorial

Editor-chefe

Alexandre António Timbane (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)

Coeditores

Denise Silva (Universidade Federal da Grande Dourados e Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural, Brasil-Línguas e cultura indígenas brasileiras)

Ezra Alberto Chambal Nhampoca (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique-Cultura e Línguas bantu)

Kelly Priscila Lóddo Cezar (Universidade Federal do Paraná, Brasil-Cultura e Línguas de Sinais)

Manuel da Silva Domingos (Universidade Agostinho Neto, Angola-Línguas e culturas africanas)

Maria Goretti Varela Freire Silva (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde-Crioulos de base lexical portuguesa)

Conselho Científico - Membros Honorários

Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará, ILC/PPGL- UFPA, Brasil)

Amália de Melo Lopes (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)

Angel Humberto Corbera Mori (Universidade de Campinas, Brasil)

Armindo Atelela Ngunga (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Bayo Omolola (Department of World Languages and Cultures, Howard University, USA)

Bento Siteo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Cristina Martins Fargetti (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)

Cristine Gorski Severo (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Eduardo de Almeida Navarro (Universidade de São Paulo, Brasil)

Elsa Pinto (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)

Eugeniusz Rzewuski (Univ. de Varsóvia, Departamento de Línguas e Culturas Africanas)

Geraldo Manuel Garcia Chinchay (Universidade Nacional Frederico Villarreal, Perú)

Gilvan Müller de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina, Cátedra UNESCO, Brasil)

Habiba Naciri (Université Mohamed-V, Rabat-Agdal, Marrocos)

Hildo Honório do Couto (Universidade de Brasília, Brasil)

Hildizina Norberto Dias (Universidade Pedagógica de Moçambique)

Isabel A. Santos (Universidade de Coimbra, Portugal)

João Kissunji Artur Alberto João (Ministério da Educação de Angola, Angola)

Luiz Carlos Cagliari (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)

Malcolm Coulthard (Aston University/UK & University of Birmingham, Inglaterra)

Marcia Maria Damaso Vieira (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Margarida Maria Taddoni Petter (Universidade de São Paulo, Brasil)

M'bare N'gom (The James H. Gilliam, Jr. College of Liberal Arts Morgan State University, USA)

Nada El Ahib (Université Mohamed-V Rabat-Agdal, Marrocos)

Nadia Tadlaoui (Université Mohamed-V Rabat-Agdal, Marrocos)

Nélia Maria Pedro Alexandre (Universidade de Lisboa-Portugal)

Paulo Alexandre Castelhão Vaz de Carvalho (Universidade Católica Portuguesa, Portugal)

Ozouf Sénamin Amedegnato (University of Calgary, Canada)

Paul O'Neill (University Shiffeld, Inglaterra)

Pere Conellas Casanova (Universidade de Barcelona, Espanha)

Peter Paul Wellfens Lorenzo (Inst. de Invest. e Desenvolvimento em Política Linguística, Brasil)

Rosane de Andrade Berlinck (Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)

Ronice Müller de Quadros (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Rosângela Morello (Inst. de Invest. e Desenvolvimento em Política Linguística, Brasil)

Soulymane Bachir Diagne (Columbia University, USA)

Tania Conceição Clemente de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Vicente Paulino (Universidade Nacional de Timor Lorora'e, Timor Leste)
Ximbani Eric Mabaso (University of South Africa, África do Sul)

Conselho Científico

Adriana Viana Postigo Paravisine (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil)
Afonso Teca (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Alexander Yao Cobbinah (Universidade de São Paulo, Brasil)
Altaci Corrêa Rubim (Universidade de Brasília, Brasil)
Ana Karina Tavares Moreira (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Ananda Machado (Universidade Federal de Roraima, Brasil)
Andérbio Márcio Silva Martins (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Antônio Carlos Santana de Souza (Universidade de Estado de Mato Grosso, Brasil)
Artinésio Saguete Widnesse (Inst. Sup. de Ciências e Tecnologia de Moçambique)
Artur Garcia Gonçalves (Universidade de Brasília, Brasil)
Áurea Cavalcante Santana (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)
Basilele Malomalo (Univ.de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)
Bruno Okoudowa (École Creusot & Buffalo University, Canada)
Daniel Perez Sassuco (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Davi Borges de Albuquerque (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Delton Aparecido Felipe (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)
Dionei Moreira Gomes (Universidade de Brasília, Brasil)
Domingas Monte (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Emanuel Correia Pina (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Felix Rondon Adugoenau (Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil)
Fernando Tavares (Centro de Estudos Africanos-UNILAB, Brasil)
Gabriel Barros Viana de oliveira (Universidade de Brasília, Brasil)
Gervásio Absolone Chambo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hemerson Vargas Catão (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Henrique Orlando Mateus (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hounnouvi Christian Coffi (Université de Nantes, Laboratoire CRINI, França)
Ilídio Enoque Alfredo Macaringue (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil)
Inocente Luntadila Nlandu (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Jean-Arsène Yao (Université Félix Houphouët-Boigny, Costa de Marfim)
João Muteteca Naege (Universidade Lueji A'Nkonde, Angola)
Jorge Kapitango (Universidade Agostinho Neto, Angola)
José Gil Vicente (Universidade Federal de Amazonas, Brasil)
Marcelo Nunes (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)
Márcio Undolo (Universidade Lueji A'Nkonde, Angola)
Mateus Cruz Maciel de Carvalho (Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de SP, Brasil)
Maxwell Gomes Miranda (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)
Nassima Moussaoui (Université Ali Lounici, BLIDA 2, Algérie)
Nelsa João Nhantumbo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Paulo Jeferson Pilar Araújo (Universidade Federal de Roraima, Brasil)
Priscila Alyne Sumaio Soares (Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)
Rogério Matis (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil)
Rosalina Zamora Jorge (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre (Univ. de Integ. Internac. da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)
Silvana Aguiar dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Sílvia Lucia Bigonjal Braggio (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Valéria Faria Cardoso (Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil)
Wondwonssen Alemayehu Haile (University of Ethiopia)

Consultores ad hoc especializados

Ayawovi Djidjogbe Fanho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Togo)
Botelho Isalino Jimbi (Instituto Superior de Ciências da Educação em Benguela-Angola)
Dabana Namone (Pesquisador Independente, Guiné-Bissau)
Davety Mpiuka (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Dinis Vador Sicala (Instituto Superior de Ciências da Educação em Benguela-Angola)
Ezequiel Pedro José Bernardo (Universidade Onze de Novembro, Angola)
Gervásio Chambo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hilário Sabonete Nhambalo (Direção Provincial da Educação de Cunene, Angola)
José Cossa (Academia de Ciências Policiais, Moçambique)
Leandro Andrade Fernandes (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Luís Chimuco (Instituto Superior João Bosco, Angola)
Luís Ausse (Universidade Católica de Moçambique)
Manuela Garrett Benedito (Televisão Pública de Angola)
Nanci Araújo Bento (Universidade Federal da Bahia, Brasil)
Narciso Homem (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Rajabo Alfredo Mugabo Abdula (Serviço Nacional de Investigação Criminal, Moçambique)
Stanley Cunha Teixeira (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Tradutores/Intérpretes de Línguas Africanas e Brasileiras

Ana Cristina Pereira da Silva (Sec.de Educação de São Francisco de Conde, Bahia, Brasil/Libras)
Andrea Carolina Bernal Mazacotte (Universidade Estadual Oeste do Paraná/Libras)
António Paulo Cuionja (Escola Superior Pedagógica de Bié, Língua Umbundu, Angola)
Cátia Manuel (Universidade Federal de Santa Catarina/ Crioulo)
Danilo da Silva Knapik (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Emídio Jeremias Jossué (Escola Superior Pedagógica de Bié/Língua Umbundu, Angola)
Ester Tembe (Hospital Central do Maputo, Língua Moçambicana de Sinais, Moçambique)
Eziom-Geber Emmanuel Gusmão Palmeira Limeira (Libras)
Itaciara de Oliveira do Carmo da Silva (Sec. de Educação de São Francisco de Conde, BA, Libras)
Jéssica Gonçalves Honório (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Klicia de Araújo Campos (Universidade Federal do Paraná, Libras)
Laurindo Machado (francês, inglês/ Moçambique)
Marco Barone (Universidade Federal de Pernambuco/ Francês, inglês, /italiano/ Itália)
Moussa Diabate (Universidade de São Paulo, Université de Bamako, Mali)
Nuno Rodriguez Tchailoro (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)
Pansau Tamba (Universidade Pan-Africana/ crioulo, francês, inglês/ Camarões)
Paulo Henrique Pereira (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Segunda Cá (Universidade Federal do Paraná/crioulo e francês/ Guiné-Bissau)
Wagner Silva Machado (Universidade Federal do Paraná, Libras)

Design de imagens e capa

Leonardo Fotchizes (UNILAB)
Alexandre Alejota Sapalo (UNILAB)

Logotipo da Revista

Anderson Nowogrodzki da Silva (UnB)

Instituições:



Escola Secundária José Falcão -Coimbra, Portugal



Universidade de Vigo, Madrid, Espanha



Canal Youtube da Revista Njinga e Sepé:

<https://www.youtube.com/@revistanjingasepe5651/streams>

SUMÁRIO

Capa, Comitê científico, sumário	01-10
Editorial: Entre línguas, direitos e territórios: educação, sociedade e ambiente em Angola e Moçambique	11-18
Bloco I: Educação, Línguas e Culturas	
1. O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola	19-48
2. Água, recurso finito: uma sequência didáctica sobre o uso racional da água explorando recursos tecnológicos no ensino pré-escolar	49-63
3. Winela emwali: análise dos valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a sua relação com a tolerância à violência doméstica	64-80
Bloco II: Direitos Humanos, Ética e Sociedade	
4. A controvérsia entre a prática da eutanásia e o direito à vida na perspectiva dos direitos humanos: um estudo de caso da Cidade de Chimoio, Moçambique	81-95
5. A ética ambiental na era do desenvolvimento tecno-científico	96-113
Bloco III: Ambiente, Território e Desenvolvimento	
6. Análise da qualidade do serviço de transporte público na comunidade do Município de Cabinda	114-137
7. A efectividade dos mecanismos de fiscalização no combate à caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè em Tete, Moçambique	138-154
8. Caracterização morfométrica da rede hidrográfica do Rio Caculuar, no município do Lubango, Angola	155-174
Bloco IV: Arte Literária, Linguística e Expressão Artística	
9. CHAMADA	175-177
10. ENTRE ENCHENTES E CHAMAS: A HIPOCRISIA EM EBULIÇÃO ...	178-181
11. DÓI-ME TANTO.....	182-183

12. YAMEN-HITEP	184-191
13. MWANA A MBOKA	192-196
14. A CATANA NA MÃO	197-204
15. A CONFISSÃO	205-229
16. AUTORIA DE MIM, ELIÁCA OQUETE INDI MAIS CHAMADO POR: POETA EL CODE	230-240
17. FILOSOFIA POÉTICA I: TODO POEMA É FILOSÓFICO, MAS NEM TODA FILOSOFIA É POÉTICA	241-250
18. O HORIZONTE GRITA	251-252
19. RESENHA: “O BEBEDOR DE HORIZONTES”: O EXÍLIO E O RESSURGIR DE UM HERÓI NACIONAL	253-258
20. RESENHA: O FUTURO DAS LÍNGUAS ÁGRAFAS: UM OLHAR CRÍTICO À LUZ DO ARTIGO “POLÍTICAS DA UNESCO PARA LÍNGUAS AMEAÇADAS” DA LARISSA DA SILVA LISBOA SOUZA	259-263



Editorial

Entre línguas, direitos e territórios: educação, sociedade e ambiente em Angola e Moçambique

A presente secção da Njinga & Sepé reúne oito estudos que, a partir de problemas distintos, convergem numa interrogação comum: de que modo a produção de conhecimento pode dialogar com realidades concretas, culturalmente situadas, e contribuir para compreender desafios contemporâneos de Angola e Moçambique? A diversidade temática deste conjunto não constitui dispersão. Pelo contrário, torna visível a amplitude de questões que atravessam sociedades marcadas por pluralidade linguística e cultural, por transformações educativas, por debates éticos e jurídicos, e por exigências crescentes de gestão sustentável dos territórios e dos recursos naturais.

A organização editorial dos oito estudos segue três blocos temáticos. O primeiro - Educação, Línguas e Culturas - aproxima investigações sobre ensino bilíngue, educação ambiental na infância e ritos de iniciação, reconhecendo que a aprendizagem ocorre tanto em instituições formais como em espaços comunitários e culturais. O segundo - Direitos Humanos, Ética e Sociedade - articula duas reflexões que colocam no centro a dignidade humana, os limites da ação individual e coletiva, bem como a responsabilidade perante a vida, a técnica e as gerações futuras. O terceiro - Ambiente, Território e Desenvolvimento - reúne estudos sobre mobilidade urbana, conservação da biodiversidade e caracterização hidrográfica, evidenciando como as decisões relativas ao território dependem de informação, fiscalização, planeamento e participação social.

As contribuições apresentam metodologias diversas - estudos de caso, pesquisa bibliográfica, abordagens qualitativas e quantitativas, trabalho de campo, observação, questionários, entrevistas e análise cartográfica - e refletem, também, diferentes tradições disciplinares. Essa pluralidade metodológica é coerente com a natureza dos objetos investigados: língua e educação, violência e direitos, filosofia e ética ambiental, transportes,

conservação e hidrografia, exigem instrumentos próprios, mas podem ser lidos em conjunto quando se procura perceber as relações entre conhecimento, políticas públicas, práticas sociais e desenvolvimento.

Ao reunir trabalhos centrados em contextos angolanos e moçambicanos, esta edição reafirma a vocação da revista para promover circulação de saberes produzidos a partir de África e sobre realidades africanas, valorizando abordagens que não separam o rigor académico das circunstâncias históricas, sociais e culturais em que os problemas se inscrevem. O percurso de leitura proposto pelos três blocos permite, assim, passar da escola e das línguas às questões da dignidade e da responsabilidade, e destas às formas de organizar, proteger e conhecer os territórios.

Bloco I: Educação, Línguas e Culturas

O bloco abre com o estudo de João Cristóvão Da Silva Mussoque e Alexandre António Timbane, «O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola». Os autores partem da diversidade linguística angolana e do lugar central que o português ocupa no sistema educativo para discutir a presença das línguas nacionais na escola. O trabalho enquadra essa presença na legislação e na história sociolinguística do país, ao mesmo tempo que problematiza as condições concretas de implementação de práticas bilingues. A valorização das línguas africanas é apresentada, não apenas como questão linguística, mas como componente de inclusão, identidade cultural e igualdade de oportunidades.

A investigação chama a atenção para obstáculos que não se resolvem por decisão normativa: formação de professores, disponibilidade de materiais didáticos, atitudes sociais perante as línguas nacionais e condições institucionais para o seu uso pedagógico. Nesse sentido, o ensino bilíngue aparece como possibilidade de aproximar escola e repertórios linguísticos dos alunos, sem ignorar o papel do português como língua oficial e de comunicação alargada. O interesse do estudo reside precisamente nessa tensão entre unidade do sistema e pluralidade linguística, mostrando que políticas inclusivas exigem mais do que reconhecimento simbólico da diversidade.

Em seguida, Viegas Cassamuca Muandumba apresenta «Água, recurso finito: uma sequência didáctica sobre o uso racional da água explorando

recursos tecnológicos no ensino pré-escolar». O texto desloca a reflexão ambiental para a educação de infância e propõe uma sequência didática em que recursos tecnológicos, atividades lúdicas, diálogo, trabalho colaborativo e experiências práticas se articulam em torno da consciencialização para o uso racional da água. A abordagem assume que atitudes de cuidado ambiental podem ser construídas desde cedo, mediante situações de aprendizagem que mobilizem curiosidade, observação e participação.

A visita de campo ao Centro de Produção, Tratamento e Distribuição de Água do Lubango acrescenta uma dimensão experiencial à proposta, permitindo relacionar conteúdos trabalhados no espaço educativo com processos concretos de captação, tratamento e distribuição. O estudo evidencia, assim, a relevância de integrar educação ambiental, tecnologias e contacto com o meio envolvente, transformando um tema global – a finitude dos recursos hídricos – numa aprendizagem próxima das crianças e do seu quotidiano.

O terceiro texto do bloco, de Rafael Armando Benzane, «Winela emwali: análise dos valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a sua relação com a tolerância à violência doméstica», conduz a leitura para um espaço educativo de natureza comunitária e tradicional. A pesquisa, realizada na Ilha de Moçambique, analisa determinados valores transmitidos nos ritos de iniciação femininos e procura compreender de que modo alguns ensinamentos associados à submissão, à paciência e aos deveres conjugais podem relacionar-se com a tolerância de situações de violência doméstica.

A opção por uma abordagem qualitativa, apoiada em pesquisa bibliográfica, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas a interlocutores religiosos, tradicionais, comunitários e institucionais, permite reunir perceções distintas sobre uma matéria sensível. O texto regista, ainda, fatores familiares, religiosos, culturais, sociais e económicos associados à denúncia ou à desistência de denúncias. Importa sublinhar um cuidado metodológico presente na versão final do estudo: os resultados apontam para relações percebidas no contexto investigado, mas não sustentam uma causalidade generalizável entre ritos de iniciação e violência doméstica.

Lidos em conjunto, os três estudos do primeiro bloco mostram que educação e cultura não podem ser reduzidas ao espaço formal da sala de aula. A língua usada para ensinar, as experiências ambientais propostas às crianças

e os valores transmitidos em práticas comunitárias participam na formação de sujeitos e na organização das relações sociais. Os artigos revelam, também, que nenhuma intervenção educativa é neutra: escolhas linguísticas, conteúdos, métodos e tradições produzem efeitos sobre pertença, participação, autonomia e acesso a direitos.

Este primeiro percurso estabelece uma ponte direta com o bloco seguinte. Quando a educação é pensada em relação com inclusão, sustentabilidade, género e formas de participação social, torna-se inevitável discutir os princípios éticos e jurídicos que orientam decisões individuais e coletivas. É nesse horizonte que os textos seguintes abordam a vida, a dignidade humana, a responsabilidade tecnológica e a justiça ambiental.

Bloco II: Direitos Humanos, Ética e Sociedade

Zefanias Jone Magodo, em «A controvérsia entre a prática da eutanásia e o direito à vida na perspectiva dos direitos humanos: um estudo de caso da Cidade de Chimoio, Moçambique», examina um debate que atravessa direito, ética, medicina e concepções de dignidade. A investigação combina pesquisa bibliográfica e trabalho de campo com 42 participantes, recorrendo, consoante os grupos envolvidos, a entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observação direta. Entre os resultados, destaca-se uma diferença entre o conhecimento geral do significado de eutanásia e o conhecimento mais específico das suas modalidades.

O estudo situa a controvérsia no quadro constitucional moçambicano do direito à vida e apresenta a posição do autor quanto à necessidade de aprofundamento jurídico da matéria. Mais do que encerrar o debate, o texto explicita a tensão entre argumentos que invocam o alívio do sofrimento e aqueles que enfatizam a proteção da vida como direito fundamental. A pesquisa reconhece que a complexidade do tema não se esgota nas perceções recolhidas e abre espaço para investigações futuras, discussão normativa e clarificação conceptual.

A reflexão de Ezequiel Ernesto Lampião, «A ética ambiental na era do desenvolvimento tecno-científico», alarga a noção de responsabilidade para as relações entre sociedade, técnica, natureza e futuro. A partir de uma abordagem hermenêutica, o artigo coloca em diálogo Hans Jonas e Severino Ngoenha para discutir o progresso tecno-científico à luz do desenvolvimento

sustentável, da proteção ecológica e da justiça. O problema ambiental surge, deste modo, não apenas como questão técnica, mas como questão moral, política e cultural.

Ao aproximar responsabilidade perante as gerações futuras, solidariedade e justiça planetária, o estudo chama a atenção para as assimetrias que marcam os efeitos da degradação ambiental e das alterações climáticas. A perspetiva africana ocupa lugar relevante na argumentação, sobretudo quando se questionam modelos de desenvolvimento que reproduzem dependências económicas ou transferem custos ambientais para sociedades mais vulneráveis. O texto propõe, assim, uma ética capaz de articular progresso, limites, responsabilidade e autonomia na procura de respostas socialmente justas.

Bloco III: Ambiente, Território e Desenvolvimento

O terceiro bloco inicia-se com «Análise da qualidade do serviço de transporte público na comuna-sede do Município de Cabinda», de Estevão Ngoma Custódio Mango e José Baptista Fernando do Rosário. O estudo aborda a mobilidade urbana através da avaliação do transporte coletivo por autocarros, utilizando métodos dedutivo e estatístico, e técnicas como questionário, entrevista, observação participante e análise documental. Os resultados revelam avaliações particularmente negativas em dimensões como acessibilidade às paragens, frequência do serviço, sistema de informação, condições físicas dos locais de paragem e confiabilidade dos horários.

Ao mesmo tempo, alguns indicadores, designadamente o tempo de viagem e a lotação fora dos períodos de maior procura, apresentam avaliações intermédias. A leitura global, contudo, aponta para uma qualidade insuficiente do serviço. O interesse do trabalho ultrapassa a descrição de perceções dos passageiros: ao identificar fragilidades específicas, oferece elementos para discutir planeamento da mobilidade, informação ao utilizador, infraestrutura urbana, assim como capacidade de resposta dos operadores e das entidades públicas. A qualidade do transporte torna-se, neste enquadramento, parte do direito efetivo à cidade e do acesso quotidiano a emprego, educação, saúde e outros serviços.

Na sequência, Zefanias Jone Magodo & Gessica da Cecilia Mendes regressam com «A efectividade dos mecanismos de fiscalização no combate à

caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè em Tete, Moçambique». A pesquisa combina componentes qualitativas e quantitativas e centra-se na perspetiva de gestores do parque sobre os instrumentos utilizados no combate à caça ilegal. Entre os mecanismos identificados, encontram-se patrulhas regulares, envolvimento das comunidades locais, ações de educação e sensibilização, presença de agentes de proteção ambiental e cooperação com organizações não governamentais.

O estudo mostra, porém, que a existência de mecanismos não garante por si só a sua eficácia. Limitações de financiamento, dificuldades de formação, corrupção e tensões entre práticas comunitárias e normas de conservação condicionam os resultados. Por isso, a fiscalização é apresentada em articulação com participação comunitária, alternativas de subsistência, capacitação e planeamento. A conservação da biodiversidade surge, assim, como tarefa simultaneamente institucional, social e territorial, dependente da confiança entre autoridades e comunidades e da continuidade dos recursos destinados à proteção.

Fecha o conjunto o estudo de Ectiândro Stélio Benjamim Lino, «Caracterização morfométrica da rede hidrográfica do rio Caculuar, no município do Lubango, Angola». Com carácter descritivo e abordagem quali-quantitativa, a investigação mobiliza revisão bibliográfica, métodos dedutivo, observacional e cartográfico, além de trabalho de campo com instrumentos de localização, medição e registo. A caracterização da rede hidrográfica e da bacia permite sistematizar parâmetros dimensionais, lineares e morfométricos relevantes para compreender a dinâmica do rio Caculuar e a organização espacial da drenagem.

O valor do estudo não se limita à descrição física. Ao relacionar a rede hidrográfica com ordenamento do território, preservação dos recursos hídricos e ensino da geografia, o trabalho aproxima conhecimento científico, planeamento e educação. Num território em que os cursos de água interagem com áreas urbanas e com diferentes usos do solo, dados morfométricos podem apoiar leituras mais informadas sobre drenagem, riscos, ocupação do espaço e proteção ambiental. A dimensão pedagógica reforça, ainda, a importância do conhecimento da geografia local na construção de aprendizagens contextualizadas.

Os oito estudos reunidos mostram, por caminhos distintos, que desenvolvimento e bem-estar dependem da qualidade das mediações entre conhecimento e ação. A inclusão linguística exige políticas e recursos; a educação ambiental exige experiências significativas; a análise de práticas culturais exige cuidado metodológico; os debates sobre vida e tecnologia exigem princípios éticos; a mobilidade urbana exige planeamento e informação; a conservação exige fiscalização e participação; e o ordenamento territorial exige conhecimento rigoroso das características físicas do espaço.

Bloco IV: Arte literária, Linguística e Expressão Artística

Este último bloco é composto por dez (10) textos literários e duas (2) resenhas críticas. O poema «Chamada» é da autoria de José D'Assunção Barros; «Entre enchentes e chamadas: a hipocrisia em ebulição», de Marcelo Calderari Miguel; «Dói-me tanto», de Bonete Júlio João Chaha; «Yamen-Hitep» e «Mwana a Mboka», de Peresch Aubham Edouhou; e «A catana na mão», de Milton Gaspar Domingos. O conto «A confissão» é da autoria de Sousa Horácio Bartolomeu; o texto «Autoria de mim, Eliáca Oquete Indi mais chamado por: Poeta El Code», de Eliáca Oquete Indi; «Filosofia poética I: todo poema é filosófico, mas nem toda filosofia é poética», de José Ngola Carlos; e «O horizonte grita», de Marcelo Calderari Miguel. O bloco inclui, ainda, duas resenhas críticas: «O bebedor de horizontes: o exílio e o ressurgir de um herói nacional», de António N'Runca, e «O futuro das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Políticas da UNESCO para línguas ameaçadas”, de Larissa da Silva Lisboa Souza», de Pedro Djedjo.

A diversidade dos trabalhos constitui, por isso, a principal força deste conjunto. Em vez de oferecer uma única resposta para realidades complexas, a edição coloca em circulação perguntas, dados, interpretações e propostas produzidas a partir de contextos concretos de Angola e Moçambique. Ao fazê-lo, reforça a importância de uma ciência atenta às especificidades locais, aberta ao diálogo interdisciplinar e comprometida com a construção de sociedades mais inclusivas, responsáveis e sustentáveis.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Paula Isabel Marques Martins Baptista Querido



ORCID iD <https://orcid.org/0009-0006-8473-4045>

Minibiografia

Paula Isabel Marques Martins Baptista Querido é doutorada em *Estudios Lingüísticos* pelas Universidades de Vigo e da Corunha, com investigação na área de Português Língua Estrangeira. Possui o Máster en Traducción y Paratraducción, pela Universidade de Vigo, e o Mestrado em Ensino de Português e Espanhol, pela Universidade de Coimbra, onde concluiu também as licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Portugueses e Franceses) e em Línguas e Literaturas Modernas (Espanhol e Português). É docente convidada de Português Língua Estrangeira na Universidade de Vigo, e professora de Português e de Espanhol no ensino secundário. Tem experiência no ensino de Português, Português Língua Estrangeira e Espanhol Língua Estrangeira em diferentes níveis e contextos educativos. Tem, também, experiência como formadora no Coimbra Business School | ISCAC e no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

Para citar este texto (ABNT): QUERIDO, Paula Isabel Marques Martins Baptista. Entre línguas, direitos e territórios: educação, sociedade e ambiente em Angola e Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.11-18, jul./dez.2026.

To cite this text (APA): Querido, Paula Isabel Marques Martins Baptista (jul./dez.2026). Entre línguas, direitos e territórios: educação, sociedade e ambiente em Angola e Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 11-18.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola

João Cristóvão Da Silva Mussoque *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0005-8025-2543>

Alexandre António Timbane **

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

RESUMO

A formação de qualidade é uma preocupação de todas as sociedades. A sociedade angolana é composta por povos falantes de diversas línguas. Embora a Constituição da República de Angola estabeleça o português como língua oficial e determine que o Estado valorize e promova o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, o sistema educativo permanece predominantemente organizado em português. A legislação educacional estabelece o português como língua de ensino, mas prevê a promoção e a utilização das demais línguas de Angola como complemento e instrumento de aprendizagem. A presença das línguas africanas nas escolas angolanas constitui, por isso, um desafio marcado por condicionantes históricas, institucionais e sociais. O presente trabalho analisa o ensino bilíngue como fator de inclusão social no sistema educativo de Angola, com ênfase no reconhecimento e na valorização das línguas nacionais. Busca compreender as contribuições e os desafios para a promoção da equidade na educação, diante de um contexto marcado pela predominância do português e pela marginalização das línguas locais. Por conseguinte, procura compreender como a implementação do ensino bilíngue pode promover a inclusão social, reduzir desigualdades e valorizar as identidades culturais e linguísticas angolanas. O estudo tem como objetivos identificar políticas públicas e práticas associadas à introdução das línguas nacionais no ensino, descrever estratégias para sua valorização e analisar os desafios enfrentados. Examina-se a situação sociolinguística do país, a organização do sistema educativo e os princípios estabelecidos na Constituição da República que orientam o uso das línguas nacionais no ensino. A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem mista, utilizando questionários como instrumentos de coleta de dados, aplicados via Google Formulários a nove (9) pais e encarregados de educação e dez (10) professores de uma única escola. Os resultados descrevem as percepções desses participantes sobre o valor das línguas nacionais, o ensino bilíngue e os obstáculos à sua implementação, destacando a insuficiência de materiais didáticos, a falta de formação específica para docentes e a resistência cultural ao bilinguismo. Conclui-se que, no contexto estudado, a implementação do ensino bilíngue é percebida como uma possibilidade de

* Possui graduação em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, BA, Campus dos Malês. Atualmente, é membro do Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global. Faz parte do Grupo de Extensão Vozes de África. É integrante do Grupo de Extensão Tukina. Também, faz parte da Associação dos Estudantes Angolanos (AESA) desde 2024. E-mail: jcristovao.mussoque@gmail.com

** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, em São Paulo. E-mail: alextimbane@gmail.com

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de contribuir para a qualidade educativa, para a valorização das línguas nacionais de origem africana e para a construção de uma sociedade mais plural e socialmente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino bilíngue; Línguas nacionais; Educação; Inclusão

Bilingual education as a factor of inclusion: the use of national languages in the educational system in Angola

ABSTRACT

Quality education is a concern for all societies. Angolan society comprises peoples who speak various languages. Although the Constitution of the Republic of Angola establishes Portuguese as the official language and requires the State to value and promote the study, teaching and use of the other languages of Angola, the education system remains predominantly organized in Portuguese. Education legislation establishes Portuguese as the language of instruction while also providing for the promotion and use of other Angolan languages as complementary tools for learning. The presence of African languages in Angolan schools therefore remains a challenge shaped by historical, institutional and social constraints. This study analyzes bilingual education as a factor of social inclusion in Angola's education system, emphasizing the recognition and appreciation of national languages. It seeks to understand the contributions and challenges involved in promoting educational equity in a context marked by the predominance of Portuguese and the marginalization of local languages. Accordingly, it examines how the implementation of bilingual education may promote social inclusion, reduce inequalities, and value Angolan cultural and linguistic identities. The study aims to identify public policies and practices associated with introducing national languages into education, describe strategies for their appreciation, and analyze the challenges faced. It examines the country's sociolinguistic situation, the organization of the education system, and the constitutional principles concerning the use of national languages in education. The research adopted a mixed-methods approach and used questionnaires administered via Google Forms to nine (9) parents and guardians and ten (10) teachers from a single school. The results describe these participants' perceptions of the value of national languages, bilingual education, and the obstacles to its implementation, particularly insufficient teaching materials, a lack of specific teacher training, and cultural resistance to bilingualism. It is concluded that, in the context studied, bilingual education is perceived as a possible contribution to educational quality, the appreciation of national languages of African origin, and the construction of a more plural and socially inclusive society.

KEYWORDS

Bilingual Education; National Languages; Education; Inclusion

Introdução

Angola é um país localizado na costa ocidental da África Austral, com uma extensão territorial de 1.246.700 km² e uma população diversificada, composta por vários grupos étnico-linguísticos. O país tem uma história

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de marcada por quase cinco séculos de colonização portuguesa, que deixaram profundas influências na cultura, na política e, sobretudo, na configuração linguística do país.

A exclusão das línguas nacionais no sistema de ensino angolano tem propagado desigualdades e limitado o potencial de muitos estudantes, principalmente daqueles para quem o português não é a língua materna. Angola é um país caracterizado por sua diversidade linguística, “onde coabitam cerca de vinte línguas de origem africana, tratando-se de um país multilíngue e de diversidade cultural, além do português, que é a língua oficial” (Bernardo, 2018, p. 40). No entanto, o sistema educacional ainda enfrenta desafios significativos na implementação de políticas públicas que promovam a inclusão linguística. A priorização do português resulta na marginalização das línguas nacionais, que são o principal meio de comunicação para uma parte significativa da população, especialmente nas demais províncias.

Nesse sentido, o ensino bilíngue surge como uma ferramenta importante na promoção de uma educação mais inclusiva e na valorização das identidades culturais e linguísticas. A UNESCO (2003), em *Educação em um mundo multilíngue* (tradução nossa do título), reconhece a importância do uso da língua materna na melhoria do aprendizado cognitivo dos alunos, além de contribuir para a redução das desigualdades sociais. Em Angola, têm sido tomadas iniciativas para incluir línguas nacionais no sistema de ensino, em algumas escolas privadas, mas ainda se verificam grandes dificuldades estruturais, como a falta de capacitação de professores e a escassez de materiais didáticos.

Neste contexto, a introdução das línguas nacionais no sistema educativo é fundamental para reverter o quadro histórico de marginalização dessas línguas. Como destaca Chicumba (2019, p. 3), “A política cultural dos colonialismos europeus atribuiu sempre o estatuto de inferioridade às línguas africanas, designadas de dialetos. Esta situação oficializou-se em 1869 [...] e prolongou-se até 1975”. Esse histórico de exclusão resultou na predominância do português na administração pública, na educação e nos meios de comunicação, criando um cenário de desigualdade linguística.

Além disso, as reformas educativas de 1977 e 2004 incentivaram a introdução das línguas nacionais no Sistema Nacional de Educação e Ensino, uma vez que “mais de metade da população, principalmente em zonas rurais,

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de não dominava o português” (Chicumba, 2019, p. 2). No entanto, a ausência de recursos educativos em línguas nacionais e a resistência cultural à sua implementação continuam sendo desafios significativos.

Com isso, este trabalho propõe-se a analisar a necessidade de implementação de um ensino bilíngue e o seu papel no sistema de ensino angolano, acentuando a contribuição das línguas nacionais como fator de inclusão social e educacional, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Apesar de a diversidade linguística existente no país ser um patrimônio cultural significativo, ela representa um desafio para o sistema educacional angolano, pois o português foi priorizado como instrumento de ensino nas escolas e como principal meio de comunicação nas organizações governamentais. Esse modelo tradicional monolíngue, que favorece o português e, conseqüentemente, desmerece as línguas nacionais, atua como uma ferramenta de exclusão, uma vez que as línguas nacionais continuam sendo amplamente faladas no dia a dia de muitas comunidades angolanas, principalmente nas zonas rurais e mais distantes dos centros urbanos.

Como consequência, muitos  alunos enfrentam dificuldades de aprendizado, o que contribui para a evasão escolar, limitando suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional. Além disso, essa realidade reforça desigualdades sociais e enfraquece a transmissão das línguas nacionais entre gerações, colocando-as em risco de extinção. Conforme Mantoan (2003, p. 14), “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.”

Daí a ideia de um ensino bilíngue como alternativa para tornar a educação em Angola mais inclusiva, respeitando a diversidade linguística e progredindo para um aprendizado mais eficaz. A Lei nº 17/16, de 7 de outubro, estabelece o português como língua de ensino, mas determina também que o Estado promova as condições para a expansão e generalização da utilização das demais línguas de Angola e admite o seu uso, como complemento e instrumento de aprendizagem, nos diferentes subsistemas de ensino (ANGOLA, 2016, Artº. 16). A concretização dessas possibilidades enfrenta desafios estruturais e culturais, como a falta de materiais didáticos, de professores

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de devidamente preparados e capacitados e a resistência de setores que ainda associam o português à única língua de progresso. Nesse sentido, torna-se necessário um olhar reflexivo a respeito dos impactos do ensino bilíngue na inclusão social e educacional, assim como das estratégias e políticas públicas que podem possibilitar a sua implementação de modo mais eficiente e sustentável em Angola.

Diante disso, buscamos levantar a seguinte questão: de que forma a implementação do ensino bilíngue, com foco no uso e na valorização das línguas nacionais, pode contribuir para a inclusão social e educacional no sistema de ensino em Angola e quais são os principais desafios e estratégias para alcançar esse objetivo? Como hipóteses, avançam-se as seguintes ideias: a) a utilização das línguas nacionais no ensino bilíngue poderá melhorar o desempenho acadêmico dos alunos que falam essas línguas; b) o ensino bilíngue favorece a inclusão social e reduz a desigualdade educacional; c) a falta de recursos, como materiais didáticos, e de capacitação de professores constitui um dos fatores que dificultam a implementação do ensino bilíngue nas escolas de Angola.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel do ensino bilíngue como fator de inclusão social, cultural e educacional em Angola, com ênfase no uso das línguas nacionais no sistema de ensino. Especificamente, a pesquisa visa: a) identificar políticas públicas, práticas e desafios associados à sua implementação; b) descrever estratégias do ensino bilíngue utilizadas para valorizar e preservar as línguas nacionais angolanas; c) avaliar os desafios enfrentados pelos professores, alunos e escolas na implementação do bilinguismo no ensino angolano. A presente pesquisa parte da necessidade de compreender criticamente como o sistema educacional angolano lida com a sua complexa diversidade linguística e cultural, partindo inicialmente da análise da situação sociolinguística do país e da centralidade do português como língua de ensino. Ressaltamos que a pesquisa não busca apenas descrever um quadro já conhecido, mas propor uma reflexão aprofundada sobre as possibilidades de transformação deste cenário.

O ensino bilíngue, embora previsto em algumas políticas, reconhecido em documentos internacionais e já materializado em alguns contextos, como Moçambique, entre outros, permanece em Angola como uma proposta mais retórica do que efetivamente implementada. A pesquisa, portanto, pretende

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de avançar sobre essa lacuna, investigando como o uso das línguas nacionais pode deixar de ser um discurso periférico e assumir um papel estruturante na promoção de uma educação inclusiva e socialmente comprometida.

Entende-se que, para além de uma necessidade pedagógica, a valorização das línguas nacionais representa uma estratégia política de reparação histórica e de fortalecimento das identidades culturais angolanas. Espera-se ajudar, mesmo que de forma inicial e parcial, a promover um diálogo mais amplo e consciente na sociedade e na academia sobre a criação de políticas linguísticas e educacionais mais justas e eficientes. Essas políticas devem valorizar a diversidade de línguas, não como um problema, mas como uma ferramenta importante para o aprendizado.

Diante disso, a continuidade e o aprofundamento desta pesquisa mostram-se relevantes para delinear, com maior precisão, os desafios, as potencialidades e as possíveis estratégias para a implementação do ensino bilíngue em Angola, reforçando o compromisso com uma educação que respeite a pluralidade cultural e amplie as possibilidades de inclusão e cidadania.



1. A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

Angola é um país com uma grande variedade de línguas e culturas, resultado de uma história complexa que inclui a colonização, migrações e a convivência entre diferentes grupos étnicos. Essa realidade sociolinguística apresenta desafios e oportunidades no contexto educacional, especialmente na implementação do ensino bilíngue como fator de inclusão social. Antes da colonização, o território era habitado por diversos grupos etnolinguísticos, cujas línguas pertencem principalmente à família Bantu. Com a invasão dos colonizadores, o português foi imposto como língua administrativa e de ensino, deixando as línguas nacionais em um papel secundário.

Após a sua independência, em 1975, Angola manteve o português como língua oficial e, em contrapartida, reconheceu a importância das línguas nacionais na preservação da identidade cultural do país. Esse reconhecimento, porém, não foi plenamente posto em prática, pois a situação sociolinguística em Angola é marcada por uma divisão entre o português, associado ao progresso e à modernidade, e as línguas nacionais, muitas vezes vistas como inferiores ou restritas a contextos informais. Desse modo, a disputa por espaço

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
das línguas nacionais ao lado do português, língua herdada do colonizador, configura um cenário complexo e multifacetado.

Essa primazia do português em instituições públicas, meios de comunicação e, sobretudo, no sistema educacional não apenas reforça desigualdades sociais, mas também impacta negativamente o processo de aprendizagem de muitos alunos cuja língua materna não é o português, gerando dificuldades de compreensão, expressão e integração no ambiente escolar. A falta de uma política linguística clara e inclusiva agrava essa situação. Enquanto o português atua como veículo de instrução, as línguas nacionais, como Kimbundu, Umbundu, Kikongo e outras, permanecem à margem, sem espaço formal no currículo escolar.

De acordo com Santana e Timbane (2021), o português permanece predominante como meio de ensino no sistema educativo angolano, enquanto as línguas nacionais ocupam um espaço reduzido. Os autores consideram que a insuficiente institucionalização das línguas africanas compromete o plurilinguismo e reforça tendências monolíngues. Essa situação pode limitar o desenvolvimento linguístico de alunos cuja língua materna não é o português e desvalorizar identidades culturais, razão pela qual o debate sobre política linguística e educação bilíngue assume particular relevância em Angola.

No entanto, Santana e Timbane (2021) enfatizam a importância de o poder político considerar os debates sobre política linguística para tomar decisões que valorizem as línguas locais, contribuindo para a preservação da diversidade linguística e cultural do país. Diante disso, é importante discutir o papel da língua no desenvolvimento de um país multilíngue como Angola. Além disso, o contato entre o português e as línguas locais dá origem a novas variedades linguísticas, como o português angolano, que carrega marcas fonéticas, lexicais e sintáticas das línguas nacionais. Isso implicaria, por exemplo, que o ensino do português levasse em consideração a realidade plurilíngue dos alunos. Esse fenômeno, embora enriquecedor, exige que os professores estejam preparados para lidar com a variação linguística em sala de aula, o que nem sempre acontece.

Portanto, a situação sociolinguística de Angola exige uma reparação urgente das políticas educacionais, com foco na inclusão das línguas nacionais e no reconhecimento da diversidade linguística como um recurso e não como um obstáculo.

1.1. Localização das línguas

Com uma extensão de 1.246.700 km², Angola é atualmente dividida administrativamente em 21 províncias, que, por sua vez, se subdividem em municípios e comunas. Essa diversidade geográfica relaciona-se com a distribuição das diferentes línguas faladas no território. De acordo com os resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, o português era falado por cerca de 71% da população, com maior incidência nas áreas urbanas do que nas rurais (INE, 2016).

O censo regista também a presença de várias línguas nacionais no uso doméstico, entre as quais Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Ngangela, Kwanhama e Muhumbi, com distribuições regionais diferenciadas. Estes dados não devem ser lidos como categorias mutuamente exclusivas, uma vez que um mesmo falante pode utilizar mais de uma língua. A diversidade linguística observada reforça a necessidade de considerar os repertórios efetivos das comunidades no planeamento educacional.

1.2. O Lugar das línguas africanas em Angola



As línguas africanas desempenham um papel muito importante na formação da identidade cultural de Angola. Elas são formas de transmitir valores, histórias, memórias e manifestações artísticas. Infelizmente, ao longo da história, essas línguas foram deixadas de lado, tanto durante o período colonial, quando o português foi imposto como língua oficial, quanto depois da independência, quando o português continuou sendo a principal língua usada nas instituições e na educação.

Zossou (2021) explica que, na visão africana, a língua está profundamente ligada aos aspectos culturais, espirituais e intelectuais do grupo que a fala. Segundo o autor, “a língua no contexto africano é uma caixa preciosa que contém as riquezas culturais, intelectuais, sociais, espirituais de um determinado grupo etnolinguístico” (ZOSSOU, 2021, p. 50).

Nesse caso, no contexto africano, a língua vai além de uma simples ferramenta de comunicação. Ela é vista como uma parte fundamental da cultura e da vida social. Diante disso, reconhecer o papel dessas línguas significa também reconhecer a pluralidade do povo angolano e sua resistência histórica frente à imposição cultural colonial. Sua presença cotidiana nas

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de famílias, mercados, práticas religiosas e artísticas revela sua centralidade, ainda que essas línguas sejam oficialmente subvalorizadas. Zossou (2021) segue enfatizando que, diferentemente da cultura ocidental, que considera a escrita como a principal maneira de transmitir o conhecimento, nas sociedades africanas a oralidade é o método mais importante para manter e compartilhar os saberes sociais, espirituais e culturais. Entretanto, é importante pensar sobre o lugar das línguas africanas no contexto educacional angolano. Essa reflexão visa reconhecer a importância dessas línguas como suporte da memória social e como elemento estruturante da própria existência dos grupos que as falam.

1.3. Ensino Bilíngue

O ensino bilíngue é um método de aprendizagem em que duas línguas são usadas de forma planejada e prática na escola. Não se trata apenas de ensinar essas línguas como disciplinas separadas, mas de usá-las como ferramentas para aprender, comunicar-se e construir conhecimento (GARCÍA; WRIGHT, 2015 apud MEGALE; EL KADRI, 2023).

Megale e El Kadri (2023) ressaltam que essa educação bilíngue deve ser crítica, rompendo com a ideia de que existe uma língua de prestígio. Deve incentivar práticas pedagógicas que valorizem as demais línguas e formas de falar, reconhecendo diferentes vozes e conhecimentos linguísticos que os alunos levam para a sala de aula. Essa visão entende a língua não apenas como um instrumento de comunicação, mas também como um símbolo de pertencimento e poder social.

Essa discussão no contexto angolano é significativa, pois as línguas nacionais, embora reconhecidas pela Constituição, são frequentemente limitadas ao uso em contextos familiares e informais. A distância entre as línguas utilizadas nas escolas e as faladas nas comunidades dificulta o aprendizado e resulta na exclusão de muitos estudantes.

Diante disso, a inclusão educacional não se restringe simplesmente à presença do aluno em sala de aula, mas implica também criar condições para que todos aprendam com base em sua realidade linguística, cultural e social. Freire (1987) enfatiza que educar é reconhecer o outro como sujeito de saber e cultura e não lhe impor um modelo único de expressão. Percebe-se que, no contexto angolano, isso significa compreender que considerar o português a

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de única e exclusiva língua de ensino só fortalece a exclusão linguística, social e simbólica de quem tem outra língua como materna.

Portanto, deve-se enxergar a educação bilíngue como um caminho para a inclusão, sobretudo em países multilíngues como Angola. Ela promove respeito, aproxima as escolas das comunidades e reconhece o valor cultural das línguas nacionais. Seu alcance deve ir muito além de uma metodologia pedagógica: o ensino bilíngue é uma ferramenta de justiça social e educacional, capaz de transformar a escola em um espaço representativo da identidade angolana e verdadeiramente plural.

1.4. Políticas linguísticas e educacionais em contextos multilíngues

A política linguística em Angola reflete um processo histórico marcado pela herança colonial, no qual o português foi instituído como única língua oficial e consolidado como principal meio de ensino. Essa centralidade é frequentemente justificada como necessária à unidade nacional, mas também é criticada por ignorar a diversidade linguística e cultural do país (PATATAS; QUINTAS, 2019). No entanto, essa abordagem levanta uma dúvida importante: será que é possível promover inclusão social e melhorar o desempenho escolar se ignorarmos a língua materna da maioria dos estudantes?

Tal como foi dito no princípio, em contextos multilíngues como o de Angola, a adoção de um modelo monolíngue tende a produzir exclusões. Crianças cuja língua materna não é o português enfrentam barreiras cognitivas e afetivas desde os primeiros anos escolares, resultando em dificuldades de aprendizagem e limitação do acesso ao conhecimento. Para Patatas e Quintas (2019), a ausência de políticas efetivamente inclusivas nesse campo significa perpetuar desigualdades históricas e reforçar preconceitos linguísticos.

A experiência de outros países africanos demonstra que alternativas são possíveis. Em Moçambique, por exemplo, programas de educação bilíngue iniciados em regiões rurais mostraram que a alfabetização na língua materna favorece a compreensão e a permanência escolar, sem comprometer a aprendizagem do português (JOAQUIM; PACHECO, 2017). A África do Sul, com um regime constitucional multilíngue e várias línguas oficiais, constitui igualmente um exemplo de enquadramento institucional da diversidade linguística.

Dessa forma, refletir sobre as políticas linguísticas em Angola significa reconhecer que sua configuração não é neutra: trata-se de uma escolha

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de política e cultural. Revisitar essa escolha implica não apenas repensar o papel do português como língua de ensino, mas também considerar as línguas nacionais como instrumentos de inclusão social, valorização identitária e coesão cultural. Isso sugere que Angola poderia reconsiderar suas políticas, ajustando-as mais à realidade linguística do país e menos às lembranças do passado colonial.

1.5. Desafios e possibilidades

Embora a legislação angolana já reconheça a importância de valorizar as línguas nacionais, na prática ainda enfrentamos muitos desafios para colocar isso em ação no ensino. Como apontado por Miranda (2023), na província da Huíla, o ensino bilíngue existe mais como uma expectativa do que como uma realidade concreta. Um dos principais obstáculos é a formação docente. Muitos professores não dominam suficientemente as línguas nacionais nem possuem preparo pedagógico para atuar em contextos bilíngues, o que compromete a qualidade das práticas de ensino (MIRANDA, 2023).

Outro desafio é a escassez de material didático produzido nas línguas locais. Sem livros, cartilhas e recursos adaptados, o ensino bilíngue corre o risco de se tornar inviável. A esse aspecto soma-se o preconceito linguístico ainda presente em parte da sociedade, que associa as línguas nacionais ao atraso e o português ao progresso, reproduzindo uma lógica de inferiorização herdada do colonialismo (MIRANDA, 2008). Esses fatores contribuem para taxas mais elevadas de reprovação e evasão escolar, sobretudo entre crianças cuja primeira língua não é o português (MIRANDA, 2023).

Apesar disso, as possibilidades de avanço são concretas. O ensino bilíngue, quando implementado desde os primeiros anos escolares, pode favorecer a autoestima dos estudantes, aumentar o engajamento e reforçar o sentimento de pertencimento (Patatas; Quintas, 2019). Experiências moçambicanas confirmam que a integração das línguas locais como meio de instrução inicial melhora o desempenho acadêmico e fortalece os vínculos culturais (JOAQUIM; PACHECO, 2017). Além disso, Miranda (2023) aponta que a valorização de professores nativos das comunidades, aliada a programas de formação continuada, representa uma estratégia viável para consolidar o ensino bilíngue em Angola. Nesse sentido, o desafio maior não é apenas técnico, mas político: investir em recursos, superar preconceitos e transformar o discurso em prática.

Assim, refletir sobre os desafios e possibilidades do ensino bilíngue significa compreender que sua efetivação pode se tornar um instrumento de justiça social. Longe de ameaçar a unidade nacional, a presença das línguas locais no sistema educativo fortalece a democratização do ensino e contribui para a preservação das identidades culturais historicamente marginalizadas.

2. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA

A Lei nº 17/16, de 7 de outubro, estabelece as bases atuais do Sistema de Educação e Ensino de Angola. No que respeita às línguas, o seu artigo 16.º determina que o ensino seja ministrado em português, mas prevê simultaneamente que o Estado promova as condições para a expansão e generalização da utilização das demais línguas de Angola e que estas possam ser utilizadas, como complemento e instrumento de aprendizagem, nos diferentes subsistemas de ensino (ANGOLA, 2016). A distância entre essa previsão normativa e a sua concretização constitui um dos eixos discutidos neste estudo, sobretudo no que toca à formação de professores, à produção de materiais e à presença efetiva das línguas nacionais nas escolas.

A situação torna-se ainda mais evidente no ensino superior. Exemplo disso é o caso de universidades que oferecem cursos de Letras: nos dois primeiros anos, privilegia-se o inglês, e apenas no terceiro ano surge a disciplina de uma língua nacional, como o Kimbundu. Esse arranjo curricular evidencia uma hierarquia que coloca o português no centro, reforça línguas estrangeiras e marginaliza as línguas nativas, contrariando o espírito da lei que deveria orientar o sistema educativo.

Essa ausência de políticas consistentes de ensino bilíngue revela um paradoxo: ao mesmo tempo que a Constituição da República de Angola (2010), no seu artigo 19º, reconhece a importância da diversidade linguística, o sistema educativo não garante professores especializados, materiais didáticos adequados nem programas de valorização das línguas nacionais. Como resultado, amplia-se a desigualdade entre grupos sociais, uma vez que os estudantes com menor contato com o português enfrentam maiores barreiras de aprendizagem. Para que o ensino bilíngue seja uma realidade em Angola, é necessário implementar políticas estruturadas que incluam não apenas a escola, mas também ações de conscientização da sociedade, como campanhas na televisão e em outros meios de comunicação.

2.1 Ensino Primário

O ensino primário é uma fase particularmente relevante para discutir a introdução das línguas nacionais no sistema educativo, por coincidir com o contato inicial de muitas crianças com a leitura e a escrita. A Lei n.º 17/16 estabelece, no artigo 16.º, que o ensino deve ser ministrado em português, mas admite a utilização das demais línguas de Angola como complemento e instrumento de aprendizagem. Neste quadro, importa discutir de que modo a língua materna dos alunos pode ser mobilizada pedagogicamente sem comprometer a aprendizagem do português. Sousa (2015) relaciona a centralidade histórica do português com o colonialismo e com processos de centralização estatal. Filipe (2012), por sua vez, chama a atenção para o denominado “bilinguismo subtrativo”: em modelos assim, a criança pode perder espaço de uso da língua materna sem adquirir plenamente competência na segunda língua, produzindo resultados frágeis tanto na aprendizagem quanto no desenvolvimento linguístico.

Mas há outro ponto: quando se alfabetiza em português, não apenas se cria uma barreira pedagógica, mas também uma barreira simbólica. A mensagem transmitida é de que as línguas maternas não são dignas de serem usadas na escola. Isso gera desvalorização cultural e até rejeição da própria identidade linguística. Ao contrário, quando o processo parte da língua materna, o português pode ser incorporado gradualmente, de forma aditiva, valorizando e somando competências. Isso tem sido comprovado em experiências de países africanos, onde a valorização da língua local reduziu a evasão escolar e aumentou a autoestima dos alunos.

2.2 Ensino Secundário

O ato de ensinar pode distanciar ou aproximar o aluno da sua identidade cultural. Em teoria, poder-se-ia argumentar que a ciência é “universal” e independe da língua. Mas, na prática, ensinar unicamente em português coloca as línguas nacionais à margem do conhecimento científico, como se estas só servissem para a vida cotidiana ou para a infância. Sousa (2015) observa que, mesmo após a independência, o sistema não conseguiu integrar as línguas nacionais de forma efetiva, mantendo o português como único veículo do saber formal.

Filipe (2012) mostra que esse processo se assemelha ao modelo de submersão: a língua majoritária é imposta, e a língua minoritária desaparece. Isso não só limita a aprendizagem, mas também comunica que a cultura dos alunos não tem valor no campo do conhecimento. O impacto disso na adolescência é profundo, pois este é o momento de formação da identidade e da pertença. Ao não verem sua língua refletida na escola, os jovens internalizam a ideia de que sua cultura não tem legitimidade no espaço científico e escolar.

Além disso, a exclusão da língua no ensino médio cria um paradoxo: pede-se que o estudante entenda conteúdos complexos de ciência e tecnologia, mas não se oferece a oportunidade de usar sua língua mais familiar para pensar e aprender. Isso não é apenas uma dificuldade com a língua, mas uma barreira que impede o acesso ao conhecimento de forma plena. A resposta é simples: ciência e identidade podem coexistir, mas a maneira como o sistema funciona em Angola acaba transformando a ciência em um elemento de ruptura cultural, quando ela poderia ser uma ponte que une diferentes culturas de forma mais inclusiva.

2.3 Ensino Superior



Pode-se observar que, sem investir no ensino superior, torna-se difícil manter políticas de inclusão linguística em outros níveis de ensino, pois essa é uma questão que envolve estruturas mais profundas. Sousa (2015) demonstra que a formação docente em Angola é incipiente no campo do bilinguismo e que a pesquisa sobre línguas nacionais ainda não é prioridade das universidades. Isso significa que os professores do primário e do secundário chegam às salas de aula sem ferramentas teóricas e metodológicas para implementar a educação bilíngue. Filipe (2012) acrescenta que, sem políticas de educação bilíngue aditiva, que fortaleçam tanto a língua materna quanto a majoritária, não há como criar bilíngues equilibrados.

O sistema se sustenta principalmente porque é no ensino superior que se produzem currículos, gramáticas, dicionários e materiais didáticos. Na ausência desse investimento, qualquer política nos níveis inferiores tende a ser improvisada ou a resultar em projetos isolados. Pior ainda: ao não institucionalizar o estudo das línguas nacionais, o sistema reforça a noção de que elas são secundárias, periféricas ou "não científicas". Isso mantém o ciclo vicioso: como os professores não são capacitados, eles não ensinam; como não

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de ensinam, os alunos não aprendem; como os alunos não aprendem, não há pressão social para mudar a situação das línguas.

Assim, o ensino superior é o elo que decide se o bilinguismo em Angola será apenas retórico ou se terá base sólida para transformar a escola em espaço de inclusão.

Nesse contexto, fica evidente que a exclusão das línguas nacionais vai além de uma simples questão linguística; trata-se de um projeto histórico e político que permeia todos os níveis de ensino. Essa configuração, embora seja uma herança da colonização portuguesa e da centralização estatal, que estabeleceram o português como língua dominante, encontra em teóricos como Filipe (2012) um referencial crítico, ao afirmar que apenas políticas de bilinguismo forte, aditivas e de manutenção evolutiva, podem romper com a subtração linguística e garantir que ciência, cidadania e identidade cultural coexistam.

3. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS

Ao fazermos uma análise da Constituição da República de Angola (2010) e da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), percebe-se a distância entre o reconhecimento formal das línguas nacionais e a efetivação de direitos linguísticos. A Constituição estabelece, no artigo 19.º, que a língua portuguesa é a língua oficial do Estado. “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (ANGOLA, 2010, art. 19, n.º2). Do mesmo modo, o artigo 21.º dá ao Estado a tarefa de “Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação” (ANGOLA, 2010, art. 21, alínea h).

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), elaborada no âmbito da Conferência Mundial de Direitos Linguísticos realizada em Barcelona, apresenta um quadro de defesa dos direitos das comunidades linguísticas e da igualdade entre as línguas. O documento abrange domínios como a educação, a cultura, os meios de comunicação e a vida pública, defendendo condições para que as comunidades possam preservar, desenvolver e promover os seus sistemas linguísticos.

Artigo 7.º

1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções.
2. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora.

Artigo 9.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, standardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas.

Artigo 10.º

1. Todas as comunidades linguísticas são iguais em direito.
2. Esta Declaração considera inadmissíveis as discriminações contra as comunidades linguísticas baseadas em critérios como o seu grau de soberania política, a sua situação social, económica ou qualquer outra, ou o nível de codificação, atualização ou modernização alcançado pelas suas línguas.
3. Em aplicação do princípio da igualdade, devem ser tomadas as medidas indispensáveis para que esta igualdade seja real e efetiva (DUDL, 1996, p. 6-7, grifo nosso).

Os dois instrumentos operam,  assim, em planos distintos. A Constituição de Angola confere ao português o estatuto de língua oficial, mas determina também que o Estado valorize e promova o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos formula princípios mais amplos de igualdade entre comunidades linguísticas e de proteção das suas línguas em diferentes domínios da vida social.

No contexto educacional, a questão central não é a ausência de qualquer reconhecimento jurídico das línguas de Angola, mas a distância entre esse reconhecimento e a sua efetivação. A Constituição promove o estudo e o ensino das demais línguas de Angola, e a Lei n.º 17/16 admite a sua utilização como complemento e instrumento de aprendizagem, embora mantenha o português como língua de ensino. Os dados deste estudo devem, por isso, ser lidos como percepções dos participantes sobre a implementação concreta dessas previsões e sobre os obstáculos que persistem. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos funciona aqui como referencial crítico para discutir uma presença educacional mais ampla das línguas das comunidades.

3.1. A língua Kimbundu

Segundo os resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014 (INE, 2016), o Kimbundu surge entre as línguas de Angola utilizadas no espaço doméstico, com cerca de 7,8% das respostas registadas. Estes dados evidenciam a presença social da língua, embora não permitam, por si só, caracterizar todos os seus domínios de uso nem a sua transmissão entre gerações. O Kimbundu mantém também relevância histórica e cultural, sendo objeto de documentação gramatical, lexicográfica e de iniciativas contemporâneas de preservação.

Do ponto de vista linguístico e acadêmico, o Kimbundu possui uma tradição documental relevante. A Grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola, de Chatelain (1888-1889), constitui um marco no estudo da língua, enquanto o Dicionário Kimbundu-Português, de Assis Júnior (1948), oferece uma ampla compilação lexical. Mais recentemente, o Mini Dicionário Kimbundu, de Mpungu (2021), e recursos digitais como Glosbe (2025) e Kimbundu.org (2025) ampliam o acesso a vocabulários e materiais de consulta. Além disso, Fernandes (2021) analisa a gramática de Pedro Dias, publicada em 1697, destacando o seu lugar pioneiro na história da descrição do Kimbundu.

Este conjunto de obras demonstra que existem bases documentais relevantes para apoiar o ensino e o estudo do Kimbundu. Contudo, a existência de gramáticas, dicionários e recursos digitais não elimina outros obstáculos à implementação educacional, entre os quais se encontram a formação de professores, a produção e distribuição de materiais didáticos adequados, a planificação curricular, a regulamentação e as opções de política linguística. O Quadro I reúne alguns exemplos dessa tradição documental.

Quadro I: Lista de alguns dicionários e gramáticas existentes na língua Kimbundu

Autor(es)	Obras	Ano
Héli Chatelain	Grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola	1888-1889
A. de Assis Júnior	Dicionário Kimbundu-Português, linguístico, botânico, histórico e corográfico	1948
Pedro Dias (estudado por Gonçalo Fernandes)	A primeira gramática do (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisboa, 1697)	1697/2021
Ngana Mpungu (Celso Dermones)	Mini Dicionário Kimbundu	2021
Glosbe	Dicionário Português-Kimbundu (online)	2025

Autor(es)	Obras	Ano
Kimbundu.org	Arquivo Kimbundu (online)	2025

Fonte: elaborado pelos autores com base em Chatelain (1888-1889), Assis Júnior (1948), Fernandes (2021), Mpungu (2021), Glosbe (2025) e Kimbundu.org (2025).

4. Metodologia

Para a nossa pesquisa, adotamos uma abordagem quali-quantitativa, articulando questões fechadas e abertas nos questionários aplicados aos participantes (Creswell; Plano Clark, 2013). A componente quantitativa corresponde à apresentação de frequências e percentagens das respostas fechadas; a componente qualitativa decorre da análise e discussão dos excertos das respostas abertas e das percepções expressas pelos participantes. Esta articulação procura ampliar a compreensão do contexto estudado, sem atribuir à amostra um alcance representativo que o desenho da pesquisa não permite.

Creswell (2010) realça que a pesquisa mista é, de fato, útil quando queremos entender um fenómeno de forma mais completa, juntando a objetividade dos números com a riqueza das interpretações. Neste estudo, essa abordagem permitiu uma visão mais ampla e integrada sobre como os professores e os encarregados de educação percebem o uso das línguas nacionais no sistema de ensino, além de identificar os desafios enfrentados na implementação do ensino bilíngue em Angola.

4.1. Local da pesquisa

A nossa pesquisa foi realizada na Escola Dom Pedro V (antiga 1 de Junho), localizada na cidade de Luanda, município do Cazenga, bairro da Mabor, no Distrito urbano do Kimaquieza, especificamente na rua do Imbondeiro. A instituição atende estudantes de diferentes níveis de ensino e constitui um espaço sociolinguisticamente representativo, onde há falantes das diversas línguas nacionais de origem africana e do português. Também é implementado o ensino da língua Kimbundu, o que a torna um ambiente privilegiado para analisar as dinâmicas de bilinguismo e as percepções sobre o uso das línguas nacionais no processo de ensino-aprendizagem.

4.2. Instrumento de coleta de dados

Para coletar os dados, utilizamos dois questionários, sendo o primeiro dirigido aos professores e o segundo aos pais e encarregados de educação. Os questionários foram criados e enviados por meio da plataforma Google Formulários. O primeiro questionário foi dirigido a dez (10) professores e o segundo foi enviado a nove (9) pais e encarregados de educação. Essa escolha facilitou a resposta dos participantes, além de ajudar a manter as informações organizadas de forma eficiente.

O objetivo dos questionários foi entender como os participantes percebem o uso das línguas nativas e de que forma a língua de ensino (português) influencia o aprendizado e a inclusão escolar de seus filhos. O questionário destinado aos professores contém 22 questões, sendo 5 abertas, 16 fechadas e 1 de múltipla escolha; por sua vez, o questionário destinado aos pais conta com 14 questões, 11 fechadas e 3 abertas.

O estudo incidiu em 19 participantes de uma única escola: nove pais e encarregados de educação e dez professores. O manuscrito não descreve um procedimento probabilístico de seleção; por essa razão, os resultados são interpretados como percepções dos participantes deste estudo e não como estimativas generalizáveis ao conjunto do sistema educativo angolano. Na apresentação dos resultados, as respostas fechadas são sintetizadas por frequências e percentagens e as respostas abertas são discutidas por meio de excertos selecionados.

De acordo com Gil (2008), o questionário “é um dos instrumentos mais utilizados na pesquisa social, por permitir a obtenção de informações de forma sistematizada e com menor interferência do pesquisador no conteúdo das respostas” (GIL, 2008, p. 121). Neste quesito, a elaboração de questionários estruturados permitiu que os participantes expressassem suas opiniões de forma livre, assegurando, ao mesmo tempo, a uniformidade necessária à análise dos dados. É importante realçar que o questionário respeitou os princípios éticos, acompanhado por um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O questionário explicava as finalidades da pesquisa, garantindo a participação anônima e voluntária dos participantes, além de esclarecer que essas informações seriam usadas apenas para fins acadêmicos.

4.3. Apresentação dos resultados

Todos os participantes da pesquisa assinaram o TCLE. A partir dos dados coletados, observa-se que as mães dos alunos foram as que mais participaram

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
do questionário (77,8%), informação que mostra que são elas que mais acompanham a educação dos filhos. Quanto à zona em que as crianças moram, 44,4% vivem na zona urbana, 33,3% na zona suburbana e 22,2% na zona rural.

A maior parte dos pais e encarregados de educação que participaram da pesquisa está na faixa etária de 20 a 30 anos e corresponde a 44,4%. Este dado mostra que alguns voluntários não são pais, mas sim irmãos mais velhos que tomam conta dos mais novos enquanto os pais vão em busca do sustento.

Os dados fornecidos pelos pais e encarregados de educação nos fazem perceber que há uma convivência entre as demais línguas nacionais do país e o português. Observamos que a maior parte deles tem o Kikongo e o Kimbundu como línguas maternas, ambas com 33,3%. Ainda assim, o português é a língua mais usada em casa, também em 33,3%, especialmente na comunicação com as crianças. Isso mostra que há uma mudança entre gerações na maneira de falar: as línguas africanas continuam mais presentes entre os mais velhos, enquanto o português está se tornando a língua principal no dia a dia com a família.

Já no que diz respeito à aceitação do ensino bilíngue, identificou-se que 22,2% dos pais declaram aceitar que a escola utilize simultaneamente o português e o Kimbundu como línguas de ensino, enquanto 66,7% responderam “talvez” e 11,1% rejeitaram essa possibilidade. A predominância da resposta “talvez” indica uma posição maioritariamente condicional ou ainda não definida, e não uma adesão inequívoca. Os comentários abertos mostram que essa abertura é frequentemente associada à existência de professores capacitados, materiais pedagógicos adequados e uma implementação institucional bem estruturada.

Apesar desse olhar cuidadoso, os dados evidenciam também uma forte valorização das línguas nacionais de origem africana, uma vez que 77,8% dos pais acreditam que uma língua africana pode ser utilizada como língua de ensino; 88,9% afirmam que o uso do Kimbundu não comprometeria a aprendizagem do português; e 100% defendem a necessidade de proteção estatal e afirmam não sentir vergonha ao falar suas línguas maternas em público. Em conjunto, tais resultados revelam a percepção das famílias de que as línguas nacionais possuem importância cultural e educativa, não sendo vistas como barreiras ao desenvolvimento acadêmico.

Diversas opiniões sobre a questão da educação bilíngue em Angola foram apresentadas. A seguir, apresentaremos apenas 7 voluntários, para que possamos refletir sobre a importância do bilinguismo na sociedade angolana:

Voluntário 1: *Acho o tema pertinente, é muito importante conhecermos as nossas línguas, pois elas nos identifica, seria muito bom se o governo abraçasse a ideias de lecionar línguas nacionais nas nossas escolas, pois assim cresceríamos já com o hábito de as falar.*

Este voluntário defende que as línguas africanas de Angola podem ocupar maior espaço no ensino e associa a sua presença escolar à valorização cultural. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) oferece um referencial de proteção dos direitos educativos das comunidades linguísticas e de promoção das suas línguas. Nesse sentido, a introdução ou ampliação do ensino de línguas africanas pode ser discutida como uma forma de reconhecer a identidade cultural dos seus falantes, desde que acompanhada pelas condições pedagógicas e institucionais necessárias.

Voluntário 2: *Acredito que é um tema pertinente, mas acho que a escola deve preparar as crianças para lidar com dificuldades do dia-a-dia, e o português é a língua oficial do país. Sei que as línguas africanas são importantes para nossa cultura, na prática, a maioria das oportunidades profissionais exige domínio do português. Por isso, penso que a prioridade na escola deve ser fortalecer o ensino do português, as línguas nacionais podem ser aprendidas em casa.*

Este comentário expressa uma preferência pelo português com base no seu estatuto oficial e na sua utilidade percebida nos percursos acadêmicos e profissionais. Essa posição ilustra a hierarquia de prestígio que pode existir entre o português e as línguas africanas, sem significar necessariamente rejeição da importância cultural destas últimas. A Constituição da República de Angola (2010) determina, em seu artigo 19.º, que a língua oficial é o português e que o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola.

A Constituição não consagra um direito individual geral ao ensino em língua africana, mas atribui ao Estado o dever de valorizar e promover o estudo e o ensino das demais línguas de Angola. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), por sua vez, enquadra a língua como realidade coletiva e

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão, reforçando a relevância dos direitos educativos das comunidades linguísticas.

Voluntário 3: *Eu acho importante que as línguas africanas não desapareçam. São parte de quem somos. Mas, ao mesmo tempo, sei que o português é necessário para estudar, trabalhar e se comunicar em vários espaços. Por isso, penso que o ensino bilíngue precisa ser bem organizado: com professores formados, livros adequados e uma metodologia clara. Se for feito com seriedade, pode ser algo muito positivo; se for feito de qualquer maneira, pode causar mais dificuldades do que ajudar.*

Neste comentário, observa-se a fala de um pai preocupado com a situação linguística do seu filho. Trata-se de um pai consciente, que entende a importância das línguas dos povos, assim como o potencial que elas têm para o desenvolvimento da sociedade. O comentário mostra que a ausência de professores com formação de qualidade pode frustrar os interesses da sociedade.

Voluntário 4: *acho interessante levantar essa discussão, as vezes me sinto perdido, pois sou obrigado a falar o português na maior parte dos espaços formais. Quando eu falo kimbundo, lembro da minha mãe, minha avô, e de algumas histórias da minha família, e não quero que isso desaparece. minha avô dizia que "nossa língua é nossa casa, não podemos perder"*

Voluntário 5: *Achei o tema pertinente, uma vez que temos várias línguas dentro do território angolano, precisamos de temas como esse para dar mais valor a nossa identidade cultural. Relativamente às línguas nacionais em Angola é muito importante no ensino educativo e é um programa constitucional, mas por motivos desconhecidos até a dado momento não tem se verificado a sua implementação no ensino angolano com a sua implementação a uma forte valorização da nossa tradição e das nossas origens.*

Voluntário 6: *Acho importante que as línguas africanas sejam valorizadas desde cedo, para que nossas as nossas crianças cresçam sabendo das suas origens (quem são e de onde vêm). Se a escola só ensinar português, estaremos perdendo parte da nossa cultura. Onde já se viu quererem ensinar a todo custo inglês ou francês nas escolas, e as nossas línguas parecer que não existem.*

Voluntário 7: *Acho o tema interessante e que a criança aprende melhor começando por uma língua que reconhece as suas raízes, isso ajuda a manter a cultura e quebrar com certos olhares que se tem sobre as línguas nacionais.*

Diferentemente dos pais, o questionário dos professores mostra que, quanto ao gênero, a maior parte é do gênero masculino, representando 70%, enquanto 30% são do gênero feminino. Entre eles, 60% possuem o grau de licenciado, 10% o de mestre e 30% o de bacharel. Apesar das diferenças, a análise do questionário dos professores confirma ideias semelhantes. As línguas maternas predominantes entre os docentes foram Kimbundu (40%) e Kikongo (30%); contudo, 60% afirmam utilizar o português como principal língua de comunicação em casa, evidenciando a mudança linguística identificada nas famílias. Embora 30% deles já tenham lecionado Kimbundu, a maioria aponta a falta de formação especializada, a escassez ou má distribuição de materiais didáticos e a falta de orientações pedagógicas claras como limitações para a inserção efetiva das línguas nacionais no contexto escolar.

Olhando para as percepções sobre o ensino bilíngue, verificou-se unanimidade: 100% dos docentes consideram que o ensino bilíngue serviria como fator de inclusão, defendem que tal modalidade devia ser priorizada pelo Estado e apoiam a integração das línguas africanas no currículo, bem como a sua oficialização. Apesar dessa concordância, os professores criticam a atuação estatal: todos afirmam que o Estado não cumpre, na prática, o previsto no artigo 19.º da Constituição, uma vez que a valorização das línguas nacionais continua apenas no papel, sem investimentos em formação docente, produção de materiais pedagógicos e concursos específicos. Eles expressam preocupação quanto ao futuro das línguas nacionais: 70% acreditam que elas podem ficar restritas ao ambiente familiar, 50% temem seu desaparecimento e 70% consideram que essas línguas podem perder o valor social.

Além disso, práticas escolares de estigmatização ainda persistem: 70% dos docentes afirmam que algumas escolas proíbem o uso das línguas africanas nos corredores e 50% relatam que há docentes que não autorizam o seu uso em sala de aula. Esses dados demonstram que, apesar do reconhecimento do valor pedagógico e cultural das línguas nacionais, o ambiente escolar ainda reproduz ideologias linguísticas excludentes, dificultando a efetivação de um ensino verdadeiramente bilíngue e inclusivo.

Cada professor deu o seu parecer sobre o assunto em causa, mas aqui apresentaremos apenas 3 comentários, para podermos refletir sobre o tema e entender a visão de quem atua na educação:

Professor 1: *Achei muito interessante a proposta. O bilinguismo não é uma ameaça ao português, muito pelo contrário, é uma ponte para o conhecimento. Precisamos mudar o olhar dos próprios educadores, começando pela formação docente.*

Aqui, o professor traz uma ideia importante: o bilinguismo não deve ser visto como algo que enfraquece o português, mas sim como uma ferramenta que ajuda os alunos a aprenderem melhor. Ele destacou que, para o ensino bilíngue funcionar, é preciso mudar e investir na capacitação dos professores.

Professor 2: *Precisa se mudar a ideia de que é errado falar uma língua africana, principalmente em lugares supostamente formais.*

Essa opinião chama a atenção para um problema social grave, que é o preconceito linguístico. Está claro que existe uma pressão histórica para que as línguas africanas sejam mal vistas em ambientes considerados formais, como a escola. Isso reforça desigualdades e fere a autoestima dos não falantes do português no dia a dia. Então, precisamos olhar para o ensino bilíngue não somente como política escolar, mas também como mudança cultural, que envolve reconhecer a legitimidade e o valor das línguas africanas de Angola em todos os espaços.

Professor 3: *É urgente implementar programas reais de ensino bilíngue, essa política deve ser estrutural e não apenas simbólica. Muitos alunos ainda são proibidos de falar suas línguas, alguns professores ponderam, outros não talvez seja porque não têm noção do assunto.*

Aqui, observa-se uma crítica ao modo como o bilinguismo tem sido implementado, que o participante considera mais presente no discurso do que na prática. O relato de restrições ao uso das línguas africanas sugere, na experiência deste professor, um descompasso entre o reconhecimento normativo das línguas de Angola e determinadas práticas escolares. O participante associa ainda parte dessas práticas à insuficiente formação ou sensibilização de alguns docentes.

A existência de descrições gramaticais e lexicográficas de línguas de Angola é historicamente documentada. No caso do Kimbundu, a primeira

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de gramática sistemática conhecida foi publicada por Pedro Dias em 1697; nos séculos XIX e XX surgiram outras gramáticas e dicionários, como os trabalhos de Héli Chatelain e A. de Assis Júnior. Esses antecedentes mostram que a discussão atual não decorre da inexistência absoluta de recursos linguísticos, mas da necessidade de atualização, circulação, formação especializada e integração institucional desses recursos no ensino.

Meio século após a independência, persistem lacunas na produção, atualização, distribuição e utilização escolar de gramáticas, dicionários e materiais didáticos em línguas angolanas, apesar da existência de obras históricas e de iniciativas contemporâneas, como as referidas no Quadro I. A educação bilíngue pode constituir um caminho favorável à valorização e à preservação das línguas africanas de Angola, mas a sua implementação depende de políticas consistentes, formação docente, materiais adequados e regulamentação.

Considerações Finais

Com base na revisão teórica e documental e nas respostas dos participantes, observa-se que a diversidade linguística do país pode constituir um recurso pedagógico e cultural relevante para discutir aprendizagem, equidade e valorização de grupos historicamente marginalizados. Dada a dimensão e a concentração da amostra numa única escola, estas conclusões dizem respeito ao contexto estudado e às percepções recolhidas, não permitindo generalizações estatísticas para todo o sistema educativo angolano.

A análise da situação sociolinguística e do enquadramento legal mostra que o português ocupa uma posição central no sistema educativo, ao passo que a utilização das demais línguas de Angola permanece limitada. No contexto desta investigação, as respostas de pais, encarregados de educação e professores são consistentes com a percepção de que existem obstáculos à presença mais ampla das línguas nacionais na escola, embora o apoio à sua utilização varie e esteja associado a condições estruturais adequadas.

Apesar do aumento do uso do português referido por famílias e professores, as respostas não revelam rejeição generalizada das línguas nacionais. Entre os pais, a posição sobre o uso simultâneo do português e do Kimbundu é sobretudo condicional, enquanto os professores participantes apresentam apoio mais consistente à integração das línguas africanas no

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de currículo. Todos os docentes da amostra expressam ainda uma percepção crítica quanto à distância entre o artigo 19.º da Constituição e a sua concretização no espaço escolar.

Os participantes relatam também práticas escolares de restrição ou estigmatização do uso de línguas africanas, percepções que associam o português ao prestígio e as demais línguas nacionais a posições sociais menos valorizadas. No âmbito desta amostra, esses relatos sugerem tensões entre o reconhecimento formal da diversidade linguística e práticas concretas no espaço escolar.

O estudo contribui ao reunir percepções de pais, encarregados de educação e professores acerca do uso das línguas nacionais no ensino. Essas percepções apoiam o debate sobre o bilinguismo e sobre a necessidade de políticas linguísticas, formação docente e materiais adequados, mas não permitem, por si só, medir os efeitos do ensino bilíngue no desempenho escolar ou na redução objetiva das desigualdades.

Diante desse conjunto de elementos, conclui-se que a implementação do ensino bilíngue em Angola não se limita apenas a uma decisão pedagógica, mas integra um projeto político, cultural e social mais amplo. Para que ele se concretize de forma efetiva, tornam-se necessárias ações como:

- a) desenvolvimento de políticas linguísticas consistentes e alinhadas à realidade sociolinguística do país;
- b) investimento na formação inicial e continuada de professores para o ensino de línguas nacionais;
- c) produção e distribuição sistemáticas de materiais didáticos bilíngues;
- d) fortalecimento institucional das línguas nacionais no currículo;
- e) ações de sensibilização para combater preconceitos linguísticos ainda presentes na sociedade;

Deste modo, os resultados permitem retomar as hipóteses inicialmente levantadas com a prudência exigida pelo desenho do estudo. A primeira hipótese, de que o uso das línguas nacionais poderia melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, encontra apoio nas percepções de pais e professores sobre maior facilidade de aprendizagem quando a língua materna é mobilizada, mas não foi testada por meio de medidas diretas de desempenho escolar. A segunda hipótese, que relacionava o ensino bilíngue à inclusão

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de social e à redução de desigualdades, é apoiada pelas percepções dos participantes quanto ao potencial inclusivo do bilinguismo, sem que os dados permitam demonstrar uma relação causal ou uma redução efetiva das desigualdades. A terceira hipótese, relativa à falta de recursos e de formação docente como obstáculos à implementação do bilinguismo, é corroborada de forma recorrente pelas respostas dos participantes.

Espera-se que pesquisas futuras aprofundem temas como a eficácia pedagógica de programas bilíngues em diferentes níveis de ensino, a formação docente específica para contextos multilíngues e o impacto do bilinguismo no desempenho escolar. Acredita-se que este estudo contribua para ampliar o debate voltado a políticas linguísticas inclusivas e para incentivar transformações concretas no sistema de ensino angolano. Diante do exposto, reafirma-se que o ensino bilíngue, quando concebido como prática de justiça social, representa um caminho promissor para a construção de uma escola mais plural, culturalmente representativa e comprometida com a equidade e a cidadania.

Referências



- ANGOLA. [Constituição (2010)]. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Tribunal Supremo, 2018. Disponível em: <https://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- ANGOLA. Lei n.º 17/16, de 7 de outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º 170, 7 out. 2016. Disponível em: <https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2016/lei-n-o-17-16-de-07-de-outubro/>. Acesso em: 6 set. 2026.
- ASSIS JÚNIOR, A. de. *Dicionário kimbundu-português, linguístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos e Comp., 1948.
- BERNARDO, Ezequiel Pedro José. *Política Linguística para o Ensino Bilíngue em Angola*. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194395>. Acesso em: 8 maio 2025.

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
 BERNARDO, Ezequiel P. J.; SEVERO, C. G. Políticas linguísticas em Angola: sobre
 as políticas educativas in(ex)cludentes. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, p. 1-
 22, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i2.498>.

CHATELAIN, Héli. *Grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola*.
 Genebra: Typ. de C. Schuchardt, 1888-1889.

CHICUMBA, Mateus Segunda. *A Educação Bilíngue em Angola e o Lugar das
 Línguas Nacionais*. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de
 Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. *Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed.
 Porto Alegre: Penso, 2013.

CRESWELL, John W. Procedimentos qualitativos. In: CRESWELL, John W. *Projeto
 de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre:
 Artmed, 2007. p. 184-201.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e
 misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS. Barcelona, 1996.
 Tradução portuguesa de Wanda Ramos. Edição portuguesa: Comissão Nacional
 da UNESCO / PEN Clube Português, 1999.

FERNANDES, Gonçalo. A primeira gramática do (Kahenda-Mbaka) Kimbundu
 (Lisboa 1697) de Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) e a ars minor (Lisboa 1573)
 de Manuel Álvares, S.J. (1526-1583). *Confluência*, número especial 30 anos, p.
 463-488, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.502>.

FILIPPE, Tanya Amara. Bilinguismo e Educação Bilíngue: questões teóricas e
 práticas pedagógicas. *Revista Fórum Permanente de Educação Linguagem e
 Surdez do Instituto Nacional de Educação de Surdos*, jul./dez. 2012. ISSN 1518-
 2509.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
 1987.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo:
 Atlas, 2008.

GLOSBE. *Dicionário português-Kimbundu*. 2025. Disponível em:
<https://glosbe.com/pt/kmb>. Acesso em: 6 set. 2026.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral da
 População e Habitação 2014: resultados definitivos*. Luanda: INE, 2016.

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
JOAQUIM, José Amilton; PACHECO, José Augusto. *Educação bilíngue em Moçambique: um estudo de caso na Província de Gaza, centrado nas práticas pedagógicas do Ensino Básico*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane; Braga: Universidade do Minho, 2017.

KIMBUNDU.ORG. *Arquivo Kimbundu: dicionário pesquisável*. 2025. Disponível em: <https://www.kimbundu.org/pt/>. Acesso em: 6 set. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MEGALE, Antonieta; EL KADRI, Michele. *Escola bilíngue: (trans)formando saberes na educação de professores*. 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2023. ISBN 978-85-63489-58-6.

MIRANDA, Felizbela Kuyela Alberto. A Problemática da Alfabetização Bilíngue no Ensino Formal da Província da Huíla-Angola. *Revista TEL*, Irati, vol. 14, p. 361-370, jan./jun. 2023.

MIRANDA, Felizbela Kuyela Alberto. Letramento e Ensino de Línguas Nacionais na Província da Huíla-Angola. In: COPENE – Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, 5., 2008, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2008.

MPUNGU, Ngana (Celso Dermones).  *Mini Dicionário Kimbundu*. AEUPA, 2021. Disponível em: <https://aeupa.ao/books/mini-dicionario-kimbundu/>. Acesso em: 6 set. 2026.

PATATAS, Teresa; QUINTAS, Joana. Ensino bilíngue e educação para a paz em contextos de diversidade linguística e cultural. In: CARVALHO FILHO, Cláudio (Org.). *Dossiê: Educação, diversidade linguística e cultural*. Porto: Universidade do Porto, 2019.

SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; TIMBANE, Alexandre António. Considerações sobre o português angolano e o preconceito linguístico em Angola. *Letras em Revista*, Teresina, vol. 12, n. 1, p. 169-187, jan./jun. 2021.

SOUSA, Elizabeth Muhongo Sebastião de. *Organização da Educação em Angola*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

UNESCO. *Education in a multilingual world*. Paris: UNESCO, 2003.

ZOSSOU, Alban Amin. O conceito africano de língua: representação, manifestação e importância social. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, vol. 13, n. 2, p. 48-61, jul./dez. 2021.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): MUSSOQUE, João Cristóvão da Silva; TIMBANE, Alexandre António. O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.19-48, jul./dez.2026.

To cite this text (APA): Mussoque, J. C. D. S., & Timbane, A. A. (jul./dez. 2026). O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 19-48.



Água, recurso finito uma sequência didática sobre o uso racional da água explorando recursos tecnológicos no ensino pré-escolar

Viega Cassamuca Muandumba *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0008-1675-0718>

RESUMO

O artigo em causa tem como objetivo refletir sobre uma sequência didática acerca do uso racional da água, explorando recursos tecnológicos no ensino pré-escolar, uma vez que as crianças, nessa fase do seu desenvolvimento, devem ser estimuladas com atividades lúdicas que envolvam tecnologias e promovam o desenvolvimento da capacidade criadora, da imaginação, da expressão motora, do pensamento crítico e da consciencialização sobre o uso racional da água. O artigo reflete os objetivos de aprendizagem da sequência didática e as estratégias previstas na sequência didática, entre as quais se destacam a chuva de ideias, o trabalho colaborativo, as atividades práticas e o diálogo. Não obstante, aborda a importância da água para a vida no planeta e a utilização de recursos tecnológicos para a preservação da água, considerando que o corpo humano é constituído por 70% de água. Face a isso, propõem-se como estratégias didáticas a chuva de ideias, o diálogo, o trabalho colaborativo e os jogos didáticos. Quanto à metodologia, recorreu-se à revisão da literatura e a uma visita de campo com as crianças ao Centro de Produção, Tratamento e Distribuição de Água do Lubango. As visitas de estudo realizadas pelos educadores e pelas crianças fora da instituição tornam a componente lúdica mais evidente e, para além de constituírem uma situação de aprendizagem que favorece a aquisição de conhecimentos, proporcionam também o desenvolvimento de técnicas de trabalho e facilitam a socialização das crianças.

PALAVRAS-CHAVE

Água; Finito; Sequência didática; Tecnológico; Pré-escolar.

Water, a Finite Resource: A Teaching Sequence on the Rational Use of Water Exploring Technological Resources in Preschool Education

ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on a didactic sequence about the rational use of water, exploring technological resources in preschool education. Children at this stage of development should be stimulated through playful activities involving technologies that promote creativity, imagination, motor expression, critical thinking, and awareness of the rational use of water. The article presents the learning objectives of the didactic sequence and the strategies planned for the didactic sequence, including brainstorming, collaborative work, practical activities, and dialogue. It also addresses the importance of water for life on the planet and the use of technological resources for water conservation, considering that the human body is composed of 70% water. The proposed didactic strategies include

* E-mail: viegamuan34@gmail.com

brainstorming, dialogue, collaborative work, and didactic games. The methodology consisted of a literature review and a field visit with the children to the Water Production, Treatment and Distribution Center in Lubango. Study visits carried out by educators and children outside the institution make the playful component more evident and, in addition to constituting a learning situation that favors knowledge acquisition, also promote the development of working techniques and facilitate children's socialization.

KEYWORDS

Water; Finite; Didactic sequence; Technological; Preschool

El agua, un recurso finito: una secuencia didáctica sobre el uso racional del agua que explora los recursos tecnológicos en la educación preescolar

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre una secuencia didáctica acerca del uso racional del agua, explorando recursos tecnológicos en la educación preescolar, ya que, en esta etapa del desarrollo, los niños deben ser estimulados mediante actividades lúdicas que involucren tecnologías y promuevan el desarrollo de la capacidad creativa, la imaginación, la expresión motriz, el pensamiento crítico y la concienciación sobre el uso racional del agua. Asimismo, presenta los objetivos de aprendizaje de la secuencia didáctica y las estrategias previstas en la secuencia didáctica, entre las que destacan la lluvia de ideas, el trabajo colaborativo, las actividades prácticas y el diálogo. También aborda la importancia del agua para la vida en el planeta y el uso de recursos tecnológicos para su preservación, considerando que el cuerpo humano está constituido por un 70 % de agua. Como estrategias didácticas se proponen la lluvia de ideas, el diálogo, el trabajo colaborativo y los juegos didácticos. En cuanto a la metodología, se recurrió a la revisión de la literatura y a una visita de campo con los niños al Centro de Producción, Tratamiento y Distribución de Agua de Lubango. Las visitas de estudio realizadas por los educadores y los niños fuera de la institución hacen más evidente el componente lúdico y, además de constituir una situación de aprendizaje que favorece la adquisición de conocimientos, propician el desarrollo de técnicas de trabajo y facilitan la socialización de los niños.

PALABRAS CLAVE

Agua; Finito; Secuencia didáctica; Tecnológico; Pre-escolar.

Introdução

A utilização da água de forma consciente e sustentável está condicionada à forma como a utilizamos, sem comprometer a sua existência e disponibilidade. Entretanto, a sua esgotabilidade tornou-se um problema ambiental de difícil resolução, no qual a humanidade está envolvida por não saber utilizar os recursos naturais para satisfazer as suas necessidades sem comprometer a existência das espécies de vida que deles dependem.

Cerca de $\frac{3}{4}$ da superfície mundial é ocupada por água, podendo o planeta, em virtude disso, ser denominado Planeta Água. No entanto, apenas

Viega C. Muandumba, Água, recurso finito: uma sequência didática sobre o uso raci
uma porcentagem reduzida está disponível para o consumo da população e encontra-se distribuída de forma irregular, tendo em vista as diferenças de clima e relevo entre regiões e continentes (BRASIL, 2006). Face ao exposto, iremos apresentar os conceitos de algumas terminologias inerentes ao texto.

Conceitos

A água é um líquido natural que contribui para a existência de todas as formas de vida, tanto animal como vegetal. Ela é composta por dois elementos químicos: 2 átomos de hidrogênio e 1 de oxigênio (H₂O).

Segundo o Dicionário online Priberam de Português, finito significa algo limitado, cujo valor ou quantidade se pode determinar. A sequência didática foi estabelecida como uma proposta de intervenção educativa, elaborada no âmbito da Unidade Curricular de Tecnologia de Informação, Comunicação e Aprendizagem, cujo foco é despertar a consciência das crianças sobre o uso racional da água.

Segundo Araújo (2013), a sequência didática é utilizada no contexto da aprendizagem de uma linguagem escrita ou de natureza oral para indicar a sequência dos acontecimentos associados ao uso das tecnologias para a utilização racional da água.

Para que esta proposta se concretize, as tecnologias, de acordo com Papert (1996), podem ser usadas para a construção do conhecimento, pois oferecem inúmeras possibilidades de aprendizagem sobre o mundo envolvente. No entanto, é fundamental que as crianças tenham um contato precoce e responsável, destacando-se a importância dessas tecnologias no uso racional da água e na preservação do meio ambiente e do planeta. Portanto, as atividades propostas ao longo do artigo estão em torno do seguinte objetivo:

✓ Promover o hábito da racionalização da água explorando os recursos tecnológicos no pré-escolar.

A abordagem desta temática, em termos curriculares, conforma-se com o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, bem como com a lógica de aproximação do currículo às vivências da criança. Assim, as principais razões que levaram à escolha deste tema para o artigo em causa resumem-se ao seguinte:

- ✓ O défice de distribuição de água no nosso contexto motiva-nos a pensar em como racionalizar a mesma explorando os recursos tecnológicos;
- ✓ Este artigo alinha-se com os objectivos de desenvolvimento sustentável no que se refere ao acto de “aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os sectores” (ONU, 2015).
- ✓ Outro factor que justifica a concepção deste artigo é o facto de as tecnologias serem instrumentos que fascinam as crianças e que, quando devidamente utilizadas, podem constituir uma solução para a resolução dos problemas de má gestão dos recursos hídricos (Câmara et al., 2018).

De acordo com Papert (1996), as tecnologias podem ser usadas para a construção do conhecimento, pois oferecem inúmeras possibilidades de aprendizagem sobre o mundo envolvente.

Face a isso, a consciencialização sobre o uso racional da água nos primeiros anos de vida é uma necessidade global e local, pelo facto de este líquido ser um recurso vital para a sobrevivência dos seres vivos e de, em algumas regiões, ser escasso. Assim, a utilização de recursos tecnológicos como ferramentas didáticas pode constituir uma fonte de inspiração para que as crianças participem deste grande desafio.

Portanto, face ao exposto, definiu-se como grupo-alvo as crianças do pré-escolar, concretamente as crianças de 5 anos de idade do Centro Infantil Colina do Sol, do Lubango. Em colaboração com os educadores de infância, foi concebido um conjunto de atividades destinado a mobilizar conhecimentos e atitudes que ajudam na racionalização da água, explorando os recursos tecnológicos. Tem-se como tópicos a desenvolver a importância da água para a vida no planeta e os recursos tecnológicos que permitem a racionalização da água.

Objetivos de aprendizagem

- ✓ Compreender a necessidade de adopção de comportamentos e práticas adequadas à gestão responsável da água através da visualização de um vídeo;
- ✓ Identificar diferentes formas de poupança de água por intermédio de uma visita ao Centro de produção, tratamento e distribuição de água do Lubango;
- ✓ Produzir recursos que possibilitam a utilização da água de forma racional;

- ✓ Adotar comportamentos no dia a dia que contribuam para a utilização racional da água explorando os recursos tecnológicos;
- ✓ 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais para melhorar a gestão da água e do saneamento;
- ✓ 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os sectores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

Estratégias de desenvolvimento das atividades

- ✓ Trabalho de projectos;
- ✓ Chuva de ideias;
- ✓ Trabalho colaborativo;
- ✓ Actividades práticas;
- ✓ Diálogo;
- ✓ Perguntas e respostas.

Recursos materiais a utilizar: computador, retroprojector, garrafas plásticas, água, tesouras, cola, sistemas de soro, papelão, capim, terra, fita-cola e vídeos. **Estratégia de avaliação das atividades:** avaliação das atividades pelas crianças com recurso a emojis.

Justificativa e relevância da pesquisa

A escolha do tema para a elaboração deste artigo resultou de uma iniciativa livre. Durante o percurso académico, o tema despertou-nos o interesse e a curiosidade de aprofundar a pesquisa e trazer uma abordagem sobre “Água, recurso finito: uma sequência didática sobre o uso racional da água explorando recursos tecnológicos no ensino pré-escolar”, com o objetivo de preparar as crianças.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta sequência didáctica foi de natureza bibliográfica, com recurso à revisão da literatura, ao método indutivo-dedutivo e a uma visita de campo a uma captação de água, com as crianças do ensino pré-escolar.

Enquadramento teórico

Para fundamentar os aspectos que ressaltam a importância deste projeto, recorreu-se a estudos de vários autores que se debruçam sobre a necessidade de racionalização da água, explorando os recursos tecnológicos, tendo como eixos centrais a importância da água para a vida no planeta e os recursos tecnológicos que permitem a sua racionalização.

Importância da água para a vida no planeta

O corpo humano é constituído por 70% de água, o que implica que a sobrevivência humana depende fundamentalmente dela. Tal como os seres humanos, os demais seres vivos ficam com a existência ameaçada se não houver água. O crescimento da população e a falta de cuidados com o meio ambiente têm contribuído diretamente para os problemas ambientais, inclusive a falta de água, facto que ameaça a existência da vida (Bessa, 2019).

Pela sua vitalidade, é fundamental adoptarem-se medidas que inibam o consumo desordenado da água, por se tratar de uma atitude irresponsável que atenta contra a sobrevivência da vida no planeta. Assim, é fundamental trabalhar esta temática logo nos primeiros anos de vida das crianças, de modo a mudar os paradigmas de consumo (José, 2017; Bessa, 2019).

A utilização de recursos tecnológicos para a preservação da água

A era em que nos encontramos é dominada fundamentalmente pela difusão massiva das informações por meio das TIC. Assim, é de extrema importância englobá-las no processo educativo, de modo a contribuir para a resolução de determinados problemas do quotidiano.

Tecnologias de conservação de água podem ser utilizadas em edifícios residenciais, institucionais ou comerciais como uma alternativa eficiente para a conservação da água. Torneiras com sensores ou de baixo fluxo, arejadores, chuveiros, bacias sanitárias de baixo fluxo e mictórios sem água são exemplos de novas tecnologias que trazem economias de água significativas após a sua instalação (Guedes et al., 2014).

Um estudo realizado por Araújo (2019) concluiu que o uso de bacias com caixa acoplada, mictório sem água e torneiras com sensores de presença reduziu o consumo de água numa instituição educativa na ordem de 55% a 70%.

Assim, o uso de recursos tecnológicos nos contextos em que isso seja possível é de extrema importância; nos contextos em que não seja, podem-se adaptar atividades tecnológicas, como a construção de bebedouros com torneira mecânica e regadores adaptados de garrafas plásticas, para induzir as crianças à utilização racional da água.

Plano de intervenção

Participantes: crianças, educadores de infância.

As crianças participarão como agentes ativos na construção de aprendizagens inovadoras, através de reflexões sobre a utilização da água de forma racional, explorando os recursos tecnológicos à sua disposição e a visita realizada ao Centro de Produção, Tratamento e Distribuição de Água do Lubango.

Para que as crianças participem como agentes ativos na execução do projeto, a sugestão passa por envolvê-las em trabalho colaborativo, no qual ajudam na construção dos materiais, bem como orientá-las a propor questões aquando da realização da visita ao Centro de Produção e Distribuição de Água do Lubango.

O educador assume o papel de mediador das aprendizagens, ajudando as crianças a procurar recursos tecnológicos ou a confeccionar recursos através de materiais de desperdício que lhes permitam refletir sobre como podem adoptar comportamentos de boa gestão da água. Igualmente, o educador desempenha o papel de facilitador a partir do momento em que organiza as atividades e o espaço onde estas decorrem, de modo que as crianças tenham possibilidades de apreender a realidade envolvente de forma sistematizada.

Estratégias didáticas:

- ✓ Chuva de ideias;
- ✓ Diálogo;
- ✓ Trabalho colaborativo;
- ✓ Jogos didáticos;

Atividades propostas

1. Roda de conversa
2. Visionamento de vídeos que alertam sobre a necessidade de usar racionalmente a água;
3. Visita ao centro de produção, tratamento e distribuição de água do Lubango;
4. Jogos com imagens animadas sobre desperdício e uso correto da água.
5. Produção e exploração de recursos que permitem a utilização racional da água;

Descrição das atividades

1- Roda de conversa

Finalidade: diagnosticar os conhecimentos que as crianças possuem sobre o tema.

Questões propostas:

- ❖ Em vossas casas possuem água canalizada (da torneira)?
- ❖ Os pais falam sobre usar bem a água (poupar o uso da mesma)?
- ❖ Têm aparelhos que vos ajudam a poupar a água em casa?
- ❖ Alguém tem uma horta em sua casa?
- ❖ Como fazem a rega da mesma?
- ❖ Conhecem formas de poupança de água?
- ❖ Em vossas casas fazem poupança de água? Como?

As várias respostas fornecidas pelas crianças serão anotadas pelo educador e, a partir delas, será construída a base de elaboração do projeto. Propõe-se, na sessão seguinte, a visualização do vídeo Dicas para economizar

1- *Exibição de um vídeo que permita às crianças identificar formas de uso racional da água.*

Finalidade: identificar formas de consumo moderado da água. Com a apreciação do vídeo pela turma, pede-se que as crianças mencionem os comportamentos corretos vistos no vídeo sobre o uso da água e justifiquem por que consideram aquelas condutas inapropriadas. À medida que as crianças fornecem as respostas, o educador deve anotá-las num cartaz, que posteriormente é ilustrado e fixado na parede. Terminada a atividade, propõe-se a realização de um jogo didático sobre a exploração de imagens relativas ao desperdício e ao uso correto da água.

2- *Jogos com imagens animadas sobre desperdício e uso correcto da água.*

Finalidade: distinguir as formas corretas de uso da água das incorretas. Para a explicitação da atividade, o educador exhibe as imagens que ilustram atitudes certas e erradas sobre o uso da água.

A partir delas, discute-se a realidade que as crianças observaram e orienta-se para que descrevam cada imagem, dizendo do que se trata. A seguir, o educador apresenta duas propostas de sons: alerta vermelho para imagens que ilustram comportamento inadequado no uso da água e aplausos para comportamento positivo. Com isso, pede às crianças que digam se a imagem projetada reflete um comportamento certo ou errado; para verificar a resposta das crianças, clica-se na imagem e ouve-se o som correspondente.

Para confirmar a resposta, o educador clica no som correspondente. Posteriormente, segue-se a visita guiada ao centro de tratamento de água.

3- *Visita guiada ao centro de tratamento e distribuição de água do Lubango com 10 crianças.*

Caracterização das crianças

Participaram nesta visita 10 crianças, quatro do gênero feminino e seis do gênero masculino.

Finalidade: identificar diferentes formas de poupança de água por intermédio de uma visita ao Centro de Produção, Tratamento e Distribuição de Água do Lubango. Para maior aproveitamento das aprendizagens, dias antes, o

educador orientou as crianças a pedirem aos pais que as ajudassem a formular um conjunto de questões a serem dirigidas aos funcionários do centro de tratamento e distribuição de água. O educador pode também reunir-se com os encarregados de educação, de modo a coordenar a visita e, se possível, permitir que estes participem na atividade.

Já no local da atividade, é fundamental que o educador preste atenção às questões formuladas pelas crianças e as anote.

Dentre as possíveis questões que podem ser feitas, destacam-se:

Como a água sai daqui até chegar às nossas casas?

Como é feito o tratamento da água?

A água produzida aqui chega para todas as casas da cidade?

Se não é suficiente, como fazem para distribuir para várias casas?

Os consumidores têm feito bom uso da água?

Que conselhos podem dar para melhor pouparmos a água em nossas casas? Mediante as informações colhidas no local, propõe-se a produção de recursos que permitem consolidar as noções de consumo racional da água. Com a experiência adquirida ao longo da visita, propõe-se a produção e exploração de recursos que refletem o uso racional da água.

4- Produção e exploração de recursos

Finalidade: produzir e explorar recursos que permitam a consciencialização do bom uso da água.

O educador e as crianças mobilizam alguns materiais de desperdício e constroem um conjunto de pequenos sistemas que ilustram formas de economizar a água (bebedouro doméstico, bebedouro para aves, sistema de rega gota-gota e material para conservação da humidade).

Para dinamizar a construção dos materiais, o educador propõe atividades de trabalho colaborativo, nas quais são distribuídas pequenas tarefas para cada grupo ou integrante. Portanto, segue-se a Tabela 1 com as atividades planificadas.

Tabela 1: Planificação das atividades didáticas

Data	Área do conhecimento	Objetivos curriculares	Atividades	Recursos didáticos	Avaliação
2025	Domínio do conhecimento do mundo (Meio Físico e Social).	Diagnosticar o conhecimento que as crianças possuem sobre o uso racional da água explorando os recursos tecnológicos	<u>Actividade de diagnóstico:</u> ❖ Conversa de roda sobre o conhecimento que as crianças possuem no domínio do uso racional da água através da utilização dos recursos tecnológicos. <u>Questões a realizar:</u> Já ouviram falar da poupança do consumo da água? Em vossas casas possuem água canalizada (da torneira)? Os pais falam sobre usar bem a água (poupar o uso da mesma)? Têm aparelhos que vos ajudam a poupar a água em casa? Alguém tem uma horta em sua casa? Como fazem a rega da mesma? Conhecem formas de poupança de água? Em vossas casas fazem poupança de água? Como? As várias respostas fornecidas pelas crianças serão anotadas pelo educador e, a partir delas, será construída a base de elaboração do projecto.		Registo de áudio ou com recurso a emojis (avaliação da actividade pelas crianças).

22 de Maio	Conhecime nto do Mundo (Meio Físico e Social)	Identificar formas de consumo moderado da água; compreend er a necessidad e de adopção de comportam entos e práticas adequadas à gestão responsáve l da água através da visualizaçã o de um vídeo;	<u>Exibição de um vídeo que permita às crianças identificarem formas de uso racional da água. Nesta atividade, as crianças deverão perceber as várias formas de poupança de água e saber por que é importante adoptar esta atitude.</u> Dicas para a exploração do vídeo: pedir que as crianças mencionem os comportamentos corretos vistos no vídeo; o educador anota-os num cartaz.	Comput ador; Retrop rjector; Vídeo	Registo oral; Avaliação da atividade pelas crianças com recurso a emojis
24 de Maio	Conhecime nto do Mundo (Meio Físico e Social); Expressão Dramática	Adoptar comportam entos no dia a dia que contribuam para a utilização racional da água explorando os recursos tecnológico s;	<u>Jogos com imagens animadas sobre desperdício e uso correto da água.</u> Para a explicitação da atividade, o educador exibe as imagens que ilustram atitudes certas e erradas sobre o uso da água. A partir delas, discute-se a realidade que as crianças observaram e orienta-se para que descrevam cada imagem, dizendo do que se trata. A seguir, o educador apresenta duas propostas de sons (alerta vermelho para imagens que ilustram comportamento inadequado no uso da água e aplausos para comportamento positivo) e pede às crianças que digam se a imagem projectada reflecte um comportamento certo ou errado. Para confirmar a resposta, o educador clica no som correspondente.	PowerP oint com imagen s animad as	Avaliação da atividade pelas crianças com recurso a emojis.

26 de Maio	Conhecime nto do Mundo (Meio Físico e Social); Comunicaç ão Linguística.	Identificar diferentes formas de poupança de água por intermédio de uma visita ao Centro de produção, tratamento e distribuiçã o de água do Lubango;	<u>Visita guiada ao centro de tratamento e distribuição de água do Lubango.</u> Para maior aproveitamento das aprendizagens, o educador aponta as principais questões que as crianças fazem aos funcionários da instituição. Dentre as possíveis questões, destacam-se: Como a água sai daqui até chegar às nossas casas? Como é feito o tratamento da água? A água produzida aqui chega para todas as casas da cidade? Se não é suficiente, como fazem para distribuir para várias casas? Os consumidores têm feito bom uso da água? Que conselhos podem dar para melhor pouparmos a água em nossas casas? Mediante as informações colhidas no local, propõe- se a produção de recursos que permitem consolidar as noções de consumo racional da água.	Gravad or de som; Câmara fotográf ica; Cadern o de registro	Avaliação da atividade pelas crianças com recurso a emojis
28 de Maio	Conhecime nto do Mundo (Meio Físico e Social); Expressão Plástica	Produzir e explorar recursos que permitam a consciencia lização do bom uso da água.	<u>Produção e exploração de recursos.</u> O educador e as crianças mobilizam alguns materiais de desperdício e constroem um conjunto de pequenos sistemas que ilustram formas de economizar a água. Para dinamizar a construção dos materiais, o educador propõe atividades de trabalho colaborativo, nas quais são distribuídas pequenas tarefas para cada grupo ou integrante.	Tesoura s, cola, papelão , garrafa s plástica s, canetas .	Avaliação das crianças com recurso a emojis

Conclusões

Portanto, a utilização dos recursos tecnológicos para a racionalização da água com as crianças do pré-escolar é um requisito fundamental na construção de conhecimentos. No entanto, ao longo da elaboração do artigo, deparámo-nos com várias dificuldades e, para ultrapassá-las, recorreu-se ao Genially, à Casa das Ciências e ao YouTube, onde foi possível colher um conjunto de ideias que permitiram a construção de pequenos sistemas de rega e a construção de um software para o uso racional da água, emitindo alertas sobre o uso correto ou incorreto.

A abordagem do tema central deste artigo é de extrema importância para os educadores de infância, pois é uma das formas de refletir em torno da sustentabilidade do planeta, alinhando-se aos ideais do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Referências

- Araújo, A. J. C. (2019). *Avaliação de alternativas tecnológicas de uso racional da água para campus universitário* [Monografia de graduação, Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA].
- Araújo, D. L. de. (2013). O que é (e como faz) sequência didática? *Entrepalavras*, 3(1), 322-334. <https://doi.org/10.22168/2237-6321.3.3.1.322-334>
- Bessa, L. M. de S. (2019). *Sobre o uso e a conservação das águas no Ensino Fundamental: tecnologias como metodologia de ensino* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Juiz de Fora]. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10700>
- Brasil. (2006). Recursos hídricos: importância geopolítica para a soberania nacional. *T&C Amazônia*, 4(9).
- Câmara, A. C., Proença, A., Teixeira, F., Freitas, H., Gil, H. I., Vieira, I., Pinto, J. R., Soares, L., Gomes, M., Gomes, M., Amaral, M. L., & Castro, S. T. (2018). Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário. Ministério da Educação.

Guedes, M. J. F., Ribeiro, M. M. R., & Vieira, Z. M. C. L. (2014). Alternativas de gerenciamento da demanda de água na escala de uma cidade. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 19(2), 123-134. <https://doi.org/10.21168/rbrh.v19n2.p123-134>

José, B. M. (2017). *Abastecimento de água público em Lubango, Angola: determinação e análise de indicadores de qualidade da água* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária]. <http://hdl.handle.net/10400.26/20894>

Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

Papert, S. (1996). *The connected family: Bridging the digital generation gap*. Longstreet Press.

Priberam. (s.d.). Finito. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. <https://dicionario.priberam.org/finito>

Smile and Learn – Português. (2021, 18 de maio). *Dicas para economizar água – Vamos salvar o planeta – Meio ambiente para crianças* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=ClcluFPSi0Y>

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): MUANDUMBA, Viegá Cassamuca. Água, recurso finito: uma sequência didática sobre o uso racional da água explorando recursos tecnológicos no ensino pré-escolar. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.49-63, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Muandumba, V. C. (jul./dez. 2026). Água, recurso finito: uma sequência didática sobre o uso racional da água explorando recursos tecnológicos no ensino pré-escolar. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 49-63.

***Winela emwali*: análise dos valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a sua relação com a tolerância à violência doméstica**

Rafael Armando Benzane *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0008-6752-1819>

RESUMO

Os ritos de iniciação constituem uma instituição de estabelecimento de relações sociais nas sociedades tradicionais, com particularidade na zona norte do país. Em Moçambique, os ritos de iniciação femininos têm sido associados por alguns estudos aos casamentos prematuros, às gravidezes na adolescência e à evasão escolar, colocando-se também a questão da sua relação com a tolerância à violência doméstica. A presente pesquisa objetiva compreender a relação entre determinados valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a tolerância à violência doméstica na Ilha de Moçambique. O estudo adoptou uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas a interlocutores religiosos, tradicionais, comunitários e institucionais ligados ao tema. Segundo o depoimento recolhido junto do Gabinete de Combate à Violência Doméstica, a maioria das vítimas que aí apresenta denúncia situa-se entre os 18 e os 25 anos, verificando-se também desistências de denúncias e reduzida comunicação de casos às autoridades, atribuídas, entre outros aspectos, a factores familiares, religiosos, culturais, sociais e económicos. Os depoimentos recolhidos sugerem que determinados ensinamentos relacionados com submissão, paciência e deveres conjugais podem estar associados à tolerância de situações de violência. Conclui-se, assim, que os dados qualitativos apontam para uma relação percebida entre certos valores transmitidos nos ritos e a tolerância à violência doméstica no contexto estudado, sem permitirem estabelecer uma relação causal generalizável a outras comunidades ou regiões.

PALAVRAS-CHAVE

Ilha de Moçambique; ritos de iniciação; mulheres; violência doméstica.

***Winela emwali*: analysis of the values transmitted to girls in initiation rites and their relationship with tolerance of domestic violence**

ABSTRACT

Initiation rites constitute an institution for establishing social relationships in traditional societies, particularly in the north of the country. In Mozambique, some studies have associated female initiation rites with early marriage, teenage pregnancy and school dropout, while also raising the question of their relationship with tolerance of domestic violence. This research aims to understand the relationship between certain values transmitted to girls during

* Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique, E-mail: benzanerafael884@gmail.com

initiation rites and tolerance of domestic violence on the Island of Mozambique. The study adopted a qualitative approach, combining bibliographic research, a case study and semi-structured interviews with religious, traditional, community and institutional interlocutors connected with the topic. According to the testimony collected from the Office for Combating Domestic Violence, most victims who report cases there are aged between 18 and 25; withdrawals of complaints and limited reporting to the authorities were also described and attributed, among other aspects, to family, religious, cultural, social and economic factors. The testimonies collected suggest that certain teachings related to submission, patience and marital duties may be associated with tolerance of situations of violence. The study therefore concludes that the qualitative data indicate a perceived relationship between certain values transmitted during the rites and tolerance of domestic violence in the context studied, without establishing a causal relationship that can be generalized to other communities or regions.

KEYWORDS

Island of Mozambique; initiation rites; women; domestic violence.

Winela emwali: mikhongelo yi humeseriwe eka vanhwanyana eka mikhongelo ya ku sungula na vuxaka bya vona na ku tiyisela mahungu ya le kaya exihla ka Mozambique

NKOMISO

Minkhuvo yo sungula yi vumba nhlango wo simeka vuxaka bya ntshamisano eka miganga ya ndhavuko, ngopfungopfu en'walungwini wa tiko. E Mozambique, mihivahivana yo sungula vavasati yi voniwa hi van'wana tani hi xivangelo lexikulu xa vukati bya ka ha ri na nkarhi, ku tika ka malembe ya kondlo-a-ndzi-dyi na nhlayo ya ku tshika xikolo. Xana mihivahivana yo sungula vavasati na yona yi ni vutihlamuleri byo tiyisela madzolonga ya le mindyangwini? Ndzavisiso lowu wu kongomisa ku twisisa nkucetelo wa mikhuva yo sungula eka maendlelo ya madzolonga ya le mindyangwini na ku tiyisela ka wona. Nkambisiso lowu wu sekeriwe eka xiphiqo xa leswaku madzolonga ya le mindyangwini eka vavasati eXihlalani xa Mozambique ya katsa vantshwa va malembe ya 18 ku ya eka 25 lava endleke mihivahivana yo sungula. Ndzavisiso wu amukerile endlelo ra xiyimo, hi ku tirhisa mimbulavurisano leyi kongomisiweke eka varhangeri va vukhongereri, ndhavuko na mfumo. Nkambisiso wu kumile leswaku nhlayo leyikulu ya vahlaseriwa va madzolonga ya le mindyangwini yi le xikarhi ka 18 na 25 wa malembe hi vukhale, naswona, hambi leswi valawuri va mfumo na va vaaki va endleke matshalatshala yo hangalasa Nawu wa Nomboro ya 29/2009, milandzu leyi a yi vikiwi ngopfu eka PRM kumbe yin'wana vulawuri hikwalaho ka swilo swo hambana-hambana, ngopfu-ngopfu swa vukhongereri. Dyondzo yi gimete hi leswaku ku tiyisela madzolonga ya le mindyangwini eka vavasati eXihlalani xa Mozambique swi kuceteriwa hi mimpimanyeto leyi hundziseriwaka eka vanhwanyana eka minkhuvo yo sungula na hi swilo swa vukhongereri, tanihileswi mimpimanyeto leyi yi endlaka leswaku vavasati va rhula eka swiendlo leswi swa madzolonga.

MARITO YA NKOKA

Xihlala xa Mozambhiki; minkhuvo yo sungula; vavasati; madzolonga ya le mindyangwini.

1. Introdução

Os ritos de iniciação são compreendidos como um complexo educacional de aprendizagens que marca a mudança de status de um indivíduo dentro da sua comunidade, exercendo grande influência na construção da personalidade e na organização da comunidade.

Em Moçambique, os ritos de iniciação são praticados exclusivamente nas zonas centro e norte do país (Osório, 2015), sendo que os ritos de iniciação femininos são vistos por alguns como a principal causa dos casamentos prematuros, das gravidezes na adolescência e das taxas de evasão escolar, questionando-se se também são responsáveis pela tolerância à violência doméstica.

Para Machava (2019), alguns valores transmitidos às raparigas nos ritos suscitam comportamentos que, quando internalizados dogmaticamente, promovem as desigualdades sociais entre os homens e as mulheres, podendo influenciar o modo como elas viverão as relações de género. Segundo Osório (2015), uma rapariga que tenha sido sujeita aos ritos é preparada para servir; este serviço vai desde a realização dos trabalhos domésticos, principalmente os que estão diretamente relacionados com o bem-estar dos homens. À luz destes contributos, o presente estudo parte da hipótese de que determinados ensinamentos podem favorecer atitudes de submissão e de preservação do casamento que, em certos contextos, se relacionem com a tolerância à violência doméstica.

A violência doméstica é um problema global e, em comunidades moçambicanas, constitui uma forma extrema de desigualdade de género, afetando um grande número de mulheres. Apesar de as mulheres constituírem a maioria da população moçambicana, representando cerca de 52% da população total, segundo os dados do último censo populacional e de habitação (INE, 2017), e de desempenharem um papel fundamental na sociedade, são vítimas de violência doméstica exercida pelos homens. Entretanto, como afirma Osório (2015, p. 4), “O incumprimento do que é tomado como respeito é apresentado como argumento para a violência doméstica, porque significa transgressão à aprendizagem ritual.” Nos

argumentos do autor e no contexto da violência doméstica na zona norte do país, considera-se que os homens perpetuam a violência como uma forma de correção da mulher quando esta perde o respeito. Neste enquadramento, coloca-se a hipótese de que determinados valores transmitidos nos ritos possam relacionar-se com a tolerância à violência doméstica, a par de factores religiosos, culturais, sociais e económicos associados à decisão de apresentar ou não queixa.

A presente pesquisa é de âmbito distrital e tem como critério espacial a zona insular da Ilha de Moçambique, no distrito da Ilha de Moçambique, província de Nampula. O interesse em estudar os valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a sua relação com a tolerância à violência doméstica na Ilha de Moçambique surge após a reflexão sobre o provérbio inserido em canções executadas nos ritos de iniciação da cultura Yao, *Vamasyeeto lipikanilo, vakunganya kukaamwa* (a mulher é o ouvido, o marido é a boca), que, segundo Machava (2019, p. 10), “Num discurso metafórico, essencialista, o provérbio aconselha a mulher a não intervir nas decisões da casa, incutindo nela a ideia de que o poder de decisão é masculino.”

A tolerância a situações de violência contra as mulheres tem sido associada a vários factores, entre os quais a dependência económica e aspectos culturais. Neste âmbito, alguns estudos relacionam determinados valores transmitidos nos ritos de iniciação, como o respeito e os deveres conjugais atribuídos à mulher, com as relações de género. Chirindza (2015, p. 14) refere: “Nestes ritos são transmitidos às raparigas os conhecimentos relacionados com os seus papéis e noções de sexualidade, sempre realçando as suas obrigações para com os homens.”

Face ao cenário apresentado e ao tema, emerge a seguinte questão de partida: *existe uma relação entre os valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a tolerância à violência doméstica?*

2. Ritos de iniciação

Os ritos integram um conjunto padronizado e organizado de atividades no qual as sociedades se expressam por meio de símbolos, com vista a transmitir valores e comportamentos que são pilares da organização e continuidade da sociedade em alusão. Segundo Braço (2008, p. 76):

A expressão “ritos de iniciação” não é uma denominação conhecida pelas pessoas que realizam essas práticas, ela foi concebida pelos observadores externos e estudiosos dessas práticas. Os seus praticantes usam outros nomes, que se traduzidos literalmente das suas línguas para a língua portuguesa ter-se-ia uma variedade de designações conforme a diversidade de grupos sociolinguísticos existentes.

O autor acima citado afirma que os seus praticantes usam outros nomes não só devido à diversidade linguística desses povos, mas também à diferença cultural existente. Por exemplo, na província do Niassa, os ritos denominados de iniciação são conhecidos como *unyago wa n'soondo*; em contrapartida, entre os Makhuwa, na província de Nampula, os ritos recebem vários nomes de acordo com a sua finalidade. Os femininos, por exemplo, são conhecidos como **Winela emwali**¹.

Entretanto, segundo Pedro (2020), o estudo dos ritos foi introduzido por Van Gennep, que mostrou que os ritos constituem as etapas que definem novas identidades para uma pessoa e novos papéis que podem ser desempenhados no grupo de pertença, consciencializando-a sobre os direitos e valores do grupo social.

De acordo com Segalen (2000) apud Pinto (2017), o termo rito deriva do termo *ritus*, que significa ordem prescrita, e a sua etimologia remete a análise para a ordem do cosmos, a ordem das relações entre os deuses e os homens e a ordem entre os homens. Pinto (2017, p. 23) aponta que "Constituindo-se como um conjunto de atos formalizados, os ritos são entendidos como o conjunto de certos comportamentos, individuais ou coletivos, com carácter repetitivo e forte carga simbólica para os intervenientes e testemunhas."

O argumento de Pinto (2017), ao referir um conjunto de comportamentos com carácter repetitivo, faz emergir uma questão de reflexão: será possível formalizar novos dogmas para serem ensinados nos ritos de iniciação?

Osório (2015) considera os ritos de iniciação, no contexto moçambicano, como instituições culturais em que as crianças do sexo feminino e do sexo masculino aprendem a distinguir-se e a adoptar práticas que lhes condicionam o acesso a direitos. Porém, Durkheim (1978) apud Dias (2009) afirma que os ritos nascem nos grupos e que as suas funções são fazer emergir, manter ou recriar certas ideias atreladas à religião desses mesmos grupos. Em

¹ Winela emwali é o nome que designa os ritos de iniciação femininos praticados pelos Makhuwa's na região norte de Moçambique.

consonância com os autores acima citados, os ritos de iniciação estão ligados à religião presente em cada cultura, como exemplificam os ritos dos Makhuwa (Nampula) e do povo Yao (Niassa), ligados à religião islâmica.

3. Ritos de iniciação no contexto dos makhuwa

A diversidade cultural das comunidades que praticam os ritos de iniciação permite que essas práticas estejam inseridas em contextos específicos, de acordo com a organização, as necessidades e os hábitos culturais da comunidade. No contexto dos Makhuwa, os ritos de iniciação femininos, conhecidos como *Winela emwali*, inscrevem-se numa ótica de continuidade dos ensinamentos da cultura, do bom comportamento e das vivências na comunidade. Segundo Nhaueleque (2020), a primeira transmissão ótica do bom comportamento é feita diariamente pela mãe, e os ritos, por sua vez, vão consistir num pano de fundo para uma pessoa jovem, mas já sensibilizada e preparada para receber outros ensinamentos, desta vez por obra de mulheres externas à mãe, que a irão introduzir na vida adulta.

Para que uma rapariga seja submetida a *Wineliwa emwali*, Nhaueleque (2020) diz que é necessário e indispensável que ela tenha a *wona mweri* (menarca). Enquanto o dia das cerimónias não chega, os familiares vão criando todas as condições necessárias, desde comida, bebidas e roupas até à construção de cabanas onde irão decorrer as cerimónias.

Os ritos femininos, segundo Nhaueleque (2020), duram duas noites e três dias. Os aconselhamentos só acontecem ao longo da noite, enquanto durante o dia as pessoas dormem, porque tal opção se deve ao fato de os ensinamentos transmitidos serem considerados sagrados e, portanto, exigirem calma, tranquilidade, silêncio e concentração; funciona, assim, como forma de respeito pela herança dos antepassados. A transmissão dos conhecimentos durante os rituais é feita por meio da música, ou seja, de forma cantada e acompanhada por dança, dividindo-se o grupo em dois coros. Os ensinamentos ligados aos ritos consistem em explicar o que é a menstruação, como cuidar da saúde, qual o comportamento perante os homens, como se vestir e como cuidar do lar, incluindo noções de educação da sexualidade feminina, ou seja, o conhecimento do corpo da mulher, bem como a proibição do incesto e do adultério, em geral.

3.1. Ritos de iniciação femininos praticados pelos makhuwa da ilha de moçambique²

Na Ilha de Moçambique, os ritos de iniciação começam com a puberdade. Numa primeira fase, após a puberdade, duas mulheres, nenhuma das quais seja a mãe, conversam com a rapariga: *"não podes ficar assustada isso é normal, não é nenhuma doença"*³.

Na segunda fase dos ritos femininos, a mãe tem a missão de anunciar à família e às amigas que a sua filha já cresceu e que, dentro de algum tempo, irá aos ritos de iniciação. Nesse momento, a mãe começa com os preparativos, a compra de roupas e de todo o material necessário para a cerimônia. A cerimônia é denominada *Winela*, durante a qual é incutido na mulher o respeito que deve ter na sociedade. Nessa fase, não lhe transmitem nenhuma informação acerca dos homens.

Na terceira fase, denominada *ocinqueia*, a rapariga é preparada para o casamento, sendo-lhe transmitidos todos os aspectos inerentes ao tratamento que deve ter com o marido. Além disso, a mulher já tem permissão para participar em funerais e é ensinada sobre as formas de tratar o corpo de um morto: *"quando se falam de coisas de mulheres adultas ela já pode fazer parte, para ela não existe mais uma cortina que a impede de participar nas coisas dos adultos"*⁴. Após a terceira fase, ela está preparada para casar.

4. Violência contra a mulher: conceito, formas e tipos

A violência contra a mulher é um tema que ganhou grande visibilidade e suscitou discussões no mundo acadêmico e social após os movimentos feministas do século XX. Desde então, vários são os conceitos que definem a violência contra a mulher. Assim, na visão de Casique e Furegato (2006), a violência refere-se às noções e ao uso da superioridade física sobre o outro. A Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) consideram a violência contra a mulher uma forma extrema de desigualdade de gênero. Estima-se, segundo (Ruschel, Machado, *et al.*, 2022,

² Texto sem referência, texto adaptado dos dados da entrevista de campo.

³ A passagem aqui destacada foi pronunciada pela anciã, na Ilha de Moçambique.

⁴ A passagem aqui destacada foi pronunciada pela anciã, na Ilha de Moçambique.

p. 3), que "uma em cada três mulheres no mundo sofreu violência por parceiro íntimo ou violência sexual em algum momento de sua vida."

Pela variedade de autores que abordam o fenômeno da violência contra a mulher, um dos conceitos mais aceites é o da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, que conceitua a violência contra a mulher como qualquer ato de violência de gênero que causa dano físico, sexual ou mental à mulher, incluindo a ameaça de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra na vida pública ou privada. A ONU, ao conceituar a violência que causa danos à mulher, reconhece que:

A violência contra as mulheres constitui uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que conduziram ao domínio e à discriminação das mulheres por parte dos homens e impediram o progresso pleno das mulheres, e que a violência contra as mulheres constitui um dos mecanismos sociais fundamentais através dos quais as mulheres são forçadas a assumir uma posição de subordinação em relação aos homens (ONU, 1993)

A violência doméstica está relacionada a questões históricas que colocam o homem diante da mulher como superior, e essa visão foi transmitida de geração em geração, razão pela qual, até hoje, nos ritos de iniciação femininos e masculinos, é transmitida a imagem da figura masculina como superior. Nessa relação de superioridade, a figura masculina é conduzida à violência e à discriminação da mulher por vários fatores. Entretanto, alguns teóricos, como Coelho et al. (2014), referem-se às raízes sociais da violência como resultantes dos efeitos disruptivos dos acelerados processos de mudança social, provocados, sobretudo, pela industrialização e urbanização, o que pode ser verdade considerando a abordagem de Casique e Furegato (2006), ao dizer que a violência é mutante, pois sofre a influência de épocas, locais, circunstâncias e realidades muito diferentes.

4.1. Violência contra a mulher em Moçambique

Moçambique, através do Plano Nacional de Acção para Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher, indica que, na maioria dos casos, as vítimas de violência não apresentam queixa nos órgãos de justiça e não aceitam a instauração do processo-crime contra os perpetradores deste mal social. Quando apresentam queixa, procuram somente a reposição da ordem no casamento. Em geral, a maioria das mulheres procura a solução dos seus

problemas ao nível comunitário, com recurso aos familiares, vizinhos, padrinhos de casamento e anciões.

5. Metodologia

Para a realização da presente pesquisa, foi fundamental recorrer a uma abordagem qualitativa. Quanto à natureza, a pesquisa foi básica e, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 34), "Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais."

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi orientada através do método de pesquisa exploratória que, segundo Gil (2007) apud Gerhardt e Silveira (2009), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como pesquisa bibliográfica e estudo de caso. O objetivo desse método, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 188), é a "formulação de questões ou de um problema."

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi dirigida, numa primeira fase, mediante a pesquisa bibliográfica que, segundo Fonseca (2002) apud Gerhardt e Silveira (2009, p. 37), "A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites."

Na segunda fase, o estudo orientou-se mediante a pesquisa de campo e o estudo de caso. Segundo Fonseca (2002) apud Gerhardt e Silveira (2009, p. 37), "A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.)"

Para este estudo, foi necessário o uso de três (3) tipos de instrumentos de recolha de dados. Para os dados secundários, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa eletrônica. A pesquisa bibliográfica, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), "Fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma

modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas."

A pesquisa eletrônica, na visão dos mesmos autores, é constituída por informações extraídas de endereços eletrônicos, disponibilizadas em home pages e sites, a partir de livros, folhetos, manuais, guias, artigos de revistas, artigos de jornais, etc.

Para a recolha dos dados primários, foi necessário recorrer à entrevista semiestruturada. A entrevista é definida por Gerhardt e Silveira (2009) como uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Na entrevista semiestruturada, o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. A análise incidiu sobre os depoimentos das categorias de interlocutores apresentadas nos resultados – liderança religiosa, anciã, lideranças comunitárias e Gabinete de Combate à Violência Doméstica –, organizados segundo os objetivos do estudo. Por se tratar de um estudo de caso qualitativo, os resultados expressam percepções e testemunhos situados no contexto estudado e não permitem, por si só, estabelecer relações causais generalizáveis.

5.1. Análise e interpretação de dados

Na presente secção, apresentam-se os resultados obtidos no campo durante as entrevistas com os líderes que lidam com o tratamento dos ritos de iniciação na Ilha de Moçambique. Importa esclarecer que os resultados estão agrupados de acordo com os objetivos que orientaram o estudo.

5.1.1. Papel social e religioso dos ritos de iniciação na zona insular da ilha de Moçambique

O líder religioso entrevistado abordou o papel social e religioso dos ritos de iniciação na zona insular da Ilha de Moçambique, dizendo que: *"os ritos na ilha de Moçambique têm o papel social de aconselhamento aos jovens para que possam manter a sua saúde em bom estado, para terem o respeito com os*

Rafael Armando Benzane, Winela emwali: análise dos valores transmitidos às rapa outros membros da comunidade, sobretudo o respeito por ele" (indivíduo submetido aos ritos).

Em específico, os ritos de iniciação femininos na Ilha de Moçambique, no seu papel social, começam com a primeira menstruação da mulher; a principal finalidade é ensinar a rapariga sobre a higiene pessoal em relação ao período menstrual da mulher. Quanto ao papel social dos ritos de iniciação, Marcos (2021, p. 190) diz que:

Além da educação da família e do grupo, os ritos de iniciação têm um papel preponderante na instrução e educação da criança; abordam os aspectos da vida social; os valores culturais, costumes e tradições; uma educação para a vida adulta, mostrada pela instrução a qual o menino ou a menina é submetida.

Os ritos de iniciação femininos na Ilha de Moçambique têm como seu papel religioso a mudança de comportamentos da rapariga, sobretudo os que têm a ver com questões espirituais. O entrevistado frisou que: "*Se existe algo que a religião é capaz de fazer é a mudança de comportamento nas pessoas*". A religião tem o papel de fortificar e moldar a rapariga porque, quando chega a essa fase, ela é considerada "adulta"; ou seja, a atitude que a rapariga deve tomar daí em diante, após os ritos de iniciação, deve ser diferente daquela que será tomada por uma rapariga que ainda não foi submetida aos ritos.

Nesta mesma categoria, o líder foi questionado sobre se os ritos de iniciação influenciam a tolerância à violência doméstica. O líder respondeu que os ritos de iniciação aceleram a violência doméstica, com destaque para a violência sexual, e realçou a existência de diferenças entre os ritos de iniciação conduzidos na Ilha insular e na Ilha continental. Na Ilha continental, o rapaz é incentivado a colocar-se como superior, sendo-lhe ditas palavras como: "*você é homem, você é dono da casa e você é quem manda*". Essas expressões incentivam a ocorrência da violência doméstica (geralmente, a violência não é física, mas sim psicológica). Ao contrário, à rapariga é dito que deve aceitar ser submissa, ocorrendo expressões como: "*você é mulher e deve aceitar tudo, pelo seu bem, pelo seu futuro, o seu marido é quem te alimenta*". Isto é confirmado por Osório (2015), ao argumentar que uma rapariga que tenha sido sujeita aos ritos é preparada para servir. Assim, a mulher, ao sair dos ritos, internaliza que o seu futuro marido é um ser superior em relação a ela e que lhe deve todo o respeito e submissão, conforme refere Machava

(2019), segundo a qual alguns valores transmitidos às raparigas nos rituais suscitam comportamentos que, quando internalizados dogmaticamente, promovem as desigualdades sociais entre os homens e as mulheres.

5.1.2. Valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e sua relação com a tolerância à violência doméstica

Segundo a anciã entrevistada, determinados valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação podem influenciar a tolerância à violência doméstica. O depoimento recolhido sugere uma relação entre certos ensinamentos e a forma como algumas situações de violência são inicialmente suportadas ou encaminhadas no contexto familiar: *"um dos ensinamentos que elas recebem é ter paciência, na primeira porada ela deve ser submissa, deve tentar pacientar. Em casamento você tem que ter paciência, não é logo na primeira porada sair e queixar, você tem que ver se há uma regularidade nesse acto, depois dela constatar que sim ela pode sair e falar com os seus pais e, os pais da mulher tem o dever de conversar com o marido, nessa conversa sempre lhe é dito que se não gostas mais da nossa filha é melhor a trazer de volta a nossa casa."*

Questionada sobre se, durante os ritos de iniciação na Ilha de Moçambique, as raparigas são conscientizadas sobre os seus direitos, a anciã respondeu: *"A mulher é conscientizada acerca dos seus direitos nos casamentos em uma margem de 40%, os outros 60% lhe é transmitida os seus deveres para com o homem, fala-se mais do homem em relação a ela, como uma forma de incutir o medo na mulher."*

De acordo com o argumento acima, nos ritos femininos, as mulheres aprendem mais acerca dos homens do que acerca dos seus próprios direitos. Chirindza (2015, p. 14) diz que "Nestes ritos são transmitidos às raparigas os conhecimentos relacionados com os seus papéis e noções de sexualidade, sempre realçando as suas obrigações para com os homens." A rapariga sai dos ritos de iniciação sabendo que a sua vida será a de agradar ao seu marido; conforme citado por Osório (2015), as raparigas sabem que o seu destino e a sua vida são condicionados pela vontade masculina: ele é o chefe da família e o seu dono.

5.1.3. Papel dos líderes comunitários e do gabinete de combate à violência doméstica na conscientização e prevenção dos direitos da mulher

Através da entrevista feita aos líderes comunitários e ao Gabinete de Combate à Violência Doméstica, verifica-se que o papel dos líderes comunitários e do Gabinete é combater a violência doméstica. Porém, existe uma particularidade na forma de combate e de tratamento dos casos de violência doméstica entre as duas autoridades.

Os líderes comunitários desempenham o papel de conscientizar a população através de reuniões e palestras nas mesquitas e têm o papel de reencaminhar as vítimas ao Gabinete, por escrito.

O Gabinete desenvolve palestras de divulgação da lei 29 de setembro de 2009 (lei sobre a violência doméstica). As palestras são transmitidas na rádio e realizadas em escolas, igrejas e na comunidade, junto dos líderes comunitários. Questionado acerca das causas da violência doméstica contra a mulher, o Gabinete respondeu: *"na minha opinião as causas da violência doméstica contra a mulher são várias, mas as mais comuns são a pobreza (as mulheres são sujeitas a esse ato pelo simples facto de serem pobres, por serem mães tendem de a sofrer a violência [em silencio]). A Religião (o Islão é a religião dominante na região da Ilha de Moçambique) por causa da religião as mulheres acabam por entregar tudo nas mãos de Allah, as mulheres da região tendem a ser violentadas e ficam em silêncio como forma de salvaguardar os preceitos religiosos."*

Para discutir e corroborar o trecho acima, Casique e Furegato (2006) explanam que a violência é mutante, pois sofre a influência de épocas, locais, circunstâncias e realidades muito diferentes.

Segundo o Gabinete, na região da Ilha de Moçambique, a maioria dos casos não é reportada devido a fatores religiosos. As vítimas que chegam a denunciar os casos são as mesmas que, momentos depois, deles desistem, geralmente influenciadas pela família, que profere palavras como: *"somos uma família, vamos nos entender, era somente para ele aprender a lição e já está avisado"*.

Em concordância com o Gabinete, o Plano Nacional de Acção para Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher diz que, na maioria dos

casos, as vítimas de violência não apresentam queixa nos órgãos de justiça; quando apresentam queixa, procuram somente a reposição da ordem no casamento.

Questionado o Gabinete acerca da frequência com que são reportadas às autoridades denúncias de casos de violência doméstica e acerca da idade das vítimas, respondeu: *"Todos os dias são apresentadas denúncias de casos de violência doméstica. O número tem variado, desde 1 caso por dia a até mais de 02 casos. A maioria das vítimas da violência tem uma idade compreendida entre os 18 anos 25 anos"*. Questionado sobre se os ritos de iniciação são um empecilho no combate à violência doméstica, o Gabinete respondeu: *"Sim os ritos contribuem na tolerância a violência doméstica. Mas em um contexto limitado, não em todas as regiões"*.

Conclusões e sugestões

Alguns valores, quando internalizados e tomados como normas rígidas, podem orientar comportamentos e também funcionar como mecanismos de desigualdade. No contexto analisado na Ilha de Moçambique, os depoimentos recolhidos associam determinados ensinamentos transmitidos nos ritos de iniciação – sobretudo os relacionados com submissão, paciência e deveres conjugais – à forma como algumas mulheres lidam com situações de violência doméstica. Esta associação deve ser entendida no âmbito do estudo de caso e das percepções dos interlocutores entrevistados.

O estudo averiguou que foram traçadas estratégias para combater a violência e incentivar a denúncia. Nesse sentido, o Gabinete de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica desenvolve palestras de divulgação da lei 29 de setembro de 2009 na rádio, nas escolas, nas igrejas e na comunidade, junto dos líderes comunitários. A comunidade islâmica criou a equipe de mediação de conflito no casamento.

Os resultados qualitativos sugerem que, no contexto estudado na Ilha de Moçambique, determinados valores transmitidos nos ritos de iniciação podem contribuir para a internalização de normas culturais associadas à desigualdade de género e à tolerância de situações de violência doméstica. Os depoimentos também apontam para a importância da consciencialização sobre os direitos das mulheres e para a influência de fatores familiares, religiosos, culturais, sociais e económicos. Estas conclusões reportam-se às percepções

recolhidas no estudo de caso e não demonstram, por si só, uma relação causal generalizável entre os ritos de iniciação e a violência doméstica.

Referências

- Braço, Antônio D. *Educação pelos ritos de iniciação: Contribuição da tradição cultural mse-sena ao currículo formal das escolas de Moçambique*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2008.
- Casique, Leticia C.; FUREGATO, Antonia R. F. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Latino-am Enfermagem*, 2006.
- Chirindza, Liendina J. *Crianças Yao e Ritos de Iniciação: Caminhos para o Casamento Prematuro?* Monografia (Licenciatura). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane – UEM, 2015.
- Coelho, Elza B. S.; Silva, Anne C. L. G. D.; Lindner, Sheila R. *Violência: definições e tipologias*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- Dias, Patrícia Regina Corrêa. Ritos e rituais - vida, morte e marcas corporais: a importância desses símbolos para a sociedade. *VIDYA*, v. 29, n. 2, p. 71-86, 2009.
- Gerhardt, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo (orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- INE. *Censo Geral da População*. Maputo. 2017
- Machava, Paula Lúcia Salvador. Santos ou Diabos: uma reflexão sobre os ritos de iniciação femininos e a opressão da mulher. *Cabo dos Trabalhos*, n. 17, 2019.
- Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.
- Marcos, Daniel A. Os ritos de iniciação na cultura yao e o impacto na pedagogia educativa no Niassa-Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, v. 1, p. 183-199, 2021.
- Ministério do Gênero, Criança e Ação Social. *Plano Nacional de Ação para Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher*. Maputo, p. 31. 2009.

Moçambique. Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro. Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher. *Boletim da República*, I Série, n.º 38, 2.º Suplemento, 2009.

Nhaueleque, Laura A. www.macua.blogs.com. *Moçambique para todos*, 23 Junho 2020. Disponível em:

https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2020/06/ritos-de-inicia%C3%A7%C3%A3o-entre-os-amakhuwa-do-norte-de-mo%C3%A7ambique-e-respeito-dos-direitos-humanos.html.

Organização das Nações Unidas. *Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres*. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1993.

Organização Pan-americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. *Violência contra a mulher, estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher*. 67.ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS. Washington, D.C. 2015.

Osório, Conceição. *Os ritos de iniciação: Identidades femininas e masculinas e estruturas de poder*, 2015. Disponível em:

<https://www.wlsa.org.mz/wpcontent/uploads/2015/11/Ritos2015.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.



Pedro, Gilda. *Ritos de iniciação e o processo de ensino-aprendizagem no espaço sociocultural de Moçambique*. Monografia (Licenciatura). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane – UEM, 2020.

Pinto, Sara Maria Xavier. *Casamentos prematuros no contexto dos ritos de iniciação femininos, praticados pela etnia Macua: olhares de finalistas do curso de licenciatura em Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Relações Interculturais). Lisboa: Universidade Aberta, 2017.

Ruschel, Ângela E. et al. Mulheres vítimas de violência sexual: rotas críticas na busca do direito ao aborto legal. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, p. 1-12, 2022.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): BENZANE, Rafael Armando. Winela emwali: análise dos valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a sua relação com a tolerância à violência doméstica. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.64-80, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Benzane, R. A. (2026). Winela emwali: análise dos valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a sua relação com a tolerância à violência doméstica. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 64-80.



A controvérsia entre a prática da eutanásia e o direito à vida na perspectiva dos direitos humanos: um estudo de caso da Cidade de Chimoio, Moçambique

Zefanias Jone Magodo *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9115-8772>

RESUMO

A eutanásia é uma prática de piedade e de caráter humanitário que visa garantir uma morte sem sofrimento a um doente em estado grave, contrariando o preceito constitucionalmente previsto no artigo 40º referente ao direito à vida. A sua prática, analisada à luz do respeito pela dignidade humana e da controvérsia com o direito à vida, foi estudada na Cidade de Chimoio, com o intuito de abordar o nível de conhecimento da eutanásia e dos seus diferentes tipos e, no final, apresentar propostas pessoais para o aprofundamento da matéria relativa à violação do direito humano fundamental que é o direito à vida, consagrado na Constituição da República de Moçambique. Para alcançar os objetivos, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa de campo, que abrangeu 42 participantes com idades entre 18 e 45 anos, recorrendo, consoante o grupo, a entrevistas semi-estruturadas, conversas informais e observação direta. Os resultados mostram que 83.3% têm conhecimento prévio do significado da eutanásia, mas, apesar de terem conhecimento do seu significado, não sabiam ao certo quais eram os tipos de prática da eutanásia, uma vez que 54.8% não conheciam a eutanásia ativa e apenas 45.2% tinham conhecimento. Concluiu-se que a presente pesquisa não deve constituir um ponto final deste tipo de investigação, pois não esgota todas as opiniões divergentes, e recomenda-se a criação de uma lei que proíba ou penalize a sua prática.

PALAVRAS-CHAVE

Dignidade da pessoa humana, Direito à vida, Direitos Humanos, Eutanásia, Tipos de Eutanásia.

* Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique_Quelimane; Mestre em Ciências Jurídicas Público Forense pela Universidade Alberto Chipande_Beira; Mestre em Gestão e Auditorias Ambientais pela Universidade Europea del Atlantico_Barcelona, Espanha; Licenciado em Ecoturismo e Gestão de Fauna Bravia. É consultor ambiental e instrutor de cursos profissionalizantes. É o criador da empresa Magodo Treinamentos, SU_LDA, cuja missão é de formar jovens, profissionais e amantes da natureza. E-mail: zefanias.magodo@gmail.com

The controversy between the practice of euthanasia and the right to life from a human rights perspective: a case study from the City of Chimoio, Mozambique

ABSTRACT

Euthanasia is a compassionate and humanitarian practice aimed at ensuring a painless death for a seriously ill patient, in contrast with the constitutional precept set out in Article 40 concerning the right to life. Its practice, analysed in light of respect for human dignity and the controversy surrounding the right to life, was studied in the City of Chimoio, with the aim of assessing the level of knowledge about euthanasia and its different types and, ultimately, presenting personal proposals to deepen the discussion concerning the violation of the fundamental human right to life enshrined in the Constitution of the Republic of Mozambique. To achieve the objectives, bibliographical research and field research were used; the fieldwork involved 42 participants aged between 18 and 45 and combined, according to the participant group, semi-structured interviews, informal conversations and direct observation. The results show that 83.3% had prior knowledge of the meaning of euthanasia; however, despite knowing its meaning, they were not sure about the types of euthanasia practised, since 54.8% did not know about active euthanasia and only 45.2% did. It was concluded that this research should not be regarded as the final word on this type of study, as it does not exhaust all divergent opinions, and the creation of a law prohibiting or penalising the practice is recommended.

KEYWORDS

Dignity of the human person, Right to life, Human Rights, Euthanasia, Types of Euthanasia.



Kupokana pakati pekuita kwe euthanasia nekodzero yeupenyu kubva kune kodzero dzeanthu: chidzidzo chechiitiko kubva kuGuta reChimoio, Mozambique

MUSORO O MASOKO

Euthanasia njira inozwire tsitsi nekudetsera vanhu kuti iite kuti murwere anorwara zvikuru afe asingarwadzi, zvinopesana ngemutemo webumbiro remutemo wakanyorwa pachikamu 40 maererano nekodzero yekurarama. Kuongororwa kwemaitiro ayo mukuremekedza kuremekedzwa kwemunhu, kukakavara kodzero yehupenyu, yakadzidzwa muGuta reChimoio, nechinangwa chekuunza nzira kune mwero weruzivo rwe euthanasia uye mhando dzayo dzakasiyana kuti pakupedzisira ipe zvirongwa zveemunhu . nge ndaa ye kukura kwe ndaa inoenderana ne kuputsa kodzero ye Vanhu yakakosha, iyo kodzero ye hupenyu yakanyorwa mu Bumbiro re Republic of Mozambique. Kuti zvinangwa zvibudirire, tsvakurudzo ye bibliographical uye tsvakurudzo yemunda yakashandiswa, iyo yaive nekuunganidza ruzivo rwakabva pakubvunzurudza kwakagadzirwa zvisvima, apo 42 vanhu vane makore ari pakati pe 18 ne 45 vakabvunzurudzwa. Zvakabudiswa zvinokhombise kuti 83.3% vane ruzivo rwekutanga rwezvinoronga euthanasia, asi kunyazwi vaine ruzivo rwezvinoronga euthanasia, avazi kuziya ngegwiniso mhando dzekuita kwe euthanasia, ngekuti 54.8% avazi kuziya euthanasia inoshanda uye 45.2% vega ndivo . aiva neruzivo. Kupedza kuti tsvakurudzo iyi haishandi sechigumo cherudzi urwu rwekutsvakurudza sezvo isingaperi mifungo yeshe yakasiyana

uye zvinokurudzirwa kuti pave nemutemo unorambidza kana kuranga kuita kwakafanana.

Mazwi akakosha

Kuremekedzwa kwemunhu, Kodzero yehupenyu, Kodzero dzemunhu, Euthanasia, Mhando dzeEuthanasia.

1.Introdução

A norma de convivência entre os homens possui características oriundas de questões sociais ligadas ao direito, atualmente objeto de debates. Entre essas questões encontra-se a eutanásia, termo utilizado em diferentes aceções na literatura e cujo enquadramento jurídico varia entre países. Nos regimes contemporâneos que a regulam, a eutanásia distingue-se, em particular, do suicídio medicamente assistido pela pessoa que executa o ato que causa a morte.

Todo cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral e não pode ser sujeito à tortura ou a tratamentos cruéis ou desumanos (número 1 do artigo 40º da Constituição da República de Moçambique). Assim sendo, se o ser humano tem a vida consagrada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e consubstanciada pela Constituição, a morte condigna também deveria encontrar um dispositivo legal.

Em Moçambique, a prática da eutanásia não dispõe de um regime legal específico que a autorize. Etimologicamente, o termo remete à ideia de «boa morte» ou «morte sem sofrimento». A literatura, contudo, utiliza classificações distintas para as intervenções no fim da vida, pelo que importa diferenciar eutanásia, suicídio assistido, ortotanásia e outras práticas clínicas.

O enquadramento jurídico internacional não é uniforme. No Uruguai, o artigo 37 do Código Penal, aprovado pela Lei n.º 9.155, confere aos juízes a faculdade de exonerar de pena o autor de um «homicídio piedoso» em circunstâncias específicas, o que não corresponde a uma legalização geral da eutanásia (República Oriental do Uruguai, 1933).

Nos Países Baixos, a eutanásia e o suicídio assistido constituem, em princípio, infrações penais, existindo uma exceção para o médico que cumpra os critérios legais de diligência previstos na legislação específica. Apenas o próprio paciente pode formular o pedido de eutanásia, que deve ser voluntário e ponderado (Government of the Netherlands, s.d.).

Nos Estados Unidos, a legislação varia entre os diferentes Estados e é necessário distinguir eutanásia de suicídio medicamente assistido. No Oregon, por exemplo, a *Death with Dignity Act* permite, em condições legalmente definidas, que pessoas adultas com doença terminal obtenham medicação para autoadministração; a própria lei exclui expressamente a administração direta de fármacos por um médico ou terceiro para provocar a morte, isto é, a eutanásia (Oregon Health Authority, s.d.).

Na Suíça, a eutanásia ativa direta permanece punível ao abrigo do Código Penal, enquanto o suicídio assistido é tratado como figura juridicamente distinta. Por essa razão, as práticas de assistência ao suicídio existentes no país não devem ser apresentadas como eutanásia em sentido estrito (Federal Office of Justice, 2026).

Em Portugal, a Lei n.º 22/2023 procurou regular as condições em que a morte medicamente assistida não seria punível e distinguiu o suicídio medicamente assistido da eutanásia. Posteriormente, o Acórdão n.º 307/2025 do Tribunal Constitucional declarou inconstitucional, com força obrigatória geral, entre outras disposições, a norma do n.º 1 do artigo 3.º daquela lei (Assembleia da República, 2023; Tribunal Constitucional, 2025). O percurso português mostra também que, nos países de língua portuguesa, o tema não pode ser apresentado como ausente do debate jurídico.

A controvérsia entre a prática da eutanásia e o direito à vida é um tema de grande relevância em várias dimensões, como as dimensões ética, legal, médica e social. Estudar essa temática é essencial para compreender melhor as complexidades da condição humana, as normas sociais e legais que a cercam e as questões sensíveis que desafiam tanto a moralidade individual quanto as políticas públicas.

1. Os direitos humanos e sua relação com a prática da eutanásia

A eutanásia é uma prática que remonta à origem humana, estando presente em várias tradições culturais. Em relação ao seu verdadeiro significado, Borges (2001) esclarece:

Do ponto de vista etimológico, a expressão eutanásia se refere a uma morte tranquila e sem dor. Origina-se do termo grego eu, que pode ser traduzido como bom ou bem, e thanatos, que

significa morte. No sentido original, a palavra eutanásia poderia ser traduzida como morte doce, morte sem dor.

Batista e Schramm (2004) mencionam a confusão de conceitos entre eutanásia e ortotanásia. Este último conceito refere-se à morte no momento adequado, sem tratamentos desproporcionais (distanásia) e sem antecipação do processo de morte (eutanásia). Além disso, a palavra é inserida e, de certa maneira, misturada com conceitos como homicídio por piedade e suicídio, o que pode resultar em uma conotação negativa, causando grande dano e até preconceito ao debate. Por essa razão, é necessário "purificar" um pouco mais o conceito.

Pessini e Barchifontaine (2000) utilizam o termo eutanásia no seu sentido mais contemporâneo, não se limitando apenas ao significado etimológico grego, mas incorporando a ideia de "observar como o moribundo deixa a vida mais simples e silenciosa", fazendo com que a questão adquira um caráter filosófico.

Os mesmos autores mencionados anteriormente classificam a história da eutanásia em três fases distintas: a eutanásia ritualizada, medicalizada e autogerida, em que o paciente passou a ser protagonista, sendo visto como sujeito portador de direitos (Pessini & Barchifontaine, 2000). A primeira (eutanásia ritualizada) era assim chamada devido à presença de rituais no momento da morte, presentes em várias culturas. Isso auxiliava na humanização desse instante, bem como na aceitação e integração das rupturas pessoais, familiares e sociais, que são inerentes à morte. Em situações em que a humanização da morte não era viável, a sua aceleração era permitida através da intervenção de familiares, sacerdotes ou feiticeiros, entre outros.

A segunda, a eutanásia medicalizada, teve origem na Grécia com o surgimento da medicina científica e perdurou até à Segunda Guerra Mundial, período em que o papel do médico mudou para cuidar de doentes, deficientes e idosos, devendo recorrer à eutanásia somente quando estritamente necessário.

É crucial enfatizar, sem desviar o foco, que a eutanásia pode ser categorizada, conforme o consentimento do paciente, em voluntária, involuntária e não-voluntária. A eutanásia voluntária, de acordo com Nobrega Filho (2010), acontece quando o paciente manifesta a sua vontade livre,

esclarecida e consciente sobre o processo de morte e solicita ajuda para antecipá-la. Quando o paciente perde posteriormente a capacidade de exprimir a sua vontade, a discussão deve considerar a vontade anteriormente manifestada, quando exista, não se confundindo esta situação com uma substituição automática da decisão do paciente pela família.

Singer (1998) afirma que, neste grupo, também estão incluídas as pessoas incapazes de expressar sua concordância no momento da doença, desde que isso tenha sido realizado em um momento anterior, posicionando-se da seguinte maneira:

Quando está com boa saúde, um indivíduo pode solicitar a eutanásia por escrito se, devido a um acidente ou enfermidade, se tornar incapaz de tomar ou expressar a decisão de morrer, devido à dor ou à perda de suas faculdades mentais, sem nenhuma perspectiva razoável de recuperação. Ao assassinar alguém que fez tal pedido, reiterou-o várias vezes e agora se encontra em um dos estados descritos, um indivíduo pode perfeitamente argumentar que agiu com a permissão da vítima (Singer, 1998).

Já a involuntária ocorre nos casos em que o paciente não deseja a eutanásia, sendo a sua intenção contrariada por sua família ou equipe médica. Condenável sob o ponto de vista moral e jurídico, assemelha-se à prática de homicídio. Por outro lado, fala-se também em eutanásia não-voluntária (considerada em alguns países ora dentro do conceito da eutanásia voluntária, ora no da involuntária), quando não há manifestação de vontade do paciente em relação à morte provocada, seja por encontrar-se em estado de inconsciência, seja por se tratar de incapacidade definitiva ou, ainda, por qualquer outro motivo (Nobrega Filho, 2010).

De acordo com o autor mencionado (Nobrega Filho, 2010), a eutanásia pode ser categorizada em ativa (direta e indireta), de efeito duplo e passiva. Segundo Diniz (2007), a eutanásia ativa ou por comissão, também conhecida como benemortásia ou sanicídio, não é mais do que um assassinato. A decisão de antecipar, por piedade, a morte de um paciente irreversível ou terminal, a pedido próprio ou de seus parentes, é motivada pela condição incurável da doença, pela dor insuportável e pela ineficácia do tratamento. Geralmente, utiliza-se de métodos farmacológicos por ser uma forma não dolorosa de ceifar a vida.

A eutanásia ativa implica uma ação direta que resulta na morte do paciente, com o objetivo de acabar com seus sofrimentos. Isso pode acontecer, por exemplo, ao administrar-lhe uma substância fatal. Refere-se ao ato de matar alguém para prevenir que sofra excessivamente ou permaneça em condições de vida vistas como injustas, implicando um ato direto e consciente de ceifar a vida.

De acordo com Batista e Schramm (2004), a eutanásia ativa indireta ou de duplo efeito ocorre quando o propósito principal das intervenções médicas é amenizar o sofrimento do paciente. No entanto, a morte é acelerada devido aos métodos empregados (efeito indesejado). Isso pode acontecer, por exemplo, ao utilizar uma dose de benzodiazepínico para reduzir a ansiedade e a angústia, resultando, como consequência secundária, em depressão respiratória e morte.

No que diz respeito à eutanásia passiva, Lecuona (1997) e Nobrega Filho (2010) a caracterizam como a falta de um tratamento essencial ou qualquer recurso que auxilie na extensão da vida do paciente. O conceito também pode incluir a desistência do tratamento já em andamento, encerrando todas as ações que visam prolongar a vida, tudo com o objetivo de prevenir a interferência em um processo causal de consequências fatais.

3. Metodologia

A metodologia de investigação consiste na descrição do procedimento utilizado para alcançar os objetivos previamente estabelecidos no estudo, ou seja, os caminhos percorridos pelo investigador ao realizar a pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), refere-se a um conjunto de procedimentos metodológicos e lógicos que, com maior segurança e economia, permitem alcançar objetivos ou conhecimentos autênticos e válidos, apontando o caminho a seguir, identificando erros e respaldando as escolhas do pesquisador.

A abordagem metodológica do estudo foi dividida em duas seções, sendo a primeira fundamentada na pesquisa bibliográfica e a segunda no trabalho de campo. O estudo bibliográfico engloba toda a literatura já divulgada sobre o assunto em questão, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, estudos, monografias, teses e material cartográfico (Marconi e Lakatos, 2003). Nesta etapa, coletaram-se informações em vários artigos científicos que

oferecem detalhes sobre o assunto. Esses artigos também serviram como referências para a análise e discussão dos dados coletados no campo.

O trabalho de campo envolveu a coleta de informações de pacientes e acompanhantes nas extensas filas do banco de emergência, triagem de adultos e sala de reanimação do Hospital Provincial de Chimoio e dos Centros de Saúde Eduardo Mondlane, 1º de Maio e Vila Nova, na cidade de Chimoio. A pesquisa começou no dia 17 de setembro e foi concluída em 12 de outubro de 2024. Durante a coleta de dados no campo, empregaram-se dois (2) métodos: entrevista semi-estruturada e diálogos informais, com auxílio da observação direta.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a entrevista consiste em um encontro entre duas pessoas com o objetivo de obter informações sobre um assunto específico, através de uma conversa profissional. Atualmente, a entrevista é uma das técnicas mais empregadas em pesquisas científicas. Álvaro Júnior e Nazir Júnior (2011) argumentam que a entrevista proporciona ao investigador uma vasta quantidade de dados e informações que permitem a realização de um trabalho de grande riqueza. Com base na explicação dada, a entrevista semi-estruturada predominou na coleta de dados para este estudo, levando à criação de um questionário com questões predominantemente fechadas e algumas abertas para avaliar o grau de entendimento sobre eutanásia.

O questionário destinado a médicos e técnicos de saúde não foi aplicado sob a forma de entrevista devido à percepção inicial de uma certa relutância destes em se abrir, o que poderia prejudicar os resultados. Assim, optou-se por uma conversa informal, baseada nas perguntas do roteiro de entrevista.

Conforme Patton (1990), as conversas informais possibilitam a discussão de diversos assuntos relacionados ao tema, promovendo a liberdade de expressão. Neste estudo, conversas informais foram conduzidas com sete (07) profissionais de saúde, incluindo médicos e técnicos de enfermagem geral. Estes sete profissionais integraram a amostra total de 42 participantes e não constituíram participantes adicionais. As conversas tiveram como propósito aprofundar o entendimento sobre os tipos de eutanásia e o grau de entendimento sobre sua prática, além de enriquecer as respostas obtidas através de entrevistas e observação direta.

A observação é um método de coleta de dados que envolve examinar as interações dos atores sociais em situações específicas para verificar seu

comportamento e atitudes dentro de um contexto econômico, social e cultural específico. Ela auxilia o pesquisador a reconhecer e coletar evidências sobre metas que os indivíduos não percebem, mas que direcionam suas ações (Marconi e Lakatos, 2003).

Neste estudo, utilizou-se a observação direta para corroborar e validar algumas respostas obtidas por meio de entrevistas e diálogos informais. Com isso, foi possível entender as condições de trabalho dos profissionais de saúde e os métodos de assistência aos pacientes.

A coleta de dados abrangeu quatro grupos constituídos por 42 participantes que compõem o público-alvo do estudo, distribuídos da seguinte forma: 17 pacientes (40,5%), 18 acompanhantes (42,9%), 3 médicos (7,1%) e 4 técnicos de saúde (9,5%). As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas a pacientes e acompanhantes, enquanto os médicos e técnicos de saúde participaram nas conversas informais anteriormente descritas. A inclusão destes diferentes grupos teve como finalidade obter percepções diversificadas sobre o fenômeno em estudo, considerando tanto a experiência dos utentes e seus acompanhantes como a perspectiva dos profissionais de saúde. Após a coleta, os dados suscetíveis de tratamento quantitativo foram inseridos, codificados e processados através do IBM SPSS (Pacote Estatístico para Ciências Sociais), versão 20.0, utilizando-se os procedimentos estatísticos disponíveis no programa para a análise dos dados e as ferramentas de tabelas e gráficos para a apresentação dos resultados.

Importa realçar que a seleção dos participantes obedeceu a critérios previamente definidos. Os pacientes foram incluídos por se encontrarem em atendimento ou internados durante o período de realização do estudo e por terem demonstrado disponibilidade para participar; os acompanhantes, por estarem diretamente com os pacientes no período da recolha de dados; e os médicos e técnicos de saúde, por se encontrarem em exercício e manterem contacto profissional com os pacientes abrangidos pelo estudo.

4. Resultados da pesquisa

Dentro dos seus princípios mais elevados, o Estado protege a vida dos seus cidadãos. No entanto, existem situações em que doentes manifestam o desejo de antecipar a morte para pôr termo ao sofrimento, dando origem ao debate sobre a eutanásia e o seu enquadramento ético e jurídico.

A amostra do estudo foi composta por 42 indivíduos, sendo 07 do sexo feminino (16.7%) e 35 do sexo masculino (83.3%), como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos inquiridos por sexo.

Inquiridos	Frequência	Perce- tagem	Percentagem Acumulativa
Homens	35	83.3%	83.3%
Mulheres	07	16.7%	100%
Total	42	100%	

Fonte: Dados de campo (2024)

Definida a amostra, questionou-se aos participantes se tinham conhecimento prévio correcto sobre a eutanásia, e o presente estudo apurou que 35 participantes tinham conhecimento prévio correcto sobre a eutanásia, 5 não conheciam e os restantes 2 não possuíam nenhum conhecimento prévio, de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2: Conhecimento prévio da eutanásia

Conhecimento prévio correcto sobre a eutanásia	Frequência (F)	Percentage m (%)
Sim	35	83.3
Não	5	11.9
Não possuía nenhum conhecimento prévio sobre a eutanásia	2	4.8
Total	42	100.0

Fonte: Dados de campo (2024)

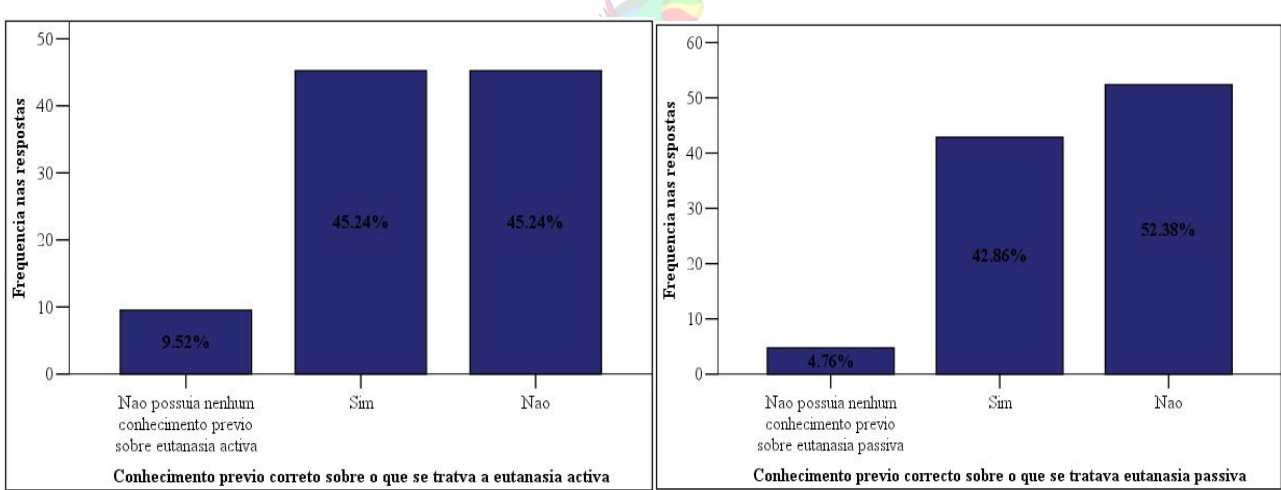
Os dados apresentados indicam que os participantes têm conhecimento do significado da eutanásia, uma vez que 35 inquiridos, equivalentes a 83.3%, responderam que a conheciam corretamente; outros 5 não tinham conhecimento e os restantes 2 não tinham conhecimento prévio, correspondendo a 11.9% e 4.8%, respetivamente.

Esta tendência explica-se pelo facto de a maioria dos participantes ser composta por estudantes do nível superior e funcionários públicos, que

englobavam o pessoal de saúde. Para uma análise mais aprofundada, procedeu-se à caracterização do nível desse conhecimento. Importa referir que a eutanásia se distingue em ativa e passiva, desdobrando-se em várias espécies. A eutanásia ativa, também conhecida por eutanásia por comissão (a própria eutanásia dita), é constituída pela prática de ações que ajudam na morte; a passiva, também conhecida por eutanásia por omissão, ocorre quando se abstém deliberadamente da prestação de cuidados médicos destinados a prolongar a vida.

No intuito de descrever os diferentes tipos de prática da eutanásia e perceber o nível de conhecimento sobre eles, os resultados mostram que os participantes, apesar de terem conhecimento do significado da eutanásia, não sabiam ao certo quais eram os seus tipos, uma vez que 54.8% não conheciam a eutanásia ativa e apenas 45.2% tinham conhecimento. O mesmo sucedeu com a eutanásia passiva, em que apenas 42.9% tinham conhecimento deste tipo de eutanásia e a maioria, 57.1%, não tinha, conforme os gráficos da Figura 1.

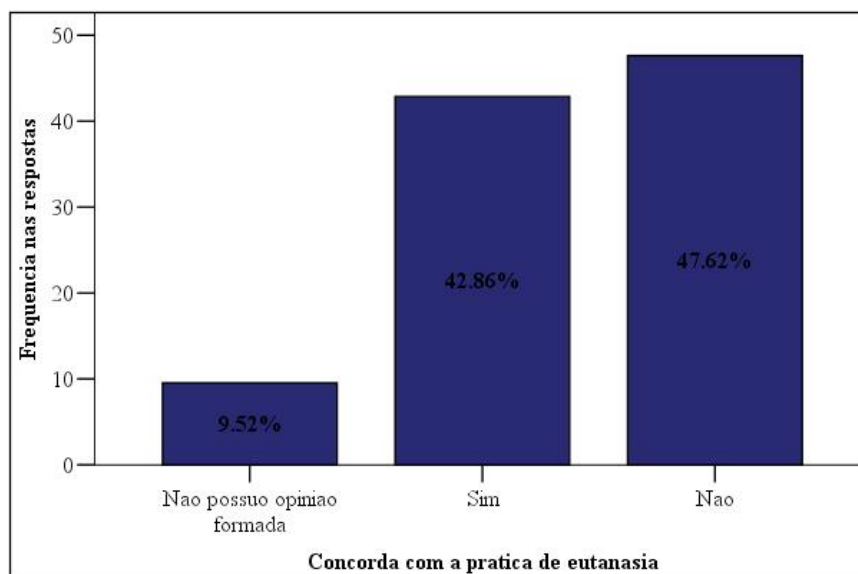
Figura 1: Gráfico sobre o conhecimento da eutanásia ativa e passiva.



Fonte: Autores (2024).

Para além de os participantes não terem conhecimento prévio dos tipos de eutanásia, a categoria com maior frequência relativa corresponde aos que não concordam com a prática da mesma: 20 inquiridos, correspondentes a 47.62%. Apenas 18, equivalentes a 42.86%, concordam com esta prática, e os restantes 4, perfazendo 9.52%, não têm uma opinião formada, como se pode observar no gráfico da Figura 2.

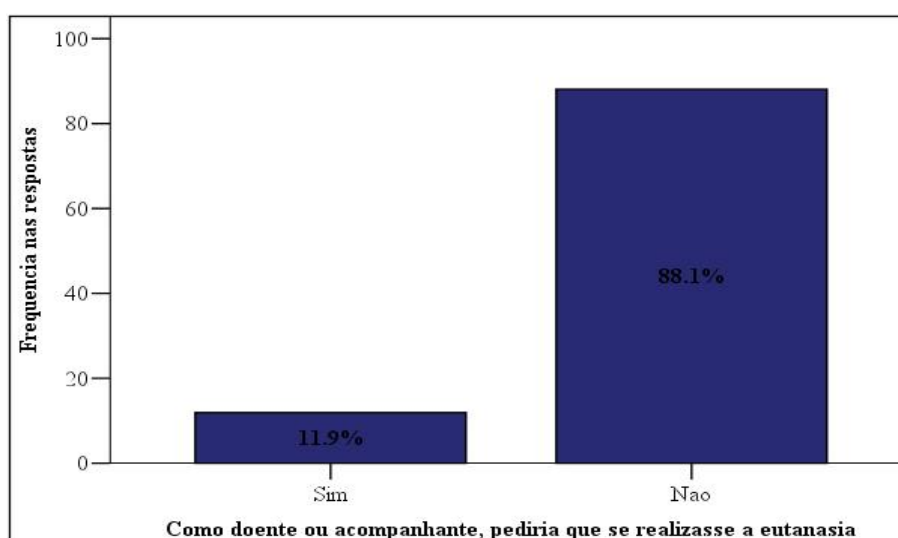
Figura 2: Gráfico sobre o nível de concordância da prática da eutanásia.



Fonte: Autores (2024).

O mesmo sucede quando se pergunta se pediriam que fosse realizada a eutanásia: 37 inquiridos, correspondentes a 88.1%, responderam que não, enquanto os restantes 5, perfazendo 11.9%, responderam sim, demonstrando, assim, uma clara predominância de participantes que afirmaram não pedir a realização da eutanásia, como se pode observar no gráfico da Figura 3.

Figura 3: Gráfico sobre a concordância do pedido da prática da eutanásia.



Fonte: Autores (2024).

Considerações finais

Os direitos humanos constituem um conjunto de princípios e garantias historicamente afirmados para proteger a dignidade da pessoa. No âmbito deste estudo, a eutanásia é discutida como uma intervenção destinada a antecipar a morte em contexto de sofrimento grave, colocando em tensão valores como a dignidade humana, a autonomia e a proteção do direito à vida.

O propósito principal desta pesquisa era examinar a dignidade humana associada à prática da eutanásia e sua conexão com os direitos humanos no caso da Cidade de Chimoio. Os resultados indicam que 83.3% possuíam um entendimento prévio do conceito de eutanásia, enquanto os restantes não possuíam nenhum conhecimento prévio. No entanto, mesmo possuindo um entendimento prévio, não tinham conhecimento preciso sobre as modalidades de eutanásia, já que 54.8% desconheciam a eutanásia ativa e apenas 45.2% tinham conhecimento. Isso também ocorreu com a eutanásia passiva, em que apenas 42.9% tinham conhecimento sobre esse tipo de eutanásia, enquanto a maioria, 57.1%, não tinha.

É importante enfatizar que este estudo não representa um ponto final, pois não abrange todas as opiniões divergentes. À luz dos resultados e do enquadramento constitucional moçambicano discutido no texto, os autores defendem a aprovação de legislação específica que clarifique a proibição da eutanásia e, quando aplicável, as respetivas consequências jurídicas.

Referências

- Álvaro Júnior, F.; Nazir Júnior, F. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência, Araxá**, volume 7, número 7.
- Batista, R.; Schramm, F. (2004). Eutanásia: pelas veredas da morte e da autonomia. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1.
- Borges, R. (2001). Direito de Morrer Dignamente: Eutanásia, Ortotanásia, consentimento informado, testamento vital, Análise Constitucional e Penal e Direito Comparado. In SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite (Org.), **Biodireito - Ciência da vida, os novos desafios**. São Paulo: Ed. RT.

- Diniz, M. (2007). **O Estado Atual do Biodireito. Direito à morte digna**. 4. ed. São Paulo: Saraiva.
- Lecuona, L. (1997). Eutanásia: Algunas Distinciones. In Platts, Mark (comp.), **Dilemas Éticos**. México: Fondo de Cultura.
- Marconi, M.; Lakatos, E. (2003). **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Nobrega Filho, F. (2010). **Eutanásia e Dignidade da Pessoa Humana**: uma abordagem Jurídico-Penal. Joao Pessoa.
- Patton, M. (1990). **Qualitative Evaluation and Research Methods**. 2nd ed., Sage, Newbury Park, CA.
- Pessini, L., & Barchifontaine, C. (2000). **Problemas atuais de bioética**. 5.ª ed. Editora do Centro Universitário São Camilo; Edições Loyola.
- República de Moçambique. (2004). **Constituição da República de Moçambique**. Plural editora. Maputo.
- Singer, P. (1998). **Ética Prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes.
- Assembleia da República. (2023). **Lei n.º 22/2023, de 25 de maio**: Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal. Diário da República, 1.ª série, n.º 101. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/22-2023-213498831>
- Federal Office of Justice. (2026). **The various forms of euthanasia and their position in law**. Swiss Confederation. <https://www.bj.admin.ch/en/the-various-forms-of-euthanasia>
- Government of the Netherlands. (s.d.). **Is euthanasia legal in the Netherlands?** <https://www.government.nl/themes/family-health-and-care/euthanasia/is-euthanasia-allowed>
- Oregon Health Authority. (s.d.). **Oregon Revised Statute: Oregon's Death with Dignity Act**. State of Oregon. <https://www.oregon.gov/oha/ph/providerpartnerresources/evaluationresearch/deathwithdignityact/pages/ors.aspx>
- República Oriental do Uruguai. (1933). Código Penal, Lei n.º 9.155, artigo 37 (homicídio piedoso). IMPO. <https://www.impo.com.uy/bases/codigo-penal/9155-1933/37>

Tribunal Constitucional. (2025). **Acórdão n.º 307/2025, de 22 de abril:**

Morte medicamente assistida.

<https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20250307.html>

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): MAGODO, Zefanias Jone. A controvérsia entre a prática da eutanásia e o direito à vida na perspectiva dos direitos humanos: um estudo de caso da Cidade de Chimoio, Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.81-95, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Magodo, Zefanias Jone. (2026). A controvérsia entre a prática da eutanásia e o direito à vida na perspectiva dos direitos humanos: um estudo de caso da Cidade de Chimoio, Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 81-95

A ética ambiental na era do desenvolvimento tecno-científico

Ezequiel Ernesto Lampião *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0007-2651-376X>

RESUMO

O presente artigo, intitulado A ética ambiental na era do desenvolvimento tecno-científico, resulta de uma reflexão sobre os contornos da relação entre ética e desenvolvimento tecnológico, num momento em que a modernidade se justifica pela ciência e pela técnica, mas tende a negligenciar a sociedade e o meio ambiente. O artigo visa analisar o progresso das ciências tecnológicas à luz do desenvolvimento sustentável e da proteção ecológica, tendo como referência os pensamentos de Hans Jonas e Severino Ngoenha. Para tal, recorreu-se a autores que defendem o uso racional das tecnologias em benefício do ambiente e das gerações futuras. O método adotado foi o hermenêutico, baseado na interpretação de obras fundamentais e artigos secundários que dialogam com a problemática da ética ambiental, do desenvolvimento tecnológico e da justiça planetária, com especial atenção para África e para o pensamento dos dois filósofos centrais. A reflexão proposta não é de caráter técnico, mas moral e cultural, partindo do pressuposto de que a questão fundamental dos problemas ambientais reside na injustiça económica que atinge a maioria da humanidade. Ngoenha discorda do imperativo categórico jonasiano por considerá-lo desprovido de reciprocidade, propondo, em alternativa, uma ética de solidariedade sincrónica e diacrónica que articule justiça social e justiça planetária. Conclui-se que não há verdadeira justiça planetária nas respostas dadas ao problema ecológico, mas sim uma manipulação ideológica por parte do Ocidente, que provoca alterações climáticas que recaem sobre os países mais vulneráveis e, em nome da ajuda humanitária, os submete a mecanismos de endividamento e empobrecimento, nomeadamente através do FMI e do Banco Mundial. Recomenda-se, assim, que o maior desafio para África seja a desobediência crítica em relação ao Ocidente e a busca por soluções próprias de progresso.

PALAVRAS-CHAVE

Ética, Tecnologia, Meio Ambiente, Gerações Futuras.

Environmental Ethics in the Age of Techno-Scientific Development

ABSTRACT

The present article, entitled Environmental Ethics in the Age of Techno-Scientific Development, results from a reflection on the relationship between ethics and technological development at a time when modernity is justified by science and technology but tends to neglect society and the environment. The article aims to analyze the progress of technological sciences in the light of

* Doutorando em Filosofia pela Universidade Pedagógica de Maputo; Mestre em Educação/Ensino de Filosofia pela Universidade Licungo; docente de Filosofia das Ciências Naturais, Ética e Deontologia Profissional e Filosofia na Universidade Púnguè - Extensão de Tete. E-mail: philoslampiao@gmail.com

sustainable development and ecological protection, with reference to the thought of Hans Jonas and Severino Ngoenha. To this end, it draws on authors who advocate the rational use of technologies for the benefit of the environment and future generations. The hermeneutic method was adopted, based on the interpretation of fundamental works and secondary articles that address environmental ethics, technological development, and planetary justice, with particular attention to Africa and the thought of the two central philosophers. The proposed reflection is not technical but moral and cultural, starting from the assumption that a fundamental issue underlying environmental problems lies in the economic injustice affecting most of humanity. Ngoenha disagrees with Jonas's categorical imperative because he considers it devoid of reciprocity, proposing instead an ethic of synchronic and diachronic solidarity that articulates social justice and planetary justice. The article concludes that there is no true planetary justice in the responses to the ecological problem, but rather ideological manipulation by the West, whose actions contribute to climate changes that disproportionately affect more vulnerable countries and which, in the name of humanitarian aid, subjects them to mechanisms of indebtedness and impoverishment, particularly through the IMF and the World Bank. It therefore recommends that Africa's greatest challenge be critical disobedience toward the West and the search for its own paths to progress.

KEYWORDS

Ethics, Technology, Environment, Future Generations.

Introdução



Actualmente, dificulta muito a compreensão que um ser pode ter de si mesmo o facto de recusar ou deixar de se esforçar na análise da sua própria conduta e forma de pensar. A exploração predatória do meio ambiente torna clara a desumanidade da tecnologia e leva a acreditar que a crise ambiental, na actualidade, levanta e propõe indagações fundamentais, como a reflexão sobre os valores, princípios e normas que orientam as nossas acções.

A própria relação entre países com alto grau de desenvolvimento – que, de certa forma, têm muito pouco a preservar a natureza – e os chamados “países em desenvolvimento” – com uma natureza ainda abundante e um considerável poder de desenvolvimento – configura um grande problema ético na contemporaneidade: a contradição entre o que a humanidade já conseguiu produzir em termos de tecnologia, de relações sociais e a enorme destruição do planeta. São muitos os desafios frente à crise que ameaça a vida, por isso solicita-se a cooperação de todos, espalhando sensibilidade e semeando solidariedade. Sendo assim, todos somos responsáveis em pôr em prática a ética ambiental, pois a qualidade de vida e de saúde depende da saúde ambiental.

Este artigo tem como objetivo geral analisar o progresso das ciências tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e a proteção ecológica, na visão de Hans Jonas e Severino Ngoenha. De forma específica, pretende-se: mostrar as propostas de uma ética ecológica baseada no princípio da responsabilidade para a civilização científico-tecnológica, face aos problemas atuais, em Hans Jonas e Severino Ngoenha; criar uma consciência sobre a necessidade da formulação de uma teoria da responsabilidade, como um novo princípio ético que oriente o homem de hoje no que tange à preservação da integridade da essência humana no futuro; e mostrar as propostas de superação dos problemas ecológicos em Hans Jonas, Severino Ngoenha, entre outros.

A escolha deste tema surge, igualmente, da constatação de que o mundo está em constante transformação, ou seja, a técnica vem ganhando dimensões exorbitantes, modificando a essência do agir. A natureza, que antes sofria intervenções irrelevantes diante da sua grandeza, agora é vulnerável à ação humana. É neste contexto, e reconhecendo todos os aspectos salientados por Jonas e Ngoenha, que se afirma a necessidade de uma ética para a tecnologia, preocupação que ganha força após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois, a partir daquele evento, cresceu o número de pessoas, incluindo cientistas e filósofos, que passaram a preocupar-se com os efeitos, nem sempre favoráveis, do uso da tecnologia.

À luz dos pressupostos acima descritos em relação à revolução tecnológica e aos problemas ambientais que isso cria e, diante do debate sobre a inversão dos cenários ético-morais, apresenta-se a seguinte questão de partida: *qual é a melhor atitude face à natureza num contexto actual de desenvolvimento tecnológico?*

Para a compreensão da nossa problemática, levantamos algumas teses, tais como: o progresso científico e a tecnologia moderna, que atingiram certas civilizações, romperam este equilíbrio ecológico. De certa maneira, o homem ocidental libertou-se das forças da natureza, mas, ao mesmo tempo, não só está a consumir o património natural a um ritmo vertiginoso, como também está a modificar, de uma maneira irreversível, a composição do ambiente. As fábricas, os carros e as casas, utilizando o petróleo e o metano como fontes de energia e de aquecimento, expõem todos os dias para a atmosfera milhões de toneladas de dióxido de carbono, de enxofre e de

chumbo, com consequências incalculáveis, para não falar nos problemas das descargas industriais.

Este tema deve-se ainda à preocupação com o significado do termo técnica hoje e com o seu verdadeiro lugar no seio da cultura, seja ocidental ou africana, devido aos impactos que ele traz no processo do desenvolvimento técnico-científico. Vivemos num ambiente tecnológico repleto de ameaças e perigos, mas também de vantagens, dependendo do modo como a tecnologia é usada e concebida pelas diferentes culturas. Ademais, a ciência e a técnica modernas produzem legitimamente o medo, como mostram Jonas e Ngoenha, embora o primeiro seja um pouco optimista com o mundo tecnológico, uma vez que as novas tecnologias engendram um crescimento brutal dos poderes do homem, tornando-o sujeito, mas também objeto das suas técnicas.

Esse pensamento reforça-se devido ao desejo obsessivo e possessivo de bens e ao consumo extremo, de acordo com a nova ordem estabelecida no mundo, em que o prestígio social é concedido a quem consegue um maior acúmulo de bens. Contudo, há necessidade de que esse desenvolvimento tecno-científico seja sustentável¹.



O Desenvolvimento tecno-científico na Ética

O cientificismo defende que a racionalidade pertence unicamente ao âmbito dos saberes científico-técnicos, ficando os demais âmbitos humanos, inclusive a ética, na esfera do irracional. Seguindo Weber, essa mentalidade defende a neutralidade axiológica como condição para a objetividade científica, unicamente possível no conhecimento científico-técnico. Assim, exclui-se toda a valoração por considerá-la subjetiva, abrindo um abismo entre a teoria e a práxis, entre o conhecimento e a decisão, ficando a ética reduzida a uma perspectiva psicológica, sociológica e genética e perdendo o seu carácter racional e normativo.

Neste sistema, a vida pública é o espaço entregue aos especialistas, seguindo as leis da racionalidade científico-técnica nas suas avaliações, e a esfera privada é o espaço do predomínio das decisões da consciência, consideradas irracionais por serem subjetivas. Para Weber, a racionalização

¹Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que é capaz de suprir as necessidades das gerações actuais sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras; isto é, que assegura o crescimento económico sem esgotar os recursos para o futuro.

científica levou ao desencantamento, que significa a dissolução da ordem de valores e da visão de mundo vigente, conduzindo a um politeísmo axiológico pelo qual cada um tem o seu “deus” e os seus valores, sendo impossível o acordo intersubjetivo.

A tecnologia, uma das molas mestras do crescimento, possibilita a desaceleração do consumo rápido dos recursos finitos, porém engendra sérios riscos, como novos tipos de poluição que podem contribuir para novas variedades de formas de vida no planeta e alterar os rumos da evolução.

Vivemos num mundo em que a tecnologia representa o modo de vida da sociedade atual, na qual a cibernética, a automação, a engenharia genética e a computação eletrônica são alguns dos ícones da sociedade tecnológica que nos envolve diariamente. Por isso, há necessidade de refletir sobre a natureza da tecnologia, a sua necessidade e a sua função social.

A técnica é malevolamente usada de modo ruim, quer dizer, para fins maus, mas bonevolmente para seus fins mais legítimos e próprios, ela tem um lado ameaçador em si, que a longo prazo poderia ter a última palavra. A técnica está negar o livre espaço de neutralidade ética, no qual precisamos nos preocupar apenas com a capacidade de rendimento. O perigo reside mais no sucesso do que no fracasso – e, no entanto, o sucesso é reivindicado pela pressão das carências humanas. Uma ética apropriada para ética tem de entender esta ambiguidade inerente da acção técnica. (JONAS, 1993:50).

A técnica é um exercício do poder humano, isto é, uma forma de acção, e toda forma de acção humana está sujeita à avaliação moral. Esta capacidade que o homem tem de utilizar a tecnociência ela pode prejudicar a natureza se não for repensada, segundo Jonas o mesmo pode ser utilizado para o bem e para o mal, em seu exercício pode cumprir ou infringir normas éticas. (JONAS, 1993:51)

O homem ocupa no seio do pensamento jonasiano um lugar de destaque, em que a noção de bem humano é alargada à preservação da natureza (biosfera) na qualidade de portadora de um bem intrínseco. Tudo o que tem valor deve ser protegido.

A natureza, suporte e condição da humanidade, no passado, no presente e no futuro, é constitutivamente vulnerável. Se ela, no presente, se encontra em risco, cabe ao homem, que partilha essa vulnerabilidade, assumir a responsabilidade da sua preservação, já que a coisificou com as imprudências

do seu poder e ambição desmedidos. Será ele que deverá fazer os sacrifícios necessários - essa é a sua responsabilidade - para manter o percurso, não necessariamente linear, e preservar a qualidade da natureza e a dignidade das gerações futuras.

Ainda mais importante, as revoluções gêmeas da tecnologia da informação e da biotecnologia poderiam reestruturar não apenas economias e sociedades mas também nossos corpos e mentes. As revoluções na biotecnologia e na tecnologia da informação nos darão controle sobre o mundo interior, e nos permitirão arquitetar e fabricar vida.

Vamos aprender a projetar cérebros, a estender a duração da vida e a eliminar pensamentos segundo nosso critério. E ninguém sabe quais serão as consequências disso. Humanos sempre foram muito melhores em inventar ferramentas do que em usá-las sabiamente. É mais fácil manipular um rio construindo uma represa do que prever todas as complexas consequências que isso trará para o sistema ecológico mais amplo. Da mesma forma, será mais fácil redirecionar o fluxo de nossa mente do que predizer o que isso fará à nossa psicologia pessoal ou nosso sistema social.

A ciência moderna empodera o homem, colocando-o como senhor e mestre da natureza e construindo um universo aberto em possibilidades à sua ação. A promessa da tecnologia converteu-se em ameaça, à medida que o homem moderno, assim como o Prometeu desacorrentado, se vê livre dos seus grilhões. Como detentor de um poder antes inimaginável, a ação humana e os seus desdobramentos inauguraram um novo continente onde, na mesma proporção em que se sobressaem e alcançam novos horizontes, a novidade trazida pela técnica se converte num perigo iminente, dado que o novo é desconhecido. O desafio a que o homem foi conduzido envolve muito mais do que uma relação de benefício e malefício com a técnica; o que está em jogo, segundo Jonas, é o vácuo ético em que o homem tecnológico se inseriu.

No âmbito dessas ações, a técnica moderna alteraria radicalmente o horizonte no qual se dão, a um só tempo, as ações humanas e as consequências inevitáveis dos seus desdobramentos. A respeito da técnica moderna e das suas implicações no agir humano, Giacoia, comentando Jonas, afirma que:

O novo poder tecnológico abriga uma dimensão ameaçadora e perigosa; o risco que se encontra encerrado no sucesso extraordinário do poder

tecnológico é aquele que envolve a possibilidade de desfiguração da essência ou natureza daquilo que tradicionalmente é pensado sob o conceito de homem, risco face ao qual Jonas propõe uma postura fundamental de temor e reverência (Giacoia, 2000, p. 194). Assim, a tese fundamental de Jonas é a de que a mudança na natureza do agir humano e nas instituições humanas impõe uma modificação à ética, pois altera o próprio contexto em que se situavam as filosofias éticas e políticas antigas.

A necessidade da ética na era da técnica para o meio ambiente

No passado, adquirimos o poder de manipular o mundo à nossa volta e de remodelar o planeta inteiro, mas, como não compreendemos a complexidade da ecologia global, as mudanças que fizemos inadvertidamente comprometeram todo o sistema ecológico e agora enfrentamos um colapso ecológico. Na actualidade, a biotecnologia e a tecnologia da informação dão-nos o poder de manipular o mundo dentro de nós e de nos remodelar, mas, porque não compreendemos a complexidade da nossa própria mente, as mudanças que faremos podem afectar o nosso sistema mental de tal modo que ele também venha a quebrar-se.



Jonas alerta para os riscos do progresso técnico global e do seu uso inadequado, denunciando os riscos de uma Ética antropocêntrica, como a Ética clássica. Dessa forma, o seu pensamento é estimulado por dois grandes eixos: a intervenção tecnológica na natureza, submetendo-a ao uso humano e tornando-a passível de ser alterada drasticamente; e a intervenção extra-humana, por meio da manipulação do patrimônio genético. Será a partir dessas constatações que sugerirá como necessária uma Ética que contemple a natureza e não somente a pessoa humana, impondo alterações na própria natureza da Ética: de antropocêntrica para biocêntrica.

Outra preocupação que assalta Jonas está na apreensão com as gerações vindouras, uma vez que o futuro carece de representação no presente. É necessário que a nova Ética contemple a preocupação com o futuro, com as gerações futuras. Por isso, tais ditames só se fazem possíveis a partir da responsabilidade. Porém, tal responsabilidade não trata da reparação de danos ou da imputação de penas, pois a natureza não comporta reparo devido à manipulação equivocada. Trata-se de uma responsabilidade assentada num novo modelo de relação, que se estende a todos os seres vivos. Assim, a

responsabilidade direciona-se à liberdade e pode ser expressa por um imperativo categórico.

Os imperativos categóricos, segundo a tradição kantiana, derivam da razão pura prática, ou seja, de leis morais *a priori*, independentes de comprovação empírica. Da razão pura prática inferem-se princípios morais universais. Esses princípios práticos dividem-se em máximas e imperativos.

Máxima é o princípio subjetivo da vontade. Vale apenas para aquele que a propõe. Já os imperativos têm um carácter de universalidade. Eles expressam a necessidade objetiva de ação e podem ser divididos em duas classes: imperativos hipotéticos e imperativos categóricos. Os imperativos hipotéticos consideram sempre uma hipótese, uma condição de se atingir certo fim.

O imperativo categórico é único e seu conteúdo é indeterminado, pois determiná-lo seria submetê-lo às coisas e, portanto, às leis da natureza, o que retiraria seu carácter *a priori* e sua validade universal. Não há, pois, conteúdo definido. O imperativo categórico é só forma, preceito racional formal, e pode ser expresso da seguinte forma: *“Age como se a máxima da tua acção se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza”* (KANT, 1995: 66).

Consistindo o imperativo categórico na lei moral, será ele que determinará o bem moral. O imperativo categórico de Kant coloca a vontade humana, e consequentemente a liberdade, no centro da Ética da Primeira Modernidade. O agir ético dependeria sempre da possibilidade do agente avaliar sua conduta racionalmente. A liberdade suprema da vontade seria estar vinculado ao dever, ao dever imposto pela própria razão. Hans Jonas, em contrapartida, sugere um novo imperativo categórico, que se estenderá em direção ao futuro.

Age de modo a que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra'; ou expresso negativamente: 'Age de modo a que os efeitos de tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida'; ou simplesmente: 'não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra'; ou, em um uso novamente positivo: 'inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer.' (JONAS, 1994: 46).

Ao reformular o velho imperativo kantiano à justa medida da responsabilidade, há uma convergência do privado para o público, isto é, do indivíduo (Kant) para a sociedade (Jonas). Jonas aduz, ainda, que se pode promover a destruição do indivíduo, mas não se pode, sob nenhuma justificativa, intentar a destruição e a reconstrução tecnológica aleatória do homem e do meio ambiente.

Bruno Latour propõe dar um novo sentido à ecologia política e afirma ser preciso abandonar a Ciência pelas ciências, concebidas como socialização dos não-humanos, e abandonar a política da Caverna pela política definida para a composição progressiva do mundo comum.

Não temos outra escolha. Se não mudarmos o parlamento, não seremos capazes de absorver as outras culturas que não mais podemos dominar, e seremos eticamente incapazes de acolher este meio-ambiente que não podemos mais controlar. Nem a natureza nem os Outros irão tornar-se modernos. Cabe a nós mudar nossas formas de agir.

Ngoenha entende que os problemas ambientais derivam do comportamento humano diante da natureza. Diante disso, para analisar a questão ecológica, Ngoenha parte da fábula de Protágoras, que demonstra a relação que existe entre o homem e a natureza. Ele afirma que o homem, naturalmente, é desprovido de qualidades naturais em relação aos outros animais, visto que os outros animais estão equipados para sobreviver de acordo com o equilíbrio ecológico. Contrariamente, o Homem precisa do seu conhecimento empírico, técnico e moral para transformar a natureza (Ngoenha, 1994, p. 10).

Ngoenha afirma ainda que a relação que existe entre o homem e a natureza cria duas espécies de cultura e que as consequências das ações destas culturas determinam se trazem problemas ecológicos ou não. Ele denomina-as primeira e segunda natureza ou, por outras palavras, primeira e segunda cultura. Numa síntese comparativa entre a primeira e a segunda natureza, a primeira natureza refere-se aos primitivos que exprimem certa resistência ao desenvolvimento tecnológico, dando uma prioridade incondicional à natureza sobre a cultura; ou seja, na primeira natureza, o homem é idêntico aos outros seres naturais (Ibidem, p. 13).

A segunda natureza depende da capacidade inventiva do homem e é constituída sobre a base da primeira. Todo o material e os recursos

energéticos, como as matérias-primas, provêm da primeira natureza; portanto, as possibilidades da primeira natureza condicionam as possibilidades da segunda natureza. Se, na primeira natureza, o homem é idêntico aos outros seres humanos, na segunda afasta-se deles, ao mesmo tempo que se diferencia dos outros homens através de uma cultura específica.

Na primeira natureza, os produtos são recicláveis e, na segunda, não são e produzem consequências nefastas. Tanto na primeira como na segunda, tudo é interdependente (Ibidem). Diante disso, é preciso interrogar-se: qual é a melhor atitude face à natureza? Ngoenha entende que existem duas atitudes, uma sacralizante e outra instrumentalista. Como podemos observar, existem culturas que sacralizam a natureza, que não comem carne de vaca, não bebem o seu leite, nem sequer utilizam os seus derivados, como o iogurte, sendo a cultura indiana apresentada a título de exemplo.

Ngoenha considera esta cultura demasiado sacralizante devido ao seu radicalismo, comparando-a com a fome de que padecem milhões de indianos; neste sentido, considera que contribui negativamente (Ibidem, p. 14). Por outro lado, existem culturas, como a ocidental, que eliminaram da natureza toda a sacralidade e veem nela simplesmente um meio para fins utilitários decididos pelo arbítrio humano.

Não obstante essa atitude utilitarista ter contribuído para o bem-estar dessas culturas, eliminando problemas como a fome, a mortalidade infantil e muitas doenças e epidemias que assolam os países do terceiro mundo, essa atitude instrumentalista arrisca a perdição de todos nós numa catástrofe ecológica devido às suas acções negativas sobre o meio ambiente (Ibidem, p. 15). Baseando-se em Serge Moscovici, Ngoenha realça que se assiste hoje, no Ocidente, à criação de uma sociedade baseada na acumulação interna de conflitos de classe. Essas acções têm contribuído para o fim de uma civilização. Este fenómeno deve-se ao facto de as sociedades ocidentais estarem rigidamente submetidas às relações entre a colectividade e o seu habitat (ambiente), à acumulação do poder e da riqueza.

As sociedades atuais baseiam-se na ciência e na técnica e, nelas, a questão natural substitui a questão social (Ibidem, p. 16). Consequentemente, Ngoenha chama a atenção para o facto de que as razões acima descritas, relacionadas com a dependência da vida humana da técnica, fazem com que os problemas sociais de hoje se tenham tornado problemas naturais. Por

consequente, o problema capital é o lugar do Homem na natureza, continuamente transformado pela sua prática (Ibidem).

Como solução para a relação do homem com o meio ambiente, Ngoenha não concorda com as duas atitudes diante da natureza, pois percebe que, quer para as sociedades ditas primitivas, quer para as sociedades industrializadas, a relação entre a primeira e a segunda natureza está no centro do debate. Tanto uma atitude demasiado mística como uma atitude radicalmente instrumentalista são perniciosas para a natureza e, por consequência, para o próprio Homem.

Por conseguinte, o problema do meio ambiente, do lugar do Homem na natureza, não depende simplesmente da política, da técnica, do social ou da biologia, mas de uma mudança de comportamento para fazer face ao perigo que ameaça a vida do Homem, desde crenças supersticiosas que provocam fome, má nutrição e doenças até às catástrofes gerais que os problemas ecológicos ameaçam provocar (Ibidem, p. 17). Portanto, no entendimento de Ngoenha (1994, p. 18), as atitudes culturais em relação à natureza são perniciosas; seria ainda mais pernicioso continuar o mesmo processo de relacionamento com a natureza sem um momento de reflexão.

Mas há necessidade de eliminar o egoísmo das grandes potências mundiais. O debate das culturas sobre a natureza, à imagem desta, deve necessariamente ir para além das fronteiras geo-económicas e abrir-se a um diálogo entre todos os habitantes desta terra. O desenvolvimento científico deve ser concebido como um processo regulado por um código de racionalidade autónomo, aqui designado como desenvolvimento sustentável, que deve ser considerado paradigma de progresso humano para uma saúde ambiental.

Debate em torno do Problema Ecológico em Hans Jonas e Severino Ngoenha

Nesta parte, trazemos um debate em torno do problema ecológico a partir das visões de Hans Jonas e Severino Ngoenha, das suas convergências e divergências, tendo em conta que a promessa da tecnologia moderna se converteu em ameaça.

Convergências

Tanto Hans Jonas como Ngoenha acreditam que os problemas ecológicos são fruto do desequilíbrio tecnológico devido ao progresso da civilização tecnológica. Jonas realça que, com o triunfo da modernidade, o homem pretendia emancipar-se através da ciência e da técnica. Acreditava-se que a ciência e a técnica podiam mudar as condições de vida do homem, mas a própria ciência excluiu o próprio homem; este progresso, interventivo na natureza, começa a trazer consequências nefastas para o meio ambiente. A promessa da tecnologia moderna converteu-se em ameaça. Ela vai além da constatação da ameaça física (Jonas, 2006: 39).

Do mesmo modo, Ngoenha (1994, p. 11) afirma que o progresso científico e a tecnologia moderna, que atingiram certas civilizações, romperam este equilíbrio. Desta forma, o Homem ocidental libertou-se das forças da natureza. Mas, ao mesmo tempo, não só está a consumir o património natural a um ritmo vertiginoso, como também está a modificar, de maneira irreversível, a composição do ambiente. As fábricas, os carros e as casas, utilizando o petróleo e o metano como fontes de energia e de aquecimento, expõem todos os dias para a atmosfera milhões de toneladas de dióxido de carbono, de enxofre e de chumbo, com consequências incalculáveis, além do problema das descargas industriais.

A outra convergência visível entre os dois é em relação à tese de Heidegger sobre a ciência e a técnica. Ambos concordam com Heidegger que a técnica não é um instrumento neutro que o homem deve usar de forma arbitrária. Ela resulta de uma atitude de domínio e de exploração. Portanto, depositar confiança na técnica significa depositar confiança num processo de domínio, cujo objetivo é subordinar tudo a si mesmo (Heidegger, 1988, p. 14).

Comumente, Jonas e Ngoenha defendem a crise do imperativo kantiano como paradigma para a construção ética. Ambos discutem a possibilidade da formulação de uma nova ética de responsabilidade face à crise ambiental da civilização técnico-científica. Neste contexto, na sociedade hodierna, amplia-se cada vez mais a problemática socioambiental resultante das ações e escolhas do ser humano frente ao meio ambiente; constata-se que a relação do homem com a natureza não tem sido uma relação harmónica, mas uma relação de exploração e domínio.

Há um consenso entre os dois filósofos quando fazem uma síntese comparativa entre a primeira e a segunda naturezas, com o intuito de demonstrar que as mudanças na ordem cósmica causadas pela intervenção humana começam com o artefato da cidade. As transformações da natureza como ordem cósmica foram, de facto, o pano de fundo para todos os empreendimentos do homem, incluindo as suas ingerências naquela ordem; é diante dessa ingerência que se vai ressentir a invulnerabilidade do todo. Na vida do homem, houve um desenvolvimento entre o que permanecia e o que mudava: o que permanecia era a natureza, o que mudava eram as suas obras. A maior dessas obras era a cidade, que podia emprestar um certo grau de permanência por meios que inventava e aos quais se dispunha a obedecer. Essa permanência não oferecia uma garantia a longo prazo (Ibidem).

A natureza não era objeto da responsabilidade humana; ela cuidava de si mesma e, com a persuasão e a insistência necessárias, também tomava conta do homem. Diante dela, eram úteis a inteligência e a invenção, não a ética. Neste sentido, Jonas exorta a um casamento entre a inteligência e a moralidade, pois essa é a alma da sua existência (Ibidem: 34).

Esta linha de abordagem de Jonas converge com a percepção do filósofo moçambicano Severino Ngoenha ao efetuar uma síntese comparativa entre a primeira e a segunda naturezas, em que a primeira natureza se refere aos primitivos que exprimem certa resistência ao desenvolvimento, com uma prioridade incondicional da natureza sobre a cultura; ou seja, na primeira natureza, o homem é idêntico aos outros seres naturais (Ngoenha, 1994: 13).

Da mesma maneira, Jonas e Ngoenha comungam da ideia de que, na sociedade hodierna, se amplia cada vez mais a problemática socioambiental resultante das ações e escolhas do ser humano frente ao meio ambiente; constata-se que a relação do homem com a natureza não tem sido uma relação harmónica, mas uma relação de exploração e domínio (Lima, 2014: 05).

De forma similar, percebe-se nos dois pensadores que hoje se verifica uma grande vulnerabilidade da natureza provocada pela intervenção técnica do homem, uma vulnerabilidade que jamais fora pressentida antes de se dar a conhecer pelos danos já provocados. Essas descobertas, cujo choque levou ao conceito e ao surgimento da ciência do meio ambiente (ecologia), vêm modificar toda a representação que temos de nós mesmos como fator causal no complexo sistema das coisas. Através dos seus efeitos, ela revela-nos que a

natureza do agir humano foi, de facto, modificada. E a biosfera inteira passou a ser o novo objeto; com isto, acresceu-se aquilo pelo qual temos de ser responsáveis, pois sobre ela detemos poder (Jonas, 2006, p. 39).

Divergências

Ngoenha diverge de Jonas quanto à função da tecnologia: para Jonas, é preciso buscar novos desafios éticos do nosso tempo, pois vivemos a realidade de um ambiente técnico, cheio de ameaças e perigos diversos. Ciências e técnicas modernas produzem legitimamente o medo, como mostra Jonas. A ideia de periculosidade técnica perfila-se num contexto novo, através das mudanças qualitativas do agir humano. As novas tecnologias engendram um crescimento brutal dos poderes do homem, tornado sujeito, mas também objeto das suas técnicas (Russ, 1999, p. 16).

A situação é tanto mais perigosa quanto mais o homem tende a experimentar e inovar, não só num sector que lhe seja exterior, mas no seio do próprio ser humano. É na zona outrora inacessível às potências do homem que, precisamente hoje, intervém a técnica humana. Tudo se converte em ameaça e exige uma formação ética quando o homem está em perigo por causa da ciência, quando os optimismos antigos estão desvalorizados ou caducos e quando nos apercebemos de que a ciência realiza, às vezes, o maior mal; perguntamo-nos se perigos mortais não exigiriam uma nova ética operatória e esclarecedora no contexto contemporâneo (Ibidem: 17).

Contrariamente, para Ngoenha, o problema não é tanto ver a técnica como um perigo e uma ameaça para a liberdade do homem e para a conservação do meio ambiente, mas abordar a técnica como uma espécie particular de novidade simbólica e cultural.

A outra divergência visível é quanto ao novo imperativo que surge em substituição do paradigma kantiano. Embora Jonas e Ngoenha concordem com a crise da ética moderna de Kant, Jonas traz o imperativo categórico de uma ética de responsabilidade futura. No entanto, a falta de reciprocidade em relação à humanidade atual não granjeou simpatia para Ngoenha, precisamente quando afirma que podemos arriscar a nossa humanidade e não as futuras gerações. Em oposição à visão de Jonas, Ngoenha insinua que este princípio categórico jonasiano é insidioso, de forma específica quando coloca

em causa a sociedade atual, e incentiva ainda Ngoenha à criação de uma solidariedade sincrónica e diacrónica.

Outra divergência nota-se no facto de que, contrariamente à tese de Jonas, Ngoenha realça que não se pode exigir sacrifícios a toda a geração atual dos homens, mulheres e crianças do sul do mundo em nome de uma solidariedade, no entanto necessária, para com as gerações futuras. Criticando Jonas, Ngoenha considera falaciosa a ética de Jonas por se preocupar com os homens de amanhã, ignorando os homens de hoje, em nome da vida dos homens do amanhã. Mais adiante, considera que não se trata de conservar a natureza esquecendo os homens; trata-se de gerir a natureza de modo a assegurar aos homens da nossa geração e a todas as futuras a possibilidade de se desenvolverem e viverem (Ngoenha, 1994, p. 90).

Jonas e Ngoenha divergem quanto ao tipo de ética. Jonas (2006) busca uma ética de responsabilidade para a civilização tecnológica como alternativa para amenizar os problemas ecológicos e como garantia da existência humana. Porém, Ngoenha apresenta a ética africana, que consiste na unidade do mundo e do agir para manter o equilíbrio das tecnologias no reconhecimento das forças, da ordem e da estabilidade. Desta concepção deriva a ideia do sagrado, fulcro de toda a vida africana, em que cada ser, cada coisa, possui uma força vital de energia divina. O homem está ligado aos outros seres, como plantas e animais, como seus semelhantes (Ngoenha, 1994, p. 23).

Percebe-se nos dois uma divergência quanto à relação entre o homem e o meio ambiente. Para Jonas, as ações do homem parecem irreversíveis e criam o vazio ético que nos impõe um novo agir. As morais tradicionais são inoperantes; logo, a exigência ética torna-se urgente. Uma nova perspectiva é requerida, que ponha termo à desmoralização do homem, primado de referências (Ibidem). Opostamente à visão de Jonas, Ngoenha considera que a relação do africano com a natureza é a expressão de uma simbiose consciente: o africano sente-se parte integrante da natureza e a sua ação inscreve-se num sistema de relações com o cosmos, com as plantas, com os animais e num sistema de relações sociais.

Conclusão

O mundo não é mais o mesmo: a técnica ganhou dimensões exorbitantes, modificando a essência do agir. A natureza, que antes sofria intervenções irrelevantes diante da sua grandeza, agora é vulnerável à ação humana. É dentro deste contexto, e reconhecendo todos os aspetos salientados, que Jonas e Ngoenha realçam a necessidade de uma ética para a tecnologia.

Para que haja conduta ética no meio ambiente é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos actos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética.

O problema do meio ambiente não é de carácter técnico, mas moral e cultural; isto é, a questão fundamental dos problemas do meio ambiente é a injustiça económica que sofre a maioria da humanidade. Contudo, a situação pode também ser vista por um prisma não tão pessimista. E, nesse ponto, em hipótese alguma concordamos com uma produção tecnológica desprovida de uma análise ética e moral que não leve em consideração as reais necessidades da sociedade. Apenas atentamos para o facto de que o avanço científico-tecnológico pode ser analisado por um ângulo diferente e, por que não dizer, motivador. A ciência, tal como a tecnologia, pode reverter certos quadros que actualmente predominam no cenário ambiental mundial, indo além, ao pensar em como o processo de produção pode ocorrer de forma consciente e socialmente útil.

O fenómeno da técnica moderna afeta o ser humano, não num plano superficial, nem meramente físico, mas no seu ser ético. Para Jonas, o próprio conceito de ética mudou com o fenómeno da técnica moderna, pois, como a Natureza está ameaçada, as suas premissas tradicionais não regem de maneira exclusiva; mas o que ocorreu é uma ampliação das suas fronteiras, facto que pode ser devido à amplitude das consequências do progresso técnico.

Para a sobrevivência da humanidade futura, é necessário o elogio e o respeito da solidariedade diacrônica, mas ela não se pode realizar em detrimento da solidariedade sincrônica. Não se trata de conservar a natureza esquecendo os homens. É preciso gerir a natureza de maneira a assegurar aos homens da nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolverem e de viverem.

Portanto, os problemas ambientais dizem respeito a todos; tanto o Ocidente como o Sul devem participar como sujeitos. Não podemos aceitar que África seja chamada a pagar os custos dos problemas ambientais em pé de igualdade com o Ocidente. É possível perceber que a tecnologia trouxe mudanças à nossa maneira de pensar, de ser e de planejar as atividades, afetando o cotidiano, e que pode levar décadas a reverter os prejuízos que advêm do mau uso dessas tecnologias.

Referências

- Carvalho, M. C. (1997). Caminhos da cidadania: Direitos humanos e desenvolvimento. Cortez Editora.
- Giacoa Júnior, O. (2000). Hans Jonas: O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. In M. Oliveira (Org.), *Correntes fundamentais da ética contemporânea* (pp. 193-206). Vozes.
- Heidegger, M. (1988). *A questão da técnica*. In *Ensaaios e conferências* (pp. 11-38). Vozes. (Trabalho original publicado em 1954)
- Jonas, H. (1993). *Técnica, medicina e ética: Sobre a prática do princípio responsabilidade*. Paulus.
- Jonas, H. (1994). *O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica* (M. Lisboa & L. B. Montez, Trads.). Contraponto; Ed. PUC-Rio. (Trabalho original publicado em 1979)
- Jonas, H. (2006). *O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica* (M. Lisboa & L. B. Montez, Trads.). Contraponto; Ed. PUC-Rio.
- Kant, I. (1995). *Fundamentação da metafísica dos costumes* (P. Quintela, Trad.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1785)
- Latour, B. (1994), *Jamais Fomos Modernos, Ensaio de Antropologia Simétrica*, Rio de Janeiro, Editora 34.

Lima, F. S. (2014). *Ética ambiental e desenvolvimento sustentável: Uma reflexão a partir de Hans Jonas e Severino Ngoenha*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará].

Moscovici, S. (1975). *Sociedade contra natureza* (A. Cabral, Trad.). Vozes.

Ngoenha, S. E. (1994). *Filosofia Africana: Das independências às liberdades*. Paulinas Editora.

Russ, J. (1999). *O pensamento ético contemporâneo*. Paulus.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): LAMPIÃO, Ezequiel Ernesto. A ética ambiental na era do desenvolvimento tecno-científico. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), [volume, número e páginas a confirmar], vol.6, nº 3, p.96-113, jun./dez.2026.



To cite this text (APA): Lampião, E. E. (2026). A ética ambiental na era do desenvolvimento tecno-científico. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 96-113.

Análise da qualidade do serviço de transporte público na comuna-sede do Município de Cabinda

Estevão Ngoma Custódio Mango*

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0009-3625-5623>

José Baptista Fernando do Rosário

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0001-0139-9223>

RESUMO

O transporte público desempenha um papel importante na mobilidade das pessoas dentro de um território, permitindo deslocações por motivos de trabalho, saúde, formação ou lazer. O artigo, com o tema “Análise da qualidade do serviço de transporte público na comuna-sede do Município de Cabinda”, definiu como objetivo analisar a qualidade do serviço de transporte público na comuna-sede do município de Cabinda. Para o efeito, delimitou a análise à problemática do transporte público coletivo urbano por autocarros. Adotaram-se os métodos dedutivo e estatístico e, como técnicas de recolha de dados, utilizaram-se o questionário semi-fechado, a entrevista semi-estruturada, a observação participante e a análise documental. O diagnóstico revela que 79% dos passageiros consideraram a acessibilidade péssima, devido à dificuldade que encontram em aceder às paragens; a frequência de atendimento também foi avaliada como péssima por 86% dos inquiridos, tendo em conta o tempo excessivo entre a passagem de dois autocarros; e o tempo de viagem foi avaliado como mediano por 70% dos passageiros. Em relação ao sistema de informação, 92% dos inquiridos classificaram-no como péssimo, por não existirem quaisquer informações nas paragens sobre as rotas, as operadoras e os horários. Quanto às características dos locais de paragem, cerca de 95% dos inquiridos avaliaram-nas como péssimas, por não haver sinalização adequada, assentos nem coberturas nas paragens que os protejam da chuva e do sol. Relativamente à confiabilidade, 86,9% dos passageiros avaliaram-na como péssima, por não se ter noção do horário de circulação dos autocarros. Por fim, a lotação apresentou um resultado mediano, uma vez que, fora dos horários de pico, os passageiros conseguem viajar de forma relativamente cómoda. Assim, concluiu-se, de forma geral, que a qualidade do transporte público coletivo por autocarros na comuna-sede do Município de Cabinda é considerada má.

PALAVRAS-CHAVE

Transporte público; Qualidade dos serviços; Mobilidade urbana; Satisfação do usuário; Município de Cabinda.

* Licenciado em Economia pela Universidade Onze de Novembro (UON), Cabinda, Angola. Professor e pesquisador em Ciências Sociais. Funcionário da Refinaria de Cabinda. E-mail: estevaomango1998@gmail.com

Analysis of the Quality of Public Transport Service in the Main Town of Cabinda Municipality

ABSTRACT

Public transport plays an important role in people's mobility within a territory, enabling travel for work, healthcare, education, or leisure. This article, entitled "Analysis of the Quality of Public Transport Service in the Main Town of Cabinda Municipality," sought to assess the quality of public transport services in the municipal seat. The analysis focused on urban collective transport by bus. Deductive and statistical methods were adopted, and the data collection techniques included a semi-closed questionnaire, a semi-structured interview, participant observation, and document analysis. The findings reveal that 79% of passengers rated accessibility as very poor because of difficulties in reaching bus stops; 86% rated service frequency as very poor because of the excessive interval between buses; and 70% rated travel time as average. Regarding the information system, 92% rated it as very poor because no information on routes, operators, or schedules was available at bus stops. As for stop characteristics, around 95% rated them as very poor because of the lack of adequate signage, seating, and shelters. Reliability was rated as very poor by 86.9% of passengers because bus circulation schedules were unknown. Finally, passenger load was rated as average, since passengers were able to travel relatively comfortably outside peak hours. Overall, the quality of urban public bus transport in Cabinda's municipal seat was considered poor.

KEYWORDS

Public transport; Service quality; Urban mobility; User satisfaction; Cabinda Municipality.



Lutendisila ya Kimvuka ya Nsungi na Meso ya Bantu na Dikanda ya Cabinda

LUFUNDILU

Nsungi ya bantu kele mfunu mingi na misala ya kufuluka bantu na nsé ya mboka, na zaba bonso kisalu, buvu, kelasi to pema. Nsangu yai ya nkutu "Lutendisila ya Kimvuka ya Nsungi na Meso ya Bantu na Dikanda ya Cabinda" zolaka ku mona bikalulu ya nsungi ya kimvuka na nkutu ya dikanda. Nsangu zolaka na bisika ya mabasi ya kimvuka. Beto sadilaka bu minkambu: mikanda ya nsinsani, mintwadisi ya meso, kulanda meso na ntangu, mpe kuditukila na bikanda ya balongi. Zivulukilu zolaka nde 79% ya bantu bamona kufuluka na bisika ya kubaka basi me via makasi, 86% balonga nde ntangu ya kulenda basi kele mampa, 70% balonga nde ntangu ya nzila kele na kati. Na nsuka ya bisalu, 92% balonga nde kele ve nsangu na bisika ya kulenda basi. Mpe 95% balonga nde bisika ya kulenda kele ve na makambu ya kulemba mvula, zulu, to bisanza. Na butu ya lukanu, 86.9% balonga nde kele ve nsangu ya ntangu ya kulenda. Nsungi ya bantu na kati ya basi me longuka na kati (mediano), ve na mpimpa ya lufuluka. Na kinkulu, bikalulu ya nsungi ya kimvuka na nkutu ya dikanda ya Cabinda kele mpasi.

MAMBU MA KIESE

Nsungi ya bantu; Kimvuka ya misalu; Kufuluka na dikanda; Kiese ya muntu; Dikanda ya Cabinda.

1. Introdução

O transporte público constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos centros urbanos, uma vez que influencia diretamente o acesso da população a direitos sociais básicos, tais como a educação, a saúde, o trabalho e o lazer. De acordo com Silva (2011), a existência de um sistema de transporte urbano eficiente configura-se como condição essencial para a promoção da equidade social, da coesão territorial e da dinamização da economia urbana. Não obstante, conforme argumentam Ferraz e Torres (2004), o setor enfrenta inúmeras dificuldades que comprometem significativamente sua eficiência e qualidade. Dentre essas dificuldades, destacam-se a má conservação dos veículos, a insuficiência da frota para atender à demanda populacional, a irregularidade dos horários e a precariedade das infraestruturas viárias.

Nas cidades africanas, em especial em Angola, os desafios relacionados à gestão do transporte público urbano são ainda mais pronunciados, principalmente nas grandes cidades e nos centros urbanos provinciais. Entre os principais obstáculos identificados, sobressaem o acelerado crescimento urbano, a fragilidade das infraestruturas de transporte e a reduzida capacidade da frota disponível. Em resposta a essas adversidades, o Governo angolano tem implementado medidas de reforço da rede de transporte, com destaque para a aquisição de autocarros públicos e a modernização dos terminais urbanos.

Como resultado destas medidas, a província de Cabinda beneficiou da atribuição de 64 autocarros, no âmbito do programa nacional de fortalecimento do transporte público. Todavia, apesar deste reforço, persistem várias dificuldades no cotidiano dos passageiros. Um estudo exploratório realizado entre os dias 1 e 3 de abril de 2024, junto dos passageiros do transporte público no município de Cabinda, evidenciou problemas significativos, tais como a ausência de circulação de meios de transporte coletivo em determinadas rotas e a superlotação em outras, especialmente nos horários de pico. Tais constrangimentos têm provocado atrasos e ausências frequentes dos munícipes nos seus respectivos locais de trabalho e de estudo.

Diante deste cenário, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a qualidade do serviço de transporte público na comuna-sede do município de Cabinda. Para operacionalizar o referido objetivo, definiram-se como objetivos

específicos: (i) caracterizar o setor de transporte público do Município de Cabinda; (ii) avaliar a percepção dos passageiros quanto à qualidade do serviço prestado; e (iii) identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos passageiros. O presente artigo delimitou a análise à problemática do transporte público coletivo urbano por autocarros na comuna-sede do Município de Cabinda, no período de 2024.

A relevância deste estudo reside na sua contribuição para o diagnóstico e aprimoramento do sistema de transporte coletivo urbano, considerando que a qualidade deste serviço interfere diretamente na mobilidade, produtividade e qualidade de vida da população. Além disso, espera-se que os resultados obtidos sirvam de subsídio para a formulação de políticas públicas mais eficazes no âmbito da mobilidade urbana em Cabinda.

Para alcançar os objetivos definidos, o artigo encontra-se estruturado em cinco seções: além desta introdução, apresenta-se, na segunda seção, a revisão da literatura, abordando os principais conceitos relacionados com o transporte público, a qualidade dos serviços e os parâmetros de avaliação específicos para o transporte coletivo urbano por autocarros; na terceira seção, descreve-se a metodologia adotada; na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir do estudo de campo; e, por fim, na quinta seção, apresentam-se as conclusões, seguidas das referências.

2. Revisão da Literatura

2.1. Abordagem sobre o transporte público

Antes do século XVI, o transporte nas cidades era realizado a pé ou com a ajuda de animais, podendo ser feito por meio de montaria ou de carruagem, sendo este tipo de locomoção privilégio apenas dos ricos. Considera-se que os primeiros serviços de transporte público surgiram em Londres, em 1600, com o uso de carruagens de aluguel puxadas por animais, e em Paris, em 1617, utilizando liteiras, algo semelhante a uma cadeira, transportadas por pessoas por meio de varas laterais (Ferraz & Torres, 2004, p. 15).

Além disso, Lopes (2018) relata que o primeiro sistema de transporte público com itinerários fixos, preços e horários regulares foi desenvolvido pelo francês Blaise Pascal. De acordo com este autor, o desenvolvimento de autocarros de forma mais semelhante aos que circulam nos dias atuais começou ainda no final do século XIX, com tentativas de utilização da

propulsão a vapor. Porém, esta solução não foi bem-sucedida, até que, por volta de 1890, surgiram os primeiros autocarros movidos a gasolina em diversas cidades da Alemanha, França e Inglaterra.

Neste contexto, o transporte público pode ser definido como um serviço partilhado por várias pessoas que percorrem uma rota comum e que, geralmente, é operado por empresas públicas ou privadas. No entender de Walker (2011), o transporte público urbano é um conjunto de meios de transporte disponibilizados à população, geralmente de forma coletiva, que opera dentro dos limites de uma cidade ou região metropolitana. Essa definição ressalta a importância do transporte público urbano na redução do tráfego nas estradas e na oferta de mobilidade para pessoas que não possuem veículos particulares ou que preferem não os utilizar.

Em função das abordagens acima, pode-se compreender o transporte público coletivo urbano como um sistema organizado de mobilidade coletiva, geralmente operado por empresas públicas ou privadas, que oferece deslocações acessíveis e regulares dentro dos centros urbanos.

2.2. Qualidade no sistema de transporte público coletivo

No início do século XX, o conceito de qualidade referia-se apenas ao controle estatístico na fabricação de produtos, tendo importante destaque na inspeção e detecção de defeitos em amostras dos itens fabricados. No entanto, nos anos de 1980, o conceito de qualidade passou a atingir sectores externos às empresas e, em 1995, a qualidade tornou-se um interesse das empresas como um todo, pois era notória a sua importância na rentabilidade da empresa (Spinelli, 1999).

Neste diapasão, Ramos(2013) entende que o conceito de qualidade é muito diversificado; porém, ele é formado pela relação de três fatores: objetivos, meios e resultados. Analisando esses fatores, pode-se gerir melhor o processo de prestação de serviço, com maior enfoque no cliente e nas suas preferências e exigências. Diante disso, o autor considera que a qualidade está diretamente relacionada com a satisfação que determinado produto ou serviço gera ao cliente.

Em razão disso, no que diz respeito ao transporte público coletivo, Ferraz & Torres (2004) destacam que, para um serviço com melhor qualidade, deve-se verificar o contentamento dos atores (passageiros, governo,

empresários, trabalhadores e comunidade), pois todos estão envolvidos no processo. Assim sendo, é importante que todos os atores tenham conhecimento dos seus direitos e obrigações. Diante desta realidade, na presente pesquisa, a análise da qualidade do serviço de transporte público coletivo urbano por autocarros será realizada com os passageiros.

2.3. Parâmetros de qualidade do serviço de transporte público urbano por autocarros

No trabalho desenvolvido por Ferraz e Torres (2004), foram apresentadas 12 características fundamentais para avaliar a qualidade do transporte coletivo por autocarros segundo os passageiros, nomeadamente: acessibilidade, frequência de atendimento, tempo de viagem, lotação, confiabilidade, segurança, características dos veículos, características dos locais de paragem, sistema de informações, conectividade, comportamento dos operadores e estado das vias. Entretanto, de acordo com a localidade e os intentos do estudo, na presente pesquisa trabalhou-se com 7 características: acessibilidade, frequência de atendimento, tempo de viagem, lotação, confiabilidade, características dos locais de paragem e sistema de informações, as quais se destacam abaixo:

a) Acessibilidade: é a facilidade que o passageiro do transporte público possui para aceder aos locais de embarque e ao seu local de destino após sair do transporte. Desta forma, pode-se analisar a acessibilidade em dois aspetos: um objetivo, associado diretamente à distância percorrida antes e depois da viagem; e um aspeto subjetivo, ligado às características do percurso e associado a fatores particulares, como, por exemplo, as condições das calçadas, a declividade do percurso, a facilidade para cruzar as ruas, a situação da iluminação pública e a segurança no local.

b) Frequência de atendimento: é um aspeto que mostra o tempo necessário entre a passagem de dois veículos do transporte. Desta forma, esta característica relaciona-se diretamente com o tempo de espera dos clientes nas paragens, principalmente no caso dos passageiros que utilizam a linha de forma não rotineira.

c) Tempo de viagem: é o tempo gasto no interior dos veículos. É uma característica que sofre interferência de diversos outros aspectos, tais como a distância e a velocidade média do transporte.

d) Lotação: diz respeito à quantidade de passageiros no interior dos coletivos. Na visão de diversos passageiros, o ideal seria que todos tivessem condições de utilizar o transporte público sentados. Porém, essa é outra característica que encarece o serviço; desta forma, o mais apropriado é que viagem algumas pessoas em pé, desde que essa condição não cause desconforto, com pessoas muito próximas, restrição de movimento e dificuldade para realizar o embarque e desembarque do veículo por o autocarro se encontrar demasiadamente cheio.

e) Confiabilidade: no transporte público, a confiabilidade faz referência a duas características: a pontualidade do transporte, tanto no horário de saída como no de chegada, e a efetiva execução da viagem programada.

f) Características dos locais de paragem: fazem referência à sinalização adequada, evitando que os autocarros parem em locais desapropriados e permitindo que o motorista consiga visualizar o local a uma distância segura para realizar a frenagem do veículo. Por outro lado, os locais de paragem devem dispor de espaço na calçada com largura suficiente para que os passageiros e os pedestres possam conviver de forma confortável, bem como de bancos e coberturas para proteção da chuva e do sol.

g) Sistema de informações: como se referiu a propósito do tempo de espera do passageiro, existe um tipo de cliente que utiliza determinada rota de autocarro de forma esporádica. Para este passageiro, é muito importante um sistema de informações bastante diversificado, principalmente nas grandes cidades, devido à complexidade do sistema, para que tenha menos dificuldade em saber qual veículo, em que local e em que horário pode embarcar. Desta forma, é importante disponibilizar folhetos com horários e itinerários das linhas, colocar o número e o nome das linhas e mapas simplificados da rede de linhas no interior de terminais, disponibilizar locais para receber informações, reclamações e sugestões dos passageiros e fornecer informações verbais por parte de motoristas e cobradores (Ferraz & Torres, 2004).

3. Metodologia

A presente secção descreve o percurso metodológico adotado no desenvolvimento do estudo. De acordo com Tamo (2012), o método constitui

uma reflexão intelectual que orienta o processo de investigação. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de caráter descritivo e exploratório. A componente bibliográfica permitiu o enquadramento teórico com base em estudos sobre mobilidade urbana, transporte público e qualidade dos serviços, enquanto o caráter descritivo possibilitou a análise da situação atual do transporte coletivo na comuna-sede do Município de Cabinda.

Quanto aos métodos, recorreu-se ao método dedutivo, partindo de conceitos gerais para a análise da realidade local, e ao método estatístico, utilizado no tratamento dos dados quantitativos, nomeadamente através da análise de frequências e percentagens. Relativamente às técnicas de recolha de dados, utilizaram-se o questionário semi-fechado, aplicado aos passageiros, a entrevista semi-estruturada, a análise documental de relatórios institucionais e a observação participante, realizada através do acompanhamento direto do funcionamento do sistema de transporte.

A população-alvo do estudo é composta por usuários do transporte público coletivo urbano na comuna-sede do Município de Cabinda. A amostra foi constituída por 384 inquiridos, definida com base em critérios estatísticos para populações grandes (nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%). O processo de amostragem teve como base as oito linhas de operação identificadas pela Secretaria Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, sendo a recolha de dados realizada em diferentes locais, dias e períodos do dia. A seleção dos participantes foi feita de forma aleatória em campo, através da abordagem sistemática de passageiros nas paragens e no interior dos autocarros. Em primeira instância, foi realizado um estudo-piloto entre os dias 1 e 3 de abril de 2024, com o objetivo de testar os instrumentos de recolha de dados. Posteriormente, a recolha principal decorreu entre maio e junho de 2024, abrangendo diferentes horários e dias da semana.

4. Resultados e Discussão

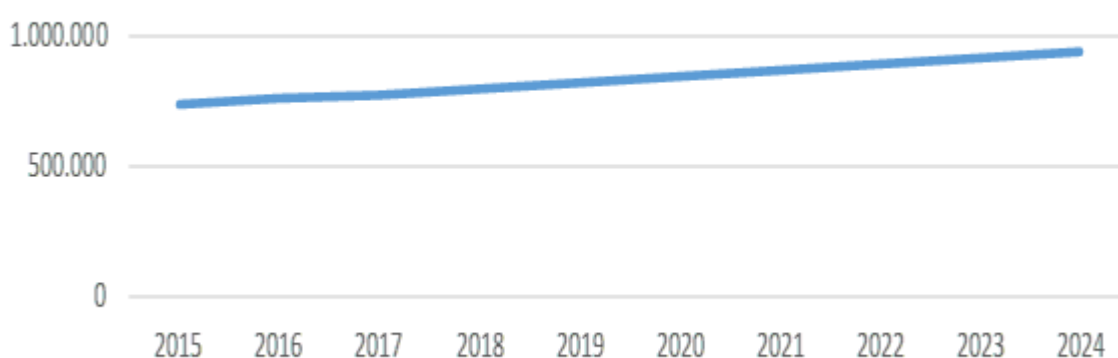
4.1. Generalidades sobre o Município de Cabinda

Cabinda é um dos quatro municípios da província com o mesmo nome. A sua sede denomina-se Cabinda e tem uma superfície de 1 823 km², sendo o município mais populoso da província, com cerca de 801.374 habitantes (INE, 2016). É delimitado, a norte, pelo município do Cacongo; a leste e a sul, pela República Democrática do Congo; e, a oeste, pelo Oceano Atlântico. No

Estevão N. C. Mango & José B. F. do Rosário, Análise da qualidade do serviço de âmbito político-administrativo, o município subdivide-se em três comunas, nomeadamente: Cabinda, Malembo e Tando Zinze (ADMC, 2024).

i. Situação Demográfica: a evolução demográfica é um importante fator para compreender a dinâmica da demanda por serviços de transporte coletivo de passageiros em Cabinda. Com o aumento da população no município ao longo dos anos, os desafios para prover uma cobertura adequada e eficiente nesse setor também se tornaram mais complexos.

Gráfico 1: Estimativa da evolução da população do Município de Cabinda



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, 2016

De acordo com os dados do INE apresentados no gráfico 1, a população do município de Cabinda apresenta um crescimento exponencial, registrando um aumento na ordem de 3% ao ano. Este crescimento tem implicações diretas na mobilidade dos moradores, uma vez que não é acompanhado por um aumento da frota de autocarros. Por outro lado, é importante dizer que a população do município está mais concentrada na comuna de Cabinda.

ii. Infra-estrutura de transportes: as principais vias de ligação da cidade e do município de Cabinda são a rodovia EN-100, que a liga à vila de Iema, ao sul, e à vila de Massabi, ao norte. Existe ainda a EN-201, que liga a cidade de Cabinda à vila de Tando Zinze e à vila de Zenze do Lucula, ao nordeste, e a EN-202, que liga o distrito urbano de Malembo à vila de Zenze do Lucula, ao nordeste. Porém, as mais importantes e fundamentais facilidades de transporte do município são o Aeroporto Maria Mambo Café e o chamado

Estevão N. C. Mango & José B. F. do Rosário, Análise da qualidade do serviço de
Complexo Portuário de Cabinda, que inclui o Porto de Cabinda, o Porto
Pesqueiro, o Porto de Caio, o Porto de Malongo e o Porto de Fútila,
especializados em embarque de petróleos, equipamentos industriais,
alimentos e pessoas (ADMC, 2024).

4.2. Caraterização do setor de transporte no Município de Cabinda

A caraterização do setor de transporte incluiu a investigação da frota de transporte coletivo de passageiros e das principais rotas utilizadas atualmente. Por outro lado, a descrição do setor também permitiu identificar a capacidade transportadora dos veículos, as necessidades do sector, o número de empresas existentes, as características dos autocarros disponíveis e outras variáveis relevantes.

i. Frota de autocarros e empresas do setor: a frota de autocarros licenciados para a atividade de transporte de passageiros na província de Cabinda é de 64 autocarros, todos afetos ao município de Cabinda, por este apresentar maior concentração populacional. No município, dos 64 autocarros atribuídos, quatro prestam outros serviços que não estão ligados ao transporte coletivo de passageiros, nomeadamente: a Empresa Portuária de Cabinda, com um autocarro; o Centro de Formação de Caio, com um autocarro; e a Apolónia Complexus, com dois autocarros. Existem também autocarros informais a operar na cidade, cujos dados não são conhecidos pela Secretaria Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana (doravante, SPTRANSTMU). O número de empresas a operar no município e as respetivas designações são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1: Empresas do ramo dos transportes rodoviários de passageiros - Cabinda

Nº	Designação	Nº	Designação
1	Firma Inforpresta Company, Lda	11	Organizações Cabossa
2	Empresa Top - Maria, Lda	12	Firma Maurício e Laurícia
3	Empresa Cossuenda - Com Indústria T. & Serviços, Lda	13	Empresa Engegist Holding

4	Empresa Buela Mioco Engenharia, Lda	14	Fingrupo - Gestão Financeira & Marteking
5	Empresa Grupo Ethienne, Lda	15	Empresa Am& Filhos, Lda
6	Firma Tina Tours, Lda	16	Empresa Acjm & Filhos, Lda
7	Firma Progresso do Massabi	17	Empresa Fraj-Engenharia Serviços, Lda
8	Empresa Macon Transportes S.A	18	Empresa Maravilha Mbm, Lda
9	Casa Augusto Lando Zau	19	Empresa De Transportes Público (ETP)
10	Firma Augusto M. Ch Mbianga	20	Firma Servi-Auto

Fonte: Secretaria provincial dos transportes, tráfego e mobilidade urbana, 2024.

ii. Horário de funcionamento e preço da passagem: a SPTRANSTMU estabelece o início das atividades às 5:30 e o término às 22:45. Esse horário é flexível, por um lado, por causa dos trabalhadores que, por vezes, têm de sair cedo de casa e, por outro, por causa do horário de saída dos alunos do período pós-laboral. No entanto, o cumprimento deste horário por parte das empresas de transporte, tanto no início como no término, situa-se apenas em 20%. O valor da tarifa do transporte público é definido com base na distância percorrida, sendo estabelecido um preço de referência de 150 Kz para um percurso médio de aproximadamente 16 km. Na prática, este valor funciona como tarifa-base aplicada à maioria das rotas urbanas, independentemente de pequenas variações na distância, não havendo um sistema rigoroso de cobrança proporcional por quilometragem. Importa referir que esta tarifa não é subvencionada pelo Estado, sendo definida pelas entidades reguladoras do setor, o que influencia diretamente o custo suportado pelos passageiros.

iii. Características dos autocarros: quanto às características dos autocarros, importa referir que existem várias marcas/modelos que circulam na comuna. Porém, de modo geral, as principais características dos autocarros que circulam na região são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 2: Características dos autocarros

Informação do Veículo	Indicadores
Marca	Volkswagen
Modelo	17-230
Tipo de Combustível	Gasóleo
Lotação	27
Tipo de Caixa	Fechada

Fonte: Sptranstmu, 2024.

iv. Definição das linhas: a definição das linhas de operação obedece a alguns pressupostos estabelecidos pela SPTRANSTMU. Assim, para a definição das linhas de operação, leva-se em conta o epicentro de serviços (o número de empresas e escolas existentes), bem como a demanda pelo transporte coletivo

Quadro 3: Linhas de operação

MUNICÍPIO	CÓDIGO	LINHA	KM
CABINDA	01101	Mercado do São Pedro x Yema	16,20
	01102	Chiloango x Armazém do Povo /São Pedro (Via Forças Armadas)	9,5
	01103	Chiloango x Posto de Saúde Tali Sumbe (Via Pio)	22,30
	01104	Cabassango x Malembo	30,20
	01105	Chiloango x Mercado de São Pedro (Via Luvassa)	12,10
	01106	Chiloango x Armazém do Povo (Via Duque de Chiazí)	10,80
	01107	Chiloango x Cabassango (Via Pio)	14,50
	01108	Cabassango x Subantando	21,80

Fonte: Secretaria Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, 2024.

Apesar da definição das linhas de operação, algumas empresas de transportes não as cumprem, criando, assim, constrangimentos à população. Neste sentido, de modo a ultrapassar esses atropelos, a SPTRANSTMU tem em curso um plano que inicialmente abrange 9 empresas, de um total de 20 existentes no sector. Este plano define o número de autocarros por linha, com um controlo electrónico, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 4: Definição da frota por linhas de operação

Operadora	110 1	110 2	110 3	110 4	110 5	110 6	110 7	110 8	TOTA L
ACJM									3
AM&FILHOS									3
FRAJ									2
FINGRUPO									5
SERVI-AUTO									3
TINA-TOURS									5
GRUPO ETHIENNE									3
INFORPRESTA									2
MAURÍCIO E LAURICIA									4
TOTAL									30

Fonte: Secretaria provincial dos transportes, tráfego e mobilidade urbana, 2024.

O quadro acima espelha a definição da frota por linhas de operação, envolvendo inicialmente as 9 operadoras selecionadas pela SPTRANSTMU. Conforme destacado anteriormente, para a definição das linhas de operação leva-se em conta o epicentro de serviços (o número de empresas e escolas existentes), bem como a demanda pelo transporte coletivo (quadro n.º 3). Neste sentido, constata-se, no quadro acima, que a linha 1107 - Chiloango x Cabassango (Via Pio, 14,50 km) foi a que recebeu mais autocarros, num total de 9; ou seja, todas as empresas envolvidas no plano possuem pelo menos um autocarro a operar nessa linha. Essa medida visa acudir ao excesso da demanda, fruto do elevado número de empresas e escolas concentradas naquela localidade.

4.3. Análise e interpretação dos resultados do questionário dirigido aos passageiros do transporte público coletivo urbano por autocarros

Nesta secção, apresentam-se os resultados dos questionários dirigidos aos passageiros. A primeira parte mostra o perfil dos passageiros e, em seguida, os critérios de avaliação da qualidade do transporte público por autocarros apresentados por Ferraz & Torres (2004). Apresenta-se, primeiro, o perfil dos passageiros que utilizam o transporte público na comuna-sede do município de Cabinda, por se considerar fundamental para a compreensão do

Estevão N. C. Mango & José B. F. do Rosário, Análise da qualidade do serviço de estudo. Assim, foram considerados três aspetos dos passageiros: idade, género e zona de residência.

i) Perfil do passageiro

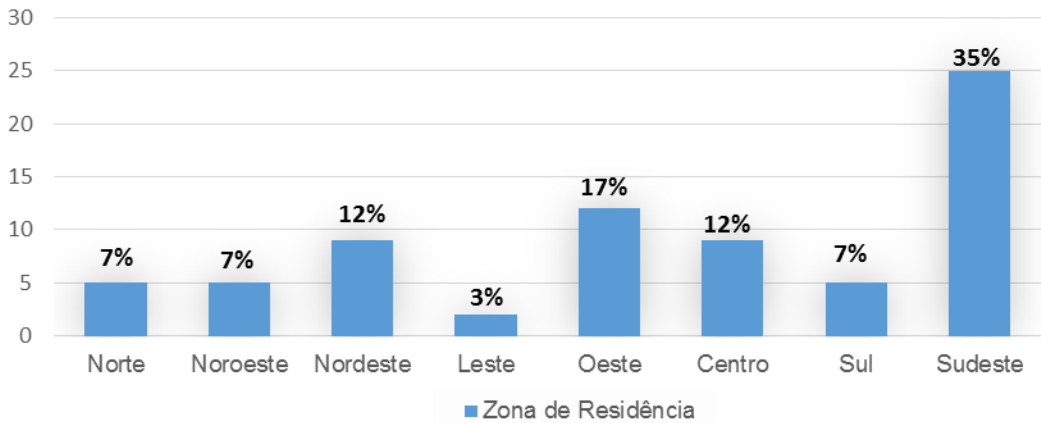
Tabela 1: Distribuição dos inquiridos por faixa etária e género

Idades	Género				Total	
	Masculino		Feminino			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 14 anos	-	-	-	-	-	-
15 a 35 anos	166	43,2	104	27	270	70,3
36 a 56 anos	54	14	26	7	80	20,8
Mais de 56 anos	20	5,2	14	3,6	34	8,9
Total	240	62,5	144	37,5	384	100

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

A distribuição etária dos passageiros revela que a maior parte dos utilizadores do transporte público se encontra na faixa etária dos 15 aos 35 anos (70,3%). Este resultado pode ser explicado pela maior mobilidade deste grupo etário, que utiliza o transporte público, sobretudo, para fins laborais e académicos. A participação reduzida de passageiros com mais de 56 anos (8,9%) indica uma menor dependência deste serviço ou a preferência por alternativas de transporte. No que diz respeito ao género, observa-se que 62,5% dos utilizadores são homens, enquanto 37,5% são mulheres.

Gráfico 2: Distribuição dos Passageiros Inquiridos por Zonas de Residência



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

Dado o elevado número de bairros, caracterizaram-se apenas as regiões de residência dos inquiridos. Neste sentido, os resultados demonstram que a maior parte dos passageiros reside na zona sudeste de Cabinda (35%), o que sugere uma maior dependência do transporte público nesta região. A reduzida percentagem de passageiros oriundos do leste (3%) indica uma menor oferta de transporte e/ou a prevalência de outros meios de deslocação.

ii) Avaliação da qualidade do serviço de transporte público urbano por autocarros

a) Acessibilidade: está associada à distância que o cliente precisa percorrer desde o seu local de origem até ao ponto de embarque, para iniciar a viagem de autocarro, e, da mesma forma, desde o ponto de desembarque até ao seu destino final. Antes da avaliação desse critério, apresentou-se o tempo percorrido pelos passageiros fora do autocarro.

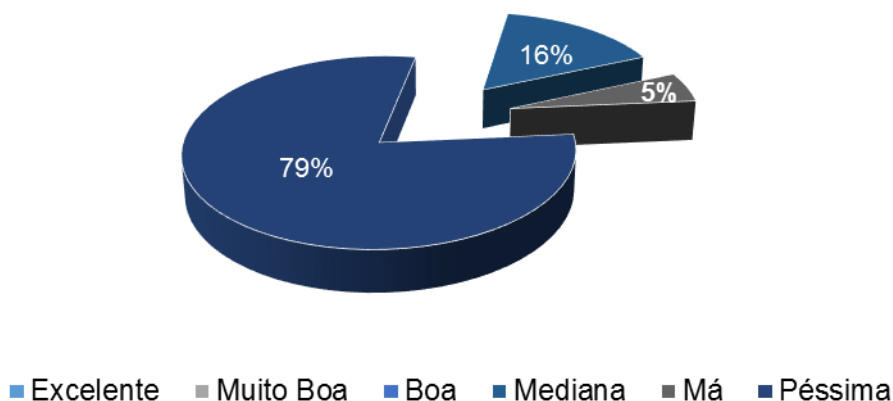
Tabela 2: Tempo percorrido fora do autocarro

Tempo Percorrido	Género				Total	
	Masculino		Feminino			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 10 minutos	97	25,3	33	8,6	130	33,9
11 a 59 minutos	133	34,6	111	28,9	244	63,5
Mais de 59 minutos	10	2,6	-	-	10	2,6
Total	240	62,5	144	37,5	384	100

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

Os resultados da tabela 2 indicam que 66,1% dos passageiros necessitam de mais de 10 minutos para alcançar uma paragem de autocarro. Este tempo elevado está relacionado, por um lado, com a distribuição ineficiente das paragens ao longo das rotas e, por outro, com a existência, na comuna de Cabinda, de um ponto de maior concentração de autocarros, conhecido como rotunda do Pio, o que leva muitos passageiros a recorrerem a esse local de paragem.

Gráfico 3: Acessibilidade

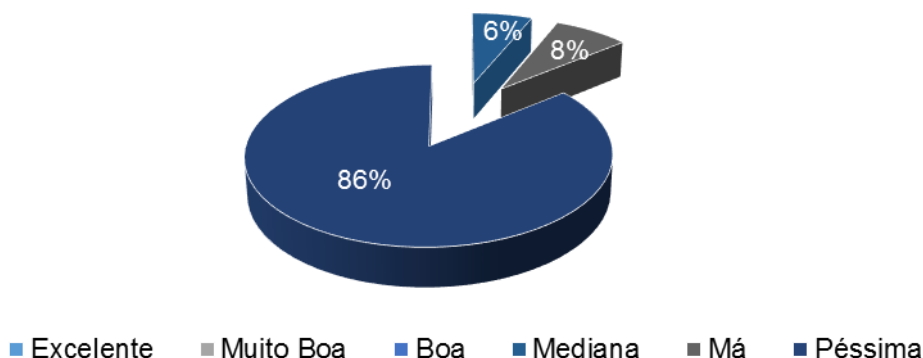


Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

O gráfico 3 revela que 79% dos inquiridos consideram a acessibilidade péssima e 16% avaliam-na como má, reforçando a percepção de que o sistema de transporte público não está convenientemente distribuído. De igual modo, a compreensão desta avaliação negativa deve-se, por um lado, ao facto de os passageiros percorrerem longas distâncias para terem acesso ao transporte público (Tabela 2) e, por outro, à dificuldade na realização do transbordo, ou seja, logo após a descida, o passageiro tem de percorrer longas distâncias para chegar ao seu destino.

b) Frequência de atendimento: o tempo de espera dos passageiros nos pontos da linha está diretamente relacionado com a frequência de atendimento, que é o intervalo entre dois autocarros consecutivos. Os passageiros têm fácil percepção dessa característica.

Gráfico 4: Frequência de Atendimento



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

No gráfico 4, 86% dos passageiros consideram a frequência de atendimento péssima. Esta avaliação evidencia que os intervalos entre dois autocarros na comuna ainda são longos e que o reduzido número de veículos em circulação diminui a frequência de atendimento.

c) Tempo de viagem: é o tempo gasto no interior dos veículos. É uma característica que sofre interferência de diversos outros aspetos, tais como a distância e a velocidade média do transporte. Antes da avaliação desse critério, procurou-se perceber o tempo de espera dos passageiros na paragem.

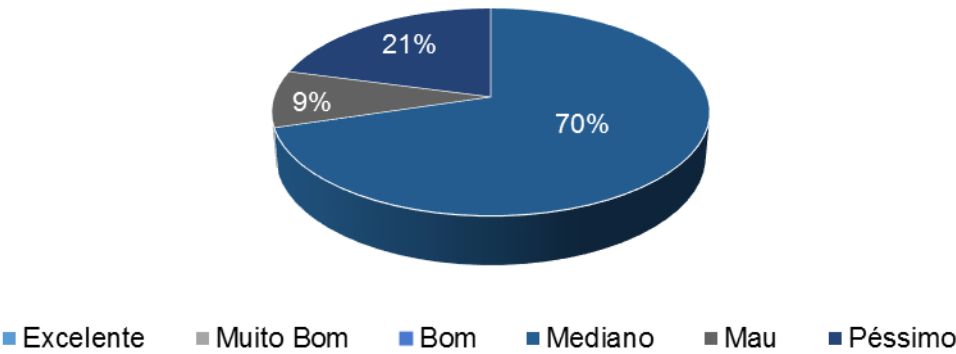
Tabela 3: Tempo de espera na paragem

Tempo de Espera na Paragem	Género				Total	
	Masculino		Feminino			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 30 min	202	52,6	99	25,8	301	78,4
31 a 60 min	38	9,9	45	11,7	83	21,6
Mais de 60 min	-	-	-	-	-	-
Total	240	62,5	144	37,5	384	100

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

Os dados mostram que 78,4% dos passageiros aguardam até 30 minutos na paragem e 21,6% aguardam entre 31 e 60 minutos, sobretudo em horários de maior procura.

Gráfico 5: Tempo de Viagem

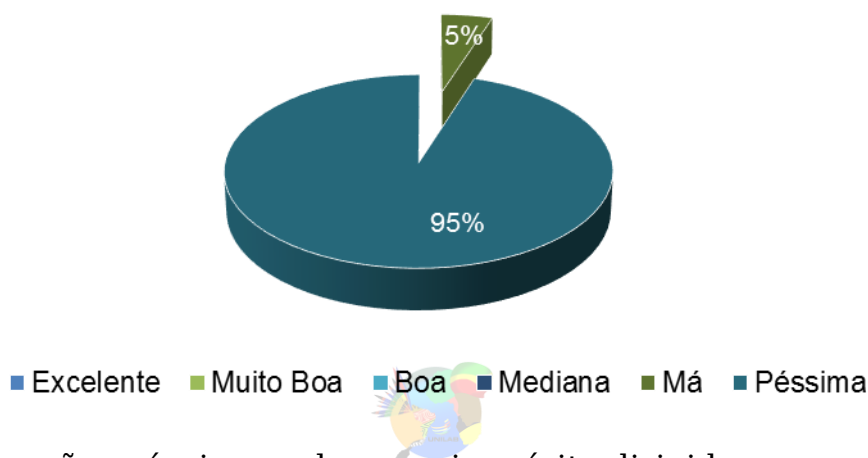


Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

O gráfico 5 indica que 70% dos inquiridos consideram o tempo de viagem mediano. Este resultado apresenta uma forte relação com o tempo de espera na paragem, que influencia o tempo de viagem. Os dados apontam que, apesar das dificuldades de acesso e frequência, a duração da viagem dentro dos autocarros não representa um fator de grande insatisfação.

d) Características dos locais de paragem: estão ligadas à sinalização adequada e à existência de espaço na calçada com largura suficiente para que os passageiros e os pedestres possam conviver de forma confortável, bem como de bancos e coberturas para proteção da chuva e do sol.

Gráfico 6: Características dos Locais de Paragem

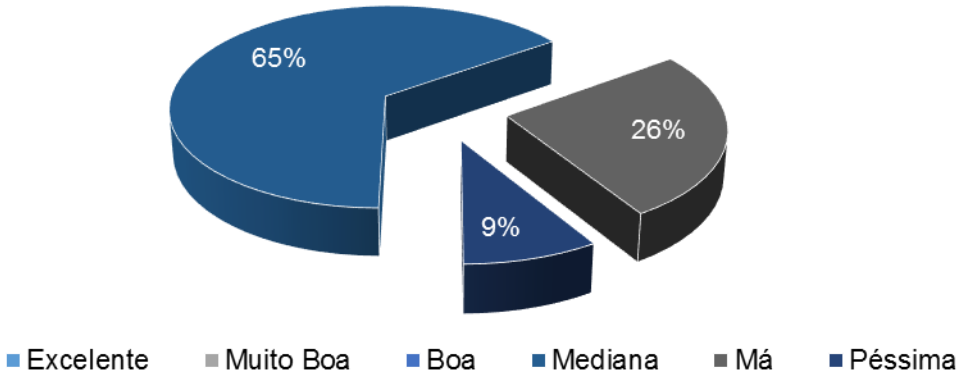


Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

A análise revelou que 95% dos passageiros classificam as condições das paragens como péssimas, devido à ausência de abrigos, bancos e sinalização adequada. A falta de infraestruturas adequadas, como terminais e outras estruturas de apoio, também agrava o desconforto dos utilizadores, especialmente em condições meteorológicas adversas.

e) Lotação: está diretamente relacionada com a frequência de atendimento. Quanto maior a frequência, menor será a lotação dos veículos. Assim, a lotação pode ser definida de maneira simples: diz respeito à quantidade de passageiros no interior dos coletivos. Na visão de diversos passageiros, o ideal seria que todos tivessem condições de utilizar o transporte público sentados.

Gráfico 7: Lotação



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

A lotação foi considerada mediana por 65% dos passageiros, o que sugere que, fora dos horários de pico, o nível de conforto é razoável. No entanto, 9% e 26% dos inquiridos classificaram a lotação como má e péssima, respectivamente, referindo-se, principalmente, aos períodos de maior fluxo, nos quais os passageiros são obrigados a viajar em pé e em condições de desconforto elevado.



f) Confiabilidade: faz referência a duas características: a pontualidade do transporte, tanto no horário de saída como no de chegada, e a efetiva execução da viagem programada.

Tabela 4: Confiabilidade

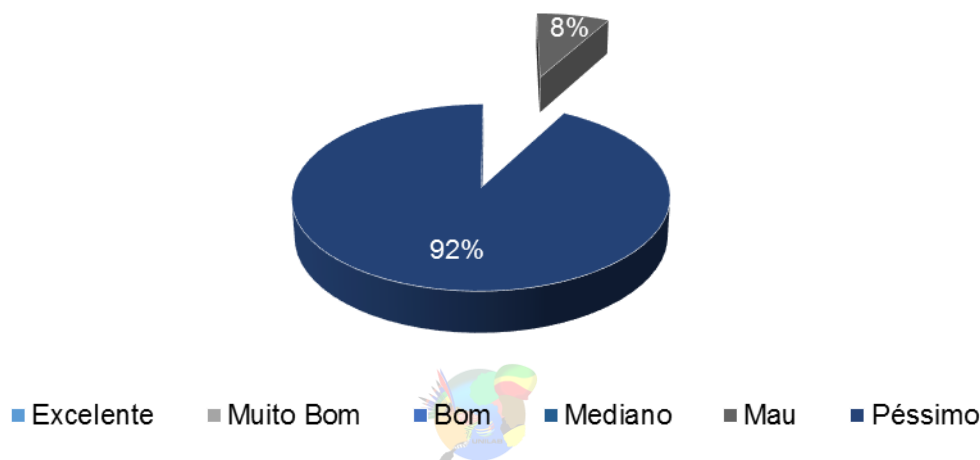
Indicadores	Género				Total	
	Masculino		Feminino			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Excelente	-	-	-	-	-	-
Muito Boa	-	-	-	-	-	-
Boa	-	-	-	-	-	-
Mediana	-	-	-	-	-	-
Má	39	10,2	11	2,9	50	13,1
Péssima	201	52,3	133	34,6	334	86,9
Total	240	62,5	144	37,5	384	100

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito dirigido aos passageiros, 2024.

A confiabilidade do transporte público também foi um dos critérios com um alto índice de reprovação, com 86,9% dos passageiros a classificá-la como péssima. Esta avaliação resulta da imprevisibilidade dos horários de circulação, dificultando o planejamento das deslocações. Além disso, os autocarros passam de forma irregular, sem um horário fixo de operação.

g) Sistema de informação: um bom sistema de informação do transporte público requer a disponibilização de informações aos passageiros. É bastante comum a distribuição de folhetos com o horário, a lista das paragens e a indicação dos autocarros que passam em cada local.

Gráfico 8: Sistema de Informação



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito aos passageiros, 2024.

A inexistência de informações sobre horários, rotas e operadores compromete significativamente a experiência do passageiro. O gráfico 8 indica que 92% dos inquiridos avaliam o sistema de informação como péssimo, o que demonstra a necessidade urgente de disponibilizar mapas, folhetos informativos e horários visíveis nas paragens.

Em suma, a análise dos dados evidencia que a qualidade do transporte público coletivo urbano na comuna-sede do município de Cabinda é insatisfatória. Os principais problemas identificados foram:

- i. Acessibilidade reduzida, com paragens distantes e difíceis de alcançar;
- ii. Frequência de atendimento inadequada, resultando em tempos de espera elevados;
- iii. Infraestruturas precárias, sem abrigos ou sinalização adequada;

- iv. Baixa confiabilidade do serviço, devido à falta de horários regulares;
- v. Ausência de um sistema de informação eficiente, que permita aos passageiros organizarem melhor as suas deslocações.

Para a avaliação da qualidade do serviço, adotou-se um critério baseado na análise percentual das respostas dos inquiridos. Consideraram-se negativas as categorias “má” e “péssima”, intermédia a categoria “mediana” e positivas as categorias “boa”, “muito boa” e “excelente”. Assim, um critério foi classificado como negativo sempre que mais de 50% dos inquiridos o avaliaram nas categorias negativas. A avaliação global da qualidade do serviço foi determinada com base na predominância dos critérios negativos. Deste modo, considerou-se que o serviço apresenta má qualidade quando a maioria dos indicadores analisados apresenta mais de 50% de avaliações negativas. Portanto, embora alguns critérios, como o tempo de viagem e a lotação fora dos horários de pico, tenham sido classificados como medianos, predominaram as avaliações negativas.



Conclusões

O presente trabalho possibilitou a análise da qualidade do transporte público coletivo urbano por autocarros na comuna-sede do município de Cabinda. Para o efeito, foi realizada uma pesquisa com os passageiros do transporte público coletivo urbano. Na pesquisa, consideraram-se negativas as classificações “má” e “péssima”, intermédia a classificação “mediana” e positivas as classificações “boa”, “muito boa” e “excelente”. Com isso, após a análise, interpretação e discussão dos resultados presentes na pesquisa e subsidiados pela revisão da literatura, foi possível chegar às seguintes conclusões:

O transporte público é essencial por garantir a mobilidade urbana eficiente, permitindo que um número maior de pessoas tenha acesso a serviços, escolas e emprego de forma económica.

O município de Cabinda tem um total de 20 empresas operadoras de serviços de transportes (quadro n.º 1), das quais 9 foram alocadas nas 8 linhas de operação (quadro n.º 4), previamente definidas pela Secretaria Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana. O preço de referência da

passagem é de 150 Kz para um percurso médio de aproximadamente 16 km; este valor não é subvencionado pelo Estado. O transporte público por autocarros na comuna-sede do município de Cabinda é maioritariamente usado por homens com idades compreendidas entre 15 e 35 anos (tabela n.º 1), na sua maioria residentes no sudeste (gráfico n.º 2).

Com relação à qualidade dos serviços prestados pelo transporte público coletivo urbano por autocarros na comuna-sede do município de Cabinda, o tempo de viagem foi avaliado como mediano por 70% dos passageiros inquiridos. De igual modo, cerca de 65% dos passageiros inquiridos avaliaram a lotação como mediana, uma vez que, fora dos horários de pico, os passageiros conseguem viajar de forma relativamente cómoda.

Em contrapartida, 79% dos passageiros consideraram a acessibilidade péssima, devido à dificuldade que encontram em aceder às paragens; a frequência de atendimento também foi avaliada como péssima por 86% dos passageiros inquiridos, tendo em conta o tempo excessivo entre a passagem de dois autocarros. Com relação ao sistema de informação, 92% dos inquiridos classificaram-no como péssimo, por não existirem quaisquer informações nas paragens sobre as rotas, as operadoras e os horários. Quanto às características dos locais de paragem, cerca de 95% dos inquiridos avaliaram-nas como péssimas, por não haver sinalização adequada, bancos nem coberturas nas paragens para os proteger da chuva e do sol. De igual modo, 86,9% dos passageiros avaliaram a confiabilidade como péssima, por não se ter noção do horário de circulação dos autocarros.

As análises realizadas evidenciaram os principais problemas enfrentados pelos passageiros: (i) acessibilidade reduzida, com paragens distantes e difíceis de alcançar; (ii) frequência de atendimento inadequada, resultando em tempos de espera elevados; (iii) infraestruturas precárias, sem abrigos ou sinalização adequada; (iv) baixa confiabilidade do serviço, devido à falta de horários regulares; e (v) ausência de um sistema de informação eficiente, que permita aos passageiros organizarem melhor as suas deslocações. Com base na análise percentual dos resultados, verificou-se que a maioria dos critérios avaliados apresenta predominância de classificações negativas (superiores a 50%). Assim, conclui-se que a qualidade do transporte público coletivo urbano na comuna-sede do Município de Cabinda é considerada má. Deste modo, todos os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados.

Referências

- ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CABINDA (ADMC). *Relatórios do setor*. Cabinda, 2024.
- FERRAZ, A. C.; TORRES, I. G. E. *Transporte público urbano*. 2. ed. São Carlos: RiMa, 2004.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Resultados preliminares do recenseamento geral da população e da habitação de Angola*. Luanda, 2014.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Projeção da população da província de Cabinda: 2014-2050*. Luanda, 2016.
- LOPES, M. Como nasceu o primeiro sistema de transporte coletivo do mundo. *BBC News Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45587611>. Acesso em: 1 de maio de 2024.
- RAMOS, M. W. *Qualidade medida e percebida no sistema de transporte coletivo por ônibus: estudo de caso de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- SILVA, M. M. F.; FARIA, C. A. *Transporte público individualizado e personalizado*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.
- SPINELLI, L. B. *Padrões de qualidade para o transporte público por ônibus em cidades de porte médio*. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SPTRANSTMU - SECRETARIA PROVINCIAL DOS TRANSPORTES, TRÁFEGO E MOBILIDADE URBANA. *Relatórios do setor*. Cabinda, 2024.
- Tamo, K. (2012). *Metodologia de investigação em ciências sociais*. (1ª ed.). Luanda: Editora Capatê Publicações.
- WALKER, J. *Human Transit: How clearer thinking about public transit can enrich our communities and our lives*. Washington, DC: Island Press, 2011.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): MANGO, Estevão Ngoma Custódio; ROSÁRIO, José Baptista Fernando do. Análise da qualidade do serviço de transporte público na comuna-sede do Município de Cabinda. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.114-137, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Mango, E. N. C., & Rosário, J. B. F. do (2026). Análise da qualidade do serviço de transporte público na comuna-sede do Município de Cabinda. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 114-137.



A efectividade dos Mecanismos de Fiscalização no Combate à Caça Furtiva no Parque Nacional de Mágoè em Tete, Moçambique

Zefanias Jone Magodo *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9115-8772>

Gessica da Cecilia Mendes**

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0009-5081-6247>

Resumo: Este estudo examina a efetividade das medidas de controlo no combate à caça ilegal no Parque Nacional de Mágoè, empregando uma abordagem de pesquisa concomitante, qualitativa e quantitativa. O propósito central da pesquisa é examinar a visão dos gestores acerca dos instrumentos empregues no combate à caça ilegal e avaliar a efetividade dessas ações. O estudo é classificado como exploratório, possibilitando um entendimento mais profundo do problema e a formulação de suposições acerca dos mecanismos usados na fiscalização dos recursos naturais. A recolha de dados ocorreu em duas etapas: uma revisão bibliográfica, que deu suporte teórico ao estudo, e uma pesquisa de campo, que envolveu observação sistemática e diálogos informais com quatro gestores do parque, permitindo uma análise minuciosa. O Microsoft Excel 2010 foi utilizado para processar e analisar os dados, facilitando a elaboração de gráficos e a análise estatística descritiva. Os resultados revelam que os principais mecanismos de fiscalização para o combate à caça ilegal são as patrulhas regulares, com o envolvimento ativo das comunidades locais, a sua educação e sensibilização, bem como a presença constante de agentes de proteção ambiental e a cooperação com Organizações Não Governamentais. Contudo, o estudo também aponta obstáculos que prejudicam a efetividade dessas ações, tais como a falta de fundos, a corrupção, a ausência de capacitação apropriada dos agentes e os conflitos entre as práticas tradicionais das comunidades e as normas de conservação. Conclui-se que, apesar dos esforços consideráveis para combater a caça ilegal no Parque Nacional de Mágoè, é crucial intensificar a colaboração entre as autoridades e as comunidades, assegurando financiamento apropriado e formação contínua dos intervenientes. Sugere-se, ainda, a implementação de um planeamento estratégico integrado e sustentável para a conservação da biodiversidade da região, que considere as dinâmicas sociais e económicas locais.

PALAVRAS-CHAVE

Caça furtiva; Conservação da biodiversidade; Gestão de áreas de conservação; Mecanismos de fiscalização; Parque Nacional de Mágoè.

* Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique_Quelimane; Mestre em Ciências Jurídicas Público Forense pela Universidade Alberto Chipande_Beira; Mestre em Gestão e Auditorias Ambientais pela Universidade Europea del Atlantico_Barcelona, Espanha; Licenciado em Ecoturismo e Gestão de Fauna Bravia. É consultor ambiental e instrutor de cursos profissionalizantes. É o criador da empresa Magodo Treinamentos, SU_LDA, cuja missão é de formar jovens, profissionais e amantes da natureza.

E-mail: zefanias.magodo@gmail.com

** E-mail: gessicamendes721@icloud.com

The Effectiveness of the Inspection Mechanisms in Combating Poaching in Mágoè National Park in Tete, Mozambique

ABSTRACT

This study examines the effectiveness of control measures in combating illegal hunting in Mágoè National Park, employing a concurrent qualitative and quantitative research approach. The main purpose of the research is to examine managers' views on the instruments used to combat illegal hunting and to assess the effectiveness of these actions. The study is classified as exploratory, enabling a deeper understanding of the problem and the formulation of assumptions about the mechanisms used to monitor natural resources. Data collection occurred in two stages: a literature review, which provided theoretical support for the study, and field research, which involved systematic observation and informal dialogues with four park managers, allowing for a thorough analysis. Microsoft Excel 2010 was used to process and analyse the data, facilitating the production of graphs and descriptive statistical analysis. The results reveal that the main enforcement mechanisms for combating illegal hunting are regular patrols, with the active involvement of local communities, their education and awareness, as well as the constant presence of environmental protection agents and cooperation with non-governmental organizations. However, the study also identifies obstacles that hinder the effectiveness of these actions, such as lack of funds, corruption, insufficient training of agents, and conflicts between traditional community practices and conservation standards. It is concluded that, despite considerable efforts to combat illegal hunting in Mágoè National Park, it is crucial to intensify collaboration between authorities and communities, ensuring appropriate funding and continuous training for those involved. It is also suggested that emphasis be placed on implementing integrated and sustainable strategic planning for the conservation of the region's biodiversity, taking local social and economic dynamics into account.

Keywords: Poaching; Biodiversity conservation; Management of conservation areas; Enforcement mechanisms; Mágoè National Park.

Kubudirira kweInspection Mechanisms muKurwisa Kuvhima zvisiri pamutemo muMágoè National Park muTete, Mozambique.

MUSORO O MASOKO

Chidzidzo ichi chinoongorora kubudirira kwezviyero zvekudzora mukurwisa kuvhima kusiri pamutemo muMágoè National Park, kushandisa njira yekutsvakurudza inoenderana yehutano uye yehuwandu. Chinangwa chikuru chekutsvakurudza ndechekuongorora maonero evatungamiriri pamusoro pezvishandiso zvinoshandiswa kurwisa kuvhima kusiri pamutemo uye kuongorora kushanda kwezviito izvi. Kufunda kunopatsanurwa sekuongorora, kunoita kuti kuzwisisa kwakadzama kwedambudziko uye nekunasirwa kwekufungidzira pamusoro penjira dzinoshandiswa kuongorora zviwanikwa zvechisikirwo. Kuunganidza ruzivo kwakaitika muzvikamu zviiri: kuongororwa kwemabhuku, kwakapa rubatsiro rwe theoretical rwekufunda, uye kutsvakurudza kwemunda, kwaisanganisira kuona kwakarongeka uye hurukuro dzisina kurongeka ngevatungamiri vana vepaki, zvichibvumira kuongorora kwakadzama. Microsoft Excel 2010 yakashandiswa kugadzirisa nekuongorora ruzivo, kurerutsa girafu uye kutsanangura kuongorora kwezviverengo. Mhedzisiro inoratidza kuti nzira huru dzekutarisira kudzivirira hove dzisingabvumirwi ndedzemapurisa anogara achitenderera pamwe nekubatana kwakanyanya kwemunharaunda dzemuno, kudzidzisa nekuzivisa vanhu, pamwe chete nekuvepo nguva

dzose kwevashandi vekudzivirira zvakatipoteredza uye kushandira pamwe neMasangano Asiri Ehupfumi Asi, kufunda kunokhombisawo zvipingamupinyi zvinovhiringidza kushanda kwezviito izvi, kudai ngekushayikwa kwemare, uori, kushaikwa kwekufundiswa kwakakodzera kwevamiririri nekupesana pakati pezviito zvechianthu zvemunharaunda uye zviyero zvekuchengetedza. Zvinopedzwa ngekuti, kunyazwi kuedza kwakanyanya kurwisa kuvhima zvisiri pamutemo muMágoè National Park, zvakakosha kusimbisa kubatana pakati pevakuru nenharaunda, kuve nechokwadi chekupa mare yakafanira uye nekudzidzisa kunoenderera mberi kweavo vanobatanidzwa. Uye, zvinokurudzirwa kuti kusimbiswa kuiswe pakushandiswa kwehurongwa hwakabatanidzwa uye hunogara hwekuchengetedza zvipenyu zvakasiyana-siyana zvemunharaunda zvinofunga nezvemagariro uye hupfumi hwemunharaunda .

MAZWI AKAKOSHA

Kuvhima mhuka, Kuchengetedzwa kwezvipenyu zvakasiyana siyana, Kutungamira Nzvimbo dheKuchengetedza, Njira dzekumanikidza kuita, Paki yeNyika yeMagoè.

1. Introdução

A preservação da diversidade biológica tem sido uma das maiores preocupações mundiais, particularmente em áreas de conservação sujeitas a pressões decorrentes de atividades humanas, como a caça ilegal. A caça furtiva constitui uma pressão relevante sobre a fauna em áreas protegidas. Lindsey et al. (2017), ao analisarem áreas protegidas africanas, identificaram a caça para carne de animais selvagens como uma das ameaças mais graves para a fauna e mostraram que os resultados de conservação também se relacionam com variáveis de gestão e condições socioeconómicas.

As medidas preventivas, especialmente as de fiscalização, constituem um dos principais instrumentos de luta contra a caça ilegal em áreas protegidas. No contexto moçambicano, Bila e Salmi (2003) identificam limitações relevantes na fiscalização de florestas e fauna bravia, entre as quais a escassez de recursos humanos e materiais e problemas de corrupção, fatores que fragilizam os esforços de conservação.

Os autores citados anteriormente destacam que a dificuldade de estabelecer uma fiscalização eficaz é intensificada pela extensa área territorial dos parques e pela ausência de tecnologia adequada para uma monitorização constante, o que restringe a capacidade de resposta das autoridades de fiscalização e dificulta a identificação imediata de atividades ilícitas (Bila & Salmi, 2003).

A vulnerabilidade socioeconómica das comunidades vizinhas pode aumentar a pressão sobre os recursos naturais e dificultar a articulação entre conservação e subsistência. Neste contexto, torna-se crucial examinar a implementação dos mecanismos de fiscalização no Parque Nacional de Mágoè (PNM) e a sua eficácia no combate à caça ilegal, um fenómeno que desafia os gestores das áreas de conservação em todo o país e, especificamente, no PNM.

A caça ilegal persiste como uma ameaça à preservação da biodiversidade nas zonas de conservação africanas. Lindsey et al. (2017) mostram que o desempenho das áreas protegidas africanas varia significativamente e que fatores relacionados com a gestão e com o contexto socioeconómico influenciam os resultados de conservação, num quadro em que a caça para carne de animais selvagens surge como uma ameaça relevante.

Embora as autoridades locais tenham implementado mecanismos de fiscalização para combater a caça furtiva, persistem dificuldades que limitam a capacidade de controlo. Bila e Salmi (2003) identificam, no contexto moçambicano, problemas relacionados com a escassez de recursos materiais e humanos e com a corrupção, fatores que dificultam uma fiscalização consistente das áreas de conservação.

Outra dificuldade relevante reside na relação conflituosa entre as comunidades locais e os objetivos de preservação. Bila (2005) destaca que a falta de opções económicas para as comunidades próximas das áreas de preservação leva a um envolvimento direto ou indireto na caça ilegal, seja através da comercialização de produtos de origem animal, seja pela própria ação de caçar. É praticamente inviável estabelecer uma estratégia sustentável de combate à caça ilegal sem o apoio das comunidades locais. Portanto, as táticas de fiscalização devem ser combinadas com políticas que proporcionem alternativas de rendimento às comunidades vizinhas.

Outro aspecto que dificulta, em grande medida, a luta contra a caça ilegal em áreas protegidas em geral e, particularmente, no Parque Nacional de Mágoè é a interação entre as comunidades locais e a fauna. A dependência de recursos naturais para a subsistência pode gerar tensões com os objetivos de preservação, sobretudo quando faltam alternativas económicas. Sem o apoio das comunidades, as ações de fiscalização tendem a enfrentar maiores dificuldades de implementação.

A escolha desta temática justifica-se pela necessidade crescente de aperfeiçoar as táticas de conservação em Moçambique, um país que enfrenta desafios consideráveis no combate à caça ilegal. Ademais, o Parque Nacional de Mágoè possui importância ecológica e estratégica, abrangendo ecossistemas terrestres e aquáticos e fauna de relevo para a conservação, conforme descrito no respectivo plano de manejo (MITADER & ANAC, 2016).

A relevância do presente estudo reside no facto de que, mesmo com a existência de mecanismos de fiscalização para combater a caça ilegal em áreas de conservação, persistem falhas que necessitam de ser compreendidas e examinadas para que possam ser superadas. Ao analisar o caso do Parque Nacional de Mágoè, procura-se identificar os principais obstáculos enfrentados pelos fiscais, como a escassez de recursos e a

2. A caça furtiva e os mecanismos de combate: conceitos e abordagens

A caça furtiva é uma prática ilícita que envolve a captura ou morte de animais em desacordo com as leis de proteção da vida selvagem em áreas de conservação. Para além do impacto direto sobre as espécies, pode comprometer os esforços de conservação e gerar efeitos sociais e económicos nas comunidades que vivem nas proximidades das áreas protegidas.

A caça furtiva pode envolver a captura ou o abate ilícito de fauna para fins diversos, incluindo a obtenção de produtos de origem animal ou de carne. Trata-se de um fenómeno complexo, que não deve ser explicado por uma única causa, pois pode envolver fatores económicos, sociais, institucionais e criminais.

A luta contra o fenómeno da caça ilegal requer instrumentos e procedimentos que possibilitem a monitorização do cumprimento das leis e normas ambientais. Neste estudo, os mecanismos de combate são entendidos como táticas e instrumentos empregues para lidar com questões específicas, como a caça furtiva e outras práticas ilícitas.

Os mecanismos de fiscalização podem combinar patrulhamento, colaboração comunitária, educação ambiental e cooperação institucional, devendo ser ajustados às condições locais e aos recursos disponíveis. A sua efetividade depende, assim, não de uma única medida, mas da articulação entre diferentes instrumentos de gestão e controlo.

Para o combate aos atos ilegais, as áreas de conservação devem adoptar diversos mecanismos ou estratégias, nomeadamente: a) patrulhamento e vigilância; b) monitorização com recurso a tecnologias; c) educação e consciencialização das comunidades locais; d) parcerias com as comunidades locais; e) leis e aplicação de métodos rigorosos aos caçadores furtivos; f) apoio internacional e financiamento.

a) Patrulhamento e vigilância

O patrulhamento é um método crucial na supervisão das áreas de preservação. Bruner et al. (2001) associam a efetividade dos parques, entre outros fatores, à existência de atividades básicas de gestão e fiscalização.

As patrulhas regulares e a presença visível dos agentes podem reforçar a capacidade de prevenção e detecção de atividades ilícitas. No entanto, a sua efetividade pode ser limitada pela ausência de recursos humanos, materiais e infraestruturas

Zefanias J. Magodo & Gessica da C. Mendes A efectividade dos Mecanismos de Fiscal
adequados, uma dificuldade já identificada no contexto moçambicano por Bila e Salmi (2003).

b) Monitorização com recurso a vários instrumentos, como a tecnologia

A tecnologia pode complementar a fiscalização de áreas protegidas, sobretudo em territórios extensos, mediante instrumentos de monitorização e registo que apoiem a recolha de informação e a capacidade de resposta. A sua utilidade, contudo, depende da disponibilidade de equipamentos, de recursos humanos capacitados e de condições institucionais para integrar os dados recolhidos nas atividades de fiscalização.

c) Educação e consciencialização das comunidades locais

A sensibilização das comunidades locais acerca da relevância da preservação é um instrumento importante na luta contra a caça ilegal. A educação ambiental pode contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, competências e disposições favoráveis a comportamentos ambientalmente responsáveis (Hungerford & Volk, 1990).

d) Parcerias com as comunidades locais

O estabelecimento de parcerias com as comunidades locais é relevante para o sucesso das iniciativas de conservação. Davis e Goldman (2019) destacam, em projetos de conservação comunitária, a importância da segurança dos meios de subsistência e de acesso aos recursos, bem como das relações de confiança, comunicação e respeito entre os diferentes intervenientes.

Tais parcerias podem incluir iniciativas económicas e sociais destinadas a criar alternativas compatíveis com a conservação. A cooperação entre autoridades e comunidades pode, assim, favorecer relações de confiança e ampliar a participação local na proteção da fauna e da flora.

e) Leis e aplicação de métodos rigorosos aos caçadores furtivos

A aplicação consistente das leis constitui uma dimensão importante da fiscalização, na medida em que estabelece consequências para as infracções e reforça a previsibilidade da atuação das autoridades. No contexto moçambicano, as limitações de recursos e os problemas de corrupção podem fragilizar a aplicação da legislação e a capacidade de fiscalização, como discutido por Bila e Salmi (2003).

f) Apoio internacional e financiamento

A cooperação entre entidades públicas, organizações da sociedade civil e outros parceiros pode reforçar a fiscalização por meio da partilha de informação, do apoio técnico e da articulação institucional. A utilidade dessas parcerias depende, porém, da

Os instrumentos mencionados podem ser entendidos como garantias para a realização dos objetivos de uma área de conservação no que diz respeito ao controlo, à disciplina e à orientação das atividades de proteção, conservação e administração dos recursos florestais e faunísticos. Isto porque a fiscalização é entendida como a prática de monitorização constante de uma atividade cujo procedimento é regulamentado por legislação específica.

3. Metodologia

A metodologia envolve a descrição do método empregue para atingir os objetivos propostos no estudo, isto é, as trajetórias seguidas pelo pesquisador na condução da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2006), trata-se de um conjunto de ações metódicas e lógicas que, com maior segurança e economia, possibilitam atingir metas ou conhecimentos válidos e autênticos, indicando o caminho a percorrer, identificando falhas e apoiando as decisões do investigador.

O Parque Nacional de Mágoè (PNM) foi estabelecido em 2013 com a finalidade de preservar a biodiversidade local e minimizar os efeitos de ações humanas, como a caça ilegal e a exploração de recursos naturais (MITADER & ANAC, 2016). O PNM está localizado nos distritos de Mágoè e Cahora Bassa, na Província de Tete, fazendo limite, a norte, com os distritos de Marávia e Zumbo através da albufeira de Cahora Bassa; a este, com os postos administrativos de Chitima e Chinthopo (Distrito de Cahora Bassa); a sul, com a linha de fronteira com a República do Zimbabwe, através da faixa de Mucumbura; e, a oeste, com o Posto Administrativo de Mágoè, através do rio Mussengueze.

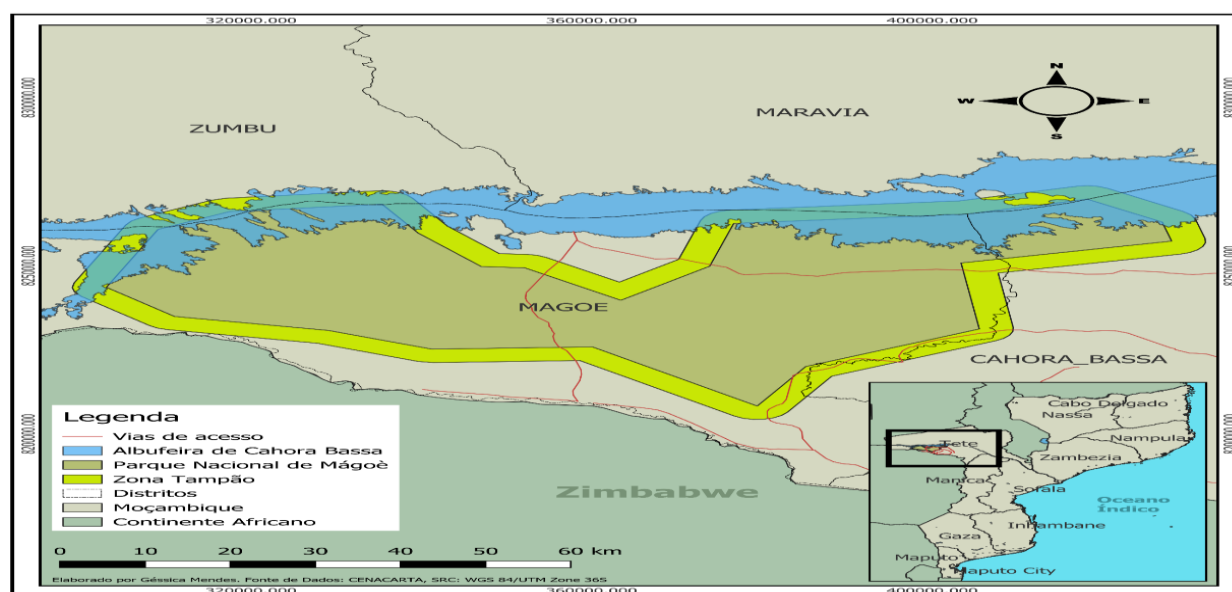


Figura 1. Mapa do enquadramento geográfico

Este estudo adoptou uma abordagem mista, isto é, qualitativa e quantitativa. Conforme Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa qualitativa é empregue para analisar fenómenos em profundidade, com o objetivo de compreender a visão das pessoas acerca de um tema específico. Fundamenta-se em descrições minuciosas e inclui a recolha de informações que não podem ser mensuradas de forma objetiva, tais como opiniões, comportamentos e vivências. Segundo Gil (1999), a pesquisa quantitativa é empregue para quantificar dados e realizar análises estatísticas. Este tipo de estudo procura mensurar e estender os resultados de uma amostra a uma população mais ampla, utilizando instrumentos padronizados e a quantificação das informações.

O emprego da abordagem concomitante (mista) neste trabalho teve como fundamento recolher a percepção dos gestores do Parque Nacional de Mágoè sobre as ferramentas utilizadas no combate à caça furtiva e, através da quantificação, realizar uma análise estatística descritiva que possibilitasse observar tendências e avaliar a efetividade dos mecanismos usados na fiscalização. Ademais, a participação de quatro intervenientes na pesquisa não invalida a abordagem mista, uma vez que, na componente qualitativa, os participantes foram selecionados em função da sua posição e do conhecimento direto sobre o fenómeno estudado, enquanto a componente quantitativa foi utilizada para obter dados mensuráveis através dos instrumentos aplicados aos participantes definidos no estudo.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é exploratória. Conforme Marconi e Lakatos (2003), este tipo de pesquisa é recomendado para proporcionar um entendimento mais profundo do problema, tornando-o mais evidente ou gerando hipóteses. A pesquisa exploratória é comumente aplicada a tópicos ainda pouco explorados e necessita de uma metodologia inicial que auxilie na compreensão mais profunda do campo de estudo. Neste caso, a investigação exploratória foi crucial para compreender os processos de fiscalização no combate à caça ilegal no Parque Nacional de Mágoè.

Para a recolha de dados, o trabalho seguiu duas fases: i) pesquisa bibliográfica; e ii) pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, o estudo procurou informações sobre a temática em diversas fontes secundárias, incluindo livros, dissertações, teses e artigos científicos. Segundo Gil (1999), esta abordagem bibliográfica é crucial para fundamentar teoricamente o trabalho, uma vez que permite reunir e organizar o conhecimento já acumulado sobre o assunto, oferecendo uma base para o desenvolvimento do estudo.

Na etapa subsequente, a investigação de campo foi conduzida através de observação sistemática, que decorreu entre outubro de 2024 e março de 2025, mediante um protocolo previamente estruturado. Este protocolo contemplou aspectos como as

atividades desenvolvidas pelos gestores, os procedimentos adoptados, a tomada de decisões, o cumprimento das normas e rotinas institucionais, a interação com os demais intervenientes e situações relacionadas diretamente com o fenómeno investigado. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), este procedimento caracteriza-se pela observação direta do fenómeno em estudo, sem interferir nas ações observadas, e por diálogos com os envolvidos. Neste contexto, a observação direta possibilitou a obtenção de informações pertinentes acerca das práticas de fiscalização e da luta contra a caça ilegal no Parque Nacional de Mágoè. Foi realizada uma conversa informal com os gestores do PNM, com o objetivo de obter informações diretas sobre os procedimentos de fiscalização. Esta metodologia de recolha de dados, de acordo com Gil (1999), proporciona flexibilidade nas questões, permitindo um estudo mais detalhado dos temas.

As conversas tiveram como base três questões centrais:

- 1.Quais são os principais mecanismos de fiscalização implementados para combater a caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè?
- 2.Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas autoridades de fiscalização no combate à caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè?
- 3.Na sua opinião, os mecanismos de fiscalização têm sido eficazes no combate à caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè? Porquê?

Durante a realização das conversas, as informações consideradas relevantes foram registadas em notas de campo, com o consentimento dos participantes. Não foram realizadas gravações áudio, pelo que não houve transcrição literal das conversas. As notas produzidas constituíram a base documental utilizada na análise qualitativa. Após a recolha, as informações foram organizadas e agrupadas de acordo com os temas correspondentes às três questões orientadoras e aos objetivos específicos da pesquisa. Procedeu-se, posteriormente, à análise temática do conteúdo, procurando identificar ideias, percepções, experiências e aspectos recorrentes nas respostas dos participantes. As informações com significado semelhante foram agrupadas em categorias temáticas, permitindo a identificação de padrões e tendências nos dados qualitativos.

Estas perguntas foram elaboradas para orientar a interação e recolher dados consistentes. As notas de campo foram tratadas por análise temática, conforme descrito acima. Os dados susceptíveis de quantificação foram organizados no Microsoft Excel 2010, utilizado para a produção de tabelas e gráficos e para a análise estatística descritiva.

O universo da pesquisa foi constituído por quatro gestores, correspondendo à totalidade dos gestores que exerciam funções diretamente relacionadas com o objeto de estudo no Parque Nacional de Mágoè durante o período definido para a investigação.

Assim, optou-se por trabalhar com a totalidade do universo disponível, não sendo realizado um cálculo amostral probabilístico. Os quatro gestores, sendo 2 do sexo feminino (50%) e 2 do sexo masculino (50%), foram, portanto, incluídos por amostragem censitária/intencional, em função da sua posição, experiência e envolvimento directo com o fenómeno investigado, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos inquiridos por sexo.

Inquiridos	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Homens	02	50.0%	50.0%
Mulheres	02	50.0%	100%
Total	04	100%	

Fonte: Dados de campo (2024).

Entre os quatro gestores incluídos no estudo, dois são do sexo feminino e dois do sexo masculino. A idade dos gestores é diversificada, mas observa-se, na Tabela 2, que 50%, ou seja, 2 gestores, se situam na faixa dos 25 aos 34 anos, enquanto as faixas dos 35 aos 44 anos e dos 45 aos 54 anos representam 25% cada, correspondendo a 1 gestor em cada faixa. Não há representantes na faixa etária inferior a 25 anos.

Tabela 2: Distribuição dos inquiridos por idade.

Idades	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
25-34 Anos	02	50.0%	50.0%
35-44 Anos	01	25.0%	75.0%
45-54 Anos	01	25.0%	100%
Total	04	100%	

Fonte: Dados de campo (2024).

A amostra é constituída por 4 pessoas, todas ocupando posições ligadas à conservação. As informações recolhidas estão, assim, relacionadas com atividades de administração e preservação do Parque Nacional de Mágoè. Quanto à experiência no sector, 50% dos gestores (2) têm entre 4 e 6 anos de experiência, 25% (1 gestor) têm entre 1 e 3 anos e 25% (1 gestor) entre 7 e 10 anos, não existindo gestores com menos de um ano de experiência.

3. Resultados da pesquisa

O estudo revelou que os gestores do Parque Nacional de Mágoè identificaram como mecanismos de fiscalização mais eficientes para combater a caça ilegal as patrulhas regulares, o envolvimento da comunidade e a educação e sensibilização.

As patrulhas regulares foram apontadas pelos gestores como um mecanismo crucial para a fiscalização. Na percepção dos participantes, a presença constante de fiscais no campo é relevante para a efetividade do combate à caça ilegal e para a recolha de informação sobre ocorrências no território.

Além disso, o contato regular entre agentes de fiscalização e comunidades pode favorecer relações de proximidade, embora os resultados dependam da forma como a conservação comunitária é institucionalizada. Infield e Adams (1999), num estudo de caso no Uganda, mostram que um programa de conservação comunitária pode reforçar o apoio das populações vizinhas a uma área protegida, mas também permanecer dependente das condições institucionais e da continuidade das ações.

Outro mecanismo mencionado pelos gestores, a participação comunitária, foi amplamente reconhecido como um dos métodos mais eficientes. Os gestores manifestaram a convicção de que o envolvimento ativo da comunidade local na defesa dos recursos naturais é crucial para o êxito das ações de preservação. Este ponto é apoiado pela teoria da conservação centrada na comunidade, segundo a qual, ao envolver as comunidades na administração dos recursos, estas se tornam parceiras na preservação da biodiversidade.

O envolvimento da comunidade pode favorecer a identificação de soluções ajustadas ao contexto local. No caso do Parque Nacional de Mágoè, a integração de conhecimentos e práticas locais nas estratégias de preservação deve resultar do diálogo efetivo com as comunidades, evitando pressupor uma participação que os próprios dados do estudo mostram ser ainda insuficiente.

A educação e a consciencialização das comunidades emergiram como um ponto recorrente nas respostas dos gestores. A educação ambiental pode contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, competências e disposições favoráveis a comportamentos ambientalmente responsáveis (Hungerford & Volk, 1990).

Os gestores apontaram a educação e a sensibilização como componentes relevantes para envolver moradores locais e jovens. Nesse sentido, programas de educação ambiental devem ser estruturados de modo a ultrapassar a mera transmissão de informação e a promover capacidades para a participação ativa em questões ambientais (Hungerford & Volk, 1990).

Importa ressaltar que a educação destinada às comunidades locais residentes no entorno das áreas de conservação não deve limitar-se à transmissão de informação; deve também promover competências, participação e capacidade de agir perante problemas ambientais, em consonância com Hungerford e Volk (1990).

Por outro lado, a ação policial e a intervenção das forças de defesa e segurança não foram mencionadas como mecanismos preferenciais pelos gestores, o que recomenda cautela perante abordagens baseadas exclusivamente na repressão. A literatura sobre conservação comunitária chama a atenção para a importância da confiança, da comunicação, dos meios de subsistência e da segurança de acesso aos recursos nas relações entre projetos de conservação e comunidades (Davis & Goldman, 2019).

Nesse quadro, a colaboração com as comunidades é relevante para reduzir relações de desconfiança e reforçar a legitimidade das iniciativas de conservação. Uma abordagem que articule fiscalização, envolvimento comunitário e educação é, por isso, mais coerente com os mecanismos valorizados pelos gestores entrevistados.

O exame da eficácia dos mecanismos de fiscalização na luta contra a caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè foi realizado com base em 5 (cinco) classificações, variando de ineficaz a muito eficaz. Os inquiridos (75,0%) consideraram os mecanismos eficazes, enquanto os restantes 25,0% optaram pela classificação de muito eficaz, como se pode observar na Figura 2. Não foram registadas respostas nas categorias "ineficaz", "pouco eficaz" e "moderadamente eficaz", correspondendo cada uma a 0%.

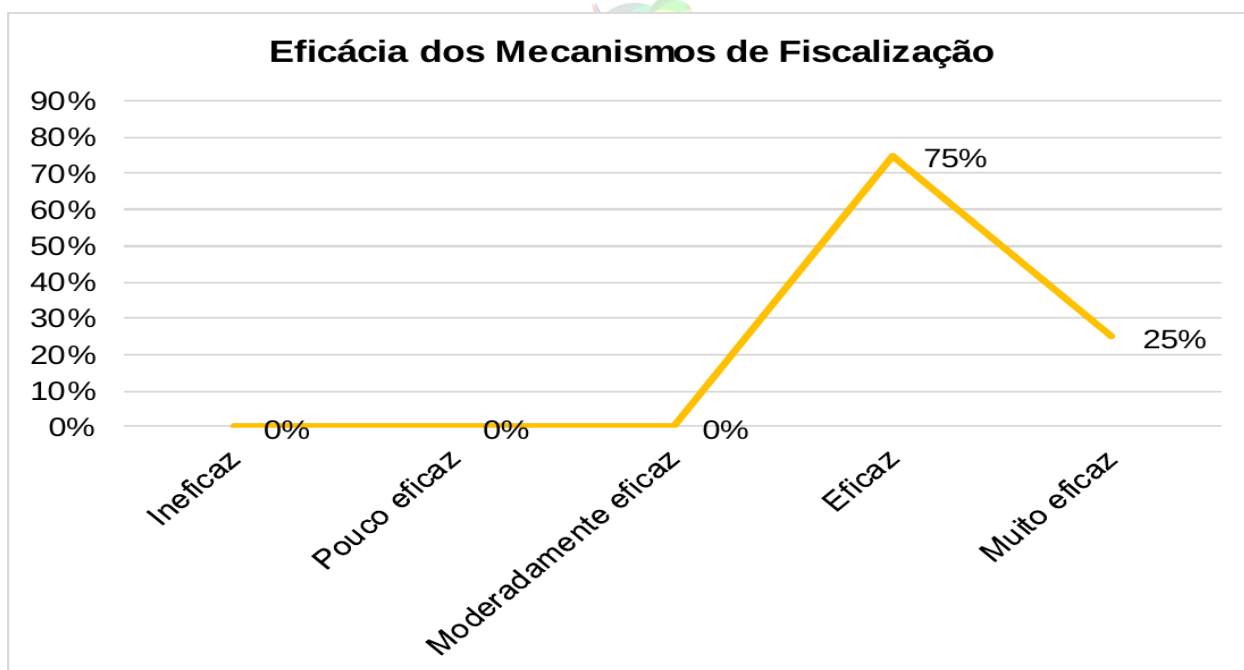


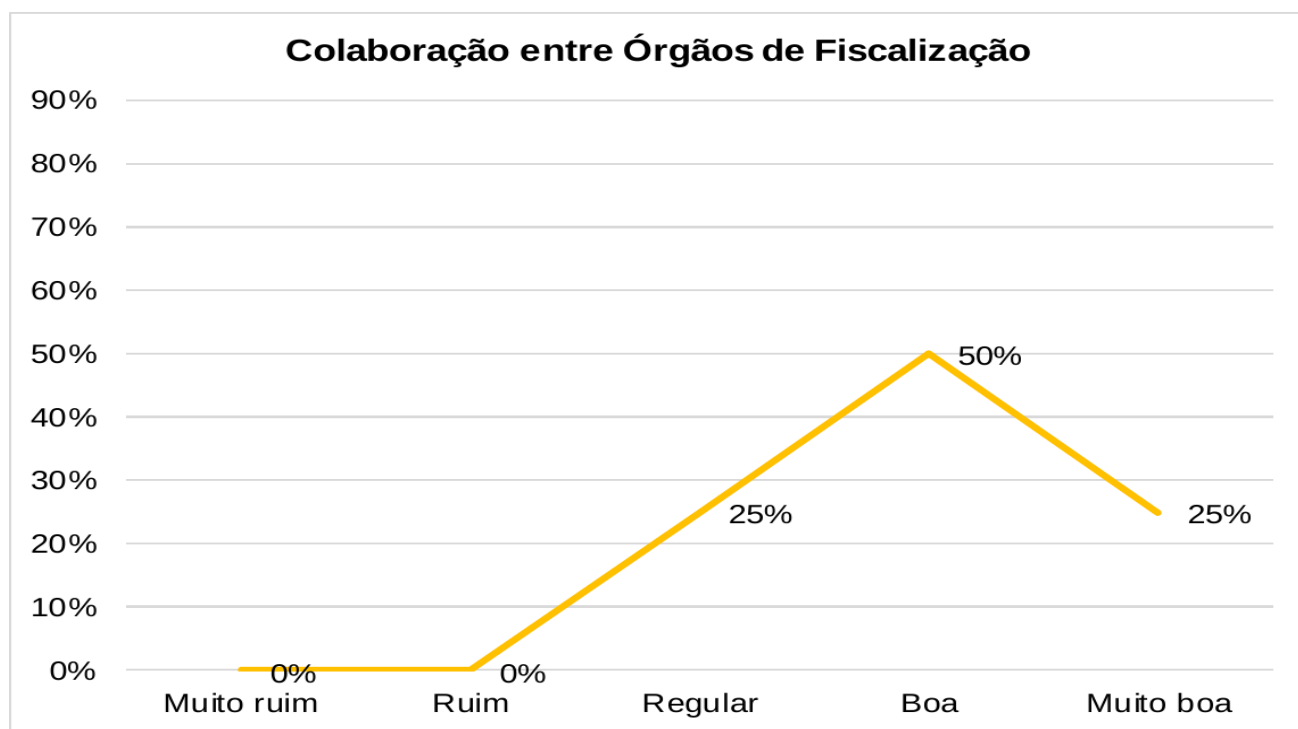
Figura 2. Avaliação da eficácia dos mecanismos de fiscalização na luta contra a caça furtiva

Como se pode depreender da Figura 2, três dos quatro gestores consideraram os mecanismos "eficazes", enquanto um os classificou como "muito eficazes". Estas respostas traduzem uma percepção favorável dos participantes, mas não constituem, por si só, uma medição independente da redução da caça furtiva. A interpretação deve, por

isso, ser articulada com os desafios identificados pelos próprios gestores, como a necessidade de maior financiamento, formação de pessoal e combate à corrupção.

Quanto à colaboração entre os diferentes órgãos de fiscalização, nomeadamente o Conselho Comunitário de Gestão e a Força de Defesa e Segurança, houve uma maior variação nas respostas. Um dos inquiridos avaliou a colaboração como "Muito boa", dois gestores classificaram-na como "Boa" e um foi mais crítico, atribuindo-lhe a classificação de "Regular".

Figura 3. Colaboração entre os diferentes órgãos de fiscalização

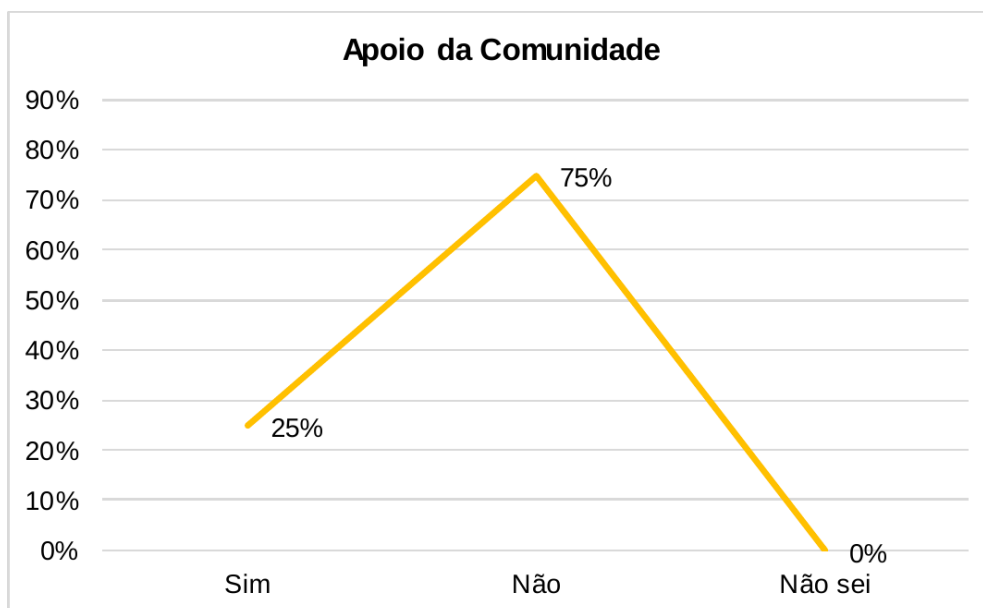


Fonte: Autor (2024).

Como se pode observar na Figura 3, existe falta de unanimidade nas respostas, sugerindo que a colaboração entre os órgãos ainda enfrenta alguns desafios. Embora haja uma percepção globalmente positiva, os dados indicam margem para melhorar a coordenação e a comunicação entre as entidades envolvidas. Bruner et al. (2001) associam a efetividade das áreas protegidas, entre outros fatores, a atividades básicas de gestão e fiscalização.

Quando questionados sobre o apoio da comunidade aos esforços de fiscalização, apenas um inquirido expressou acreditar na existência de apoio local. Os demais gestores afirmaram não sentir esse apoio por parte da comunidade.

Figura 4. Apoio da comunidade aos esforços de fiscalização



Fonte: Autor (2024).

A falta de apoio comunitário é uma questão preocupante, pois reflete uma desconexão entre as ações de fiscalização e a percepção das comunidades locais. Infield e Adams (1999) mostram, num estudo de caso no Uganda, que o apoio das comunidades vizinhas a uma área protegida pode ser reforçado por programas de conservação comunitária, embora permaneça dependente das condições institucionais e da continuidade das ações. Para melhorar este quadro, importa investir em educação ambiental, comunicação e formas efetivas de participação comunitária.

Quanto à eficácia dos mecanismos de fiscalização no combate à caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè, a pesquisa revela que, embora os quatro gestores os avaliem favoravelmente, existem desafios significativos, principalmente no que diz respeito à colaboração entre os órgãos de fiscalização e ao apoio das comunidades locais. Não há contradição entre os dois resultados: os gestores identificam a participação comunitária como um mecanismo importante para a conservação, mas três dos quatro afirmam não sentir, na prática, apoio suficiente da comunidade. Para aumentar a eficácia dessas medidas, é crucial melhorar a comunicação entre as instituições e intensificar os esforços de inclusão das comunidades no processo de conservação.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo examinar as estratégias de fiscalização aplicadas no combate à caça ilegal no Parque Nacional de Mágoè, enfatizando a relevância das

patrulhas constantes, da participação da comunidade e da educação e sensibilização. Os dados recolhidos junto dos quatro gestores indicaram uma percepção favorável sobre a eficácia dos mecanismos existentes, embora ainda persistam desafios consideráveis que prejudicam as ações de conservação.

Na percepção dos gestores, as patrulhas regulares são relevantes para prevenir e detectar a caça ilegal. A participação comunitária foi igualmente identificada como um fator crucial para a conservação, embora três dos quatro gestores tenham assinalado falta de apoio comunitário na prática. A educação e a sensibilização foram apontadas como instrumentos importantes para promover maior envolvimento das comunidades na proteção da biodiversidade.

Por outro lado, as dificuldades apontadas pelas equipas de fiscalização, como a falta de financiamento, os conflitos com as comunidades locais e a falta de pessoal capacitado, revelam que a luta contra a caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè é complexa e multifacetada.

A corrupção é um problema adicional que mina os esforços de conservação, exigindo uma abordagem integrada e colaborativa que priorize a educação, o envolvimento comunitário e a capacitação das equipas.

A efetividade dos mecanismos de fiscalização no combate à caça furtiva nas áreas de conservação depende da superação das dificuldades mencionadas anteriormente, destacando-se a necessidade de um planeamento mais sólido e inclusivo que tenha em conta a realidade socioeconómica das comunidades locais.

Desta forma, conclui-se que, segundo a percepção dos gestores, as medidas de controlo implementadas no Parque Nacional de Mágoè, como patrulhas constantes, envolvimento comunitário e programas de educação ambiental, são avaliadas favoravelmente no combate à caça ilegal. Persistem, contudo, desafios consideráveis, tais como a escassez de recursos financeiros, a necessidade de formação dos funcionários, a corrupção e os conflitos com as comunidades locais.

As avaliações recolhidas apontam para uma percepção de eficácia desses mecanismos, mas o desenho do estudo não permite comprovar, de forma independente, a redução da caça furtiva. Para obter um impacto sustentável na preservação das florestas e da fauna, é crucial fomentar uma cooperação mais robusta entre as autoridades de fiscalização e as comunidades, garantir investimento contínuo e adoptar estratégias integradas que tenham em conta as dinâmicas socioeconómicas locais.

Reconhecendo os esforços do Parque Nacional de Mágoè na luta contra a caça ilegal e visando a manutenção dos resultados obtidos, propõe-se o seguinte:

- ➡ Aprimoramento das patrulhas rotineiras, através do aumento da regularidade e da visibilidade das patrulhas no parque, assegurando recursos apropriados para a contratação e capacitação de agentes de fiscalização;
- ➡ Formação das comunidades locais, através da implementação de programas que fomentem o conhecimento sobre conservação, fazendo com que os habitantes se tornem parceiros na defesa dos recursos naturais;
- ➡ Criação de programas de educação ambiental que incluam todas as idades, enfatizando experiências práticas que incentivem a ligação emocional com o meio ambiente;
- ➡ Promoção de uma gestão participativa dos recursos naturais, envolvendo as comunidades e as autoridades locais nas decisões e respeitando os seus conhecimentos e práticas tradicionais; e
- ➡ Adopção de medidas rigorosas de transparência, ética e responsabilidade nas ações de supervisão, assegurando que não existam brechas para práticas corruptas.

Referências

- Bila, A. D. (2005). *Estratégia para a fiscalização participativa de florestas e fauna bravia em Moçambique*. Relatório do projecto TCP/MOZ/2904: Support for the implementation of forest and wildlife legislation in Mozambique. DNTF/FAO, Maputo. 42 p.
- Bila, A., & Salmi, J. (2003). *Fiscalização de florestas e fauna bravia em Moçambique: passado, presente e acções para melhoramento*. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural/DNFFB; DFID; IIED. Maputo. 76 p.
- Bruner, A. G., Gullison, R. E., Rice, R. E., & da Fonseca, G. A. B. (2001). *Effectiveness of parks in protecting tropical biodiversity*. *Science*, 291(5501), 125-128.
<https://doi.org/10.1126/science.291.5501.125>
- Davis, A., & Goldman, M. J. (2019). *Beyond payments for ecosystem services: considerations of trust, livelihoods and tenure security in community-based conservation projects*. *Oryx*, 53(3), 491-496. <https://doi.org/10.1017/S0030605317000898>
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Hungerford, H. R., & Volk, T. L. (1990). *Changing learner behavior through environmental education*. *The Journal of Environmental Education*, 21(3), 8-21.
<https://doi.org/10.1080/00958964.1990.10753743>
- Infield, M., & Adams, W. M. (1999). *Institutional sustainability and community conservation: a case study from Uganda*. *Journal of International Development*, 11(2), 305-315.

Lindsey, P. A., Petracca, L., Funston, P. J., Bauer, H., Dickman, A., Everatt, K., Flyman, M., Henschel, P., Hinks, A., Kasiki, S., Loveridge, A., Macdonald, D. W., Mandisodza, R., Mgoola, W., Miller, S., Nazerali, S., Siegel, L., Uiseb, K., & Hunter, L. (2017). *The performance of African protected areas for lions and their prey*. Biological Conservation, 209, 137-149. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2017.01.011>

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2006). *Metodologia científica* (4.^a ed.). Atlas.

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), & Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC). (2016). *Plano de Maneio do Parque Nacional de Magoe, Província de Tete* (Vol. I). Maputo, Moçambique.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026



Para citar este texto (ABNT): MAGODO, Zefanias Jone; MENDES, Gessica da Cecilia. A efectividade dos mecanismos de fiscalização no combate à caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè em Tete, Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.138-154, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Magodo, Zefanias Jon; MENDES, Gessica da Cecilia. A efectividade dos mecanismos de fiscalização no combate à caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè em Tete, Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 138-154.

Caracterização morfométrica da rede hidrográfica do rio caculuar, no município do Lubango, Angola

Ectiândro Stélio Benjamim Lino *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0004-3968-5032>

RESUMO

A pesquisa visou estudar as características morfométricas da rede hidrográfica do rio Caculuar, no município do Lubango, Angola, tendo assumido um carácter descritivo, com abordagem quali-quantitativa. Para a recolha de dados, foram aplicados os métodos de revisão bibliográfica, dedutivo, observacional e cartográfico. No levantamento de campo, foram utilizados o GPS, a fita métrica para medições do leito transversal, a régua linimétrica para medir o volume, a máquina fotográfica, o bloco de notas e o lápis de carvão. A fundamentação teórica permitiu compreender que o estudo da rede hidrográfica é fundamental e pode levar à compreensão de numerosos fenómenos hidrodinâmicos e geológicos na bacia do rio Caculuar, uma vez que constitui um dos processos morfogenéticos mais activos na modificação da paisagem terrestre. As características da rede e da bacia hidrográfica do rio Caculuar variam sobretudo com a natureza do solo e, entre elas, destacam-se o padrão dendrítico, a hierarquia de 5.^a ordem, a baixa frequência dos rios, a baixa densidade de drenagem e o factor de forma, associado a uma menor possibilidade de ocorrência de cheias e inundações.

PALAVRAS-CHAVE

Rede hidrográfica; Bacia Hidrográfica; Caracterização Morfométrica; Hidrodinâmica; Rio Caculuar.

Caracterización morfométrica de la red hidrográfica del Río Caculuar, en el Municipio de Lubango, Angola

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo estudiar las características morfométricas de la red hidrográfica del río Caculuar, en el municipio de Lubango, Angola. Se trató de un estudio descriptivo con un enfoque mixto (cualitativo y cuantitativo). Para la recogida de datos se aplicaron los métodos de revisión bibliográfica, deductivo, observacional y cartográfico. En el trabajo de campo se utilizaron GPS, una cinta métrica para realizar mediciones transversales del cauce, una regla lineal para medir el volumen, una cámara fotográfica, un bloc de notas y un lápiz de carbón. El marco teórico permitió comprender que el estudio de la red hidrográfica es fundamental y puede contribuir a la comprensión de numerosos fenómenos hidrodinámicos y geológicos en la cuenca del río Caculuar, ya que constituye uno de los procesos morfogenéticos más activos en la transformación del paisaje terrestre. Las características de la red y de la cuenca hidrográfica del río

* Mestre em Ciências da Educação, especialidade em Ensino da Geografia, pelo ISCED-Sumbe; licenciado em Ciências da Educação, especialidade em Ensino da Geografia, pelo ISCED-Huíla. Professor de Geografia e Geologia no Liceu n.º 792-Lubango, município do Lubango, província da Huíla. Formado em coordenação pedagógica pela Jornada de Coordenação Pedagógica Nota 10 do Brasil. Correio eletrónico: linoectiandrolino@gmail.com.

Caculuar varían principalmente en función de la naturaleza del suelo y, entre ellas, destacan el patrón dendrítico, la jerarquía de quinto orden, la baja frecuencia fluvial, la baja densidad de drenaje y el factor de forma, asociado a una menor probabilidad de que se produzcan crecidas e inundaciones.

PALABRAS CLAVE

Red hidrográfica; cuenca hidrográfica; caracterización morfométrica; hidrodinámica; río Caculuar.

MORPHOMETRIC CHARACTERIZATION OF THE CACULUAR RIVER HYDROGRAPHIC NETWORK, IN THE MUNICIPALITY OF LUBANGO, ANGOLA

ABSTRACT

The study aimed to investigate the morphometric characteristics of the Caculuar River hydrographic network in the municipality of Lubango, Angola. It was a descriptive study with a mixed-methods approach (qualitative and quantitative). Data were collected using bibliographic review, deductive, observational and cartographic methods. Fieldwork used GPS, a measuring tape for cross-sectional riverbed measurements, a linimetric ruler to measure volume, a camera, a notepad and charcoal pencils. The theoretical framework showed that the study of the hydrographic network is fundamental and can contribute to understanding numerous hydrodynamic and geological phenomena in the Caculuar River basin, since it constitutes one of the most active morphogenetic processes in the modification of the terrestrial landscape. The characteristics of the Caculuar River network and basin vary mainly according to the nature of the soil. Among them, the dendritic pattern, fifth-order hierarchy, low river frequency, low drainage density and a form factor associated with a lower likelihood of floods and inundations stand out.

KEYWORDS

Hydrographic network; watershed; morphometric characterization; hydrodynamics; Caculuar River.

1. Introdução

A hidrografia constitui um dos campos de estudo da Geografia Física, sendo considerada uma ferramenta importante para o planeamento territorial do espaço. Além desse aspecto, a hidrografia constitui um eixo temático de estudos da Geografia escolar, de carácter obrigatório, no qual a rede hidrográfica pode ser um instrumento do professor para despertar e estimular o olhar do aluno sobre as paisagens locais (Pontuschka, 1998). Esse ato de despertar o interesse pelos assuntos geográficos pode ainda permitir “a compreensão da geomorfologia, da importância dos rios, do planeamento territorial, das condições de esgotamento sanitário, da percepção de situações de risco e de impactos socioambientais da localidade pelo qual o aluno está inserido” (Dias, 2019, p. 8).

A rede hidrográfica do rio Caculuar pertence ao município do Lubango, província da Huíla, e tem como rio principal o Caculuar, que é o principal afluente da margem direita do rio Cunene. Flui em direção NW-SE, passando pelo centro da cidade do Lubango e seguindo em direção à região periférica até ao município do Xangongo, na povoação de Chambalala (Cunene), onde desagua. Tem a sua génese de dispersão nas montanhas marginais do planalto da Humpata-Bimbe. O presente trabalho teve como objetivo geral conhecer as características morfológicas da rede hidrográfica do rio Caculuar e a sua influência no ordenamento do território, assim como no ensino da Geografia, sobretudo na 8.ª classe, no subtema 1.5, «O potencial hídrico de Angola», do tema 1, «Conhecer o território angolano».

A justificação para a realização da pesquisa reside, primeiramente, no facto de a rede hidrográfica se localizar numa área com características ambientais, geológicas e geomorfológicas muito peculiares. Em segundo lugar, decorre da importância económica e ambiental que representa para o município do Lubango e para as áreas que dela fazem parte e usam a sua drenagem para os mais diversos fins. Outrossim, prende-se com o facto de a rede ser pouco explorada no ensino da Geografia da 8.ª classe nas escolas, conforme constatado no Complexo Escolar n.º 135 Nazário Vital, isto é, na conciliação ou adequação da teoria à prática. O seu conhecimento pode contribuir significativamente para o conhecimento da geografia local, para a preservação e proteção do leito e das suas águas, bem como para evitar os assentamentos de famílias ao longo da margem do rio, contribuindo para um ordenamento do território adequado.

Portanto, os resultados deste artigo podem facilitar a prática pedagógica entre professor e aluno, relativamente a conteúdos curriculares importantes para o desenvolvimento de uma consciência socioambiental sustentável. No presente estudo, recorreu-se à pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, e aos métodos de revisão bibliográfica, dedutivo, observacional e cartográfico, bem como às técnicas de análise documental, observação direta e levantamento de campo, para a obtenção dos resultados.

O presente artigo está estruturado, primeiramente, pela introdução, na qual estão espelhados os elementos essenciais analisados ao longo do trabalho, destacando-se a situação problemática, os objetivos, a relevância do estudo e os procedimentos metodológicos adoptados. Na segunda secção,

segue-se a fundamentação teórica, por meio da análise conceitual do referencial teórico das diferentes perspectivas dos autores mobilizados ao longo do trabalho. Na terceira secção, descreve-se a metodologia adoptada para a pesquisa, destacando-se o tipo de pesquisa, os métodos de recolha e tratamento dos resultados e os parâmetros morfométricos de medição das variáveis numéricas.

Na quarta secção, são apresentados os resultados do estudo, com maior destaque para a caracterização morfométrica da bacia e da rede hidrográfica do rio Caculuar, a hierarquia de drenagem, o padrão de drenagem e a caracterização das secções do rio Caculuar. Na quinta secção, apresenta-se a importância socioeconómica do rio Caculuar e, na sexta, a discussão dos resultados. Finalmente, apresentam-se as conclusões e as referências bibliográficas.

2. Rede Hidrográfica

O tema da hidrografia é recorrente nos estudos de pesquisadores tanto do campo da ciência geográfica quanto da geografia escolar. “Desde o surgimento dessa ciência, as descrições e denominações dos rios de diversas regiões do mundo têm sido objeto de bastante atenção” (Meneghesso & Lastória, 2016, p. 2).

Christofletti (1980) refere que a caracterização de uma rede hidrográfica pode levar à compreensão de numerosas questões geomorfológicas, pois os cursos de água constituem um dos processos morfogenéticos mais ativos na escultura da paisagem terrestre.

Para Santos (2004), a caracterização de uma rede hidrográfica constitui um enfoque estratégico para os planificadores, gestores ambientais e outros especialistas, visto que permite demarcar áreas do ponto de vista hídrico e explicar o comportamento da rede de drenagem em cada sector definido, associando-o às questões do meio físico-natural e social de uma dada bacia hidrográfica. Todo e qualquer elemento, além da rede hidrográfica, contido na área de uma bacia faz parte de um sistema integrado, no qual diversas dinâmicas ocorrem entre os seus componentes, estabelecendo um padrão de organização.

Segundo Soares e Fiori (1976), uma rede hidrográfica constitui a drenagem linear negativa de canais fluviais inter-relacionados. Ou seja, é o conjunto formado pelo rio principal, pelos seus afluentes e subafluentes.

Esta rede é composta por um conjunto de canais temporários e permanentes que podem localizar-se em zonas de fraqueza estrutural (encaixes e falhas), onde as estruturas primárias delimitam diferentes linhas consideráveis, como contatos litológicos (Soares & Fiori, 1976).

Bigarella (1990) declara que a formação da rede hidrográfica depende de fatores físicos do solo, das formas do relevo, do índice de pluviosidade, da cobertura vegetal, da natureza das rochas e da superfície de drenagem (homogénea ou heterogénea e horizontal ou inclinada).

Em superfícies horizontais ou inclinadas, ocorre a formação dendrítica ou arborescente; em terrenos homogéneos ou heterogéneos, pode ocorrer a formação paralela ou colinear e rectangular; enquanto, em terrenos heterogéneos, pode ocorrer a formação angular, em treliça, anelar ou contorcida (Lima, 1995).

Ainda relativamente à formação, Lima (1995) acrescenta que esta tem grande importância nos processos do ciclo hidrológico, pois pode influenciar a infiltração dos deflúvios produzidos, a evapotranspiração, os escoamentos superficial e subterrâneo, a formação do relevo fluvial, entre outros.

Todavia, esta formação também pode ser afetada por ações antrópicas, uma vez que, ao intervir no meio natural, o homem acaba por interferir nos processos do ciclo hidrológico e na geomorfologia da rede hidrográfica (Tonello, 2005).

Os estudos relacionados com a rede hidrográfica sempre foram muito importantes, sobretudo para a geomorfologia, pois os cursos de água constituem um dos processos mais ativos na formação da paisagem terrestre (Christofoletti, 1980).

2.1. Características morfométricas da rede hidrográfica

A morfometria é um indicador utilizado para caracterizar quantitativamente uma bacia ou uma rede hidrográfica, através de variáveis numéricas que podem ser obtidas por via de um mapa topográfico ou de um levantamento de campo no terreno. Atualmente, estas variáveis já podem ser obtidas através de ferramentas disponíveis, em grande parte, nos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) (Christofoletti, 1980).

Todavia, a caracterização morfométrica de uma rede hidrográfica pode ser dividida em quatro (4) elementos:

- (I) Hierarquização da rede hidrográfica;
- (II) Análise linear da rede hidrográfica (medições das linhas de escoamento);
- (III) Análise areal da bacia hidrográfica (englobando vários índices que utilizam medições planimétricas, além das lineares); e, por fim,
- (IV) Hipsometria do relevo, que compreende a distribuição altimétrica da rede na bacia hidrográfica (ibidem).

2.2. Hierarquia de drenagem

A hierarquia de drenagem consiste num método para estabelecer o posicionamento (ordem) de um determinado canal de drenagem no conjunto total da bacia em que se encontra. Tal procedimento visa facilitar os estudos morfométricos, lineares, espaciais e hipsométricos da rede numa bacia hidrográfica.

Segundo Strahler (1952), os canais iniciais sem tributários são denominados de primeira ordem e, da confluência de dois canais de primeira ordem, surgem segmentos de canais de segunda ordem, e assim sucessivamente, até se atingirem os canais de ordem superior. Essa confluência resulta numa magnitude de drenagem que está diretamente ligada à área total da bacia, em termos de precipitação pluviométrica, e à evolução física do rio principal da rede hidrográfica.

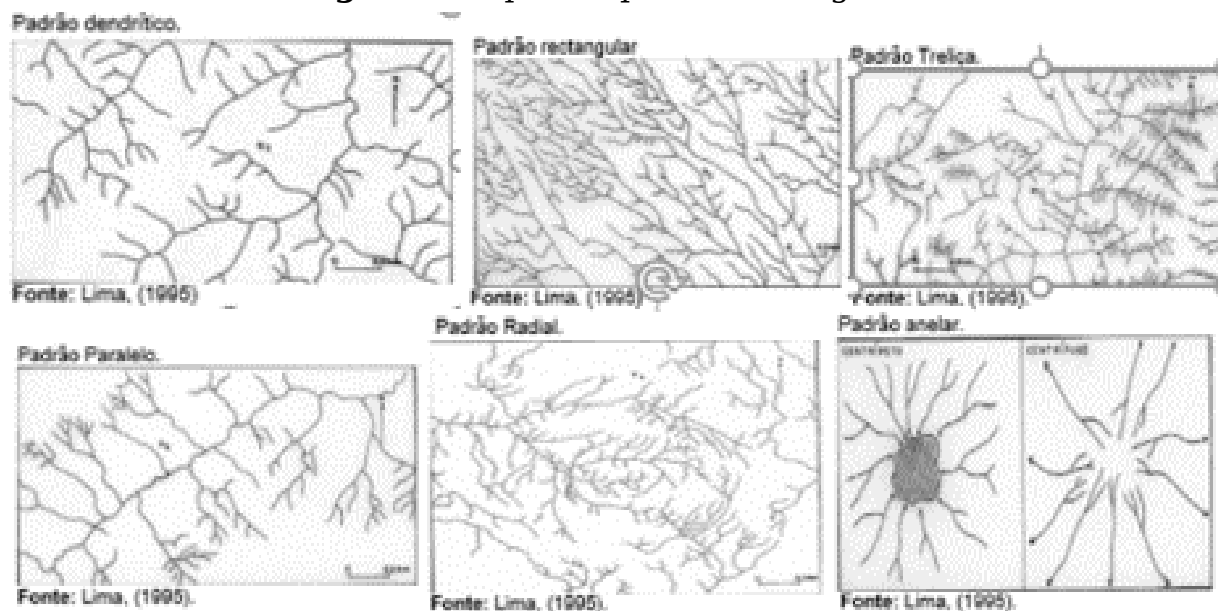
2.3. Padrão de drenagem

Denomina-se padrão de drenagem o arranjo, em planta, dos rios e riachos na bacia de drenagem. Os diferentes padrões de drenagem determinam vários esquemas de classificação dos rios e da rede hidrográfica, que dependem do comportamento da drenagem em relação ao substrato litológico (Christofolletti, 1980).

Os canais de drenagem existentes numa bacia constituem, segundo o padrão, a base de hierarquização do sistema hidrológico, chamada ordem hierárquica de canais. Esta ordenação pode ser calculada segundo critérios diversos estabelecidos por vários autores, tais como Strahler, Horton e Shreve (ibidem).

Assim, utilizando o critério geométrico da disposição espacial dos rios e dos seus afluentes, sem qualquer conotação genética, os principais padrões de drenagem reconhecidos são: dendrítico ou arborescente; em treliça; rectangular; paralelo; radial; anelar; e irregular (conforme a fig. 1) (Lima, 1995).

Figura 1. Tipos de padrão hidrográfico



Fonte: Lima (1995).

Padrão dendrítico: apresenta uma configuração semelhante aos galhos de uma árvore, em que os rios confluem em ramos agudos, formando várias ramificações.

Padrão retangular: apresenta um formato recto sobre um conjunto de fraturas ou falhas.

Padrão paralelo: apresenta uma configuração de drenagens paralelas, com extensão relativamente elevada e ligeira inclinação do terreno.

Padrão em treliça: apresenta cursos de água longos e um conjunto de tributários de cursos curtos que desembocam em ângulos rectos no curso maior.

Padrão radial: caracteriza-se pela geometria radial e pelo talvegue que se dispõe radialmente a partir de uma estrutura ou região mais elevada.

Padrão anelar: apresenta geometria circular e concêntrica, formando vários anéis, semelhantes aos anéis de crescimento de uma árvore.

Lima (1995) acrescenta ainda que, de acordo com a constância do escoamento das águas, estes padrões podem apresentar os seguintes regimes:

- ✓ Rio perene: contém água durante todo o tempo, mesmo durante as secas mais rigorosas.
- ✓ Rio intermitente: escoar durante as estações chuvosas e seca na estação de estiagem.
- ✓ Rio efêmero: apresenta água apenas durante ou logo após o período de precipitação e transporta somente escoamento superficial.

2.4. Bacia hidrográfica

Segundo Santos (2004), a bacia hidrográfica corresponde à área ocupada por um canal principal e todos os seus tributários, cujos limites constituem os interflúvios, que, topograficamente, delimitam outras bacias hidrográficas. Ressalta-se ainda que todo e qualquer elemento, além da rede hidrográfica, contido na área de uma dada bacia faz parte de um sistema integrado, no qual diversas dinâmicas ocorrem entre os seus componentes, estabelecendo um padrão de organização.

2.4.1. Morfometria da bacia hidrográfica

Segundo Barros (2002), as características morfométricas ou físicas de uma bacia hidrográfica são elementos fundamentais do seu comportamento ou regime hidrológico. Existe uma estreita ligação entre o regime hidrológico e estes elementos, sendo, portanto, de grande utilidade prática o seu conhecimento, pois se estabelecem relações entre eles.

Pode dizer-se que estes elementos físicos constituem uma possibilidade conveniente de conhecer a variação espacial dos elementos do regime hidrológico. Assim, os principais elementos morfométricos que caracterizam uma bacia hidrográfica são:

Área: toda a área drenada pelo sistema pluvial, abrangida entre os seus divisores topográficos e projetada num plano horizontal (Tonello, 2005).

Perímetro: comprimento da linha imaginária ao longo do divisor de águas (ibidem).

Fator de forma: corresponde à razão entre a largura média e o comprimento principal da bacia, desde a foz até à nascente.

Densidade de drenagem: compreende a relação entre o somatório do comprimento total dos cursos de água (rio principal, afluentes, subafluentes e

outros) e a área da bacia hidrográfica (ibidem). Segundo Antoneli e Thomaz (2007), pode variar de 0,5 km/km², em bacias com drenagem pobre, a 3,5 km/km², ou mais, em bacias bem drenadas.

Índice de sinuosidade: é a relação entre o comprimento do canal principal e a distância vectorial entre os extremos do canal (Antoneli & Thomaz, 2007).

2.4.2. Classificação das bacias de drenagem quanto ao sistema de escoamento

Christofoletti (1980) apresenta quatro tipos de bacias de drenagem: exorreica, cujos cursos de água se organizam em forma de rede e se dirigem até ao mar; endorreica, em que o escoamento é interno, pois o rio termina num lago, num rio ou num deserto; arreica, que ocorre em áreas desérticas, onde os escassos cursos de água não se organizam na forma de rede de drenagem; e criptorreica, em que as águas fluem subterraneamente, como acontece nas áreas cársticas, podendo surgir em fontes de drenagem superficial.



3. Metodologia

De acordo com os objetivos, definiu-se um estudo descritivo com abordagem quali-quantitativa que, conforme Malhotra (2005), consiste em descrever funções ou características dos fenómenos para, posteriormente, mensurá-las e explicá-las detalhadamente. Neste caso, analisam-se as características morfométricas e lineares da rede hidrográfica e outros fenómenos que ocorrem na rede hidrográfica do rio Caculuvar.

✓ Métodos de recolha e tratamento

Para a recolha e o tratamento dos resultados, recorreu-se aos seguintes métodos: revisão bibliográfica, que permitiu obter fundamentos conceptuais a partir de livros, artigos e mapas que tratam da hidrografia. Este método baseia-se num “conjunto de estudos já realizados quer em formato físico e digital, como jornais, artigos, livros, e outros documentos” (Alves, 2012, p. 42).

Método observacional: permitiu, através da observação, identificar e caracterizar as particularidades do rio e os fenómenos hidrodinâmicos e

sedimentares que ocorrem espontaneamente no rio Caculuar. Gil (2010) refere que este método é adequado para a pesquisa descritiva, pois permite atingir um elevado nível de precisão e certeza, uma vez que os factos são percebidos e estudados diretamente, sem qualquer intermediação.

Método cartográfico: permitiu, através do levantamento de campo, mapear a área de estudo e, através do software QGIS 2.8.7-Wien, que permite gerir bancos cartográficos digitais de dados georreferenciados, realizar análises espaciais e elaborar mapas temáticos, representar a rede hidrográfica do rio Caculuar. Cintura e Fortunato (2017) afirmam que este método permite “explorar território, mapear objetos e fenómenos de carácter mais subjetivos e elaborar mapas” (p. 45).

Na recolha de dados no campo, foram usados a barra linimétrica, o GPS, a fita métrica, a máquina fotográfica Sony, botas de borracha, luvas, bloco de notas e lápis de carvão.

✓ **Parâmetros morfométricos de medição das variáveis numéricas**

A caracterização da rede e da bacia hidrográfica do rio Caculuar, nos aspectos morfométrico, dimensional e linear, foi feita a partir de um mapa elaborado através do software QGIS 2.8.7-Wien, que possibilitou digitalizar dados para a construção da rede de drenagem. De seguida, estes foram exportados para o formato “shapefile”, para ajuste e reajuste da respectiva planta de drenagem.

A partir da construção da rede hidrográfica digitalizada, foi possível determinar as características dimensionais, lineares, morfométricas e altimétricas. Para tal, determinaram-se as seguintes variáveis numéricas ou parâmetros morfométricos:

I. Área (A) e perímetro (P)

Segundo Tonello (2005), a área é todo o espaço drenado pelo sistema fluvial, abrangido entre os seus divisores topográficos, numa projeção em plano horizontal. O perímetro é o comprimento da linha imaginária ao longo do divisor de águas.

O valor da área (A) foi obtido através do software QGIS 2.8.7-Wien, a partir da seleção do polígono do limite da bacia. O perímetro foi determinado

a partir do cálculo da extensão da linha que delimita o contorno da bacia hidrográfica.

II. Maior comprimento (L) e largura média (Dm)

O maior comprimento e a largura média são valores apresentados em km. O valor do maior comprimento (L) foi obtido através do software QGIS 2.8.7-Wien, a partir do traçado de uma linha correspondente à maior extensão. A largura média foi obtida pela fórmula $Dm = A / L$ (Baptista & Baptista, 2009).

III. Comprimento do curso principal (Lcp)

A linha de água com maior extensão e maior distância, a partir do exutório, é conhecida por curso principal e encontra-se dentro dos limites da bacia. O seu valor foi calculado através do software QGIS 2.8.7-Wien, que possibilitou a seleção manual do curso principal.

IV. Comprimento total da rede (Lt)

É a soma dos comprimentos de todos os canais da rede de drenagem, em km, dentro dos limites da bacia hidrográfica. O seu valor foi igualmente obtido através do software QGIS 2.8.7-Wien.

V. Densidade de drenagem (Dd)

A densidade de drenagem foi obtida através do software QGIS 2.8.7-Wien, conforme proposto por Horton (1945 apud Christofolletti, 1974). É determinada pela relação entre o comprimento total dos canais da rede de drenagem (Lt) e a área total da bacia hidrográfica (A): $Dd = Lt / A$.

VI. Frequência de rios (F)

Segundo Horton (1945), a frequência de rios é um valor que mostra a extensão da rede hidrográfica e da bacia e pode ser determinada a partir da relação entre o número total de rios (Nt) e a área da bacia, em km² (A): $F = Nt / A$.

VII. Factor de forma (Kf)

Silva e Costa (2010) afirmam que o factor de forma corresponde à razão entre a largura média da bacia hidrográfica e o comprimento do curso principal de água e que, quando os valores são menores, indica uma bacia alongada e pouco propensa a enchentes. É determinado a partir da fórmula $Kf = A / Lcp^2$, proposta por Almeida (2007). Em que: Kf: factor de forma; A: área da bacia (km²); Lcp: comprimento do curso principal (km).

VIII. Coeficiente de compacidade (Kc)

Almeida (2007) refere que o coeficiente de compacidade determina o valor da relação entre o perímetro de uma bacia e o perímetro da circunferência de um círculo de área equivalente à da bacia. Os valores elevados correspondem a bacias de formas mais alongadas. $K_c = 0,28 \frac{P}{\sqrt{A}}$. Em que: K_c : coeficiente de compacidade; P : perímetro da bacia (km); A : área da bacia (km²).

IX. Índice de circularidade (IC)

O índice de circularidade define a relação entre a área da bacia hidrográfica e a área de um círculo de mesmo perímetro, conforme a equação: $IC = 12,57 * A / P^2$ (Christofolletti, 1974).

4. Resultados

4.1 - Caracterização da Rede hidrográfica do rio Caculuar

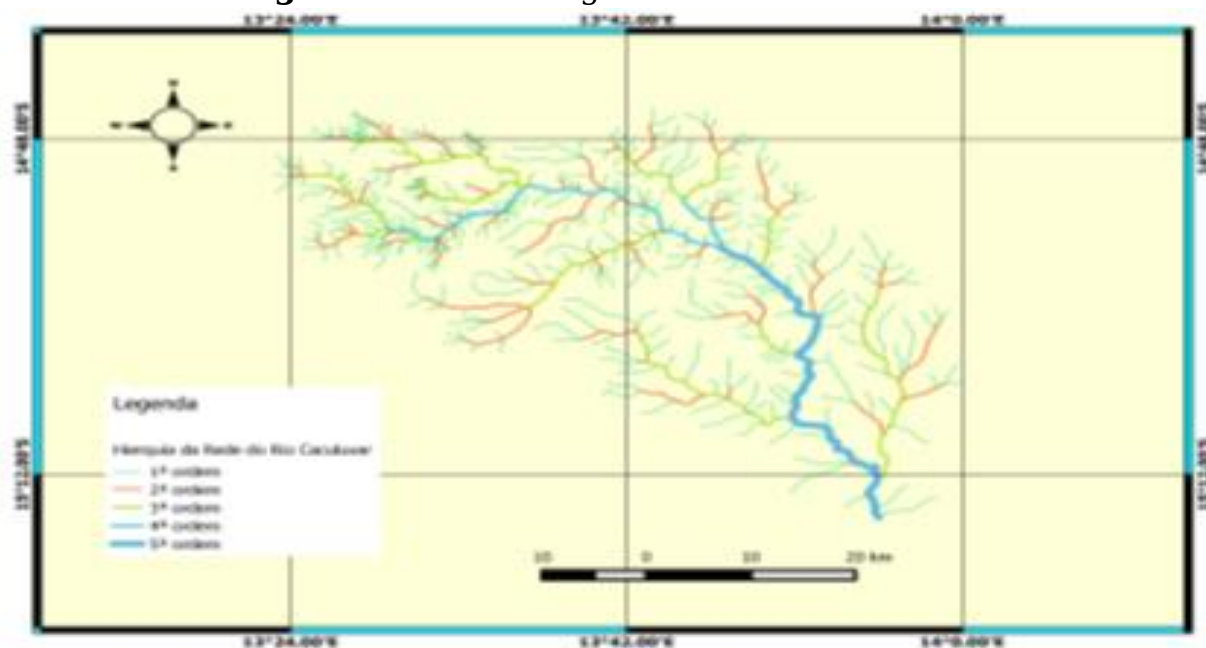
O regime de escoamento da rede hidrográfica é, em geral, perene, apesar de alguma alternância entre regimes intermitente e efêmero. No rio principal, o Caculuar, o lençol freático mantém uma alimentação contínua e nunca desce abaixo do leito do curso de água, mesmo durante o período mais prolongado de estiagem.

Este regime é, em grande parte, marcado pelas características climáticas da região, influenciadas pelo fator altitude, sendo que os valores de precipitação chegam a ultrapassar os 1000 mm.

Na época das chuvas, principalmente de Novembro a Janeiro, as linhas de água secundárias de regime perene registam grandes cheias, provocando um aumento substancial do débito do rio Caculuar.

O sistema de escoamento é exorreico, terminando no rio Cunene, que, por sua vez, desemboca no oceano Atlântico.

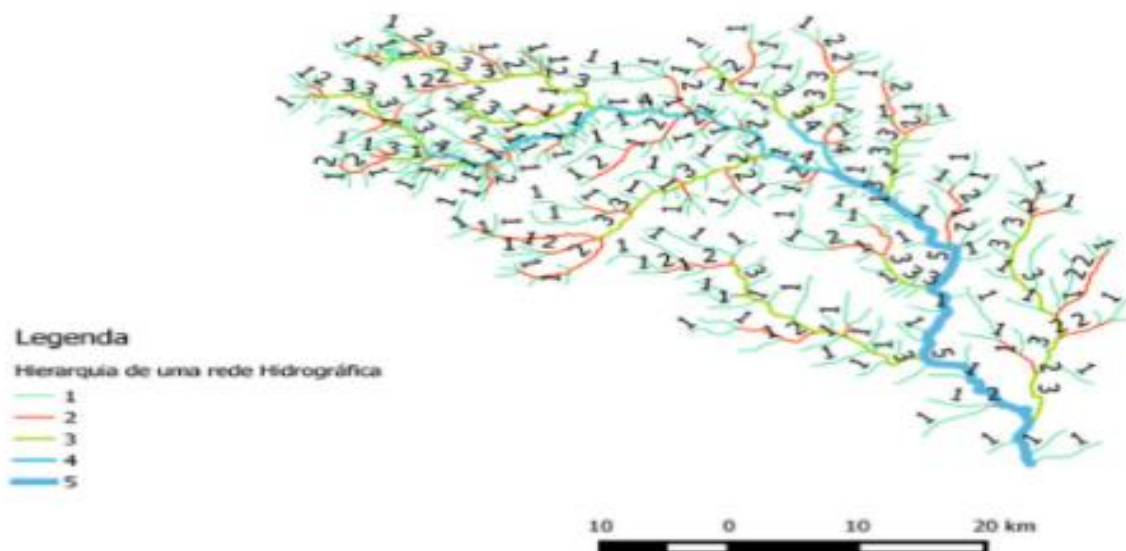
A rede de drenagem apresenta um padrão dendrítico (ver a fig. 2), resultante da natureza do solo e das rochas, que oferecem uma resistência relativamente homogênea à erosão, maior infiltração pela permeabilidade dos solos em alguns pontos e baixo grau de sinuosidade, tal como refere Lima (1995).

Figura 2. Rede hidrográfica do rio Caculuar.

Fonte: IGCA, adaptado pelo autor (junho de 2024)

A hierarquia da rede vai da primeira (1.^a) à quinta (5.^a) ordem, conforme a metodologia de Strahler (ver a fig. 3), com quinhentos e cinquenta e três (553) canais fluviais, cruzados por cursos perenes, intermitentes e efêmeros.

Os principais afluentes da rede, que transportam maiores volumes de água em época chuvosa, são: Mucufi, Mapunda, Capitão, Nombambi, Mukanka, Chanja e Chiange, apesar de alguns serem temporários, como o Capitão e Mukanka.

Figura 3. A hierarquia da rede hidrográfica do rio Caculuar, conforme o método de Strahler (1952).

Fonte: IGCA, adaptado pelo autor (junho de 2024)

Tabela 1 : Quantificação dos canais por ordem hierárquica e percentagem de ocorrências.

Ordem	Números totais de canais	(%) de constância de ocorrências
1 ^a	472	85,35
2 ^a	66	11,93
3 ^a	12	2,17
4 ^a	2	0,37
5 ^a	1	0,18
Total	553	100

Fonte: Própria do autor (junho de 2024)

Os dados da Tabela 1 demonstram que os canais de 1.^a ordem correspondem a uma parcela significativa da rede de drenagem, com 472 canais, e representam uma constância de ocorrência de 85,35% em relação ao número total. A 2.^a ordem é constituída por 66 canais e apresenta uma constância de ocorrência baixa, de 11,93%. Os canais de 3.^a ordem contabilizam 12 canais e apresentam uma constância de ocorrência baixa, de 2,17%. É nestes canais que a bifurcação e a comunicação das ordens subsequentes vão diminuindo, até atingir o último segmento de 5.^a ordem, que desagua no rio Cunene. Os canais de 4.^a e 5.^a ordens apresentam constâncias de ocorrência muito baixas, de 0,37%, com 2 canais, e de 0,18%, com apenas 1 canal, respectivamente. Esse último segmento do canal principal possui um comprimento de 47,443 km.

4.2. Morfologia fluvial

O rio Caculuar, sobretudo nas secções superior e média, corre sobre linhas fraturadas, com talvegues pouco sinuosos e rochas bastante resistentes, que dificultam a bifurcação e a criação de novos cursos de água. Entre essas rochas, destacam-se os granitos e os arenitos.

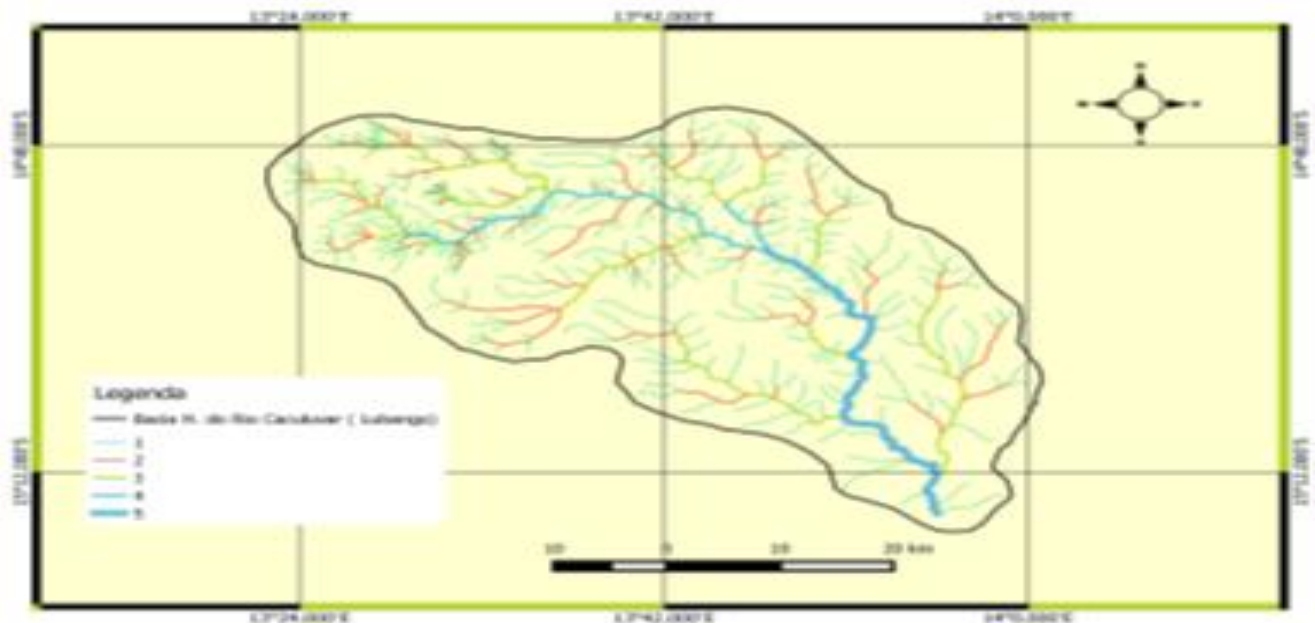
A morfologia dos canais da rede hidrográfica do rio Caculuar, incluindo o rio principal, é classificada como rectilínea, conforme o traçado da sua trajetória recta, sem se desviar do seu percurso normal em direção à foz, apesar da interferência de alguns cursos meândricos de tipo divagante.

4.3. Características morfométricas da bacia do rio Caculuvar.

A caracterização morfométrica da bacia do rio Caculuvar foi feita com base nos dados obtidos no mapa da bacia do rio Caculuvar, como mostra a Tabela 2. Estes dados permitiram obter valores dimensionais e lineares, apresentados na Tabela 3.

A bacia do rio Caculuvar apresenta uma área de 2.033,331 km², com um perímetro de 236,916 km. O seu rio principal, o Caculuvar, desde a nascente até ao limite territorial do município do Lubango, a sudeste, apresenta um comprimento de 84,059 km, exibindo uma drenagem superficial exorreica. O maior curso da rede (5.^a ordem) mede 47,443 km. O comprimento total dos 553 canais é de 1072 km. Este valor resulta do somatório do comprimento de todos os canais de água da rede hidrográfica (rio principal, afluentes, subafluentes e outros).

Figura 4. Mapa da bacia hidrográfica do Rio Caculuvar.



Fonte: IGCA (adaptado pelo autor, 2024)

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, foi possível calcular as características morfométricas da bacia, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 2. Dados obtidos da bacia hidrográfica do rio Caculuar para o cálculo das características dimensionais e morfométricas da mesma bacia.

Nºs	Dados obtidos da bacia hidrográfica do rio Caculuar	Valores
1	Área (A)	2.033,331 km ²
2	Perímetro (P)	236,916 km
3	Comprimento do curso principal (Lcp)	84,059 km
4	Maior comprimento (L)	47,443 km
5	Comprimento total de rios (Lt)	1072 km
6	Número total de canais (Nt)	553

Fonte: Própria do autor (junho de 2024)

Tabela 3:
Características morfométricas da bacia do rio Caculuar

Nºs	Características físicas	Resultados
1	Densidade de drenagem (Dd)	0,52 km/km ²
2	Frequência de rios (F)	0,27 segmentos/km ²
3	Largura média (Dm)	42,8 km
4	Factor de forma (Kf)	0,28
5	Coeficiente de compacidade (Kc)	1,47
6	Coeficiente de alongamento	0,016
7	Índice de circularidade (IC)	0,45
8	Declividade média (S)	10,5º

Fonte: Própria do autor (junho de 2024)

Os dados da Tabela 3 mostram que a densidade de drenagem numa área de 2.033,331 km² é de 0,52 km/km², considerada pobre, como afirma Mattos (1975 apud Almeida, 2007), ao estabelecer a variação do índice de drenagem entre 0,5 km/km², em bacias mal drenadas, e valores iguais ou superiores a 3,5 km/km², em bacias bem drenadas.

A frequência de rios na bacia apresenta um valor baixo de 0,27 segmentos ou canais por km². Esse valor mostra uma baixa capacidade de criação de novos cursos. A bacia detém uma largura média de 42,8 quilómetros.

O factor de forma é de 0,28, considerado também baixo, e mostra que a bacia apresenta uma forma muito alongada, com menor possibilidade de ocorrência de cheias e inundações.

O coeficiente de compacidade é de 1,47, demonstrando que a forma da bacia é irregular.

O índice de circularidade é de 0,45, considerado baixo e indicativo de uma forma alongada. Esses resultados provam que a bacia do rio Caculuar possui um tempo de concentração das águas da chuva muito elevado nos seus tributários.

5. Importância socioeconómica do rio

O estudo realizado ao longo dos rios constatou que estes constituem recursos naturais para a satisfação das necessidades básicas da população, uma vez que esta recorre diretamente aos rios da rede hidrográfica para consumo corrente, exploração agrícola de subsistência, exploração de pescado artesanal (cachucho, sardinha, bagre e caranguejo) e exploração de inertes para a construção civil (areia).

A rede do rio Caculuar é fundamental para a realização de estudos relacionados com aulas de campo, conservação do ecossistema fluvial e avaliação do impacto ambiental, quer físico, biológico ou químico, sobretudo no ensino da Geografia da 8.^a classe, no subtema 1.5, «O potencial hídrico de Angola», do tema 1, «Conhecer o território de Angola», contribuindo para o desenvolvimento de um cidadão patriótico.



6. Discussão

Segundo Christofoletti (1980), a caracterização morfométrica da rede hidrográfica obedece a quatro (4) elementos principais: padrão de drenagem; hierarquização da drenagem; análise linear da rede hidrográfica; e, por fim, hipsometria do relevo, que compreende a distribuição altimétrica da rede hidrográfica. Conforme constatado no terreno, a rede do rio Caculuar apresenta um padrão dendrítico, com curso de água rectilíneo ramificado, com perfis hidrográficos côncavos e equilibrados e com anomalias de forma.

A hierarquia da rede é de quinta (5.^a) ordem, conforme a metodologia de Strahler (1952), com quinhentos e cinquenta e três (553) canais fluviais, cruzados por cursos perenes, intermitentes e efémeros.

A bacia do rio Caculuar apresenta um baixo grau de drenagem, indicando a presença de rochas e solos permeáveis. Essa relação dá-se porque as rochas mais impermeáveis possuem melhores condições para o escoamento superficial, possibilitando a formação de canais e o aumento da densidade de drenagem, ao contrário do que acontece com as rochas permeáveis, conforme afirma Horton (1945).

Christofolletti (1974) afirma que a morfologia fluvial corresponde aos tipos de leito ou canal e à forma dos vales por onde fluem as águas. Conforme constatado, a morfologia dos canais da rede hidrográfica do rio Caculuar, incluindo o rio principal, é classificada como rectilínea, de acordo com o traçado da sua trajectória recta, sem se desviar do seu percurso normal em direcção à foz, apesar da interferência de alguns cursos meândricos de tipo divagante.

Conforme Christofolletti (1980), as características morfométricas ou físicas de uma bacia hidrográfica são elementos fundamentais do seu comportamento hidrológico. Conforme constatado, a rede é pouco densa e apresenta poucos cursos, pois a bacia apresenta uma forma côncava.

Considerações finais

Os resultados obtidos nesta investigação permitiram concluir o seguinte:

A rede de drenagem apresenta um padrão dendrítico, influenciado sobretudo pela natureza do solo, das rochas e da precipitação;

O regime de escoamento dos rios da rede hidrográfica é, em geral, perene, apesar de alguma alternância entre regimes intermitente e efémero;

A hierarquia da rede é de quinta (5.^a) ordem, composta por quinhentos e cinquenta e três (553) canais de água, entre os quais Mucufi, Mapunda, Nombambi, Capitão, Mukanka, Chanja e Chiange se destacam como os principais;

Da nascente até ao limite territorial do município do Lubango, a sudeste, o rio Caculuar apresenta um comprimento de 84,059 km, exibindo uma drenagem superficial exorreica;

O assoreamento, provocado pela acumulação de carga transportada e pela vegetação que cresce no curso, cria, nesta secção, pequenos pântanos, ilhas e transbordamento do rio;

O talvegue nesta secção, mesmo na época mais prolongada de estiagem, principalmente junto à foz, é ocupado pelas águas que, em geral, são transportadas por outros cursos de regime perene;

A densidade de drenagem, numa área de 2.033,331 km², é de 0,52 km/km², considerada pobre ou mal drenada;

O factor de forma é de 0,28, considerado também baixo, e mostra que a bacia apresenta uma forma muito alongada, com menor possibilidade de ocorrência de cheias e inundações.

Referências

- Almeida, A. (2007). Influência do desmatamento na disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica do córrego do Galo. Domingos Martins: Centro Tecnológico, Universidade Federal do Espírito Santo.
- Alves, M. P. (2012). *Metodologia Científica*. Lisboa. Escola editora.
- Antoneli, V., & Thomaz, E. (2007). *Caracterização do meio físico da bacia do Arroio Boa Vista*. Guamiranga: Caminhos da Geografia.
- Baptista, A., & Baptista, G. I. (2009). *Caracterização fisiográfica e avaliação do uso e ocupação das APP da microbacia do ribeirão das Antas*. Paraíba do Sul: IPABHi.
- Barros, A. B. (2002). *Organização de bacias hidrográficas: problemas e soluções. Anais do Workshop Organismo de bacias hidrográficas planáqua*. Rio de Janeiro: SERHI.
- Bigarella, J. J. (1990). *Ambientes fluviais*. 2.^a edição. Florianópolis: Editora UFSC/UFPR.
- Christofolletti, A. (1974). *Geomorfologia*. 1.^a edição. São Paulo: Editora Edgard Blücher.
- Christofolletti, A. (1980). *Geomorfologia*. 2.^a ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher.
- Cintura, A. M., & Fortunato, C. M. (2017). *Cartografia nas pesquisas científicas: Uma revisão integrativa*. Ribeirão Preto: Fratal Editora.
- Dias, J. A. (2019). *O ensino da Hidrografia no contexto da Geografia escolar. Dissertação de Mestrado*. Manaus: UFAM.
- Gil, A. (2010). *Método e Técnicas de pesquisa social*. 6.^a edição. São Paulo: Atlas.
- Horton, R. E. (1945). *Erosional development of streams and their drainage basin: Hydrophysical approach to quantitative morphology*. Geol.: Soc America Bulletin.
- Lima, M. I. C. (1995). *Metodologia de interpretação radargeológica: exemplo da Sinéclise do Parnaíba e de seu embasamento*. Belém: Universidade Federal do Pará, Centro de Geociências. Tese de Doutorado.

- Malhotra, N. K. (2005). *Introdução à pesquisa de marketing*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Meneghesso, V. A., & Lastória, A. C. (2016). Hidrografia local e práticas pedagógicas de geografia no ensino fundamental paulista. v. 10. ISSN 2237-0315.
- Pontuschka, N. (1998). *Para ensinar e aprender Geografia*. São Paulo: Cortez editora.
- Santos, A. (2004). *Caracterização morfológica, hidrológica e ambiental da bacia hidrográfica do rio Turvo Sujo. Tese de Doutorado em Engenharia Agrícola*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa.
- Silva, L., & Costa, J. (2010). Caracterização geomorfométrica e mapeamento dos conflitos de uso na bacia de drenagem do Açude Soledade. *Revista Brasileira de Geografia Física*.
- Soares, P. C., & Fiori, A. P. (1976). *Lógica e sistemática na análise e interpretação de fotografias aéreas em Geologia. Notícia Geomorfologia*. Campinas.
- Strahler, A. N. (1952). *Hypsometric analysis of erosional topography. Geol. Soc. America. Bulletin*.
- Tonello, K. C. (2005). *Análise hidroambiental da bacia hidrográfica da cachoeira das Pombas*. Guanhões: Universidade Federal de Viçosa.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): LINO, Ectiândro Stélio Benjamim. Caracterização morfométrica da rede hidrográfica do rio Caculuvar, no município do Lubango, Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA) vol.6, nº 3, p.155-174, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Lino, E. S. B. (2026). Caracterização morfométrica da rede hidrográfica do rio Caculuvar, no município do Lubango, Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 155-174.

CHAMADA

José D'Assunção Barros

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-3974-0263>

CHAMADA

Venha o último pau-de-arara
Trazendo os últimos seres
Humanos e migratórios.

Venha de ti o homem
Que neste minuto inda dorme
Sob teus hábitos compulsórios.



Venha o índio sem mato
Que escapou de virar consumo
De uma cultura canibal.

Venha por fim o negro:
Herança de tudo o que somos,
Da Mãe, da qual todos fomos.

Venham nas asas de um pássaro
Que pouse numa cidade;

Ou venham todos a pé
Sem calçados nem vaidade.

Venham mesmo de um trem
Que já partiu do futuro
Prá se chocar no teu muro.

Importa apenas que venham,
Seja do claro ou do escuro,
Realizar sonho puro.

Ouçam, parece que escuto
Um grito, um apito de trem
Trazendo esperança no amém!



Que nada, eu conheço este sino:
É o povo, preparando seu canto,
Sem ajuda de sonho ou de santo.

A liberdade não precisa de escolta...
De seu porão claro-escuro,
O Diabo insufla revolta.

Não! Não é o Diabo,
É a Fome,

Minibiografia do autor

Conservatório Brasileiro de Música-Centro Universitário, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Vassouras. é historiador, escritor, músico e professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Graduiu-se em Música (UFRJ, 1988) e História (UFRJ, 1993); Doutorou-se em História em 1999 (UFF). Sua trajetória no Ensino Superior inicia-se em 1995 com a atuação, como professor substituto, no curso de Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde 2009 leciona disciplinas relacionadas à Teoria da História e Historiografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para os cursos de graduação e pós-graduação em História, e em 2017 tornou-se professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - programa no qual já atua desde 2010.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026



Para citar este texto (ABNT): BARROS, José D'Assunção. Chamada. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.175-177, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): BARROS, José D'Assunção (jul./dez.2026). Chamada. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 175-177.

Entre Enchentes e Chamas: A Hipocrisia em Ebulição

Inundación ha Tatatĩ apytépe: Hovamokõi Opuvuva

Marcelo Calderari Miguel

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-7876-9392>

RESUMO:

O poema aborda a temática das enchentes de uma maneira reflexiva e, retrata a experiência de estar imerso em uma situação de calamidade causada por enchentes, expressando os sentimentos de desespero, tristeza e impotência diante da força avassaladora da água. As águas que inundam a cidade são personificadas como uma entidade poderosa e implacável, capaz de provocar ruína e destruição. A expressão poética destaca a disseminação de lendas e mitos associados às enchentes, ressaltando a importância de discernir entre a verdade e a hipocrisia, especialmente quando se trata das políticas que visam lidar com esse tipo de desastre natural. Por meio de imagens poéticas faz-se o convite para refletir sobre as consequências humanas e sociais das enchentes, bem como sobre a necessidade de uma resposta urgente e eficaz diante dessas tragédias.



I Submersa Tragédia *

Ah, alagamento, tantas águas querem me envolver,
Transbordamento e hidrologia sem me seduzir,
Nas enchentes da cidade, um pranto a percorrer,
Mas a calamidade suprema é meu constante ruir.

Essas lendas que insistem em se disseminar,
Das águas revoltas prontas a transbordar,
Da chuva que cai incessante, a lamentação,
Drama e famílias, torrencialidade sem vazão.

Presta atenção, clamado e alerta, ou serás levado,
Veja que falta grande drenagem, sinta o triste fado,
Jamais se quiete, amplie a busca e o escoamento,
Com esses avisos que tentam extravasamento.

Por trás das enchentes, há um pranto a ecoar,
Pelos desamparados da inundação a afligir,
O descaso dos poderosos, lágrimas a derramar,
As dores dos que sofrem, sem onde acolher.

Então, se ainda hesitas, que seja para clamar,
Contra políticas falhas, que nos fazem sangrar,
Pois entre a verdade e a hipocrisia, devemos discernir,
E nas enchentes, a urgência de agir é o que devemos sentir.

II Aparências em Chamas

Horror sinto à máscara da aparência,
No palco ardente da falsa convivência,
Onde as chamas devoram a verdade,
E iludem com sua efêmera claridade.

Nesse incêndio de sorrisos forjados,
As brasas ocultam segredos guardados,
Cada lampejo de fogo, um suspiro contido,
Na tentativa vã de manter o disfarce escondido.

Em meio ao calor das mentiras que queimam,
As ilusões se desfazem, as máscaras se desprendem,
E nas cinzas da falsidade, encontramos o vazio,
Da vida de aparências, que consome como um fio.

Sorrimos enquanto nossos corações ardem,
E fingimos que não sentimos a dor que nos consome,
Mas no fundo de nós mesmos, há um grito a ecoar,
Um pedido por autenticidade, um desejo de se libertar.

Então queimemos as vestes da hipocrisia,
E mergulhemos na verdade, sem medo ou covardia,
Pois somente na honestidade de nossa essência,
Encontraremos a paz e a verdadeira presença.

O poema aborda a temática das enchentes de uma maneira reflexiva e, retrata a experiência de estar imerso em uma situação de calamidade causada por enchentes, expressando os sentimentos de desespero, tristeza e impotência diante da força avassaladora da água. As águas que inundam a cidade são personificadas como uma entidade poderosa e implacável, capaz de provocar ruína e destruição. A expressão poética destaca a disseminação de lendas e mitos associados às enchentes, ressaltando a importância de discernir entre a verdade e a hipocrisia, especialmente quando se trata das políticas que visam lidar com esse tipo de desastre natural. Por meio de imagens poéticas faz-se o convite para refletir sobre as consequências humanas e sociais das enchentes, bem como sobre a necessidade de uma resposta urgente e eficaz diante dessas tragédias.

* O poema aborda a temática das enchentes de uma maneira reflexiva e, retrata a experiência de estar imerso em uma situação de calamidade causada por enchentes, expressando os sentimentos de desespero, tristeza e impotência diante da força avassaladora da água. As águas que inundam a cidade são personificadas como uma entidade poderosa e implacável, capaz de provocar ruína e destruição. A expressão poética destaca a disseminação de lendas e mitos associados às enchentes, ressaltando a importância de discernir entre a verdade e a hipocrisia, especialmente quando se trata das políticas que visam lidar com esse tipo de desastre natural. Por meio de imagens poéticas faz-se o convite para refletir sobre as consequências humanas e sociais das enchentes, bem como sobre a necessidade de uma resposta urgente e eficaz diante dessas tragédias.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): MIGUEL, Marcelo Calderari. Entre Enchentes e Chamas: A Hipocrisia em Ebulição. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.178-181, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Miguel, Marcelo Calderari. (jul./dez.2026). Entre Enchentes e Chamas: A Hipocrisia em Ebulição. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 178-181.

DÓI-ME TANTO

Bonete Júlio João Chaha *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-1430-6743>

Dói-me tanto saber
Dói-me tanto saber,
saber que alguém me roubou o teu coração,
saber que já não beijo mais a tua boca e não mais sinto o bater do teu coração.

Dói-me tanto saber
Dói-me tanto saber que quem te prepara o café da manhã já não sou eu,
saber que não posso declamar este poema para ti,
declamar este poema e fazer-te sentir que o meu amor por ti não morreu.

Dói-me tanto saber
Dói-me tanto saber que não posso mais ouvir a tua voz como antes,
dói-me tanto não te poder dizer que a minha paixão e desejo por ti estão cada
vez mais fortes.

Dói-me tanto saber
Dói-me tanto saber que o homem com quem tu estás te maltrata,
mas diz que te ama,
dói-me tanto saber e não saber que não te sentes feliz com a minha ausência
de corpo e alma.

DÓI-ME TANTO não saberes que
perdeste alguém que te ama...

* E-mail: bonetechaha@hotmail.com

Minibiografia do autor

Graduado em Ensino do Português com Habilitações em Ensino de Inglês pela Universidade Licungo | Docente no Instituto Médio Politécnico de Moçambique, Cidade de Chimoio, Província de Manica.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): CHAHA, Bonete Júlio João. Dói-me tanto. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.182-183, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Chaha, Bonete Júlio João. (jul./dez.2026). Dói-me tanto. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 182-183.

YAMEN-HITEP

Peresch Aubham Edouhou *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6426-9637>

RÉSUMÉ (français):

Le présent texte est une expérimentation (tentative préliminaire et embryonnaire) de la *hiéroglyphisation*, par la poésie, des langues kandiennes (africaines) modernes, notamment de la langue bekwel, langue bantoue A85b de l'Afrique Centrale, à partir des résultats de la linguistique comparée entre l'égyptien ancien et les langues kandiennes modernes fournis par l'Égyptologie africaine (DIOP, 1977; OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020; 2023). Comme la plupart des langues kandiennes ne possède pas encore une écriture (fonctionnelle), notre objectif, au travers de ce projet littéraire (une série de publication), est de leur conférer la *littera* (lettre) pour qu'elles possèdent une *littéra-ture* (fictionnelle et non fictionnelle). Nous avons décidé de leur conférer la *littera hieroglyphica* (lettre hiéroglyphique), par souci d'une endogénéité graphique (qui marque une décolonisation graphique et scripturale), l'égyptien ancien étant une langue génétiquement apparentée aux langues bantoues (OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020). La *littera latina* (lettre latine) nous servira de système d'écriture pour la translittération (divulgarisation, vulgarisation), un peu comme le sont les *romajis* (*littera Romae*, écriture romaine) japonais. L'idée est de promouvoir l'émergence ou la *re-naissance* des *Lettres kandiennes* (*Makanda ma Kanda*), ou *Littérature kandienne* (SY, 2014), en nous servant d'un système graphique ancestral et endogène: les /mdw-ntr/ *[ma-daw n-tʃor] (Paroles de Dieu), appelé *hiéroglyphes* par les grecs. Les vers du poème de cette publication parlent du pharaon Amenhotep III, de sa filiation divine, au même titre que celle de tout kandien (africain), qui est son frère. L'humanité et la divinité sont les caractéristiques indissociables du sujet kandien (négro-africain); Dieu est homme et l'homme est Dieu, tel est le grand mystère de la philosophie kandienne.

MOTS-CLÉS

Lettres kandiennes; hiéroglyphisation des langues africaines; langue bekwel; poésie endoglosse.

Yamen-Hitep

RESUMO (português):

O presente texto é uma experiência (uma tentativa preliminar e embrionária) de hieroglifização, através da poesia, das línguas kadianas (africanas) modernas, em particular o Bekwel, a língua bantu A85b da África Central, com

* E-mail: edouhou@gmail.com

base nos resultados da linguística comparativa entre o egípcio antigo e as línguas kandianas modernas fornecidos pela Egiptologia africana (DIOP, 1977; OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020; 2023). Visto que a maioria das línguas kandianas ainda não tem uma escrita (funcional), o nosso objetivo, através deste projeto literário (uma série de publicações), é dar-lhes a *littera* (letra) para que tenham uma *litera*-tura (ficcional e não ficcional). Decidimos dar-lhes a *littera hieroglyphica* (letra hieroglífica), por necessidade de endogeneidade gráfica (que marca uma descolonização gráfica e escritural), sendo o egípcio antigo uma língua geneticamente relacionada com as línguas bantu (OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020). A *littera latina* (letra latina) será usada como sistema de escrita para a transliteração (divulgação, popularização), à semelhança do *romaji* (*littera Romae*, escrita romana) japonês. A ideia é promover a emergência ou o renascimento das *Letras kandianas* (*Makanda ma Kanda*), ou *Literatura kandiana* (SY, 2014), usando um sistema gráfico ancestral e endógeno: os /mdw-ntr/ *[ma-daw n-tʃor] (Paroles de Deus), chamados *hieróglifos* pelos gregos. Os versos do poema desta publicação falam do faraó Amenhotep III, da sua filiação divina, a mesma que a de cada kandiano (africano), que é seu irmão. Humanidade e divindade são as características inseparáveis do sujeito kandiano (negro-africano); Deus é homem e o homem é Deus, tal é o grande mistério da filosofia kandiana.

PALAVRAS-CHAVE:

Letras kandianas; hieroglifização das línguas africanas; língua Bekwel; poesia endoglóssica.

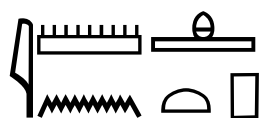
ΕΙΔΩΛΕΝ-ΖΙΤΕΠ

ΒΕΚΒΕΙ (bekwel):

ΤΕ ΒΕΚΑΝΑ ΒΑΚ, ΒΕΧΟΕΚ Ε ΕΚΩΔΑ ΒΕΙΩΝΖ ΒΕ ΚΑΝΤΑ ΝΕ ΒΕΙΚΩΔΑΔΑ ΒΕ ΚΗΛΙ, ΕΙΤΕΠ ΒΕΤΙ ΔΑΒΕ ΝΕ ΙΩΟΥ ΒΒΙ ΒΕΧΑΔΑΤ. ΕΙ ΕΚΩΔΑ ΒΕΚΟΕΛ, ΛΕΙ ΒΩΤ Δ85Β, ΒΕΟΚΑΒΑΒ ΒΕ ΖΟΟΡ. ΒΕΤΙ ΝΕ ΧΟΙΛ ΕΚΩΔΑ ΙΕ Ε ΕΙΤΕΠ ΒΩΤ Ε ΧΗΚ ΛΕΙ Ε ΧΗΛΙ ΝΕ ΕΙΘΗΡΙ ΕΙΛΕΙ Ε ΧΑΒΑ (DIOP, 1977; OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020; 2023) ΝΑΛΙΑΔΑ ΝΑΔ, ΕΙΛΕΙ ΒΕΙΝΗΚ ΒΕ Ε ΝΕ ΝΙΗΧ ΝΚΩΤ. ΤΑΔ ΒΕΒΑ ΒΕΙΩΝΖ Ε ΚΑΝΤΑ ΤΙ ΔΑΒΕ ΝΕ ΒΕΙΚΩΔΑΔΑ Η, ΒΑΒ ΚΟΕΛ Ε ΕΧΕ ΒΕ ΕΙΚΑΡΑΒΑ ΤΟ ΒΕΚΑΝΑ ΒΑΚ ΒΕΝΗΚΑΛΕΙΟΔ ΒΕΚΑΡΑΒΑ (ΕΙΟΔ ΕΟΔΟΔ ΝΕ ΕΙΟΔ ΕΙΣΕΕΣΕ). ΒΑΒ ΚΑΧΕ ΒΕΙΩΝΖ ΒΙΝΑ ΚΑΡΑΒΑ ΕΒΩΤ ΕΚΗΛΙ, ΕΙΤΕΕ ΝΑΔ, ΒΕΚΟΕΛ Ε ΝΑΔ, ΒΙΝΑΤΙΚ ΝΕ ΒΕΧΑΔΑΤ ΒΕΤΑΤ, ΕΤΕΕ ΝΑΔ ΛΕΙ ΕΚΗΛΙ ΙΕ Ε ΒΩΝΙΗΧ Ε ΒΕΙΩΝΖ ΒΙΝΑ (OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020). ΚΑΡΑΒΑ ΕΒΩΤ ΕΡΩΒΑ ΟΥΑΔΤΙ Ε ΚΑΡΑΒΑ ΕΙ ΕΛΙΑΔΑ ΒΕΘΗΡΙ ΒΩΤ ΤΑΔ ΕΙΡΩΒΑΧΙ (ΚΑΡΑΒΑ ΕΡΩΒΑ) ΕΒΩΤ Ε ΙΑΠΩΝ. ΒΙΚΟΕΛ Ε ΝΑΔ, ΕΙΚΑΡΑΒΑ ΕΙΧΑΡΑ (ΒΑΚΑΝΤΑ ΒΑ ΚΑΝΤΑ) Ω ΒΕΚΑΡΑΒΑ ΒΕ ΧΑΡΑ (SY, 2014) ΒΑΔΒΟΥΑ ΤΑΔ ΛΙΝΑ ΝΕ ΒΕΙΚΩΔΑΔΑ ΒΕΤΑΤ: /mdw-ntr/ *[ma-daw n-tʃor] (ΒΕΚΩΔ ΒΕ ΧΗΒ) ΕΙ ΒΩΤ ΗΛΑΤΑ ΧΟΟ ΙΕΡΟΚΑΥΦΙΚΑ. ΖΟΟΡ ΤΙ ΤΟ ΒΕΚΑΝΑ ΒΑΚ ΒΩΖ Ε ΤΕΠ Ε ΕΙΔΩΛΕΝ-ΖΙΤΕΠ ΕΙΛΗΛ, ΧΕΝΖ ΕΚΗΛΙ; ΒΟΟ ΧΗΒ ΤΑΔ ΒΩΤ ΕΧΑΒΑ. ΧΗΒ ΝΕ ΒΩΤ ΒΕ Ε ΒΩΤ ΝΚΩΤ, ΒΩΤ Ε ΝΟΚ. ΧΗΒ ΝΙΕ Ε ΒΩΤ, ΒΩΤ ΝΙΕ Ε ΧΗΒ, ΝΑΒΙΑΝΧΟΕΟ Ε ΒΕΚΑΝΑ ΒΕ ΒΩΤ Ε ΧΑΒΑ Ε ΝΗΚ.

ΒΕΟΔΠ-ΒΕΚΩΔ

𐤊𐤍𐤏𐤓𐤕𐤓𐤕 𐤊𐤍 𐤕𐤓𐤓; 𐤀𐤕𐤕𐤕𐤕 𐤕𐤓 𐤀𐤕𐤕𐤓𐤕𐤕𐤕 𐤀𐤕𐤕𐤕 𐤀𐤕𐤕𐤕𐤕; 𐤕𐤀𐤕 𐤕𐤀𐤕𐤕𐤕; 𐤕𐤓𐤓 𐤀𐤕𐤕𐤕 𐤀𐤕𐤕𐤕.



jmn-ḥtp

njm(n) ny.j n n

zb j n(k)

jmn-ḥtp

w.j mt jmn

n.d kkmt p kmt

t(3) zb

t3-mrj

y.j t(3) r

n t(3) r.m

wj mt j kš n m.m

m.n.b.j b.(n) zb

m.n.b.j b.(n) zr

dj wsjr

k3 j krt

ntr j kmy

mt j kmt

jmn-ḥtp

ΕΙΔΩΛΕΝ-ΖΙΤΕΠ

ΝΙΔΩΛΕ ΝΙΕ Ε ΝΕ ΝΟ

CHB Ε ΝΟΚ

ΕΙΔΩΛΕΝ-ΖΙΤΕΠ

ΟΥΟ Ε ΔΩΤ ΔΔΟΥΝ

ΝΑΤΙ ΚΟΥΚΟΥΔΑ ΠΕ ΚΗΔΑ

ΤΑΔ CHB

ΤΑΡ ΔΕΛΙΕΙΑ

ΙΕ Ε ΤΑΔ ΛΟ

ΝΕ ΤΑΔ ΛΑΔ

ΟΥΕΙ, ΔΟΥΤ Ε ΚΩΥ ΝΕ ΔΑΔ

ΔΙΝΔΒΕ Ε ΒΟΟ CHB

ΔΙΝΔΒΕ Ε ΒΟΟ CHΛ

ΤΕΙ ΟΥΟΙΡΙ

ΧΟΙΛ Ε ΧΑΡΔ

ΝΤΩΡ Ε ΧΗΔ

𐤀𐤓𐤕 𐤂 𐤅𐤁𐤕𐤕

𐤂𐤁𐤕𐤕𐤓-𐤅𐤓𐤕𐤓

𐤂𐤁𐤕𐤕𐤓-𐤅𐤓𐤕𐤓

Niame nye e ne no

Chb e nok

𐤂𐤁𐤕𐤕𐤓-𐤅𐤓𐤕𐤓

Oyo e mot amoun

Nati kokyoma pe khma

Taa chb

Tar melia

Ie e taa lo

Ne taa lam

Oyei, moyt e kow ne mam

Minabe e boo chb

Minabe e boo chl

Tei oyipr

Xoil e xara

Ntop e xhm

Moyt e xama

𐤂𐤁𐤕𐤕𐤓-𐤅𐤓𐤕𐤓

YAMEN-HITEP

Nyame nye e ne no

Zeb e nok

Yamen-Hitep

Wo e mot Amun

Nadi kukuma pε Kema

Daa Zεb

Tar Meliya

Yε ε daa lo

Nε daa lam

Wii, mot ε Kush nε mam

Minabε ε boo Zεb

Minabε ε boo Zεl

Dii Usiri

Xoil ε xara

Ntor ε Xemi

Mot ε Xama

Yamen-Hitep

YAMEN-HITEP

Nyame est avec toi

C'est lui Dieu

Yamen-Hitep

Tu es l'homme d'Amon

Qui fut roi d'Égypte

Maison de Dieu

L'Égypte

Est ta demeure

Et ma demeure

Toi, le koushite et moi

Sommes fils d'Amon

Fils du Nil

Fleuve d'Osiris

Force de la ville

Dieu d'Égypte

Homme d'Afrique

Yamen-Hitep

YAMEN-HITEP

Nyame está contigo

Eis Deus

Yamen-Hitep

Tu es o homem de Ámon

Que foi rei do Egito

Casa de Deus

Egito

É teu lar

E meu lar

Tu, o cuchita e eu

Somos filhos de Ámon

Filhos do Nilo

Rio de Osíris

Força da cidade

Deus do Egito

Homem d'África

Yamen-Hitep

Références

- BILOLO, M. (2011). Vers un dictionnaire cikam-copte-luba: Bantuïté du vocabulaire égyptien-copte dans les essais de Homburger et d'Obenga. Publications Universitaires Africaines. Germany.
- DIOP, C. A. (1977). Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langue négro-africaines: processus de sémitisation. Les Nouvelles Éditions Africaines. Ifan-Dakar.
- IMHOTEP, Asar. (2020). Towards a Comparative Dictionary of Cikam and Modern African Languages. Houston, TX: Madu-Ndela Press.
- IMHOTEP, Asar. Race and Identity in Ancient Egypt, Vol. I: Towards an etymology of the place-name Km.t. (2023). Houston, TX: Madu-Ndela Press.
- OBENGA, T. (1993). Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues négro-africaines. Introduction à la linguistique historique africaine, Paris, L'Harmattan.
- SY, Jacques H. (ed.). (2014). L'Afrique, berceau de l'écriture et ses manuscrits en péril: des origines de l'écriture aux manuscrits anciens (Égypte pharaonique, Sahara, Sénégal, Ghana, Niger). v.1. Paris: L'Harmattan.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): EDOUHOU, Peresch Aubham. Yamen-Hitep. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.184-191, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Edouhou, Peresch Aubham Edouhou. (jul./dez. 2026). Yamen-Hitep. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 184-191.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

MWANA A MBOKA

P. Aubham Edouhou *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6426-9637>

Résumé (français): *Mwana a Mboka* (L'enfant/fils du village/ville) est un art visuel qui s'approprie des résultats des recherches en linguistique historique et comparative entre les langues kandiennes (africaines), et ntoïques (bantoues) en particulier, et l'égyptien ancien (langue kémienne) (Bilolo, 2011; Diop, 1977; Imhotep, 2020; Mboli, 2010, 2024; Obenga, 1993), pour proposer la *hiéroglyphisation* des langues kandiennes, et faire renaître l'art hiéroglyphique kémienne. Cet art visuel s'inscrit dans ce que nous appelons par *poésie medo-ntorique* (hiéroglyphique). Il consiste en l'édition et montage des hiéroglyphes.

Mots-clés: Lettres kandiennes; hiéroglyphisation des langues africaines; langues ntoïques; linguistique comparée.

Mwana a Mboka



RESUMO (português):

Mwana a Mboka (A criança/filho da aldeia/cidade) é uma forma de arte visual que se baseia nos resultados de pesquisas sobre linguística histórica e comparativa entre as línguas kândianas (africanas) e ntoicas (bantu), em particular, e o egípcio antigo (a língua kemiana) (Bilolo, 2011; Diop, 1977; Imhotep, 2020; Mboli, 2010, 2024; Obenga, 1993), para propor a *hieroglifização* e revitalizar a arte hieroglífica de Kema. Essa arte faz parte do que chamamos de poesia *medo-ntórica* (hieroglífica). Ela consiste na edição e montagem de hieróglifos.

PALAVRAS-CHAVE:

Letras kândianas; hieroglifização das línguas africanas; línguas ntoicas; linguística comparada.

* E-mail: edouhou@gmail.com

ΜΩΔΑΝΑ & ΜΒΩΚΑ

μωλει (bekwel): μωδανὰ & μβωκά (μοοο χάρη) ιε ε θηρι μβι εκωαλ πινοο μεσα λιααλ ναα, λει ε κημα νε ειλει ειβωτ τι ε νε νιηχ νκωτ (Bilolo, 2011; Diop, 1977; Imhotep, 2020; Mboli, 2010, 2024; Obenga, 1993). μενοο μεσα μετακ ε ει εκωαλ ειλει ειβωτ το μεκαραμα με κημα νε εβααα τα βωτ ε χημι ναπικωαλ ε. μεχοο μεικωαλα μακ ε μητ ντωρι (λει τημ). λει τακ κωαλαγ ε τα βεσογμ νχαγ.

βεσαπ-μεκωα: μεκαραμα με χάρη; εκωαλ το εικαραμα ειβωτ εχημι; ειλει ειβωτ; επαγ ειλει.







Références

- BILOLO, M. *Vers un dictionnaire cikam-copte-luba: bantuité du vocabulaire égyptien-copte dans les essais de Homburger et d'Obenga*. Munich, Freising, Kinshasa: African University Studies, 2011.
- DIOP, C. A. *Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines*. Dakar-Abidjan: IFAN/NEA, 1977.
- IMHOTEP, Asar. *Towards a Comparative Dictionary of Cikam and Modern African Languages*. Houston, TX: Madu-Ndela Press, 2020.
- IMHOTEP, Asar. *Race and Identity in Ancient Egypt, Vol. I: towards an etymology of the place-name Km.t*. Houston, TX: Madu-Ndela Press, 2023.
- MBOLI, Jean-Claude. *Origines des langues africaines: essai d'application de la méthode comparative aux langues africaines anciennes et modernes*. Paris: L'Harmattan, 2010.
- MBOLI, Jean-Claude. *Épopée bantu: des Grands Lacs à la Méditerranée*. [s.l.]: ESIBLA, 2024.
- OBENGA, T. *Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues négro-africaines: introduction à la linguistique historique africaine*. Paris: L'Harmattan, 1993.



Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): AUBHAM EDOUHO, P. Mwana a Mboka. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.192-196, jul./dez.2026.

To cite this text (APA): Aubham Edouhou, P. (jul./dez.2026). Mwana a Mboka. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 192-196.

A CATANA NA MÃO

Milton Gaspar Domingos*

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0006-4896-1697>

O Meu Banzelo 3 resulta de uma coletânea de poemas pensados e escritos por um grupo de estudantes do Liceu nº 42 “4 de Janeiro”, fruto de poemas feitos para serem declamados na 1ª Edição do Festival Inter-escolar de Literatura (FIL), 2025, que decorreu no Gabinete Provincial da Educação de Malanje, no dia 9 de Junho de 2025. O conjunto comporta quatro lindos poemas: A Catana na Mão (de José da Silva), Eu Nasci Aqui (de Deolinda Bingue), Eu Sou a Literatura (de Manuel Mayce) e Olhos de Traição (de Poeta Triufante). Com esses poemas, os autores, respectivamente, tornam manifesto aquilo que viabilizou a liberdade e a paz em ao angolanos, o orgulho de se nascer nas terras das Quedas de Kalandua, o valor da leitura e da escrita e os sentimentos fervorosos que dominam os jovens apaixonados. Tudo isso, é claro, está sendo dito na ótica de quem esteve com os autores, acompanhando-os no processo da construção dos textos. Mas em se tratando de poemas, tudo é muito subjectivo, e é aí onde reside a beleza da coisa.



BUNKUFI

Banzelo na mono 3Banzelo na mono 3 kele mbutu ya kimvuka ya bapoemi yina kimvuka mosi ya bana ya nzo-nkanda ya Liceu no 42 “4 de Janeiro” me yindula mpi me sonika, mbutu ya bapoemi yina bo me sonika sambu na kutanga na 1ère Edition ya Festival ya Mikanda ya Banzo-Nkanda (FIL), 2025, yina salamaka na kilumbu ya 9 ya ngonda ya sambanu ya Malanjedu. 2025. Mukanda yango kele ti bapoemi iya ya kitoko: A Catana na Mão (A Catana na Diboko) ya José da Silva, Eu Nasci Aqui (Mono Me Butuka Awa) ya Deolinda Bingue, Eu Sou a Literatura (Mono kele Mikanda) ya Yes Betylhoioya de E. Nzonzi Tatu. Na ba poemi yayi, bansoniki, na kulandana, ke monisa pwelele mambu yina salaka nde kimpwanza ti ngemba kuvanda sambu na bantu ya Angola, lulendo ya kubutuka na bansi ya masa ya Kalandua, mfunu ya kutanga ti kusonika ti mawi ya ngolo yina ke yalaka baleke na zola. Mambu yayi yonso, ya kieleka, ke tubama na kutadila muntu yina vandaka ti bansoniki, na kulandaka bo na kisalu ya kutunga masonama. Kansi kana yo ke tadila bapoemi, mambu yonso ke vandaka kibeni ya muntu yandi mosi, mpi kuna kitoko na yo kele.

BANGOGO YA MFUNU:

Catana, Literatura, Betylhoioya De E. Nzonzi Tatu

* E-mail: miltonpr2014.md@gmail.com

ABSTRACT

My Banzelo 3 My Banzelo 3 is the result of a collection of poems conceived and written by a group of students from Liceu nº 42 “4 de Janeiro”, the result of poems written to be recited at the 1st Edition of the Inter-school Literature Festival (FIL), 2025, which took place at the Malanje Provincial Education Office on June 9, 2025. The collection includes four beautiful poems: A Catana na Mão (A Catana in Hand) (by José da Silva), Eu Nasci Aqui (I Was Born Here) (by Deolinda Bingue), Eu Sou a Literatura (I Am Literature) (by Manuel Mayce) and Olhos de Traição (Eyes of Betrayal) (by Poeta Triufante). With these poems, the authors, respectively, make manifest what made freedom and peace possible for Angolans, the pride of being born in the lands of the Kalandua Falls, the value of reading and writing and the fervent feelings that dominate young people in love. All of this, of course, is being said from the perspective of someone who was with the authors, following them in the process of constructing the texts. But when it comes to poems, everything is very subjective, and that is where the beauty of it lies.

A CATANA NA MÃO

A catana na mão
É sinónimo de libertação
A catana na mão
É a mãe para uma nação

A CATANA NA MÃO
É Paz Que Nós Precisamos
É a liberdade de uma nação

Alcançamos a paz com a catana na mão
Com o calor do nosso rosto
Abatido com escravidão
E pelo sofrimento do nosso povo
Foi conquistada a liberdade

Filhos à procura dos pais
Diante de um sofrimento à procura da paz
Foi um sofrimento cruel
Sem ter ninguém para poder evitar

Foi tão triste ver o nosso povo a sofrer
Como se não bastasse sofrer nas mãos dos inimigos
Então, com a catana na mão,
Criámos a nossa própria paz

Viver em um país independente
É tudo que uma nação precisa
Nação unida, país independente!
A catana na mão!

José da Silva

EU NASCI AQUI

Eu nasci aqui
Nas terras de Malanje

Dos gritos de uma madre
Que não tinha o seu padre
Mas do seu ventre
Aconteceu esse milagre

Eu nasci aqui
Nas terras de Malanje

Com amor fui criada
Também abandonada
Cheguei a ser enteada
Da tia Eduarda

Eu nasci aqui
Nas terras de Malanje

O que seria conforto
Tornou-se sem gosto
Acabava me sufocando
Como se estivesse no poço

Eu nasci aqui
De Malanje sou filha
Das Quedas de Kalandula
Comecei a minha vida
Com a vovó que ainda respira

Eu nasci aqui
Nas terras de Malanje

Onde se ganha muito
E se perde ao mesmo tempo

Onde querer ter tudo
É correr atrás do vento

Eu nasci aqui
Nas terras de Malanje

Terra acolhedora
Que se tornou Senhora
A madre e o padre
Habitam Nela
Bem na sua profundez

Eu nasci aqui
Em Malanje
Terra grande
Onde lutamos com enxada
No processo do toma lá dá cá
Esta é a minha cidade
Onde eu nasci como um milagre

Eu nasci aqui
Nas terras de Malanje!



Deolinda Moreira Bingue

EU SOU A LITERATURA

Eu sou a Literatura
Sou a arte que agrada a leitura
a caneta e o lápis são as minhas armaduras
pensamentos profundo e uma alma pura

Comporto vários géneros, épico,
Lírico e dramático
porque ler é o meu prato típico

Seria uma espécie de extensão
e de aplicação de certas propriedades
da linguagem com tantas imagens

Escrever é um hábito,
Ler é um costume.
Quem não lê não é completamente feliz,
E quem o hábito de ler tem,
Felicidade não está além

Basta-me um pequeno gesto
Feito de longe e de leve,
Para que venhas comigo
E eu para sempre te leve

Todos esses que aí estão,
Atravessando o meu caminho,
Eles passarão
Mas eu, eu sou
e sempre serei a Literatura.

Manuel Mayce

OLHOS DE TRAIÇÃO

Carinhosa e cheirosa
Foste tu no princípio
Do nosso relacionamento
Quando tu dizias

Que o verdadeiro
amor começa quando se pode
amar um ser,
(e quando)

E tal como ele não se imaginou
Que fosse,
e também dizias,
e também dizias,
que tu és e sempre serás
o meu verdadeiro amor

e eu perguntei: “será”?
com um ser e um carácter
tão vislumbrante
tu disseste sim

e eu exclamei
se essas palavras,
se essas palavras
forem verdadeiras

simplesmente eu direi
que tu és e sempre,
serás o meu verdadeiro

cantares de Salomão
e eu (perguntei) procurarei
ser o teu I e II rei
para dares conta,

de que tu és formosa
minha heroína,
só que mais tarde,
só que mais tarde
me foi terrível
quando procurei

investigar mais
acerca de ti

sim, me foi terrível,
me foi terrível
me foi terrível quando
descobri de que na verdade,

tu és uma comerciante
que não resta com o
negócio
e me deu a entender
de que todas as palavras
que tu me dizias,

era simplesmente
uma fábula,
si, contos de fada
e os teus olhos eram

de traição,
e vivendo uma vida
de prostituição.

E ferindo o coração
De um pobrezinho
Que vive a sua vida
Recolhendo pão
No chão.

E decide
Seguir aquele
Conselho que diz,
Nem todo aquele que diz
Amor, amor
Se te ama
De todo o coração

E mais aquela que
Simplesmente diz
Difícil não é lutar
Pelo que se quero,

Difícil é desistir
Pelo que mais se ama
E passei a aplicar
Na minha vida,

O livro de Provérbios 21:19
Que diz: “é melhor morar
Numa terra deserta
Do que morar

Com uma mulher rixosa e irritadiça”

E eu percebi,
E eu percebi de que essa
Mulher rixosa
E irritadiça
És tu que tens
Num coração
Tão amargo

Como o veneno de rato
Ferindo o coração
De um pobrezinho,
Que vive a sua vida
Na miséria

Poeta Triunfante



Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): DOMINGOS, Milton Gaspar. A catana na mão. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.197-204, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Domingos, Milton Gaspar (jul./dez.2026). A catana na mão. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 197-204.

A CONFISSÃO

Sousa Horácio Bartolomeu

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0007-6596-7510>

O elefante universitário	207
O rei leão e o poder	210
Protestos da barriga do rei	213
Confissões dos Cães	216
A Borboleta e o Macaco	218
A separação	220
O pecado de voar	222
Rivalidade	224
O macaco albino	226

Apresentação

Os textos compilados neste livro são carregados de várias temáticas que assolam, não apenas Moçambique, mas todo o mundo em diferentes perspectivas. Referem-se os dilemas sociais, políticos, económicos, ambientais, educacionais, etc. Como destaque, desde a década vinte do século vinte e um, os sérios problemas mencionados têm aumentado por causa da evolução tecnológica, o exemplo concreto é o descarte dos estudos na fase juvenil, casamentos prematuros, consumo de bebidas alcoólicas de forma exagerada aos jovens, fuga à paternidade, prostituição, etc.



O elefante universitário

Era uma vez, havia alguns caçadores que foram à floresta apreciar os animais e matar alguns para o consumo. Durante a caça, encontraram um elefante sentado e contando os seus dedos tal como faz uma velha cansada pela vida contando os seus últimos dias restantes. Eles sentaram - se ao lado dele, procuraram saber um pouco sobre a sua vida. Durante a conversa, perceberam que o animal contava histórias antiquíssimas, olharam - se e decidiram levá-lo para cidade onde lhe colocariam numa universidade a fim de cientificar o conhecimento comum. O animal aceitou a proposta, sem os outros animais terem o conhecimento, ausentou-se da floresta.

Chegaram à cidade e começou a estudar numa das universidades de destaque. Assim, o tempo passou. Graduou, e como foi o começo, os caçadores vieram deixá-lo na sua residência, na floresta. Ao se aperceberem da situação, todos os animais vieram ao local incluindo o Leão que o olhava de forma insistente com as rugas embrulhadas feito uma eterna velha viciada em aviões nocturnos. Antes disto, a floresta funcionava sem regras, e não detinha Rei, mas informalmente, o Leão mandava o povo. Dentre os animais que se orgulhavam pela chegada do Elefante gritavam levantando as mãos:

- Lhe queremos como Rei ... Lhe queremos como Rei.

O Leão com suas camisas rasgadas, sem chinelos, com cabelo desfeito feito um fumador perdido no rio da maconha, abanava a cabeça de detesto. Após alguns minutos, ele e o seu grupo ausentaram-se, até anoitecer. A Impala, a Gazela, a Girafa e outros animais eram chamados de Lambe - botas por terem permanecidos naquele lugar ao lado do universitário até às seis horas da manhã. Sim, deveriam ficar ao lado de quem conhece a ciência. Dizem que a floresta era democrática, mas o Leão torturava e comia todo mantimento que era reservado na sua casa a fim de combater a fome que sempre se falava pelos conhecedores da ciência.

- Anh, ainda estão aqui? Sentados ao redor deste elefante? - Disse o Leão com suas mãos nos bolsos numa manhã.

O Elefante levantou - se, abriu a porta da sua casa e percebeu de que a situação era diferente. Regressou, leu um pouco e percebeu-se da temperatura que aos poucos aumentava na floresta. O fumo, segundo ele, poluía o meio ambiente. Olhou para o céu e disse:

- *Oh, compadre Leão, consegues notar o fogo que nos está aproximar?*

- *Fogo? Que fogo? Vês porcarias de qualquer maneira só porque estudaste? Quer dizer....Tens (...)*

- *Não, não é isso. Vejam... vejam este fogo. Sintam o oxigénio envenenado pelo fumo. Há inimigos que plantaram o fogo para nos devorar e danificar o ambiente.* - Acrescentou o elefante.

- *Epah, que oxigénio que é?*

- *Preste atenção. Agora veja este fogo que se aproxima.*

- *Ok...ok...ok... Já estou a ver.*

Após a confirmação, saiu do local. Já com o conhecimento adquirido, marca uma reunião. Convoca todos os outros animais.



- *Há inimigos que não nos querem nesta mata, então, todos nós temos missão.*

Agora o trabalho é nosso, ele ganhou a escola e nós vamos à Luta. Está certo? Anh? Quem é favor do elefante?

Todos os animais estavam com as mãos nos bolso e prestes a levantar, porém com os olhos acesos e rugas amarradas pelo Leão, ninguém se ousou. Naquele momento, o elefante aproximou - se educadamente do local e disse:

- *Não preciso de ser Rei, quero que façamos alguma coisa para que os nossos filhos não morram, mas que tenham futuro. Tenho sonhos para esta floresta!*

- *Sai daqui, já sabemos o que queres. Convoquei a reunião para este fim.*

O elefante, lentamente, ausentou-se e foi sentar-se na sua cadeira. O Leão e os outros animais foram ao encontro do incêndio sem água. Devido a intensa força do fogo, alguns animais morriam queimados, sem saber o que fazer, o representante do grupo regressou à casa do elefante:

- Não conseguimos apagar o fogo.

- Meu amigo, seja humilde. Não se apaga o fogo com bocas. Chame os outros e venham buscar água.

Todos os animais vieram à casa do elefante e indignado, o Leão indagou:

- Mas, ouve cá, se aqui na floresta não temos nem copos nem carraça...

O que usaremos para buscar água e apagar o fogo?

- Eu sei. Escutem todos: Coloquem, nas vossas bocas, a água e vão apagar. Repitam isto por várias vezes. - propôs o Elefante.

Cada animal colocou a água na boca segundo a sua capacidade durante três viagens e assim conseguiram apagar o fogo. Todos voltaram ao local pediram que se organizassem as eleições para escolher o rei da floresta.

O rei leão e o poder

- *Guguru, fuuuuu!*

Caiu um leão no chão após um eterno cansaço. Era alto, forte e com uma barriga muito cheia. Vivia numa floresta com os outros animais e segundo as notícias daquele povo, a floresta era democrática, os reis deveriam ser trocados cinco em cinco anos, mas tudo era contrário, pois quem entrava no poder eram parentes do Rei. Primeiro, dizem que foi o bisavô, depois seguiu o seu avô, depois foi o pai e finalmente, todo o poder e todos os documentos foram passados para o actualmente Rei Leão.

Certa vez, íamos à floresta com os nossos instrumentos de caça para abater mais um animal para o consumo, e veio o filhinho do Elefante que nos desvendou o segredo:

- *Aqui, nesta floresta, podem fazer e desfazer, já não há regras como antigamente. Estes Reis são todos familiares, e puxam tudo para o lado familiar.*

Reparámo-nos, o filhinho girou e foi embora. Lembrei-me deste episódio, e reconheci a sua cara no dia da morte.

O Rei Leão tinha um mandando incompreensível, ora deixava o povo à fome, ora comia todas as colheitas que seriam guardadas para combater a fome futura. Ora comprava roupa nova, casas para os seus filhos, etc. Isto deixava os outros animais furiosos, por isso naquele dia, em todos os corações viam-se protestos. Os protestos deviam ser somente dentro dos seus corações, porque naquela multidão havia os Agentes Secretos que matavam secretamente caso ouvissem porcarias relacionadas com os Reis.

Certa vez, o Rei padeceu de uma doença rara, retirou todas as moedas do cofre e foi aos melhores médicos, porém nada resultava, por isso, de forma rápida, voltou à floresta a fim de anunciar o próximo Rei caso perca a vida. Foi

ao lado do palácio onde todos os animais foram convocados, deitado numa cama tentou esforçar o discurso:

- *Quando ... Quando ... Quando eu ...*

Todos ficaram atentos a fim de ouvir a próxima pessoa que seguraria o mandato. Após um silêncio, as palavras repetiram-se com quase último suspiro.

- *Es...cu...tem ... to...dos... A...pós a minha morte, o p...ró...ximo rei será ...*

Quem será!? Queria que o poder passasse para o filho mais velho, mas o lugar tornou-se mudo. Todas as matas, as árvores, o céu, e as bocas ficaram coladas. As orelhas do povo aumentavam e todos esticaram os olhos engolindo as últimas salivas de esperança.

Após um instante, levantou-se um pobre Elefante, sem chinelos, sem camisa, mas corajoso que sentiu o fogo que ardia no seu coração e arriscou-se em levantar.

- *Tenho um recado para o Rei antes da Morte.*

Ganhou audiência. Todos fixaram os olhos nele e o rei Leão tentou abrir o último olho que restava para assimilar o ensino.

- É o seguinte... As verdades devem ser ditas. Tivemos um poder desde dos anos em que ganhamos a guerra contra os colonos, àqueles animais desumanos que viviam naquela outra margem da floresta. Quem sabe, sabe, e até hoje foram os familiares da Excelência que governaram esta floresta e acredito que até hoje não vejo nada mudado. Concordam comigo?

- *Simmmmmm!* - Respondiam os outros animais, agitado e medrosos.

Continuo o pobre Elefante:

- *Vossa excelência, eu simplesmente queria informar sobre os segredos que outrora me falou. Excelência segredou-me que após a sua morte, o poder passaria para mim, lembra-se dessas palavras nem?*

Antes da resposta do Rei o elefante continuou:

- *Simmm, eu sei que se lembra. Então, peço que os guarda-costas, os policiais, os ministros e todos tenham o conhecimento antes que o Rei perca a vida. E*

Antes de concluir a declaração, a voz dos filhos, da esposa, dos familiares ocupava o espaço. Morreu o Rei Leão. Seguiu-se com os enterros, no dia seguinte os guardas costas (Leopardos) chegavam à casa do pobre Elefante, e encontram-no com uma barata - doce na mão, maçaroca assada e *Txatina*¹ sem sal. Gozavam do pequeno-almoço enquanto esperavam pelo *Djampota*² que estava já no lume para o almoço.



- *O senhor é solicitado urgentemente no palácio.*

Sem lavar as mãos, levantou-se segurando a calça que não cabia na sua cintura, puxou um chinelo do pé direito segurado por milhões de arames. Os pés saltavam

os passos, desobedecia a regra do caminhar, saltitava de pressa. O mundo novo sorriu, porque a vida havia-lhe mostrado os dentes. Com um pé de chinelo, assinava os papéis e desde daquele dia tornou-se o Rei mais amado pelo povo.

¹ Txatina – molho de tomate em língua Sena falada na região centro de Moçambique. .

² Djampota - comida feita de batata-doce, sal e água que se junta e mexe-se como maça, xima.

Protestos da barriga do rei

Era uma vez, um grupo de animais decidiu criar protesto sobre o tamanho enorme da barriga do Rei que foi eleito nos tempos coloniais, na época da Victoria conquistada contra outros animais que queriam devorar a verde Floresta composta por todo tipo de riqueza.

- Quem são estes brutos!?

Mexia os carnudos lábios enquanto tomava o café numa cadeira enorme ao lado dos seus filhotes que não se distanciavam dos telefones enormes nos sofás. Lá doutro lado de fora, estavam: O Régulo Leão, o chefe do bairro, o senhor Leopardo e os chefes de muitas outras casas incluindo a família Macaco. Ambos jaziam com lenços vermelhos amarrados nas cabeças. Era o juramento.

- Hoje é hoje... Ele deve-nos explicar: De onde veio essa barriga?



“O trabalho do Rei é andar. Andar, andar e andar. É saber sobre o estado do seu povo, e ele? Barriga enorme e nem andar consegue.”

Murmuravam alguns animais que só se dedicavam a carregar os sacos nos mercados informais com pedras nas suas mãos.

- Queremos despantufar essa porcaria entupida.

A vida era pedra, tão dura que para achar um almoço era um combate. Andar descalço não era algo novo, todos estavam com cabeças cheias de cabelos, lábios tão secos como folhas queimadas, corpos muito reduzidos como pedaços de vermes, e todos os pés eram deixados ao chão. Nas mãos, além das enormes pedras que não cabiam, nos braços direitos todos tinham azagaias.

Como de costume, o Rei usou o seu pequeno calção, e toda barriga exposta ao ar, saiu a fim de contemplar a beleza da frescura que insistentemente o convidava. “Ah! Que Rei querido, todos os régulos, líderes e chefes aguardando – me!” Falava o Rei e o seu íntimo. Tentou dar uma olhada um bocado mais detalhada.

– *Senhor Rei, na verdade nós não viemos com intento de guardar a tua casa e teus filhinhos....* – Falou o régulo Leão com tanta coragem despida da sua aberta boca.

– *Sim, é isso mesmo. Hoje é hoje. Passamos fome, e tu aqui, com essa enorme barriga. Viemos-te concluir.* – Concordou o Leopardo enquanto simulava o lançamento da azagaia de forma um pouco mais agitado.

O semblante mudou. A situação trocou. O silêncio ganhou vida, vozes desapareceram, e a morte sorriu.

– *Quer dizer ... Quer dizer ...*



As últimas palavras não viram a porta da boca para saírem, o rei é interrompido.

– *iiiiisso mesmo. Isso mesmo. Nós morremos a fome, nem ganhamos nadinha para o andamento destes papéis e tu? E tu? Além disso, quero cortar todas as árvores das tuas bananas, e tu também, serás como nós, pobres.* – Disse o Macaco enquanto tapava a sua cara com medo de ser descoberto pelo rei.

– *É assim (...)*

Antes de continuar a falar, as azagaias direccionaram – se à sua barriga, porém nada resultava.

– *O gajo deve ter consumido ferros!*

– *Precisamos ser fortes, vamos!* - Ordenou o Leão.

Após tantos lançamentos sem solução, as azagaias acabam. Todos vão ao encontro do Rei. Dessa vez, fez - se o uso dos dentes. Devoraram-no com os fiados dentes a sua barriga, e deixaram - no desmaiado. Neste momento, o macaco estava no quintal encima das bananeiras colhendo tudo o que era banana enfiando dentro do seu saco. Furioso o Leão pergunta:

- Posha caraça, além de lançarmos azagaias e devorarmos a barriga desse rei, tu ficas a colher a merda de bananas?

- Olha, a vida tem dessas. Vocês usam forças, batam no chefe e eu estou aqui cuidando da minha fome. Lutem vocês! - Respondeu cautelosamente o Macaco.

O Régulo, os chefes dos bairros ficaram furiosos, e decidiram eliminar, igualmente, a vida de toda família Macaco. Apercebendo - se da situação, toda a família subiu na árvore e desde daquele dia, os macacos e o Leão não combinam. Passando alguns dias, após a melhoria do Rei, o macaco, quase toda a família decide fazer uma visita ao Rei com saco de banana às costas.



- Senhor Rei, é com muita tristeza que endereço as melhorias da sua saúde. Toma este saco de bananas que servirá de consolo para ti e para tua família.

Assim, viveram juntos do Rei na mesma floresta, porém distante do Leão, Leopardo e suas subfamílias.

Confissões dos Cães

Era uma vez, uma senhora viúva cujo nome era Mizelha de 60 anos. Ela tinha três Cães e vivia numa zona humilde. O seu marido deixou-lhe uma enorme casa, várias mobílias e ela sustentava - se pela agricultura. Antes ir à Machamba fazia todos os trabalhos de casa: Lavava os pratos, limpava a casa, enchia o tambor de água, tirava a poeira nos aparelhos e muitas outras actividades. Isto se repetia todos os dias. Certa vez, decidiu deixar o cansaço e o nervo subir - lhe e decidiu abrir a boca.

- Vocês são autênticos brutos, cães que não servem para nada. Estão aí, sentados olhando tudo o que estou a fazer, se fossem pessoas, poderiam pelo menos carregar uma botijinha, seus sujos. Saíam daqui, saíam.

Cada dia que passava, algum insulto penetrava nos tímpanos dos cães.

Certa vez, após *culimar*, chegou à casa cansada e encontrou os seus três Cães sentados na porta de casa protegendo - a dos ladrões, olhou e disse:

- Saíam daqui, seus brutos. Se fossem pessoas, lavariam pelo menos os pratos.

Passou pelo meio e foi fazer as suas actividades.

Certo dia, a velha acordou muito tarde e não conseguiu fazer quase nada, deixou tudinho sujo. Deixou os seus cães e foi à Machamba. Ao pôr-do-sol, quando voltava à casa com os ossos quebrados, abriu a porta da casa e encontrou o chão da casa limpo, os pratos todos limpos, o tambor cheio de água e todos os aparelhos limpos. Quase com o coração disperso, lamentou.

- Meu Deus, quem pode ser este que fez isso? Será que entraram ladrões?

No meio das dúvidas, numa manhã, deixou a casa no mesmo estado, fingiu ir à Machamba. Escondida numa esquina viu tudo o que os cães faziam.

Limpavam o chão, outros lavavam pratos, outros limpavam o tecto de casa. Com olhos quase nas mãos, chegou e o cão confessou a dor:

- Deixe de nos desprezar, nós tivemos a natureza diferente. Nunca contes à ninguém o sucedido, senão perdes a vida. Estás a ouvir?

A senhora permaneceu no silêncio abanando a cabeça de pavor.



A Borboleta e o Macaco

Era uma vez, num certo dia, havia um Verme que caminhava pela rua tranquila sem barulhos, com a boca fechada, pés finos sem patas, corpo pequenino, olhos azuis e de careca. Não falava com ninguém, de boca fechada, passava aos lados dos colegas e dos seus tios. Naquela bela caminhada, chegou ao local um macaco com passos lentos controlando o mistério do Verme que se enrolava de forma devagar.

- *É assim como te ensinaram a andar?* - Perguntou o macaco enquanto segurava a cintura e a bochecha de admiração como se nunca tivesse visto seres daquela natureza.

- *Estou a falar contigo, oh, arrastado sem pés!*

A boca não se abria. O macaco levantou a mão, dobrou os dedos e com UM dedo afastou o Verme violentamente.

- *Não me queres responder, oh, enrolado?*

O macaco tinha estrutura de um bisavô, cara embrulhada, cabelo todo dormia de sono, pêlos haviam mudado de cor de tanto queimar, a barriga desobedecia o estilo, caía de qualquer maneira com testículos expostos. Era nu, e àquela nudez não lhe incomodava. O Verme segurou a boca para não lhe perguntar os porquês de não esconder a sua nudez.

Naquela instância, o macaco era mais alto e mais grosso, ou seja, ele tinha altura do Mundo. O Verme morria de medo, o seu coração ardia de não achar o caminho, os seus olhos corriam oceano de lágrimas e de forma minuciosa caíam as urinas em gotículas. A única coisa que se comparava com ele, eram as unhas, porque até os dedos do macaco eram semelhantes a um combóio abandonado.

- *Quer saber se me ensinaram ou não a andar assim? Por quê?* -
Respondeu o Verme olhando bem na sua cara.

- *Quero saber, tu és estranho.*

Naquela troca de palavras, o Verme lembrou-se da Metamorfose, e conversou com o seu íntimo. “Eu sou verme, e também, sou borboleta, porque não deixo este estúpido aqui sozinho?”. De tanto ficar calado na imaginação, o macaco perguntou com rugas espalhadas ao corpo e quase pronto a terminar a sua vida.

- *Alô, em que estás a pensar? Ouvi todas as tuas imaginações.*

- *Minhas imaginações? Tu és curandeiro? Quer dizer, tens...*

- *Não, não tenho. Não uso isso, sou natural.*

- *És tão velho, e duvido que não saibas disso. Pessoas velhas como tu, normalmente, já viram tudo nessa vida.*

- *Que vida? Cala-te, explica essa porcaria de tu andares de barriga.*

- *O meu pai tem uma idade menor que a tua, tu como velho, deverias conhecer a minha natureza. Quero que eu te dê aulas da Metamorfose?*

- *Quê que é isso? Explica - me lá.* - Disse já concentrado o Macaco com as mãos nos bolsos e encostado numa árvore feitos os nossos ricos pobres.

- *Não, não posso fazer isso, não ensino gente abusada como tu que se mete com qualquer pessoa sem educação. Além de procurares saber sobre a minha vida, procure saber como é que se adquire o respeito e a educação.*

O Verme transformou -se em Borboleta e quando o Macaco apercebeu - se dá transformação, esticou a mão, tentou segurá-lo, porém era tarde, nem os dedos, nem as unhas conseguiram alcançar o Verme. O macaco restou com uma coloração da Borboleta que deixava brilhante a sua velha cara.

A separação

Era uma vez, uma tribo de Ratos, a aldeia era pequena e localizava - se num mato longínquo. Tinha um régulo, o Rato mais velho de todos. Ele criava regras para o funcionamento daquele povo.

Segundo as normas estabelecidas pelo Régulo, em todas as manhãs, os Ratos machos deveriam ir à caça, e as fêmeas e os seus filhotes deveriam ir às machambas. Na machamba, os filhotes ajudavam às suas mães na colheita de maçaroca, verdura, e batata-doce para o consumo.

Todos os Ratos, machos e fêmeas faziam actividades todos os dias, excepto o Régulo que o seu verdadeiro e enorme trabalho era de sentar naquela altíssima cadeira. Após o trabalho, ao pôr-do-sol, todas as famílias reuniam - se lá, na casa do régulo, todos espalhados pelo quintal a fim de fazer a apresentação do relatório do percurso do dia. A aldeia era composta por muitas regras, só os Ratos Machos tinham direito de se vestirem. Não só, também os colares de ouro, eram para eles, e as mulheres?

As mulheres apenas tinham o direito de usarem a pele de alguns animais, só para taparem os seios e as vaginas envelhecidas pelos trabalhos excessivos. Os filhotes viviam nus, sem veste nem nos sonhos, nem no corpo e nem na alma. Numa das reuniões marcada, o Régulo levantou - se da cadeira, olhou para o seu povo e notou algo estranho. “Alguns ratos não estavam presentes”. Ele chateou - se pelo cenário questionou com a voz gigante:

- Onde estão os outros cabrões?

O silêncio preencheu o espaço, ninguém respondeu.

- Gente estúpida, traidora. Ei, vão, muito rápido capturá-los.

- Desculpe senhor Líder, depois de tanto tempo, é lógico que os nossos irmãos nos traíam? - Indagou um homem, o rato, que estava ao lado da sua família.

- Eu sei, mas cá há gente estúpida sem orelhas, e (...)

Antes de terminar, os procurados chegavam embriagados.

- Estão aí... Estão aí ... Os estúpidos traidores que venderam as colheitas enriquecendo o outro povo lá doutro lado. - Murmurou o Régulo.

- É o seguinte, a partir de hoje, vocês os cinco, levem as vossas famílias, as vossas colheitas e vão viver lá onde venderam as colheitas. Estúpidos, afinal estão aqui só para fazer porcarias? Saiam daqui rápido antes que o meu olho dê uma pista.

Àqueles ratos, ladrões, ainda com álcool no espírito, seguraram suas esposas, filhos e saíram daquele lugar. “Onde vamos?” Questões circulavam na estrada das suas imaginações. No mato, não eram precisados, após uma eterna imaginação, o álcool na cabeça voo, e cada Rato segurou a sua família e foram viver com os seres humanos, e assim conseguem produzir para as suas famílias e não para o Rei.



O pecado de voar

Era uma vez, certa família passeava pela estrada. O senhor pássaro, a sua esposa e os seus três filhotes. Àquele dia, reservou - se, simplesmente, para apanhar o ar e consumir a doçura da natureza. Os filhotes recebiam dos seus pais conselhos que usariam naqueles dias e nos dias subsequentes. “*Não podem voar. Voar é pecado*”. Os seus pais acreditavam que caso voassem, conheceriam muita coisa, e fariam tudo o que não seria da sua idade. Então, após um fantástico passeio, chegou à sua cabeça uma enorme pedra que consumiu totalmente as cabeças do pai e da mãe. Foram os caçadores que faziam as suas aventuras e precisavam consumir alguma coisa após uma eterna caminha.

- *Batemos, batemos. Vai lá e apanha - lá.*

- *Posha, o gajo está respirando.*

- *Caramba, deixaram uns filhinhos pá.*

- *Vamos lá assar isso aí, estão com fome. E...*

- *Levamos isto para casa?*



- *Certo. Nós matamos os seus parentes inocentes, então, devemos cuidar dos filhos até a fase final.*

Os filhotes estavam parados naquele lugar com milhões de medos em volta dos seus corpos.

- *Estamos com medo!* - Exclamou um pássaro mais velho.

- *Quieto! Vos levaremos à nossa casa.* - Disse um dos caçadores.

Levaram - nos para casa, e lá, o tempo passou. Os caçadores sabiam o quão é doloroso perder a família, por isso, entendiam a timidez dos passarinhos dentro daquela gaiola.

Todos os dias, os outros pássaros vinham naquela gaiola a fim de bater um papo, porém o ambiente era diferente. Sem falarem nada, àqueles outros pássaros voavam, iam às matas, procuravam comida, cozinhavam, faziam

casas com os pequenos capins que tiravam do mato, conquistavam algumas pitinhas coladas nas ruas, e no final do dia sempre vinham e diziam:

- Posha, vocês não voam? Não sabem voar? Sabiam que esses caçadores irão vos matar e vos comerem assim que tiverem a idade que eles precisam?

Àqueles passarinhos com timidez, e muita vergonha respondiam.

- O nosso pai disse - nos que voar era pecado.

Todos ficaram a rir. O tempo passou, os passarinhos cresceram, os caçadores tiveram pena, voltaram à floresta e deixaram-lhes.

- Os gajos perderam os seus pais, espero que comecem uma vida nova.

Saíram do lugar e voltaram às suas casas. Os passarinhos, já grandes, tinham asas, forças, vontades, mas nas suas mentes, havia uma frase imortal dos seus pais. “Voar é pecado”, e desde daquele dia, começavam a viver no chão por meio de pequenas migalhas que caíam dos prédios construídos pelos outros pássaros.

Rivalidade

Era uma vez, um elefante jazia sentado no seu trono na altura em que era o Rei da selva. Jazia no palácio, e em baixo jazia o povo de classe baixa que se fazia sempre presente no local. A selva era democrática, porém inclinava – se a monarquia, tudo era para o rei, por isso, em algum momento, os outros os animais dormiam aos arredores do palácio a fim de engolir os restos dos pães que nem saiam das suas mãos.

- *Sua nobreza, faz favor de deixar cair um pão neste quente chão!* – Clamou um pobre homem que teria cedido todas as moedas de imposto.

O príncipe levantou – da cadeira, reparou o povo que não se descolava dos arredores da casa e voltou onde está o pai.

- *Sua alteza, faz favor, nós não queremos muita coisa, só um pão, um pãozito.* – Clamou o leão e os outros animais.

Estavam todos reunidos. Os animais, os seres humanos, todos juntos. Nem os leões, nem as hienas, nem os Leopardos, nem os outros animais, nem os seres humanos, ninguém comia ninguém. Um osso, e um pão, era o que se queria.

- *Saiam daí, e nunca me mais chateiam.* - Pronunciou – se o Rei elefante

Saiu da varanda deixando – lhes plantados com barrigas secas e vazias. Os três homens que estavam naquele lugar, com barrigas zeradas, levantaram e deram uma saída.

- *Senhor Leão, se estarmos aqui, morreremos de fome. Sugiro que se invada o palácio e retiremos o que queremos.* – Sugeriu um senhor que estava na beira da morte.

- *Quê? Ah! A ideia é ótima. Ei, Leopardo, levem as pedras, partam as janelas, abram, comam tudo o que estiver aqui. E...*

- *e...!?* - Exclamaram os outros animais com milhões de dúvidas.

- Não comam estes senhores, são muito magros, e neles não há carne algum.

Os seres humanos, com as pedras, foram directamente partir os chifres dos príncipes, mataram a esposa do príncipe. O senhor Leão e os colegas devoraram tudo o que estava no palácio. Após o desfeito no palácio, tudo estava desorganizado. O elefante ficou com trilhões de fúrias, levantou - se, reparou pela janela, e gritou:

- *Caraças de merda...*

Todos fugiram com as pastas cheias de ossos, carnes e pães. E com olhos ardentes, o Rei ficou olhando a saída da equipa. O ódio plantou - se nele, e desde daquele dia naquela aldeia não falta nem emprego, nem comida, nem educação.

O macaco albino

Era uma vez, um macaco vivia numa casa junto com a sua esposa, ambos eram jovens. Charmosos, com alturas fornecidas pela natureza, cabelos que detinham a familiaridade com os seus pelos espalhados ao corpo, barrigas enormes de tanto comer e patas sempre limpas como Ursos na Neve. Em todos os finais de semana, o Macaco macho levava à sua linda esposa aos passeios pelo jardim, iam ao Shopping comprar sanduíche, e assim a vida seguia sem ondulações.

Neste período, os planos nunca dormiam.

- *Ah! Que vontade! De ter o meu filho neste caloroso colo* - Exclamou a fêmea.

- *Ah, não diga isso. Em todas as noites não tenho achado o sono, trabalho fortemente para ter UM, só UM nos meus braços.* - Corresponde o macho enquanto lia o Jornal com os pés cruzados feito velhos cansados pela curtição em procura de emprego para o aposento.

Ambos tinham sonho de ter um bebé, que até às vezes, levavam o Nené do vizinho para deambular. Certa vez, a fêmea sente-se estranha.

- *Amor, não vejo o período.*

- *Caraça! Período? Quê que é isso?* - Exclamou o macho enquanto desenvolvia as suas habituais actividades, lendo jornal.

- *Quero dizer, estou grávida!*

- *Ah! Que alegria!*

Naquele dia, foram ao mercado, fizeram as melhores compras nunca vistas. Roupa para criança que tinha apenas alguns meses de formação no ventre, comida que poderia comer nos primeiros dias de vida. O quarto organizava - se, o ferro de engomar já fazia a sua função, cozinheiros eram contratados cujas funções começariam apenas pós o nascimento.

- *Vizinho? Por acaso, vocês têm Nené? É que, desde ontem vejo as entradas e as saídas na vossa casa, sabe, é que....* - Pergunta uma vizinha, controladora da vida dos outros.

E, de forma gentil, o macho, saiu, olhou e interrompeu a fala.

- *Vizinha, viva como cega, pare de viver pelos outros.*

Ainda com o jornal da semana passada nas mãos, fecha a porta.

O tempo foi passando, a gravidez foi aumentando e a ansiedade cada vez mais aumentava no casal. Certa vez, numa manhã a esposa disse:

- *Amor, eu já tenho o nome caso for homem.*

- Ah? Nome? Eu estou lendo o jornal desde meses e não vejo um nome bonito e tu já tens o nome?

- *Sim, ele será Devily!* - Disse a esposa.

- *Quê? Que que é isso? Quem lhe chamará deste nome se todos sabem que todos os Macacos têm o mesmo nome?*



A esposa calou - se e o nome apagou - se. O dia chegou, o esperado parto. Contratou - se uma das melhores médicas do país, a dona Júlia, filha do macaco que libertou a floresta no tempo da guerra. Ela veio ao local por meio de um transporte particular. Num quarto reservado, foi assistir o parto, e o final esperado chegou: "O experimento do bebé". O Bebé não se movimentava, não chorava. Depois de tantas tentativas, finalmente teve-se um alívio:

- *N'gemmmmmm... N'gemmmmmm!*

Chorava o bebé. A médica despediu - se e os dias passaram. O bebé crescia, porém não se via diferenças. Não falava, não se movimentava, a pele era mais branca que os outros animais.

- *É albino! É albino!* - Exclamou o Macaco o macho e continuo falando furioso- *Ah! Meu Deus, é deficiente, não fala, não anda, veja...veja...upfu! Esperma perdida! Posha, foi perda das minhas noites, não esperava por isto.*

- *E agora? Que faremos?* - Indagou a esposa.

- *Que faremos? Quê que pensas tu? Vamos lhe deixar aqui e vamos dar início a outra vida. Filho deficiente nunca foi o meu plano.*

- *Ah!?*

- *Sim, isso mesmo. Que pensas? Ficar com este brinquedo até quando?*

- *E os estudos?* - Indagou a esposa.

- *Estudos menos interessam. O dinheiro deve ser gasto por coisas que prestam. Organize - se, e anoite vamos sair.*

- *Amor, é que... É doloroso ter que deixar um filho, sabe...* - Sentia a esposa enquanto acariciava os pelos do filho.

A floresta estava silenciosa, tímida e calma. Ninguém mais falava além dos pássaros que lutavam pela fome que não se ausentava dos seus estômagos.

Quando anoiteceu, o casal segurou no bebê, deixou - o na sua bela cama e fugiram de casa a fim de começar mais uma vida que possivelmente lhes dariam filhos sem deficiência.



Minibiografia do autor

Sousa Horário Bartolomeu é licenciado em Ensino de Português, com habilidades adicionais em Ensino de Inglês. Concluiu os cursos de curta duração em inglês na World English Institute, nos Estados Unidos e em Espanhol na Fluency TV, no Brasil. É docente na Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Universidade Zambeze. Além de sua atuação como docente universitário, é pesquisador nas áreas de Linguística Descritiva e Aplicada, e Sociologia, com ênfase na análise do português em Moçambique e suas variações; didática focado em metodologias de ensino. Possui vários artigos científicos publicados nas revistas do Brasil (América do Sul), Timor - Leste e Índia (Ásia). Contribuiu com capítulos para composição dos livros acadêmicos "Metamorfoses do Português em Moçambique", resultado da Conferência Internacional da Universidade Púnguè - Moçambique, e "Brasil-Moçambique: língua, literatura e artes", promovido pelo Instituto Guimarães Rosa em Maputo.



Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): BARTOLOMEU, Sousa Horário. A confissão. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.205-229, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Bartolomeu, Sousa Horário (jul./dez.2026). A confissão. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 205-229.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

**AUTORIA DE MIM, ELIÁCA OQUETE INDI MAIS CHAMADO POR:
POETA EL CODE**

Eliáca Oquete Indi

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0009-5440-344X>

DEZEMBRO, MEU SILÊNCIO

Dezembro chega, com passos lentos,
Carregando memórias, dores e ventos.
Na curva do tempo, às 19 horas,
Meu coração chora, minha alma implora.

Foi nesse mês que o mundo levou,
Que o laço mais forte da vida cessou.
A voz que guiava, a mão que apoiava,
Em um sopro, o destino levava.
O sol se põe, o dia se inclina,
Mas em mim a ausência nunca termina.
Cada 31, a hora marcada,
É como uma ferida que nunca foi sarada.



Dezembro, por que tão cruel e frio?
Levaste o calor que mantinha meu brio.
E agora, por mais que o tempo avance,
Mas na dor há lembranças, nas lágrimas, amor,
No vazio, uma força que ainda tem sabor.
Porque, apesar da partida, o que fica é real.
A presença no peito, um amor imortal

MOMENTO DE SILENCIO!

A casa ficou mais vazia,
O som da tua voz se apagou.
Ainda te procuro nas lembranças,

Tua ausência pesa no peito,
Um espaço que nada preenche.
Teu riso, teu jeito, tua força,
Agora vivem na memória de todo nos

Queria mais um instante,
Um abraço que o tempo levou,
Dizer tudo o que ficou preso,
As palavras que o silêncio calou.

Oquete indi, o mundo seguiu seu rumo,
Mas dentro de mim algo parou.
Carrego tua falta em segredo,
Um luto que nunca descansou
Ainda ouço teu conselho no vento,
Teu cuidado em cada passo meu.
E, embora te sinta tão distante,
Sei que em mim, ainda és eterno.



DUR INTCHIN CORSON

Tristeza, pobreza, riqueza ikusas totalmente diferente
kil ku amau, amal, kil ku kuida di bó, lembra del
Mumentus ku bó passa, pa i continua sedu mumentos di recordason na bo
casa
Pai oquete indi, malgueta aposta na kil kita fasi djintis
I abó bu aposta na bu fidjus
Má urdumunhu di ca tem disno tchiga i passa ku bó
I disano ku tristeza na corason
Lagrimas na udjus, pabia di bu forti amor ku bu tem pa nós
korson di bu fidjus fica ina firbi
pabia di kil ke na bim sedu, mas sim bo.
oquete indi bu planta arvores
Ali i kunsá na dá fruta idi pus bu bai bu fical
ké ku n pudi fala, ison pa n cala
pa n djubi si na pudi consola
pabia cada dia nha sentimento tá viaja
lundju, pa djubi nundé ku bu alma n cadja
Sim n tem ba puder na busca buscau
toku n ta odjau, ribantau ate na mundo ku nosta nel
pabia ika facil, si pé di polon cai,
catchus kuka sibi bua tá bida orfon.



RECADU DI TCHUR

Di lundju N obi grito di moransa
Púbis kuma é tchora é kansa
Anta es ikal tipo di disgrasa
Ku falanu mantenha dipus ina avansa

Gritu di dur, iku miskinho
Será ki nô bibintidu mesinho
Si ika ermon garandi e ermom sinho
Si ika fidju i pape
É! Es idi panta,
Má pa punta kim?

Kuma djagra kata tchoradu
Má N misti punta si praga kuno dadu
Tudu ora nha púbis ku udju modjadu



Ali, mas um sombra desapareci
N punta ku es, será que nona kirci?
Di macro pa micro
Paz ka tem Púbis bida dinguido

N CANA CALA:

Fugu toma conta di lala,
Má kim ku sindil? Ala la.
Fugu kema moransa,
Ma kim ku largal? Ala la.
Fugu n vadi limarias na matu
Pa fasi ké? Pa mata.

Si bu sumia arus, kila kuta kebra i kila ku ta kume.
Si bu toka n ghanhima bu peli kuta pagal.
Si bu sta na avion, ka ba inventa na misa tchon,
Pabia tudu tarda kina tarda buna n cadja na cobon

Pon sim sal, n duvida si ita sabi
Ma es casabi torna nu leí de arabi
Para bu pensa na mesinhu malgos
Kuma kita kaiu na ós
Es ronka matchundadi di gos
Pirdinti balentia di fós



Kim ku lion pa pudi mata tudu limarias na matu?
Kim ku Lubu pa kume tudu carne?
Kim ku Aguia pa rianta pudu pasarus di ceu?
Kim ku kim pa kalanta tudu homis na tera?
Kim ku Baleia pa tira tudu pís di mar pa fora?

Sol ta ronka forsa na tempu ki dadu
Onsa ta mostra brutu pa fama ki dadu
Ku manda na festa di pirim param, Darí kata n tresa ke ku na papiadu

NÔ KUNSI NÔ CABEÇA

No cabesa ku no mente,
I luz kuta numianu na kau sukuru,
Pabia kil ku no sibi aonti,
Ikata suma mom di sal na iagu,
Má ita mostranu caminhu kuno dibidi ianda.

Nô cabeça ino puder,
Ku tene si kunsada na no kultura,
Na palavras di nô tuturdonas,
Di kil djumbai di ermomdade.

Ka nô brinca ku no cabesas,
Pabia el i no forsa ku resistensia na no mumentu di luta,
I nô arma di mudansa, dadu na kada mom di um jovem.

Nô kabesa ika son pa pensa,
I pa sunha, cria, pa luta,
Pa firma tesu ku nô pé,
Na tera ku comadu di nós.

Nô kabesa, nô mente,
I nô identidade na bentu,
I nô liberdade na no fala,
Na kada balenti ku sta di pé.

O SONHO CONTINUA

Por mais que corra atrás dos sonhos,
Concretiza sem bônus,
Por mais que labuta, consiga sem esperar,
O sonho não dorme, ele segue acordado,
Brincando no tempo, dançando ao lado.

Ele pula cercas, ele voa longe,
Cruza o destino, não se esconde.

Se a chuva cai, ele vira sol,
Se tudo pesa, vira farol.

Porque sonhar e nunca parar,
O sonho insiste, só quer voar.
Porque sonhar e ir além:
É resistir, é prosseguir,
O sonho vive em quem tem fé,
E nunca para de insistir.



COMPREENDA A VIDA!

Não hesita, nem tão pouco precipita.
Deixa a vida te conduzir, assim vai reproduzir,
A vida não é uma corrida, como dizem os mais velhos.
Cuida se com os passos dados,
Porque tem muitas feridas nesta caminhada
Nem todas as coisas são imitadas, porém, hoje nesta sociedade,
Há muita curiosidade, portanto, leva a sua na humildade
Para não perder topo da tua capacidade

A vida tem alto e baixo.
Tem o começo e a progressividade,
Por mais que o mundo oscile, tenha paciência,
Grita sempre Victória (3).
Se houver a turbulência, não perda com o seu foco,
Encarra, resista com a sua resistência
Será vencedor.

A sua vida seria boa amanhã. Obviamente se você estiver preparado para ela hoje.

Coragem para enfrentar quaisquer obstáculos,
A sabedoria de ficar quieta diante de estupidez de certas pessoas.



A VIDA DO HOMEM

A vida de um homem é como a pedra lançada,
A vida de um homem é como a galinha pendurada,
A vida de um homem é como papa-mel no açúcar
A vida de um homem é como avião no ar, a voar
Irmão quando dorme, nem sabe se vai levantar
Quando viajar, nem sabe se vai voltar
O homem viaja como a bala,
Porque a vida lhe fala.

A vida nos conduza adaptar
A vida nos leva a buscar
A vida nos leva a labutar
A vida nos impõe a sacrificar
A vida nos destina viajar
Sem saber do destino a chegar
O homem vivia no ventre da mãe
Sem saber quem ele é?
E, hoje, o homem corre atrás dos sonhos,
Porque as transitórias da vida, é uma corrida
Má lembra son kuma kuri ku cosa djudju i amigo di kai
Venta vida i amigo di pirdi vida



A vida do homem é uma jornada sem fim
Cheia de altos e baixos
De perto e longe
Cada passo dado é um novo começo
Na luta diária por um destino mais forte
O destino se espera
A luta não para

Eliáca Oquete Indi autoria de mim, eliáca oquete indi mais chamado por: poeta el...

A vitalidade se próspera

O cérebro se coopera

A valentia é que opera

Com um sonho que não se para

Palabra di bardade conta badja

Há momentos de alegria e de tristeza

De conquistas e de derrotas

Mas o homem segue em frente com bravura

Sem medo de enfrentar cada jornada

Pabia no tchomadu pa luta

Suma balentis di Israel ku kamba mar burmedju pabia di se fé

Aos i aos, Amanha i Amanha

POR: POETA EL CODE (ELIÁCA OQUETE INDI)



Minibiografia

Graduando em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Possui ampla participação em atividades acadêmicas, culturais, educacionais e comunitárias. Foi membro dos grupos Cabaz Garandi, Poéticos, Dança e do projeto Vozes d'África, todos vinculados à UNILAB, no ano de 2024. Atuou como Líder da Juventude da Igreja Evangélica de Bijimita entre 2022 e 2024, além de Presidente do Grupo Unido da mesma igreja no mesmo período. Exerceu a função de professor auxiliar na Escola Evangélica Monte Sinai nos anos de 2022 e 2023, e foi contratado como docente na Escola Evangélica Jeová Nissi durante os anos de 2023 e 2024. É membro da Associação dos Filhos e Amigos de Bijimita (AEFAB/QT). Em 2023, cursou 5 semestres do curso de Jornalismo pela Universidade Lusófona da Guiné-Bissau. Atualmente, é Coordenador do projeto África por Africanidade, Coordenador do Núcleo dos Estudantes Guineenses do curso de Humanidades da UNILAB e Presidente do Conselho Fiscal e de Jurisdição do Fórum dos Estudantes Guineenses em São Francisco do Conde. Paralelamente à sua trajetória acadêmica e associativa, desenvolve atividades no campo artístico e cultural como poeta, escritor, declamador, músico e dançarino, mantendo presença ativa em diferentes plataformas digitais para divulgação de seus trabalhos.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): INDI, Eliáca Oquete. Autoria de mim, eliáca oquete indi mais chamado por: poeta el code. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.230-240, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Indi, Eliáca Oquete Indi. (jul./dez.2026). Autoria de mim, eliáca oquete indi mais chamado por: poeta el code. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 230-240.

Filosofia poética I: todo poema é filosófico, mas nem toda filosofia é poética

José Ngola Carlos*

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0005-1210-8849>

RESUMO

Filosofia poética I é parte de uma coletânea de poemas escritos por José Ngola Carlos. Desta coletânea constam os poemas escritos durante o período de 2014 a 2018 em Luanda, Angola. Os poemas compilados, em cada um dos volumes da coletânea, são apresentados de acordo com a ordem progressiva de produção pelo autor, obedecendo como o único critério, o ano em que os poemas foram escritos. Este primeiro compilado compõe-se de cinco poemas escritos em 2014 e trazem uma abordagem filosófica poética sobre os seguintes assuntos: a presunção, a espontaneidade da vida incerta, o agora, o viver e a sabedoria. A coletânea foi produzida com o objetivo de preservar as obras poéticas que o autor já escreveu. Este objetivo do autor, de nenhum modo restringe a utilização dos poemas para o entretenimento e estudos de qualquer sorte por quaisquer que sejam os estudiosos. A atribuição do nome que identifica o compilado, deu-se pelo fato de que, o escritor entende que a Filosofia pode ser expressa de forma poética. Todo poema carrega em si uma filosofia, uma maneira de ver o mundo, senti-lo, encará-lo e concebê-lo, porém, nem toda filosofia é poética. Enquanto toda poesia é filosófica, nem toda filosofia é estética. É sob este prima, que o autor se propõe a explorar a estética em combinação com a filosofia, ao produzir a presente coletânea poética.

PALAVRAS-CHAVE

Presunção; Vida Incerta; O Agora; O Viver E A Sabedoria

Poetic philosophy I: every poem is philosophical, but not all philosophy is poetic

ABSTRACT

Poetic Philosophy I is part of a collection of poems written by José Ngola Carlos. This collection contains poems written during the period from 2014 to 2018 in Luanda, Angola. The poems compiled, in each of the volumes of the collection, are presented according to the progressive order of production by the author, obeying as the only criterion, the year in which the poems were written. This first collection is made up of five poems written in 2014 and brings a poetic philosophical approach to the following subjects: presumption, the spontaneity of uncertain life, the now, living and wisdom. The collection was produced with the aim of preserving the poetic works that the author has

* Doutorando em Educação, pela UNINI-México. Mestre em Educação, pela UNEATLANTICO-Espanha. Licenciado em Língua e Literaturas, pela UAN-Angola. Professor do Liceu Nº 314, 4 de Janeiro, Malanje. E-mail: ngola21.jose@gmail.com

already written. This objective of the author in no way restricts the use of the poems for entertainment and studies of any kind by any scholars. The attribution of the name that identifies the compilation was due to the fact that the writer understands that Philosophy can be expressed in poetic form. Every poem carries within it a philosophy, a way of seeing the world, feeling it, facing it and conceiving it, however, not all philosophy is poetic. While all poetry is philosophical, not all philosophy is aesthetic. It is under this principle that the author proposes to explore aesthetics in combination with philosophy, when producing this poetic collection.

KEYWORDS

Presumption; Uncertain Life; The Now; Living And Wisdom

Philosophie poétique I: poème nionso ezali philosophique, kasi philosophie nionso te ezali poétique

NA MOKUSE

Philosophie poétique I ezali na kati ya liboke ya ba poèmes oyo ekomami na José Ngola Carlos. Liboke oyo ezali na bapoweti oyo ekomamaki na eleko kobanda 2014 tii 2018 na Luanda, na Angola. Ba poèmes oyo esangisi, na moko na moko ya ba volumes ya collection, elakisami selon ordre progressif ya production na auteur, kotosa lokola critère seul, mbula oyo ba poèmes ekomamaki. Collection oyo ya liboso ezali na ba poèmes mitano oyo ekomami na 2014 mpe ememi approche philosophique poétique na ba sujets oyo : présomption, spontanéité ya vie incertaine, le sikoyo, vivant na mayele. Liboke yango esalemaki na mokano ya kobatela mikanda ya poëmi oyo mokomi asilaki kokoma. Mokano oyo ya mokomi epekisi ata moke te kosalela bapoweti yango mpo na kominanola mpe boyekoli ya lolenge nyonso na bato ya mayele nyonso. Attribution ya kombo oyo e identifier compilation ezalaki mpo na le fait que mokomi a comprendre que Philosophie ekoki ko exprimer na forme poétique. Poème nionso ememaka na kati na yango philosophie, lolenge ya komona mokili, koyoka yango, kokutana na yango pe ko concevoir yango, cependant, philosophie nionso te ezali poétique. Atako poëmi nyonso ezali ya filozofi, filozofi nyonso te ezali ya kitoko. Ezali na se ya principe oyo nde mokomi azali ko proposer ko explorer esthétique en combinaison na philosophie, tango azali kobimisa collection poétique oyo.

MALOBIA YA NTINA

Kokanisakanisa; Bomoi Oyo Ezali Na Ntembe; Ya Sikawa; Bomoi Mpe Bwanya

1. Presunção fatal

Presunção fatal!

Agora que canto, deixei de encantar.

É um fardo,

Escrever poema mestrado.

Agora que poesia declamo,

Esmero total!

Sonha Dracma Dilonga!

Deslumbrando-se a vista de quem vê,

Sem os pés descalços,

Prontidão!

Mais uma vez de pé,

Se então,

Com a mente exacerbando para escrever poemas,

Presunção fatal!

Sou sem voz.

Vós,

Distante

E diante de nós,

Pois

Deixei descalço, meus pensamentos molhados.

É época fria.

Fraco e fatigado,

Fatiga, por favor, a hora nostálgica! Fatiga!

Poesia não lírica,

Pois não é maviosa, despertando paixão.

Poesia enfática,

Pois ela é minha linda canção!



2. Olhares longínquos

Não enxergo o que queria enxergar.

Não alvejo o que queria alvejar.

Assim,

Surge o que surgiu,

Sou o que sou,

Não sou o que viu.

Dias amargurados em chamas,

Chamas!

Apagados pelas lamas,

Das grandes águas,

Que surgiram, do, não sei, lá!

Já se foram os gritos,

Das grandes dores de britos.

Sinto ...

Sim, sinto!

As vozes dos grandes britos.

Por que será?

Sei lá! Não sinto!

3. Hora de história é agora

Deixa-me contar-te uma história, senhora.

Deixa-me dizer-te o que sinto agora,

Que é hora,

Hora de história.

Poema distante de ser lido.

Poema não distante de representar a vida,

A ti o canto,

Sem preço, e pronto!

Conheça-me, por favor no dia oito.

Porque é hora.

Acredita,

Iremos a bom porto.

É agora!

Fuga distante de ser fuga.

Partida para uma sem saída.

Olhares próximos de serem olhares.

Partida para uma mais vida.

Hora de história. Senhora,

É agora!

4. Manhã do entardecer

Quero ser eu.

Eu do querer ser.

Encabulado no amanhecer.

Frustrado para poder viver!

Aiué!

Deixem-me, por favor, viver a minha vida.

Aiué!

Deixem-me andar nas sendas das minhas feridas.

Só quero ser eu na manhã do entardecer!

Vou querer sofrer de morrer.

Vou querer ser eu.

Querer eu ser.

Vou perecer de morrer!

Sonhei!

Já se foi o dia.

Eu o levei.

Ai!

Sei lá!

Lá da madrugada triste chorei,

Querendo ser o calor do amanhecer.

Sou frustrado!

Sim!

Sou a dor que se ensopou de amargo sabor!

Cura-me!

Ó tu, o mostrado ser!

Viver a longa distância da vida apagada,

Apaga, por favor, as minhas feridas amargas.

Não é fácil,

Preferir viver no amanhã do entardecer!



5. Os sábios não sabem

Descobri verdades enfáticas. No mundo duram poucas moscas.

Os sábios não sabem, nada de saber.

Distante do auge de querer saber nada, todos parecidos mentirosos, todos, na mente parecidos poderosos.

Milagres, distante!!!

Eu declamando poema de voz sonante.

Quero eu. Quero eu. Ser eu.

Quero eu, distante dos teus.

Escreventes errantes. Mordendo sem dentes, a mente com lente enlutada, só vendo grosso, nosso, vosso, osso!

Os sábios não sabem, nada de saber.

Mentes encabuladas, caducadas, distante do auge do querer, nada de saber.

Os sábios, não sabem nada, nada de saber.

Distante deles, estão comigo as respostas,

De tudo que se possa fazer,

Sobre o que se deseja saber.

Distante estão deles, ué ué ué!!!

Distante deles

Porque não sabem

O que dizem saber.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026



Para citar este texto (ABNT): CARLOS, José Ngola Filosofia poética I: todo poema é filosófico, mas nem toda filosofia é poética. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.241-250, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Carlos, José Ngola (jul./dez.2026). Filosofia poética I: todo poema é filosófico, mas nem toda filosofia é poética. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 241-250.

O Horizonte Grita

Marcelo Calderari Miguel *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-7876-9392>

"O Horizonte Grita" é um poema que transporta o leitor para um cenário de beleza e força, onde a natureza dialoga com as dores e esperanças humanas. O movimento das ondas e o sussurrar do vento revelam segredos e feridas invisíveis, enquanto o sol e o mar refletem tanto a majestade quanto o desamparo. O texto mescla lirismo e crítica social, denunciando promessas vazias e uma paz disfarçada de hipocrisia. Em contrapartida, exalta valores como altruísmo e justiça, convidando o leitor a acolher os marginalizados e romper barreiras. As metáforas poderosas pedem ações concretas: pintar unhas de luta, traçar novos caminhos e iluminar sombras com luz renascida. O poema é um grito silencioso que exige coragem e convida à transformação. Ao final, ele lembra que o amor deve ressoar vasto e eterno, como o horizonte que se expande, infinito e carregado de possibilidades.

O Horizonte Grita

Nas ondas vastas avança a moto impetuosa,
Resiste e rasga o mar azul com força majestosa.
O vento sussurra segredos que ninguém ousa contar,
E o sal expõe feridas que não param de sangrar.

Do céu ao horizonte, o sol risca o dourado,
E no espelho do mar reflete o desamparado.
A liberdade brota na espuma cintilante,
E ecoa, silenciosa, num grito distante.

Tecemos coletivas palavras que tentam curar,
Mas cuidado: promessas vazias só fazem pesar.
Que à mesa sobre altruísmo, justiça e pão,
E acolham os sem teto, sem voz, sem chão.

Pinte as unhas com cores que conclamam,
E nas paredes deixe verdades que chamam,
A redesenhar caminhos e a expor fronteiras:
Pois amar é romper as correntes prisioneiras.

Carregue no peito a coragem dos poucos,
Que fazem das quedas degraus para outros.

* E-mail: marcelocalderari@yahoo.com.br

E se o brilho apagar-se no teatro da vida,
Que a luz renasça onde a sombra é ferida.

Cante ao planeta um hino de ironia,
Pois a paz que oferecem esconde a tirania.
Que o amor seja verbo, constante e vibrante,
Movendo silêncios e tornando-os impactantes.

Seja o sopro sagaz do vento e a força da maré,
Mas nunca se cale ante o poder que fere a fé.
Que cada palavra exploda grave como clarim,
E o amor ressoe vasto e agudo, do início ao fim.

Minibiografia

é poeta, arquivologista e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Juiz-forano, atua como Diretor Social de Biblioteca, Arquivo e Museu no Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha (Casa da Memória), onde conduz projetos voltados à preservação da memória, à mediação cultural e ao acesso à informação histórica. Sua trajetória revela um compromisso que ultrapassa o campo técnico: transformar o silêncio do passado em diálogo com o futuro. Para ele, cuidar da memória não é apenas conservar documentos, mas criar pontes entre gerações, cultivar esperança e afirmar a justiça social como horizonte

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): MIGUEL, Marcelo Calderari. O Horizonte Grita. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.251-252, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Miguel, Marcelo Calderari. (jul./dez.2026). O Horizonte Grita. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 251-252.

**RESENHA: O FUTURO DAS LÍNGUAS ÁGRAFAS: UM OLHAR CRÍTICO
À LUZ DO ARTIGO “POLÍTICAS DA UNESCO PARA LÍNGUAS
AMEAÇADAS” DA LARISSA DA SILVA LISBOA SOUZA**

Pedro Djedjo *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0003-7504-7380>

A presente resenha visa analisar o glotocídio das línguas devido à falta de política de planejamento linguístico. Uma análise crítica voltada à valorização das línguas locais do Brasil em colaboração com a UNESCO, a partir do artigo da pesquisadora Larissa da Silva Lisboa Souza, doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Neste artigo, que se tem como base de análise, observou-se que muitas línguas se encontram em extinção, afetando não apenas a comunicação dos seus falantes, como também acaba contribuindo para distanciamento cultural e, conseqüentemente, na perda da identidade linguística, o que nos deixa preocupados enquanto estudiosos da área.

A falta de falantes nativos de uma língua indígena devido à sua desvalorização pelo Estado brasileiro, na medida em que não as aceita como línguas de ensino formal, resulta em perdas de práticas sociais, culturais e até religiosas. A língua sendo um instrumento que carrega a identidade cultural e social, deve ser conservada e promovida pela comunidade linguística, criando meios necessários para a sua documentação tanto nos materiais didáticos, como também no seu estatuto face aos desafios de órgãos de comunicação social, sob pena de estar em perigo de extinção, como descreve o artigo em análise da pesquisadora acima mencionada.

O artigo traz os assuntos que merecem a atenção de todos, sobretudo as autoridades estatais para entenderem a língua como uma arma de “defesa-ataque” e que, portanto, deve ser valorizada. O feito da valorização passa justamente a partir da sua documentação na ciência, na arte literária, na gastronomia e dentre outras áreas de produção de conhecimento.

* E-mail: pedrodjedjo723@gmail.com

Para o entendimento geral sobre os estudos em causa que visam à preservação das línguas ameaçadas no mundo, em especial, as indígenas, que por falta de um Planejamento Linguístico e Cultural (PLC) devido às escolhas parciais das promoções de línguas, estima-se que cerca de mil línguas indígenas estão extintas. De acordo com Camila Costa e a equipe de jornalismo Visual da BBC (2023), o território brasileiro abriga hoje apenas 20% das estimadas. Ou seja, das 1.175 línguas que tinham em 1500, quando chegaram os europeus, hoje o Brasil só conta com um aproximado de 235 línguas.

Dentre o número mencionado, em nenhum momento os dados falam sobre as línguas de sinais ou quantas delas existem e/ou existiam — como se não fossem línguas. Conforme Tamba e Timbane (2024, p.02), a língua é abstrata e se materializa por meio da fala, escrita ou sinal. As línguas de sinais são minoritárias e, em muitos momentos, não recebem a devida atenção por parte da política linguística, o que nos faz questionar se os dados citados correspondem o nosso interesse.

Ora, é urgente deixar claro nesta reflexão que não há um consenso na contagem precisa das línguas indígenas devido aos alguns fatores, nomeadamente, a falta de documentação das mesmas, a não oficialização, a distinção entre línguas e dialetos, a migração e a pressão de português podem levar ao enfraquecimento de línguas, dificultando assim a contagem. No entanto, o Censo 2010 contabilizou 274 línguas indígenas, atualmente no Brasil. Mas, linguistas ligados às principais instituições do país, como o Museu Emílio Goeldi, no Pará, e o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, falam em 160 a 180. Se considerarmos dialetos — variações de uma mesma língua que podem ser compreendidas mutuamente — chega-se a 218. (Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8>)

A maioria das línguas, em especial as indígenas que, são severamente ameaçadas, por exemplo, foram consideradas como patrimônio mundial pela Unesco em 2019, onde se propôs a revitalização e sua manutenção. A pergunta que se faz é: do que adianta considerá-las como patrimônio mundial, uma vez que não há planejamento político e linguístico por parte das

Pedro Djedjo, O futura das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Política..
autoridades, enquanto a entidade máxima cujo papel é promover e preservar a identidade nacional, cultural e linguística?

É urgente o “restabelecimento” das línguas em extinção, pois cada comunidade de fala tem suas histórias distintas, culturas e experiências de vida diferentes que só podem ser manifestas em sua língua, o que faz com que a sua perda seja fatal (Amaral, 2020). Nisto, reafirma-se a necessidade de criação de projetos de revitalização de línguas e suas implementações nos ensinos. Conforme o Jornal Oficial da União Europeia (2016), a Unesco indica que uma língua se encontra em extinção quando não preenche um ou diversos critérios científicos como a transmissão de uma geração para outra, sua utilização nos diferentes domínios públicos e privados, tal como o seu estatuto oficial. É nessa onda que a pesquisadora Larissa apresenta algumas ideias, propondo quatro planos de ação com o intuito de contornar o problema em causa.

É importante dizer que os planos aqui apresentados para levantamento dos dados das línguas em extinção, são, na verdade, importantes, pois nos fornecem diferentes horizontes para o entendimento geral do estudo em questão. Conforme Amaral (2020, p.9) é “urgência ter informações de uma determinada língua que se encontra em perigo, podendo dessa forma criar mecanismos e alinhar estratégias para reverter a situação”. A falta de políticas culturais e linguísticas têm contribuído muito para o glotocídio (morte) das línguas como também da própria cultura. Segundo Carvalho e Oliveira (2013, p.113-130), “quando morre uma língua, a maioria do sujeito falante daquela língua morre também, pois morre um conjunto de saberes, tais como, as manifestações culturais, históricas e artísticas que só podem ser expressas e codificadas apenas naquela língua”.

Com a morte de uma língua, morre um conjunto de tradições que estão ornamentadas naquela língua. Com isso, na página (212) do artigo, a pesquisadora Larissa apresenta-nos algumas recomendações da Unesco aos Estados-membros com objetivos emergentes para tomarem medidas a fim de salvaguardar as línguas que se encontram em perigo de extinção. Numa das recomendações, sobretudo a primeira, vê-se a urgência do papel do Estado, enquanto agente conservador e promotor da diversidade linguística, para

assumir suas responsabilidades, o que, infelizmente, não se observa devido às escolhas parciais do governo.

Na verdade, quando se fala das línguas indígenas, fala-se de um assunto urgente. Urgente porque é preocupante, sendo que desde o século XVIII que os indígenas foram proibidos de falar suas línguas maternas, obrigando-os a falar à língua portuguesa, sobrenomes portugueses, casas como nos costumes portugueses com divisões internas, como se essa cultura fosse mais “bonita,” “chique” que as outras (Carvalho e Oliveira. 2013).

Aliás, o mesmo artigo aponta alguns impactos negativos ou as perdas inimagináveis quando uma língua se extingue: extermínio de perda de valores. O artigo propôs algumas atividades a serem desencadeadas com o intuito de resgatar essas línguas, no qual propôs quatro (4) pontos:

No primeiro ponto, fala-se do papel da comunidade linguística enquanto o traço linguístico que carrega consigo os valores culturais e civilizatórios para valorizar e promover sua língua, já que o falante é responsável por transformar a língua consoante a sua realidade (Abdulai Sila, 1995).

Em seguida, destaca-se a promoção das línguas através da sua documentação, elaboração de materiais didáticos, seu *status* social, assim como a sua promoção nas mídias. O artigo fala ainda de “suporte institucional”, isto é, a necessidade de apoiar os estudantes ou os pesquisadores interessados em estudar línguas ágrafas, principalmente, com recursos financeiros e acadêmicos para poderem realizar suas pesquisas de maneira mais sólida e eficaz, contribuindo dessa forma para possíveis publicações de resultados de pesquisas, porque quanto mais informações sobre uma determinada coisa ou objeto, mais recursos ainda para seu contorno.

A partir das informações acessadas, concluiu-se que é urgente que as entidades responsáveis pela preservação e promoção do patrimônio nacional comecem a observar esse fenômeno como algo preocupante, porque as línguas indígenas são essenciais para identidade cultural do seu povo. Elas carregam consigo a herança cultural, tradições, mitos e uma forte relação que reflete entre povo e a ligação com o natural ou “divino”. Sua valorização

Pedro Djedjo, O futuro das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Políticas..
significa a manutenção da cultura exterminada durante séculos de invasão e exclusão no seio da sociedade brasileira.

Referências:

SOUZA, Larissa da Silva Lisboa. Políticas Da Unesco Para Línguas Ameaçadas. **Língua, Literatura e Ensino-ISSN 1981-6871**, v. 2, 2007.

AMARAL, Luiz. Estratégias para a revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 3, p. 01-44, 2020.

SILA, Abdulai; **A Última Tragédia**, 1995

CARVALHO, Maria Gabriela Barbosa; OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. Políticas Culturais de Preservação das Línguas dos Povos Indígenas à Luz do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). **Políticas Culturais em Revista**, v. 16, n. 2, p. 113-130, 2023.

<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8>

TAMBA, Pansau; TIMBANE, Alexandre António. A política e o planejamento linguístico na África: caminhos para a valorização das línguas africanas. **Revista Intertexto**, Uberaba, v. 17, n.0, p.1-19, 2024.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): DJEGO, Pedro. Resenha: O futuro das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Políticas da Unesco para línguas ameaçadas” da Larissa da Silva Lisboa Souza. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.259-263, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Djego, Pedro (jul./dez.2026). Resenha: O futuro das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Políticas da Unesco para línguas ameaçadas” da Larissa da Silva Lisboa Souza. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 259-263.

**RESENHA: O FUTURO DAS LÍNGUAS ÁGRAFAS: UM OLHAR CRÍTICO
À LUZ DO ARTIGO “POLÍTICAS DA UNESCO PARA LÍNGUAS
AMEAÇADAS” DA LARISSA DA SILVA LISBOA SOUZA**

Pedro Djedjo *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0003-7504-7380>

A presente resenha visa analisar o glotocídio das línguas devido à falta de política de planejamento linguístico. Uma análise crítica voltada à valorização das línguas locais do Brasil em colaboração com a UNESCO, a partir do artigo da pesquisadora Larissa da Silva Lisboa Souza, doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Neste artigo, que se tem como base de análise, observou-se que muitas línguas se encontram em extinção, afetando não apenas a comunicação dos seus falantes, como também acaba contribuindo para distanciamento cultural e, conseqüentemente, na perda da identidade linguística, o que nos deixa preocupados enquanto estudiosos da área.

A falta de falantes nativos de uma língua indígena devido à sua desvalorização pelo Estado brasileiro, na medida em que não as aceita como línguas de ensino formal, resulta em perdas de práticas sociais, culturais e até religiosas. A língua sendo um instrumento que carrega a identidade cultural e social, deve ser conservada e promovida pela comunidade linguística, criando meios necessários para a sua documentação tanto nos materiais didáticos, como também no seu estatuto face aos desafios de órgãos de comunicação social, sob pena de estar em perigo de extinção, como descreve o artigo em análise da pesquisadora acima mencionada.

O artigo traz os assuntos que merecem a atenção de todos, sobretudo as autoridades estatais para entenderem a língua como uma arma de “defesa-ataque” e que, portanto, deve ser valorizada. O feito da valorização passa justamente a partir da sua documentação na ciência, na arte literária, na gastronomia e dentre outras áreas de produção de conhecimento.

* E-mail: pedrodjedjo723@gmail.com

Para o entendimento geral sobre os estudos em causa que visam à preservação das línguas ameaçadas no mundo, em especial, as indígenas, que por falta de um Planejamento Linguístico e Cultural (PLC) devido às escolhas parciais das promoções de línguas, estima-se que cerca de mil línguas indígenas estão extintas. De acordo com Camila Costa e a equipe de jornalismo Visual da BBC (2023), o território brasileiro abriga hoje apenas 20% das estimadas. Ou seja, das 1.175 línguas que tinham em 1500, quando chegaram os europeus, hoje o Brasil só conta com um aproximado de 235 línguas.

Dentre o número mencionado, em nenhum momento os dados falam sobre as línguas de sinais ou quantas delas existem e/ou existiam — como se não fossem línguas. Conforme Tamba e Timbane (2024, p.02), a língua é abstrata e se materializa por meio da fala, escrita ou sinal. As línguas de sinais são minoritárias e, em muitos momentos, não recebem a devida atenção por parte da política linguística, o que nos faz questionar se os dados citados correspondem o nosso interesse.

Ora, é urgente deixar claro nesta reflexão que não há um consenso na contagem precisa das línguas indígenas devido aos alguns fatores, nomeadamente, a falta de documentação das mesmas, a não oficialização, a distinção entre línguas e dialetos, a migração e a pressão de português podem levar ao enfraquecimento de línguas, dificultando assim a contagem. No entanto, o Censo 2010 contabilizou 274 línguas indígenas, atualmente no Brasil. Mas, linguistas ligados às principais instituições do país, como o Museu Emílio Goeldi, no Pará, e o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, falam em 160 a 180. Se considerarmos dialetos — variações de uma mesma língua que podem ser compreendidas mutuamente — chega-se a 218. (Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8>)

A maioria das línguas, em especial as indígenas que, são severamente ameaçadas, por exemplo, foram consideradas como patrimônio mundial pela Unesco em 2019, onde se propôs a revitalização e sua manutenção. A pergunta que se faz é: do que adianta considerá-las como patrimônio mundial, uma vez que não há planejamento político e linguístico por parte das

Pedro Djedjo, O futura das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Política..
autoridades, enquanto a entidade máxima cujo papel é promover e preservar a identidade nacional, cultural e linguística?

É urgente o “restabelecimento” das línguas em extinção, pois cada comunidade de fala tem suas histórias distintas, culturas e experiências de vida diferentes que só podem ser manifestas em sua língua, o que faz com que a sua perda seja fatal (Amaral, 2020). Nisto, reafirma-se a necessidade de criação de projetos de revitalização de línguas e suas implementações nos ensinos. Conforme o Jornal Oficial da União Europeia (2016), a Unesco indica que uma língua se encontra em extinção quando não preenche um ou diversos critérios científicos como a transmissão de uma geração para outra, sua utilização nos diferentes domínios públicos e privados, tal como o seu estatuto oficial. É nessa onda que a pesquisadora Larissa apresenta algumas ideias, propondo quatro planos de ação com o intuito de contornar o problema em causa.

É importante dizer que os planos aqui apresentados para levantamento dos dados das línguas em extinção, são, na verdade, importantes, pois nos fornecem diferentes horizontes para o entendimento geral do estudo em questão. Conforme Amaral (2020, p.9) é “urgência ter informações de uma determinada língua que se encontra em perigo, podendo dessa forma criar mecanismos e alinhar estratégias para reverter a situação”. A falta de políticas culturais e linguísticas têm contribuído muito para o glotocídio (morte) das línguas como também da própria cultura. Segundo Carvalho e Oliveira (2013, p.113-130), “quando morre uma língua, a maioria do sujeito falante daquela língua morre também, pois morre um conjunto de saberes, tais como, as manifestações culturais, históricas e artísticas que só podem ser expressas e codificadas apenas naquela língua”.

Com a morte de uma língua, morre um conjunto de tradições que estão ornamentadas naquela língua. Com isso, na página (212) do artigo, a pesquisadora Larissa apresenta-nos algumas recomendações da Unesco aos Estados-membros com objetivos emergentes para tomarem medidas a fim de salvaguardar as línguas que se encontram em perigo de extinção. Numa das recomendações, sobretudo a primeira, vê-se a urgência do papel do Estado, enquanto agente conservador e promotor da diversidade linguística, para

assumir suas responsabilidades, o que, infelizmente, não se observa devido às escolhas parciais do governo.

Na verdade, quando se fala das línguas indígenas, fala-se de um assunto urgente. Urgente porque é preocupante, sendo que desde o século XVIII que os indígenas foram proibidos de falar suas línguas maternas, obrigando-os a falar à língua portuguesa, sobrenomes portugueses, casas como nos costumes portugueses com divisões internas, como se essa cultura fosse mais “bonita,” “chique” que as outras (Carvalho e Oliveira. 2013).

Aliás, o mesmo artigo aponta alguns impactos negativos ou as perdas inimagináveis quando uma língua se extingue: extermínio de perda de valores. O artigo propôs algumas atividades a serem desencadeadas com o intuito de resgatar essas línguas, no qual propôs quatro (4) pontos:

No primeiro ponto, fala-se do papel da comunidade linguística enquanto o traço linguístico que carrega consigo os valores culturais e civilizatórios para valorizar e promover sua língua, já que o falante é responsável por transformar a língua consoante a sua realidade (Abdulai Sila, 1995).

Em seguida, destaca-se a promoção das línguas através da sua documentação, elaboração de materiais didáticos, seu *status* social, assim como a sua promoção nas mídias. O artigo fala ainda de “suporte institucional”, isto é, a necessidade de apoiar os estudantes ou os pesquisadores interessados em estudar línguas ágrafas, principalmente, com recursos financeiros e acadêmicos para poderem realizar suas pesquisas de maneira mais sólida e eficaz, contribuindo dessa forma para possíveis publicações de resultados de pesquisas, porque quanto mais informações sobre uma determinada coisa ou objeto, mais recursos ainda para seu contorno.

A partir das informações acessadas, concluiu-se que é urgente que as entidades responsáveis pela preservação e promoção do patrimônio nacional comecem a observar esse fenômeno como algo preocupante, porque as línguas indígenas são essenciais para identidade cultural do seu povo. Elas carregam consigo a herança cultural, tradições, mitos e uma forte relação que reflete entre povo e a ligação com o natural ou “divino”. Sua valorização

Pedro Djedjo, O futuro das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Política..
significa a manutenção da cultura exterminada durante séculos de invasão e exclusão no seio da sociedade brasileira.

Referências:

- SOUZA, Larissa da Silva Lisboa. Políticas Da Unesco Para Línguas Ameaçadas. **Língua, Literatura e Ensino-ISSN 1981-6871**, v. 2, 2007.
- AMARAL, Luiz. Estratégias para a revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 3, p. 01-44, 2020.
- SILA, Abdulai; **A Última Tragédia**, 1995
- CARVALHO, Maria Gabriela Barbosa; OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. Políticas Culturais de Preservação das Línguas dos Povos Indígenas à Luz do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). **Políticas Culturais em Revista**, v. 16, n. 2, p. 113-130, 2023.
- <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8>
- TAMBA, Pansau; TIMBANE, Alexandre António. A política e o planejamento linguístico na África: caminhos para a valorização das línguas africanas. **Revista Intertexto**, Uberaba, v. 17, n.0, p.1-19, 2024.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): DJEGO, Pedro. Resenha: O futuro das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Políticas da Unesco para línguas ameaçadas” da Larissa da Silva Lisboa Souza. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.259-263, jun./dez.2026.

To cite this text (APA): Djego, Pedro (jul./dez.2026). Resenha: O futuro das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Políticas da Unesco para línguas ameaçadas” da Larissa da Silva Lisboa Souza. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 259-263.